



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXIII - Nº 068 - SÁBADO, 17 DE MAIO DE 2008 - BRASÍLIA-DF**

---

MESA DO SENADO FEDERAL	
<b>PRESIDENTE</b> Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2) <b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Tião Viana - (PT-AC) <b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Alvaro Dias - (PSDB-PR) <b>1º SECRETÁRIO</b> Efraim Morais - (DEM-PB) <b>2º SECRETÁRIO</b> Gerson Camata - (PMDB-ES)	<b>3º SECRETÁRIO</b> César Borges - (PR-BA) (1) <b>4º SECRETÁRIO</b> Magno Malta - (PR-ES)  <b>Suplentes de Secretário</b> <b>1º</b> - Papaléo Paes - (PSDB-AP) <b>2º</b> - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE) <b>3º</b> - João Vicente Claudino - (PTB-PI) <b>4º</b> - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

## LIDERANÇAS

<b>Majoria</b> <b>(PMDB) - 20</b> <b>Líder</b> <b>Valdir Raupp - PMDB</b> Vice-Líder ..... <b>Líder do PMDB - 20</b> <b>Valdir Raupp</b> Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira	<b>Bloco de Apoio ao Governo</b> <b>(PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21</b> <b>Líder</b> <b>Ideli Salvatti - PT</b> Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles ..... <b>Líder do PT - 12</b> <b>Ideli Salvatti</b> Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns  <b>Líder do PR - 4</b> <b>João Ribeiro</b> Vice-Líder do PR Expedito Júnior  <b>Líder do PSB - 2</b> <b>Renato Casagrande</b> Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares  <b>Líder do PC DO B - 1</b> <b>Inácio Arruda</b>  <b>Líder do PP - 1</b> <b>Francisco Dornelles</b>  <b>Líder do PRB - 1</b> <b>Marcelo Crivella</b>	<b>Bloco Parlamentar da Minoria</b> <b>(DEM/PSDB) - 25</b> <b>Líder</b> <b>Mário Couto - PSDB</b> Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu Papaléo Paes ..... <b>Líder do DEM - 13</b> <b>José Agripino</b> Vice-Líderes do DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo  <b>Líder do PSDB - 12</b> <b>Arthur Virgílio</b> Vice-Líderes do PSDB Marconi Perillo Alvaro Dias Marisa Serrano
<b>PTB - 8</b> <b>Líder</b> <b>Epitácio Cafeteira - PTB</b> Vice-Líder Sérgio Zambiasi ..... <b>PDT - 5</b> <b>Líder</b> <b>Jefferson Peres - PDT</b> Vice-Líder Osmar Dias	<b>PSOL - 1</b> <b>Líder</b> <b>José Nery - PSOL</b> Vice-Líder	<b>Governo</b> <b>Líder</b> <b>Romero Jucá - PMDB</b> Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello

EXPEDIENTE	
<b>Agaciel da Silva Maia</b> Diretor-Geral do Senado Federal <b>Júlio Werner Pedrosa</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial	<b>Cláudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Maria Amália Figueiredo da Luz</b> Diretora da Secretaria de Ata <b>Denise Ortega de Baere</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 79ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 16 DE MAIO DE 2008

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

#### 1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 87, de 2008 (nº 250/2008, na origem), de 8 do corrente, *restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2008 (nº 969/2007, na Casa de origem), que dispõe sobre a transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências*, sancionado e transformado na Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008..... 14718

Nº 88, de 2008 (nº 251/2008, na origem), de 8 do corrente, *restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2007 (nº 1.213/2007, na Casa de origem), que acresce o art. 543-C à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, estabelecendo o procedimento para o julgamento de recursos repetitivos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça*, sancionado e transformado na Lei nº 11.672, de 8 de maio de 2008.. 14718

Nº 89, de 2008 (nº 252/2008, na origem), de 8 do corrente, *restituindo autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 93, de 2006 (nº 7.648/2006, na Câmara dos Deputados), que altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, para prorrogar o prazo para a elaboração dos planos diretores municipais*, sancionado e transformado na Lei nº 11.673, de 8 de maio de 2008..... 14718

Nº 91, de 2008 (nº 289/2008, na origem), de 14 do corrente, *submetendo à apreciação do Senado o nome do Doutor Luis Felipe Salomão, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro*..... 14718

Nº 92, de 2008 (nº 290/2008, na origem), de 14 do corrente, *submetendo à apreciação do Senado o nome do Doutor Mauro Luiz Campbell Marques, membro do Ministério Público, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro*..... 14741

Nº 93, de 2008 (nº 291/2008, na origem), de 14 do corrente, *submetendo à apreciação do Senado, para compor o Superior Tribunal de Justiça,*

*no cargo de Ministro, o Doutor Geraldo Og Nicéas Marques Fernandes, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco*..... 14748

#### 1.2.2 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas aos Projetos de Lei da Câmara nºs 25 e 112, de 2005, Projetos de Lei do Senado nºs 323, de 2005-Complementar, e 275 e 276, de 2006, e ao Projeto de Resolução nº 22, de 2008..... 14753

Recebimento do Aviso nº 30, de 2008 (nº 38/2008, na origem), de 29 de abril último, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do real referente ao primeiro trimestre de 2008, as razões delas determinantes e o relatório da execução da programação monetária. .... 14753

#### 1.2.3 – Pareceres

Nº 450, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2004, de autoria do Senador César Borges, que *altera o artigo 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências*..... 14754

Nº 451, de 2008, da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 690, de 2007, de autoria do Senador Gerson Camata, que *acrescenta inciso XVII ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para considerar abusiva a cláusula contratual que obrigue o consumidor a pagar pela emissão do carnê de pagamento ou do boleto bancário*..... 14761

Nº 452, de 2008, da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 424, de 2007, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que *acrescenta parágrafos ao art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, renumerando o atual parágrafo único, para impor ao fornecedor a obrigação de advertir o consumidor, de forma clara e destacada, do direito de arrependimento previsto no art. 49 e dá outras providências*..... 14769

Nº 453, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, unificando a data de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador à Seguridade Social com a data de recolhimento da contribuição devida ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)..... 14779

Nº 454, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2004, tendo como primeiro signatário a Senadora Roseana Sarney, que acrescenta parágrafo único ao artigo 219 da Constituição Federal. (Dispõe sobre a concessão de incentivos ao desenvolvimento científico e tecnológico)..... 14784

Nº 455, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2007 (nº 5.644/2005, na Casa de origem), que institui o ano de 2008 como o Ano Nacional de Combate à Mortalidade Materna..... 14788

Nº 456, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2008 (nº 832/2007, na Casa de origem), que cria o Dia Nacional do Ciclista..... 14792

#### 1.2.4 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis a fim de receber emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nº 114, de 2007, e 43, de 2008, cujos pareceres foram lidos anteriormente. .... 14796

#### 1.2.5 – Ofícios do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Nº 90 e 91/2008, de 6 do corrente, comunicando a rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 79, de 2007, e 97, de 2004, respectivamente, em reunião realizada naquela data. .... 14796

#### 1.2.6 – Ofícios do Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Nº 28 e 29/2008, de 8 do corrente, comunicando a aprovação, em decisão terminativa, dos Projetos de Lei do Senado nºs 690 e 424, de 2007, respectivamente, em reunião realizada em 6 do corrente..... 14797

#### 1.2.7 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 97, de 2004; 79, 424 e 690, de 2007, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário. .... 14798

#### 1.2.8 – Ofícios

Nº 383/2008, de 15 do corrente, da Senadora Fátima Cleide, comunicando que, no dia de ontem, participou dos trabalhos da Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa, e

justificando sua ausência da sessão plenária do referido dia. .... 14798

Nº 99/2008, de 15 do corrente, da Senadora Marisa Serrano, comunicando que, por lapso, não registrou sua presença no painel de comparecimento do Plenário da Casa, na sessão de ontem..... 14802

#### 1.2.9 – Discursos do Expediente

SENADOR JOÃO DURVAL – Comentários ao artigo do jornalista Mauro Santayana, publicado no site Tribuna Online, de 14 de abril último, intitulado “Globalização Unidirecional”. Apelo ao Presidente do Senado, no sentido de exercer o papel de guardião de interesses maiores da economia brasileira. .... 14804

SENADORA MARISA SERRANO – Saudação aos parlamentares do Mercosul, presentes no Plenário. Considerações sobre a criação da Universidade Latino-Americana (UNILA)..... 14806

SENADOR PAULO PAIM – Elogios ao Senado e a Câmara pela discussão de temas de grande apelo popular. Comentários sobre o artigo do jornalista Paulo Sant’Ana, intitulado “Aposentadorias degradadas”. Registro de audiência realizada ontem, com o Ministro Edison Lobão. Preocupação com o elevado índice de acidentes de trânsito no Brasil..... 14809

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – A questão da demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol. A dificuldade de se abrir a “caixa preta” das ONG..... 14830

SENADOR MÃO SANTA – Anúncio de que S. Exª irá ao Piauí, a fim de pronunciar palestra sobre “Estado de Direito Democrático”. Questionamento sobre a edição de medida provisória abrindo crédito extraordinário, mesmo após decisão do STF sobre a questão. .... 14867

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Reflexão sobre a preocupação e o desconforto gerados pela saída da Ministra do Meio Ambiente, Senadora Marina Silva. Apelo ao Presidente Lula, no sentido de que traga para suas mãos a proteção do meio ambiente..... 14872

SENADOR JOSÉ MARANHÃO – Comemoração pela consolidação do Brasil como um país com menos riscos para investimentos. Comentários ao pronunciamento do Senador Cristovam Buarque. Alerta para a crise recente, resultante do pedido de demissão da Ministra Marina Silva, do Ministério do Meio Ambiente. Satisfação pelo êxito dos programas sociais patrocinados pelo Governo Federal..... 14877

#### 1.3 – ENCERRAMENTO

#### 2 – ATO DO DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

Nº 1.013, de 2008 ..... 14885

#### 3 – EMENDAS

Nºs 1 a 23, apresentadas à Medida Provisória nº 426, de 2008 ..... 14886



**SENADO FEDERAL**

- 4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
- 53ª LEGISLATURA
- 5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO
- 6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS
- 7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
- 8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR
- 9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR
- 10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

- 11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

**CONGRESSO NACIONAL**

- 12 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
- 13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
- 14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
- 15 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

# Ata da 79ª Sessão Não Deliberativa, em 16 de maio de 2008

## 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Paulo Paim, Mozarildo Cavalcanti, José Maranhão, Mão Santa*

*(Inicia-se a Sessão às 9 horas e 5 minutos, e encerra-se às 13 horas e 47 minutos)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) –

Há número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagens do Presidente da República que passo a ler.

São lidas as seguintes:

### MENSAGENS

#### DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

- Nº 87, de 2008 (nº 250/2008, na origem), de 8 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2008 (nº 969/2007, na Casa de origem), que *dispõe sobre a transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências*, sancionado e transformado na Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008;
- Nº 88, de 2008 (nº 251/2008, na origem), de 8 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2007 (nº 1.213/2007, na Casa de origem), que *acresce o art. 543-C à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, estabelecendo o procedimento para o julgamento de recursos repetitivos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça*, sancionado e transformado na Lei nº 11.672, de 8 de maio de 2008;
- Nº 89, de 2008 (nº 252/2008, na origem), de 8 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei

do Senado nº 93, de 2006 (nº 7.648/2006, na Câmara dos Deputados), que *altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, para prorrogar o prazo para a elaboração dos planos diretores municipais*, sancionado e transformado na Lei nº 11.673, de 8 de maio de 2008;

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) –

Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar de autógrafo de cada um dos projetos sancionados.

Os processados vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, mensagens do Presidente da República que passo a ler.

São lidas as seguintes:

### MENSAGEM Nº 91, DE 2008

(Nº 289/2008, na origem)

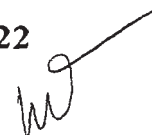
Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do parágrafo único, **in fine** do art 104 da Constituição, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Doutor Luis Felipe Salomão, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, em vaga reservada a Desembargadores dos Tribunais de Justiça, decorrente do falecimento do Senhor Ministro Hélio Quaglia Barbosa.

Brasília, 14 de maio de 2008. – Luiz Inácio Lula da Silva.

**ÍNDICE – “CURRICULUM VITAE” DE LUIS FELIPE SALOMÃO**

<b>I – Identificação</b>	<b>01</b>
<b>II- Histórico Acadêmico</b>	<b>01</b>
<b>III - Atividades profissionais</b>	<b>01</b>
<b>IV - Carreira da magistratura</b>	<b>02</b>
<b>V- Atividades institucionais, associativas e como integrante de Bancas de Concursos Públicos</b>	<b>02</b>
<b>VI - Atividades docentes</b>	<b>03</b>
<b>VII – Títulos, Medalhas e Condecorações</b>	<b>04</b>
<b>VIII - Livros publicados</b>	<b>04</b>
<b>IX – Artigos e Textos publicados</b>	<b>04</b>
<b>X - Palestras e cursos como expositor, conferencista e debatedor</b>	<b>08</b>
<b>XI- Cursos profissionais no Brasil e Exterior</b>	<b>19</b>
<b>XII – Idiomas</b>	<b>21</b>
<b>XIII – Apêndice (estatísticas como julgador/2007)</b>	<b>22</b>



## “CURRICULUM VITAE”

### I- IDENTIFICAÇÃO:

- a) nome: **LUIS FELIPE SALOMÃO**
- b) nacionalidade: Brasileira
- c) naturalidade: Salvador-Bahia
- d) formação escolar e profissional: Rio de Janeiro, RJ.
- e) filiação: Salim Salomão e Jamile Jorge David Salomão
- f) data do nascimento: 18 de março de 1963
- g) estado civil: casado, com dois filhos.
- h) profissão: Magistrado
- i) cargo atual: Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
- j) registro: nº 838 do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro
- k) telefones: (21) 31336207 (gabinete), (21) 88219694 (celular), endereço eletrônico: [lfsalomao@tj.rj.gov.br](mailto:lfsalomao@tj.rj.gov.br).
- l) C.P.F.: 812.252.887-20

### II- HISTÓRICO ACADÊMICO:

- a) primeiro grau: Colégio Padre Antônio Vieira e Colégio Integrado Isa Prates-RJ
- b) segundo grau: Colégio Impacto-RJ
- c) terceiro grau: UFRJ -Universidade Federal do Rio de Janeiro - Faculdade Nacional de Direito – RJ
- d) pós-graduado, “latu sensu”, em direito comercial.

### III- ATIVIDADES PROFISSIONAIS:

- a) Estagiário concursado da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro – março/1983 a março/1985.
- b) Advogado assistente do estaleiro EMAQ (RJ) – março/1985 a dezembro/1985.
- c) Promotor de Justiça do Estado do São Paulo, aprovado em concurso de provas e títulos – janeiro/1986 a outubro/1990.
- d) Professor concursado da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em março de 2000 (direito comercial).
- e) Professor da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.
- f) Professor “honoris causa” da Escola Superior da Advocacia – RJ.
- g) Juiz de Direito, terceiro colocado em concurso de provas e títulos – de 10 de outubro de 1990 em diante.

h) Atualmente, Desembargador Titular da 18 Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

#### IV – CARREIRA DA MAGISTRATURA:

a) Juiz Substituto e Juiz de Direito em diversas comarcas do interior do Estado (Casimiro de Abreu, Rio Bonito, Parati e Angra dos Reis) e também na capital (com experiência em todas as áreas: cível, criminal, tribunal do júri, fazenda pública, falências e concordatas) .

b) Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça/RJ, nos períodos de Julho/95 a Dezembro/96 e junho/2000 a janeiro/2002.

c) Juiz Titular da 216ª Zona Eleitoral, a contar de maio de 1996 a 30 de setembro de 2003.

d) Membro efetivo da Comissão Estadual dos Juizados Especiais e Adjuntos – TJ/RJ, de fevereiro/1999 a janeiro/2003.

e) Membro efetivo da Comissão de Comunicação Social do TJ/RJ, até 2007.

f) Desembargador titular da 18 Câmara Cível, do TJ/RJ, a contar de 22.11.2004.

#### V) ATIVIDADES INSTITUCIONAIS, ASSOCIATIVAS E COMO INTEGRANTE DE BANCAS DE CONCURSOS PÚBLICOS:

a) Secretário-Geral da AMAERJ – Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro, durante o biênio 1996/97.

b) Vice-Presidente do Fórum Permanente dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, nomeado pela Portaria 05/99 da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, publicada no D.O.R.J., parte III, em 11/03/1999; e Integrante do mesmo Fórum Permanente, nomeado pelo Ato de Instalação e Designação do Diretor Geral da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (publicado no D.O.R.J., parte III, em 18/06/1997, pág.04).

c) Secretário-Geral da AMB - Associação dos Magistrados Brasileiros, durante o biênio 1998/99; permaneci na função de Diretor da AMB para o biênio 2000/2001.

d) Vice-Presidente do BRASILCON – Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor, no biênio de 2000/2002, atualmente integrando o Conselho Consultivo.

e) Presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (biênio 2002/2003).

f) Integrante da Banca e Comissão dos Concursos de Remoção e Admissão às atividades notariais e registras, realizados no 1º semestre de 2001.

g) Presidente da Comissão do XXIII Concurso Público para Provimento do Cargo de Técnico Judiciário Juramentado, do 1º Núcleo Regional da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, realizado em 2001.

- h) Integrante da Comissão de Concurso para Provimento de Cargos de Procurador do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, realizado em 2005.
- i) Diretor Presidente da Escola Nacional da Magistratura (órgão vinculado a AMB – Associação dos Magistrados Brasileiros), para os triênios 2004 a 2007 e 2007 a 2010.
- j) Integrante do grupo de trabalho instituído pelo Ato 04, de 19/01/2005, do Superior Tribunal de Justiça, que teve por finalidade elaborar o projeto de Resolução sobre organização e funcionamento da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, criada pela EC 45/2004.
- k) Atualmente, membro do Conselho Consultivo da ENFAM (Sessão Plenária de 12 de abril de 2007 em que foi instalada a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados).

#### VI- ATIVIDADES DOCENTES:

- a) Professor de Direito Comercial e Direito Processual Civil da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, desde 1991.
- b) Professor contratado, de março de 1993 a março de 1999, da UNESA – Universidade Estácio de Sá, ministrando aulas de Direito Processual Civil e Comercial.
- c) Professor “honoris causa” da Escola Superior da Advocacia (ESA-RJ), a partir de 1993.
- d) Professor no Curso de Pós-Graduação “Latu Sensu” da Universidade de Vila Velha-ES, com a disciplina “Teoria Geral do Processo Civil ao enfoque do Acesso à Justiça” (1997/1998).
- e) Professor de Processo Civil do Instituto Metodista Bennett, no ano de 1999.
- f) Professor de Direito Comercial e Direito Falimentar da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, a partir de março/2000.
- g) Professor da Fundação Getúlio Vargas, sobre o tema “Direito Comercial”.

#### VII- TÍTULOS, MEDALHAS E CONDECORAÇÕES:

- a) Acadêmico Titular da Academia Brasileira de Ciências Econômicas, Políticas e Sociais (Cátedra nº 153).
- b) Medalha Tiradentes recebida em 21-04-93, por serviços prestados à causa da Justiça, a mais alta comenda da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro.
- c) Moções de aplausos das Câmaras Municipais de Casimiro de Abreu-RJ e Cruzeiro-SP, registradas nos anais.
- d) Título de Cidadão Angrense Honorário, recebido em 06/01/2003, em sessão solene na Câmara Municipal de Angra dos Reis.



- e) Medalha de Mérito Albert Sabin, recebida em 15 de setembro de 2003, no Congraçamento Judaico-Brasileiro, no Palácio da Cidade do Rio de Janeiro.
- f) “Colar do Mérito Judiciário”, pelo Tribunal de Justiça-RJ, com aprovação dos Desembargadores do Órgão Especial e do Conselho da Magistratura, recebido em 08 de dezembro de 2003.
- g) Medalha Honorífica do Mérito Lopes Trovão, recebida em 06 de setembro de 2005, em sessão solene na Câmara Municipal de Angra dos Reis.
- h) Medalha de Mérito Pedro Ernesto, recebida em 19 de setembro de 2005, em sessão solene na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.
- i) Medalha EMERJ recebida em 07 de dezembro de 2005, em razão de relevantes serviços prestados à cultura jurídica.
- j) Membro da Comissão de Ética da Academia Nacional de Economia – ANE, gestão 2005/9.
- l) Medalha “Ordem do Mérito Aeronáutico”, concedida pelo Ministro da Aeronáutica (Tenente Brigadeiro do Ar Luiz Carlos da Silva Bueno), em 2007.
- m) Medalha de Mérito, classe Ouro, concedida pela ESMAPE, em razão de relevantes serviços prestados à Escola, à cultura do Direito e à causa da Justiça (2007).

#### VIII- LIVROS PUBLICADOS:

- a) “Manual do Juizado de Pequenas Causas e do Consumidor”, editora Emerj (Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro), 1994.
- b) “Roteiro do Juizado de Pequenas Causas”, editora Idéia Jurídica, 1995.
- c) “Roteiro dos Juizados Especiais Cíveis”, Editora Destaque, 1997 e 2ª edição em 1999.
- d) “Corregedorias do Poder Judiciário”, Editora Revista dos Tribunais, 2003, co-autoria.
- e) “A nova lei de falências e de recuperação de empresas – Lei nº 11.101/05”, Editora Forense, 2006, co-autoria.
- f) “Comentários aos Verbetes Sumulares do TJRJ”, da Editora Espaço Jurídico, 2006, co-autoria.
- g) “Responsabilidade Civil – Estudos e Depoimentos no Centenário do Nascimento de Jose de Aguiar Dias (1906/2006)”, Editora Forense, co-autoria.

#### IX) ARTIGOS E TEXTOS PUBLICADOS:

- a) Juriscível do Supremo Tribunal Federal nº 183-Março de 1988, pág. 9 a 12.
- b) Revista Jurídica Mineira nº 28 Agosto de 1986, pág. 224 a 228.
- c) Revista Jurídica Mineira nº 45 Janeiro de 1988, pág. 252 a 255.
- d) Revista Jurídica do Rio Grande do Sul nº 143 de setembro-89, pág. 142/3.



- e) Artigo publicado no Jornal "O Globo", edição de 12/02/93, versando sobre o tema "Acesso à Justiça".
- f) Artigos publicados no Jornal do Comércio e na Tribuna de Brasília, em agosto de 1994, a respeito do Estatuto da Advocacia e do Juizado de Pequenas Causas.
- g) Artigo "O combate à criminalidade e os Juizados de Instrução" publicado no Jornal do Brasil e no Jornal do Comercio de Maio de 1995.
- h) Artigo sobre o Juizado de Pequenas Causas publicado na Revista Jurídica nº 212 de Junho-95.
- i) Artigo publicado na Revista "Ciência Jurídica" nº 63 (junho/95), com título "O Novo Estatuto da Advocacia e o Juizado de Pequenas Causas".
- j) Sentença publicada no Livro "Direito Concreto", Freitas Bastos Editora, nº 11, 1986.
- k) Artigo "Ato Processual" publicado no Boletim Acadêmico da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ, nº 01 - janeiro/96.
- l) Artigo publicado no AMAERJ Notícias (Boletim Oficial da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro), nº 25 - abril/96, com o título "Democratização do Acesso à Justiça".
- m) Artigo sobre "Juizados Especiais" na Revista dos Juizados Especiais do Rio Grande do Sul, nº 12 - setembro/95.
- n) Artigo no "Jornal do Brasil", de 07/05/96, com o título "Revolução na Justiça".
- o) Artigo no "Jornal do Comércio", de 07/11/96, com o título "Morte de um Guerreiro".
- p) Entrevista no Jornal "Folha do Consumidor", de 16/09/96, sobre o tema: "Juizados Especiais e Dique-Justiça".
- q) Artigo nos Ensaios Jurídicos – O Direito em família, do IBAJ – Instituto Brasileiro de Atualização Jurídica, coordenação Dr. Ricardo Bustamante, com o título "Inconstitucionalidade da opção ao autor para ingressar nos Juizados Especiais", vol. 04, pág.246/253.
- r) Artigo sobre a "Inconstitucionalidade da opção do autor para ingressar nos Juizados Especiais", publicado na revista trimestral DIREITO EM REVISTA, Ano 1, nº 2, set/out 1997, pág.15/17.
- s) Artigo sobre a "Inconstitucionalidade da opção do autor para ingressar nos Juizados Especiais", publicado pela Revista dos Tribunais nº 746, Ano 98, Dezembro/97.
- t) Artigo sobre a "Inconstitucionalidade da opção do autor para ingressar nos Juizados Especiais", publicado pela Revista da EMERJ nº 1, Volume 1, Ano 98.
- u) Artigo "Sinais dos tempos", publicado no Jornal "O Globo", em 11.08.98, Editoria: Opinião.

- x) Artigo “A quem (não) interessa o teto salarial ?”, veiculado no jornal “Folha de S.Paulo”, dia 27.10.98, Caderno : Opinião 1, Editoria: Tendências/Debates, em parceria com Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, Presidente da AMB.
- z) Artigo “Só os marajás temem o teto salarial”, publicado no “Jornal do Commercio”, em 17.11.98, Editoria: Direito, em parceria com Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, Presidente da AMB.
- aa) Artigo “Judiciário e democracia: uma saga siamesa”, publicado no Jornal “O Globo”, em 24.12.98, Editoria: Opinião, em parceria com Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, Presidente da AMB.
- bb) Artigo “A CPI e o novo coronelismo”, publicado no Jornal “O Tempo”, de Belo Horizonte, em 01.05.99, em parceria com Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, Presidente da AMB.
- cc) Artigo “CPIs, coronéis e teto salarial”, publicado no Jornal do Commercio, em 04.05.99, Editoria: Direito e Justiça.
- dd) Artigo “A CPI e o novo coronelismo”, publicado no Jornal “O Estado do Paraná”, em 05.05.99, em parceria com Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, Presidente da AMB.
- ee) Artigo “A CPI do Judiciário e o novo coronelismo”, publicado no Jornal “Folha do Paraná”, em 11.05.99, em parceria com Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, Presidente da AMB.
- ff) Artigo “Judiciário, exclusão e corporativismo”, publicado no Jornal do Brasil, em 28.07.99, em parceria com Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, Presidente da AMB.
- gg) Artigo “Os neo-excluídos e o corporativismo”, publicado no Jornal “O Tempo”, em 27.08.99.
- hh) Artigo “Neo-excluídos e o corporativismo”, publicado no Jornal “Tribuna da Imprensa”, em 03.09.99.
- ii) Artigo “Sistema Nacional de Juizados Especiais” , publicado na Revista “Doutrina ADCOAS” , em novembro de 1999.
- jj) Artigo “Os Juizados Especiais e o Direito Aeroespacial”, publicado na “Revista Brasileira de Direito Aeroespacial” , em novembro de 1999.
- ll) Artigo: “Sistema de Juizados Especiais no Direito Comparado”, publicado na revista “Mundo Jurídico, Ano I - nº V – 2000.
- mm) Artigo: “Crime organizado: soluções reais”, publicado no jornal “Correio Braziliense”, Brasília, DF, em 23/02/2000.
- nn) Artigo “Execução nos Juizados Especiais Cíveis” , publicado na Revista “Doutrina ADCOAS” , em agosto de 2000.
- oo) Artigo “Sistema Nacional de Juizados Especiais” , publicado na Revista do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Quinta Região - nº 11 – 2000.
- pp) Artigo “Defasagem salarial da magistratura”, publicado no “Jornal do Commercio”, Rio de Janeiro, em 29/09/2000.
- qq) Artigo “Assim é, se lhe parece”, publicado no “Jornal do Brasil”, Rio de Janeiro, em 11/10/2000.

- rr) Artigo “Golpe contra a Justiça popular”, publicado no “Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, em 22/06/2001.
- ss) Artigo “Golpe na democracia”, publicado no “Diário de São Paulo, São Paulo, em 26/09/2001.
- tt) Artigo “As microempresas nos Juizados Especiais”, publicado na Revista “Cidadania e Justiça”, ano 5/nº 11 – 2º semestre/2001.
- uu) Artigo “Já ninguém quer ser juiz”, publicado no Jornal “O Globo”, Rio de Janeiro, em 22/11/2001.
- vv) Artigo “Juízes imparciais”, publicado no Jornal “O Globo”, Rio de Janeiro, em 05/03/2002.
- xx) Artigo “Diretas já” nos tribunais, publicado no Jornal “O Globo”, Rio de Janeiro, em 28/05/2002.
- zz) Artigo “Ares novos no Judiciário”, publicado no Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, em 04/09/2002.
- aaa) Artigo “Ares novos no Judiciário”, publicado no Jornal do Comercio, Rio de Janeiro, em 10/09/2002.
- bbb) Artigo “Justiça, Imprensa e Democracia”, publicado no Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, em 26/11/2002.
- ccc) Artigo “Novas tendências do Judiciário”, publicado no Jornal “O Globo”, Rio de Janeiro, em 31/12/2002.
- ddd) Artigo “Cidadão, cuidado” - publicado no Jornal “O Globo”, no dia 28/04/2003.
- eee) Artigo “Crise da Justiça?” – publicado no Jornal de Brasil, no dia 09/12/2004.
- fff) Artigo “Além do Fato: Regras para recuperar empresas” - publicado no Jornal do Brasil, no dia 25/05/2005.
- ggg) Artigo “Só a pressão da sociedade muda o Judiciário”, publicado no Jornal O Globo, em 21/10/2005.
- hhh) Artigo “Democratizando o Poder Judiciário”, publicado no Jornal do Commercio, em 09/11/2005.
- iii) Artigo “Judiciário e Mídia, o ‘casal infernal’”, publicado no site “A voz do cidadão”, em 09/11/2005.
- jjj) Artigo “A Formação do Juiz e as Escolas de Magistratura no Brasil” – publicado na Revista da EMERJ, nº36/2006.
- lll) Artigo “Judiciário e Mídia, o ‘casal infernal’”, publicado no Jornal “O Globo”, Rio de Janeiro, em 07/06/2007.
- mmm) Artigo “Judiciário e Mídia, o ‘casal infernal’”, publicado Jornal Fórum, setembro de 2007, nº100.

### X - PALESTRAS E CURSOS COMO EXPOSITOR, CONFERENCISTA E DEBATEDOR:

- 1) Encontro "Democracia e Justiça", promovido pela O.A.B.-RJ, ocorrido no Hotel Glória, em março de 1994, ministrando palestra sobre o tema " Acesso à Justiça e Democracia " .
- 2) Encontro promovido pela Escola da Magistratura do Rio de Janeiro, em Friburgo-RJ, em 9/4/94, proferindo palestra sobre o tema "Acesso à Justiça nas Relações de Consumo " .
- 3) Encontro em Friburgo-RJ, promovido também pela Escola da Magistratura do Rio de Janeiro, ocorrido em 22/8/94, discorrendo sobre o tema "Juizados de Pequenas Causas e do Consumidor"
- 4) Jornadas nº VI da Escola da Magistratura do Rio de Janeiro, de 16/9/94, no auditório da EMERJ, em convênio com a Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro, proferindo palestra sobre o tema " Acesso à Justiça e Juizado de Pequenas Causas ".
- 5) Palestra na cidade de Juiz de Fora-MG, a convite do PROCON, no dia 14/09/95, sobre o tema " Direito do Consumidor e Juizados Especiais.
- 6) Debate acadêmico na Faculdade de Direito Benett, sobre "Democratização do Acesso à Justiça ", em 02/10/95.
- 7) Jornadas III da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, no dia 24/11/95, no auditório da EMERJ, exposição sobre aspectos da Lei nº 9.099/95.
- 8) Palestra na Procuradoria Geral do Estado, em 01/12/95, sobre o tema " Juizados Especiais Cíveis e Criminais ".
- 9) Palestra na FEMPERJ - Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, sobre o tema "I Simpósio Estadual de Juizados Especiais Cíveis e Criminais e a Reforma do Processo Penal e Civil ", de 26 a 29/11/95.
- 10) Seminário promovido pela ESA - Escola Superior de Advocacia, sobre " Juizados Especiais Cíveis e Criminais ", atuando como moderador e painelistas, nos dias 19, 20 e 21/03/96.
- 11) 9º Encontro de Magistrados da Paraíba - 06 a 09/junho/96 - Palestra sobre "Juizado Especial e seus Recursos".
- 12) Várias palestras proferidas na Ordem dos Advogados do Brasil, no programa OAB-DEBATES, também sobre o tema relativo à democratização do acesso à Justiça e os Juizados de Pequenas Causas e do Consumidor. Outrossim, o CEPAD (Centro de Estudo, Pesquisa e Atualização em Direito) e a FEMPERJ (Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro) disponibilizam fitas de vídeo com palestras sobre o tema " Juizados Especiais Cíveis e Criminais ".
- 13) Palestra proferida na Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Campo Grande/RJ em 15/08/96.
- 14) Palestra proferida na Universidade de Nova Iguaçu - em Nova Iguaçu - Semana do Advogado, em 06/08/96.



- 15) Conferência no I Seminário Estadual sobre Juizados Especiais, em 30/08/96.
- 16) Aula na UCP - Universidade Católica de Petrópolis no Módulo V - Acesso à Justiça e Juizados Especiais - Curso de Pós Graduação “Lato Sensu” em Direito Processual Civil.
- 17) Participação no II Curso de Direito do Consumidor - BRASILCON - “Contratos de Consumo - Perspectivas para Nova Dogmática”, de 25 a 27/09/96, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, presidindo mesa debatedora.
- 18) Palestra sobre “Os Juizados Especiais e de Instrução” proferida no Seminário “A Sociedade Brasileira em Discussão (I) - Tema: Profissão: Advogado, Mercado de Trabalho e Realização”, realizada no Jockey Club Brasileiro, em 27/09/96.
- 19) Palestra na SUAM, em 18/11/96 sobre o tema “Juizados Especiais Cíveis e Criminais”.
- 20) Palestra na Associação dos Magistrados do Estado do Mato Grosso do Sul, Cuiabá, em 06/12/96, como representante da Associação de Magistrados Brasileiros – AMB, sobre o tema “Reformas Constitucionais e o Poder Judiciário”.
- 21) Palestras para Juízes recém ingressados nos diversos Cursos de Iniciação da EMERJ, sobre os Juizados Especiais Cíveis.
- 22) I Encontro Estadual de Magistrados, em Nova Friburgo, palestra sobre o tema “Juizados Especiais: futuro e atualidade”.
- 23) Participante no painel sobre o Tema: “O Judiciário e a Imprensa”, no Dia Nacional de Mobilização pela Cidadania e Justiça, realizado no Rio de Janeiro, em 26/02/97, organizados pela AMAERJ e demais Associações de Magistrados de todo o Brasil.
- 24) Em março/97, palestra para representante do BID - Banco Internacional de Desenvolvimento, apresentando o projeto “Acesso à Justiça: os Juizados Especiais Cíveis e Criminais”.
- 25) Debates ISER 1997 - Lei & Liberdade, realizado em 23/06/97, Tema: Juizados Especiais: avaliação de experiência do Rio de Janeiro.
- 26) Coordenador Técnico e Palestrante do I Ciclo de Palestras - Temas contravertidos acerca dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, realizado em 13 e 14/08/97, na AMAERJ.
- 27) Coordenador Técnico e Palestrante das Ciclo de Palestras sobre Juizados Especiais Cíveis e Criminais, organizado pela EMERJ (Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro) e FDC (Faculdade de Direito de Campos), realizado em 22/08/97
- 28) Painelista no I Congresso Brasileiro de Direito Processual e Juizados Especiais, realizado pelo INCIJUR- Instituto de Ciência Jurídicas, em Florianópolis-SC, de 27 a 29 de agosto de 1997.

- 29) XIII Curso BRASILCON de Direito do Consumidor - “A proteção do consumidor na sociedade da informação”, realizado nos dias 08, 09 e 10 de outubro de 1997, participação como Coordenador do painel *“Instrumentos Processuais de Controle da Comunicação no Mercado de Consumo - Aspectos Cíveis e Criminais”*.
- 30) Conferencista acerca do tema “A Execução Judicial nos Juizados Especiais” durante o 1º CIOJA - Congresso Internacional dos Oficiais de Justiça Avaliadores, realizado nos dias 13, 14 e 15 de outubro de 1997, RJ.
- 31) Palestrante no Simpósio sobre Juizados Especiais, promovido pela Universidade Veiga de Almeida, com o tema “Matérias Controvertidas nos Juizados Especiais Cíveis”, realizado nos dias 14, 15 e 16 de outubro de 1997.
- 32) Expositor no I Encontro dos Magistrados dos Juizados Especiais do Rio de Janeiro, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, realizado em Nova Friburgo, nos dias 17, 18, e 19 de outubro de 1997.
- 33) Painelista no Fórum Especial - Aspectos Cíveis e Criminais - Lei nº 9.099/95, realizado em 30/10 a 01/11 de 1997, no Rio de Janeiro.
- 34) Workshop “Acesso à Justiça - Administração da Justiça nas Américas no Contexto da Globalização”, participando do III Grupo de Trabalho sobre o tema “Vias Efetivas de Acesso: Mediação, Conciliação e Arbitragem”, nos dias 10 e 14 de novembro/97, no Hotel Glória - RJ.
- 35) 1º Congresso Inter-amerciano de Direito do Consumidor, realizado em Gramado/RS, nos dias 08 a 11/03/98, no painel III com o tema “Juizados Especiais e a Proteção do Consumidor: avaliação crítica”.
- 36) Painelista no Seminário “Mídia, Justiça e Cidadania”, com o tema “A Responsabilidade da Justiça e da Imprensa na Promoção da Cidadania”, de 01 a 03 de abril/98, realizado pela Escola da Magistratura e pela OAB do Estado do Rio Grande do Norte/RN.
- 37) Palestrante no Simpósio “Juizados Especiais – Cidadania – Código de Defesa do Consumidor”, dia 28 de abril/98, na sede da Associação dos Magistrados do Estado de Minas Gerais/MG.
- 38) Palestra sobre o tema “Juizados Especiais Cíveis” para os Juízes em processo de vitaliciamento, no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em 18/05/98.
- 39) Palestra sobre “O Acesso à Justiça e os Aspectos Controvertidos da Lei dos Juizados Especiais”, realizado em 23/07/98, pela Escola Superior de Magé (22ª Seção da OAB).
- 40) Conferência proferida no Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro, realizado em 12/08/98, acerca dos temas: Enunciados estabelecidos pelos Juízes Coordenadores e Integrantes das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Rio de Janeiro.
- 41) Seminário sobre “Justiça e Imprensa – Seu tempo, sua linguagem”, realizado pela AMAERJ e Centro Universitário de Barra Mansa (UBM), nos dias 25 e 26 de agosto/98.

- 42) Coordenador do seminário “A Defesa do Consumidor em Juízo e Alternativas de Acesso à Justiça”, promovido pela AMB e pelo BRASILCON, nos dias 03 e 04/09/98, no Rio de Janeiro.
- 43) Palestrante sobre o tema “Aspectos controvertidos da lei dos Juizados Especiais Cíveis”, durante a Semana Jurídica Cândido Mendes – Centro, realização Diretório Acadêmico Rui Barbosa – DARB, nos dias 21 a 25/09/98.
- 44) Coordenador do seminário de Direito Constitucional – “Os Dez Anos da Constituição”, realizado pela UNESA, nos dias 22 a 25/09/98.
- 45) Coordenador, juntamente com Des. Laerson Maruro, Dr. Aurélio Wander Bastos, Dr. Luiz Gustavo Grandinetti, dentre outros, do seminário “Juizados Especiais e Democracia”, promovido pela AMB e UNESA, nos dias 09 e 10/11/98, no Rio de Janeiro.
- 46) IV Encontro de Coordenadores dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Brasil, no dia 11/11/98, no Rio de Janeiro, como integrante da Comissão Estadual dos Juizados Especiais e Adjuntos Cíveis e Criminais.
- 47) Expositor sobre a Reforma do Judiciário no III Encontro de Magistrados Federais da 2ª Região, em Itaipava/RJ, de 19 a 22/11/98.
- 48) Expositor sobre a Reforma do Poder Judiciário na XIII Reunião do Colégio de Presidentes de Tribunais Regionais Eleitorais do País, em Palmas/Tocantins, de 04 a 06/03/99.
- 49) Conferencista sobre a Reforma do Judiciário e sobre os Juizados Especiais Cíveis, no IV Encontro Lojista de Defesa do Consumidor, no Clube de Diretores Lojistas, no Rio de Janeiro, no dia 09/03/99.
- 50) Palestrante sobre o tema “Juizados Especiais”, no I Seminário Jurídico da ASMETO (Associação dos Magistrados do Estado do Tocantins) – Semana de Mobilização pela Cidadania e Justiça -, de 29 a 30/03/99, em Palmas/Tocantins.
- 51) Conferencista sobre o tema “A Reforma do Judiciário”, no dia 14/04/99, durante a “Semana Jurídica” da Faculdade Nacional de Direito/RJ.
- 52) Palestrante sobre o tema “CPI e Reforma do Judiciário”, no dia 28/04/99, na Pontifícia Universidade Católica, no Rio de Janeiro.
- 53) Expositor sobre o tema “Reforma do Judiciário”, no 3º CONSEJU - Congresso dos Servidores do Poder Judiciário, realizado de 13 a 16/05/99, no Rio de Janeiro.
- 54) Painelista sobre o tema “Sistema Nacional de Juizados Especiais”, na V Semana de Integração Jurídica Interamericana, em Porto Seguro - Bahia, de 10 a 13/08/99.
- 55) Painelista sobre o tema “Juizados Especiais: Qual a contribuição das Escolas?”, na Reunião de Escolas da Magistratura, em Natal - RN, de 08 a 09/10/99.
- 56) Palestrante sobre o tema “A importância da atuação do Conciliador e as expectativas do Judiciário nesta nova função”, no I Encontro de Conciliadores dos Juizados Especiais da Capital, no dia 15/10/99, no Rio de Janeiro.



- 57) Debatedor na Mesa Redonda sobre o tema "A humanização da Justiça: uma exigência democrática", na Universidade Santa Úrsula, em 29/10/99.
- 58) Palestrante sobre o tema: "Participação do Magistrado Aposentado nos Juizados Especiais e no Conselho de Vitaliciamento de Juízes", no III Congresso Nacional de Magistrados Aposentados, de 04 a 06/11/99, em Guarapari-ES.
- 59) Coordenador do IV Encontro Nacional de Tribunais do Júri, realizado de 24 a 26/11/99, no auditório da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.
- 60) Debatedor, juntamente com o Des. Sylvio Capanema, no painel "Direito do Consumidor no Limiar do Novo Milênio", durante evento comemorativo pelo Dia Mundial do Consumidor, em 15/03/2000, no Rio de Janeiro.
- 61) Debatedor sobre o tema "Juizados Especiais Cíveis", durante o III Encontro Regional da Justiça do Trabalho da 15ª Região, em Jundiaí, em 31/03/2000.
- 62) Palestrante sobre o tema "Reforma do Poder Judiciário", no Núcleo de Niterói, da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, em 05/04/2000.
- 63) Palestrante sobre o tema "Execução das decisões nos Juizados Especiais", durante o V Congresso Brasileiro e III Congresso Mineiro de Direito do Consumidor, realizado em Belo Horizonte/MG, de 02 a 05/05/2000.
- 64) Conferencista sobre o tema "O Consumidor e o Juizado Especial Cível", durante o Simpósio Nacional os 10 anos do Código de Defesa do Consumidor, na Fundação Escola Superior da Defensoria Pública/RJ, em 12/05/2000.
- 65) Palestrante sobre o tema "Direito do Consumidor", na FIRJAN/RJ, em 02/06/2000.
- 66) Palestrante sobre o tema "Os Juizados Especiais e suas relações de consumo", durante o I Fórum de responsabilidade civil médica e relações de consumo referentes a convênios médicos e planos de saúde, em Salvador/BA, em 01/09/2000.
- 67) Debatedor sobre o tema "Reforma do Judiciário e Acesso à Justiça", durante a Semana de Estudos Jurídicos, em Tubarão, SC, de 13 a 15/09/2000.
- 68) Palestrante sobre o tema "Acesso à Justiça e Juizados Especiais", durante o I Encontro da Região Norte de Juizados Especiais Cíveis e Criminais, de 08 a 09/12/2000, em Manaus/AM.
- 69) Expositor sobre o tema "A prática dos Juizados Cíveis e Criminais", durante o evento comemorativo aos 40 anos de fundação da Associação dos Magistrados Catarinenses, de 07 a 09/03/2001.
- 70) Palestrante sobre o tema "Dez anos de vigência do Código de Defesa do Consumidor: realidade e perspectivas", durante evento comemorativo pelo Dia Mundial do Consumidor, em 15/03/2001, no Rio de Janeiro.
- 71) Palestrante sobre o tema "Conclusões dos Encontros de Juízes e Coordenadores dos Juizados Especiais Cíveis", durante o VI Encontro Lojista de Defesa do Consumidor, em 11/04/2001, no Rio de Janeiro.

72) Conferencista sobre o tema “A micro-empresa nos Juizados Especiais: questões controvertidas”, durante o IX Simpósio Nacional de Direito, de 09 a 11/05/2001, no Rio de Janeiro.

73) Painelista sobre o tema “As modificações legislativas nos Juizados Especiais Cíveis”, durante o evento “Estudos acerca dos projetos de lei para modificação dos juizados especiais (cíveis e criminais)”, em 11/05/2001, na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

74) Painelista sobre o tema “O Consumidor, seus direitos e suas relações de consumo”, durante evento realizado na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, através da Comissão Municipal de Defesa do Consumidor, no dia 28/05/2001.

75) Painelista sobre o tema “Mediação, arbitragem e autocomposição”, durante o II Congresso Brasileiros de Direito Processual Civil, Penal e Juizados Especiais, de 14 a 16/06/2001, em Joinville, Santa Catarina.

76) Seminário “Ações Cíveis Públicas: Um novo cenário para a democracia?”, realizado em 14/09/2001, na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

77) Painelista sobre o tema “O Direito do Consumidor nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais, durante o Congresso Nacional de Defesa do Consumidor, de 19 a 21/09/2001, no auditório da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

78) Palestrante sobre o tema “O acesso à Justiça como direito fundamental da cidadania”, durante a X Semana de Estudos Jurídicos, de 24 a 28/09/2001, em Chapecó, Santa Catarina.

79) Palestrante sobre o tema “Acesso à Justiça e Globalização”, durante o I Congresso sobre “Os Reflexos da Globalização nos Institutos Jurídicos, realizado de 08 a 10/10/2001, pela UniverCidade – RJ.

80) Painelista no Evento “A EMERJ debate a Reforma do Judiciário I”, em 15/10/2001, no Auditório da EMERJ.

81) Palestrante sobre o tema “Questões controvertidas nos Juizados Especiais”, em 18/10/2001, no Rio de Janeiro.

82) Painelista sobre o tema “Eleições Diretas no Judiciário”, durante XVII Congresso Brasileiro de Magistrados, com tema principal “O Papel Político da Justiça e a Dimensão Social do Juiz”, realizado de 24 a 27 de outubro de 2001, em Natal/RN.

83) Debatedor sobre o tema “O Direito Falimentar e o novo projeto da Lei de Falências”, em 11/01/2002, no auditório da EMERJ.

84) Conferencista sobre o tema “Democratização do Poder Judiciário”, em 14/03/2002, durante o XI Encontro Regional da AMATRA VI, em Pernambuco.

85) Palestrante acerca do tema “O futuro do Direito Falimentar brasileiro”, em 27/03/2002, no auditório da OAB-RJ.

86) Palestrante sobre o tema “O acesso à Justiça no Direito Brasileiro”, em 22/05/2002, na UNIVERCIDADE, Rio de Janeiro.

87) Expositor sobre o tema “Tendências Atuais do Judiciário”, durante o IV Congresso de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, realizado em Campinas de 27 a 28/06/2002.

88) Debatedor sobre o tema “O Estado e a Reforma do Poder Judiciário”, em 30/09/2002, durante o curso Administração Judiciária – Pós Graduação Lato Sensu, realizado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro em parceria com a Fundação Getúlio Vargas.

89) Conferencista sobre o tema “Aspectos Processuais do Novo Código Civil”, durante o I GAMA JUR do Século XXI, realizado pela Universidade Gama Filho, de 01 a 03/10/2002.

90) Palestrante sobre o tema “Transparência Administrativa e Participação da Magistratura nos Orçamentos do Poder Judiciário”, durante o I Encontro Nacional de Juizes Estaduais – O Judiciário e a Paz Social, realizado em Santa Catarina, de 28 a 30/11/2002.

91) Palestrante sobre o tema “Sistema de Organização dos Juizados Especiais Estaduais Brasileiros”, durante o V Encontro Internacional de Operadores do Direito, realizado em Cuba, de 05 a 12/12/2002.

92) Painelista sobre o tema “Meios Alternativos de Solução de Disputas e a Efetividade da Prestação da Tutela Jurisdicional”, durante o Seminário “Mediação e Outros Meios Alternativos de Solução de Conflitos”, realizado no dia 17 de março de 2003, no Auditório da EMERJ.

93) Palestrante sobre o tema “O crime, as leis, a execução penal e a impunidade”, durante o Fórum Regional de Segurança Pública, realizado no Rio de Janeiro, no dia 24/04/2003.

93) Palestrante sobre o tema “Projeto de Lei de Falências (P.L. 4.376/93)” durante o Seminário na Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro –AMPERJ, realizado no Rio de Janeiro, no dia 30/05/03.

94) Palestrante sobre o tema “Sistema de Organização dos Juizados Especiais Estaduais Brasileiro” durante o VI Encontro Internacional de Operadores do Direito do Rio de Janeiro e II Seminário Internacional de Intercâmbio Jurídico Cultural, realizado em Buenos Aires, entre os dias 05 e 08 de junho de 2003.

95) Debatedor sobre o tema “Ordem Pública e Democracia”, em 30/06/2003, durante o Seminário realizado no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).

96) Palestrante sobre o tema “Juizados Especiais – Questões Polêmicas” durante o Seminário Regional da Escola Superior de Advocacia – ESA, realizado em Campos/RJ, no dia 26 de julho de 2003.

97) Palestrante sobre o tema “Reforma do Judiciário e Acesso à Justiça” durante a III Maratona Jurídica da OAB/RJ, realizada no Rio de Janeiro, no dia 11 de agosto de 2003.

98) Palestrante sobre o tema “O papel dos magistrados no combate à violência e à criminalidade” durante o XIII Congresso Mundial de Criminologia, realizado



no Centro de Convenções Riocentro, no Rio de Janeiro, no dia 12 de agosto de 2003.

99) Palestrante sobre o tema “Reforma do Judiciário”, realizada na Sexta Subseção da OAB/RJ – Barra do Pirai/RJ, no dia 13 de agosto de 2003.

100) Palestrante sobre o tema “A Reforma do Poder Judiciário”, realizada pela ESA - Escola Superior de Advocacia/RJ e OAB/RJ, durante o Seminário Regional, no dia 30 de agosto de 2003.

101) Conferencista sobre o tema “A compensação amigável de conflitos de interesses no Juizado Especial Cível”, durante o Seminário sobre os “13 anos de mais cidadania”, realizado pela Associação Pró-Consumidor, nos dias 10 e 11 de setembro de 2003, no auditório da EMERJ (Av. Erasmo Braga, 115, 4º andar), Rio de Janeiro.

102) Palestrante sobre o tema “Novos Rumos da Magistratura”, durante o II Congresso Estadual de Magistrados, realizado no Tribunal de Justiça de Vitória – ES, nos dias 18 e 19 de setembro de 2003.

103) Palestrante sobre o tema “O Novo Código Civil”, durante o 1º Congresso de Gestão na Educação, realizado no Centro de Convenções do Hotel Glória, Rio de Janeiro, nos dias 29 e 30 de setembro de 2003.

104) Palestrante sobre o tema “Juizados Especiais Cíveis – Questões Polêmicas”, durante o Seminário Regional das Subseções Angra dos Reis, Parati, Rio Claro e Mangaratiba, realizado em Angra dos Reis, no dia 04 de outubro de 2003.

105) Palestrante sobre o tema “Acesso à Justiça na Constituição”, durante a “Semana da Constituição”, realizada no Campus I da UNIG, em Nova Iguaçu, no dia 08 de outubro de 2003.

106) Palestrante sobre o tema “Princípio da Autonomia Administrativa e Financeira do Judiciário e a Lei de Responsabilidade Fiscal”, durante o XVIII Congresso Brasileiro de Magistrados, realizado em Salvador, entre os dias 22 e 25 de outubro de 2003.

107) Palestrante sobre o tema “Direitos Sociais e Cidadania”, durante o Seminário “Garantia dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais: Sistema de Proteção e Experiências Comparadas”, realizado no Rio de Janeiro, no IUPERJ, no dia 31 de outubro de 2003.

108) Palestrante sobre o tema “Juizados Especiais Cíveis”, durante o Seminário Regional das Subseções da OAB/RJ de São Gonçalo, Magé e Itaboraí, realizado no Rio de Janeiro, no dia 22 de novembro de 2003.

109) Palestrante sobre o tema “O Poder Judiciário – Realidade e Ideal”, durante o 2º CONSEGURO - Conferência Brasileira de Seguros, Resseguros, Previdência Privada e Capitalização, realizado no Hotel Sofitel, no Rio de Janeiro, entre os dias 24 e 26 de novembro de 2003.

110) Palestrante sobre o tema “Os Juizados Especiais Estaduais”, durante o “VII Encontro Internacional de Operadores do Direito do Rio de Janeiro”, “III

Seminário Internacional de Intercâmbio Jurídico Cultural”, realizado no Chile, entre os dias 27 e 30 de novembro de 2003.

111) Debatedor sobre o tema “Recuperação Empresarial”, no Seminário sobre Direito Falimentar à luz do Projeto nº 4.376 – B/1993 (Nova Lei de Falência), realizado na EMERJ, no dia 12/03/04.

112) Debatedor sobre o tema “Classificação indicativa – Natureza Jurídica”, no Seminário sobre os Aspectos Polêmicos da Atividade do Entretenimento, realizado no Portobello – Mangaratiba (RJ), da Academia Paulista de Magistrados, entre os dias 11 e 14 de março de 2004.

113) Palestrante sobre “A Reforma do Poder Judiciário”, no Seminário de 12 anos da ESA, que se realizou no dia 31 de março de 2004, na Ordem dos Advogados do Brasil - RJ.

114) Palestrante sobre o tema “Juizados Especiais Estaduais” no II Seminário Conjunto Juizados Especiais Estadual e Federal, que se realizou no dia 29 de abril de 2004, no Centro Cultural da Justiça Federal.

115) Palestrante sobre o tema “Acesso a Justiça e questões controvertidas” no Seminário “JUIZADOS ESPECIAIS PRESENTE E FUTURO”, que se realizou no dia 04 de maio de 2004, em Juiz de Fora.

116) Palestrante sobre o tema “Juizados Especiais Estaduais” no IV Seminário Internacional de Intercâmbio Jurídico Cultural”, que se realizou na Universidade de Coimbra/Portugal, entre os dias 15 e 22 de maio de 2004.

117) Palestrante sobre o tema “O Direito do Consumidor e os Juizados Especiais” na “IV MARATONA JURÍDICA DA OAB/RJ”, que se realizou na OAB/RJ, entre os dias 16 e 20 de agosto de 2004.

118) Palestrante sobre o tema “Aspectos jurídicos da lei de recuperação de empresas” no Seminário “A Nova lei de Recuperação de Empresas”, que se realizou na EMERJ, em 14 de março de 2005.

119) Conferencista sobre o tema “As relações individuais e coletivas de Trabalho na Emenda Constitucional 45”, no seminário “A Justiça do Trabalho na Reforma do Judiciário”, realizado pela Escola de Ciências Jurídicas do Centro Universitário da Cidade – UNIVERCIDADE, em parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN, no dia 11 de março de 2005.

120) Palestrante sobre o tema “Juizados Especiais Cíveis”, no Seminário de 13 anos da ESA (Escola Superior de Advocacia), realizado nos dias 29 e 30 de março de 2005.

121) Debatedor sobre o tema “Direito e Sociedade” durante o evento de lançamento do Centro de Estudos Direito e Sociedade, realizado em 28 de março de 2005.

122) Palestrante sobre o tema “Um panorama da recuperação judicial da nova lei” no painel “Aspectos controvertidos e práticos da nova lei”, durante o Seminário “Lei de Recuperação de Empresas: a nova Lei de Falências” da Câmara de Comércio Americana, que se realizou no dia 14 de abril.

123) Debatedor sobre o tema “As responsabilidades e os interesses dos jornalistas e das fontes”, no IV Encontro Regional sobre Liberdade de Imprensa, que ocorreu no dia 02 de maio de 2005, no Rio de Janeiro.

124) Mediador da mesa intitulada “Recuperação de Empresas”, no Seminário Nacional “A nova lei de recuperação de empresas”, que se realizou nos dias 05 e 06 de maio de 2005, na FIRJAN, Rio de Janeiro.

125) Palestrante sobre o tema “Aspectos relevantes da Nova Lei de Recuperação das Empresas”, no Encontro de Desembargadores de Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que se realizou em Búzios, entre os dias 13 a 15 de maio de 2005.

126) Palestrante sobre o tema “O novo Código Civil e suas implicações na gestão da educação”, no Congresso “Educador 2005”, que se realizou em São Paulo, entre os dias 18 e 21 de maio de 2005.

127) Palestrante sobre o tema “A Reforma do Judiciário – Escolas da Magistratura – Pressupostos de Efetividade – Uma Abordagem Constitucional”, no V Encontro de Magistrados Acreanos, que se realizou no Acre, entre os dias 23 e 25 de junho de 2005.

128) Palestrante sobre o tema “O novo Direito Empresarial”, na VII Semana Jurídica, que se realizou entre os dias 12 e 16 de setembro de 2005, no Rio de Janeiro, na Faculdade Universo.

129) Painelista sobre o tema “Princípios do Direito Civil sobre as titularidades”, no III Congresso Nacional de Direito Civil, que se realizou entre os dias 15 e 17 de setembro de 2005, na CIETEP – Curitiba/PR.

130) Workshop da Equipe Jurídica da Companhia Vale do Rio Doce, que se realizou entre os dias 20 e 22 de outubro de 2005, no Hotel Portobello, em Managaratiba/RJ.

131) Palestrante sobre o tema “O papel das Escolas de Magistratura com o advento da EC nº 45/05”, no seminário “A reforma do Poder Judiciário e o papel do juiz como agente de transformação social”, que se realizou em Alagoas, entre os dias 11 e 12 de novembro de 2005.

132) Palestrante sobre o tema “Noções Preliminares de Direito Constitucional”, no seminário “Organização Judiciária no Brasil”, que se realizou no Rio de Janeiro (Jornal O Globo), entre os dias 13 de março de 2005 e 24 de abril de 2006.

133) Palestrante sobre o tema “O papel das Escolas da Magistratura: o caso brasileiro”, no Seminário Ibero-Americano de Conselhos de Justiça”, que se realizou entre os dias 29 e 31 de março de 2006, em Brasília.

134) Palestrante sobre o tema “As Escolas da Magistratura e a Reforma do Poder Judiciário”, na Programação do 15º Aniversário do Tribunal de Justiça de Roraima, que se realizou entre os dias 24 e 26 de abril de 2006, em Boa Vista.

135) Palestrante sobre o tema “A Reforma do Código de Processo Civil e a quebra de paradigmas na busca da efetividade da Prestação Jurisdicional”, no Seminário Jurídico intitulado “As reformas e os novos rumos do Processo



Civil”, que se realizou entre os dias 25 e 26 de maio de 2006, no Salão Pleno do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, organizado pela EMES.

136) Palestrante sobre o tema “O Papel do Judiciário no Século XXI”, na 6ª Maratona Jurídica da OAB/RJ, que se realizou entre os dias 14 a 18 de agosto de 2006, na OAB/RJ.

137) Palestrante sobre o tema “Noções preliminares do Direito Constitucional”, no seminário sobre “Organização Judiciária no Brasil”, que se realizou no dia 23 de agosto de 2006, na Rádio CBN.

138) Palestra de abertura do I Curso de Pós-Graduação *lato sensu* – aperfeiçoamento de prática jurisdicional, em 06 de outubro de 2006, na Escola da Magistratura do Rio Grande Norte – ESMARN.

139) Palestrante de abertura na Jornada de Atualização em Direito Civil e Empresarial, realizada nos dias 19 e 20 de outubro de 2006, no auditório do Fórum Rodolfo Aureliano em Recife, organizado pela ESMAPE (Escola da Magistratura de Pernambuco).

140) Palestra sobre “A AMB” para os novos juízes aprovados no XLI Concurso para a Magistratura de Carreira e integrantes do XXX Curso de Iniciação de Magistrados, realizada no dia 16 de abril, das 12:30h às 11:30h, no Auditório Des. Nelson Ribeiro Alves, na EMERJ.

141) Palestrante no Seminário “Reforma do Processo de Execução”, realizado em 19 e 20 de abril de 2007, na sede da Associação dos Magistrados do Maranhão.

142) Debatedor no I Seminário Latino-americano sobre Cooperação Judicial, intitulado “O Juiz e a Conectividade”, realizado entre os dias 10 e 11 de maio de 2007, em Ouro Preto/MG.

143) Palestrante no XXI FONAJE, realizado no período de 30 de maio a 02 de junho de 2007, em Vitória, Espírito Santo.

144) Palestrante no I Congresso do Centro de Estudos Jurídicos do Poder Judiciário de Santa Catarina, realizado no período de 27 a 29 de junho de 2007, em Florianópolis, Santa Catarina.

145) Palestrante da Mesa de Abertura, no Seminário “Justiça, Ações Afirmativas e Igualdade de Direitos”, realizado em parceria entre a Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região – EMARF, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, o Laboratório de Políticas Públicas/UERJ, o Programa de Políticas da Cor/UERJ e a EDUCAFRO, no dia 24 de agosto de 2007.

146) Debatedor no painel “A Competência em Matéria de Propriedade Intelectual”, no XXVII Seminário Nacional da Propriedade Intelectual (A contribuição da propriedade intelectual para a aceleração do crescimento), realizado de 26 a 28 de agosto de 2007.

147) Palestrante no III Seminário Brasileiro de Defesa do Consumidor e Acesso à Justiça, realizado no período de 26 e 27 de setembro de 2007, no Rio de Janeiro, RJ.



148) Painelista sobre o tema “Os impactos das decisões judiciais sobre a sucessão obrigacional nos transportes de passageiros”, em evento promovido pela Secretaria de Estado de Transportes e pela Associação de Magistrados do Estado do Rio de Janeiro, no dia 05 de novembro de 2007, no auditório Desembargador Renato Lemos Maneschy.

149) Palestrante no I Congresso Ibero-Americano sobre Cooperação Judicial: O Juiz e a Conectividade, realizado no período de 19 a 23 de novembro, em Barcelona, no Reino da Espanha.

150) Palestrante no Seminário Perspectivas para a Justiça Brasileira, promovido pela Associação dos Magistrados Brasileiros, realizado no dia 06 de dezembro de 2007, na sala de sessões da 1ª Turma, Anexo II B, no Supremo Tribunal Federal, em Brasília – DF.

#### XI- CURSOS PROFISSIONAIS NO BRASIL E EXTERIOR:

a) IV Conferência dos Advogados do Rio de Janeiro, agosto/85.

b) Seminário Internacional de Direito Ambiental, maio/88, realizado pelo Ministério Público de São Paulo.

c) I Simpósio sobre Tóxico, em outubro/90, na Faculdade de Direito de Lorena-SP.

d) I Ciclo de Conferências para Magistrados sobre Sociedades Anônimas, em maio de 1991, promovido pela Escola da Magistratura do Rio de Janeiro.

e) XVII Congresso de Magistrados e Promotores da Infância e Juventude (Brasília - 11 a 13/10/95).

f) Diversos encontros e cursos promovidos pela Escola da Magistratura e pela Associação de Magistrados Brasileiros, especialmente sobre direito processual civil e sobre acesso à Justiça e Juizados de Pequenas Causas e do Consumidor.

g) XVI Congresso de Magistrados e Promotores da Infância e Juventude (São Paulo - 15 a 17/11/95).

h) Seminário Ibérico-Americano, de 28 a 30/11/95, promovido pela AMAERJ, EMERJ, sobre o " Acesso à Justiça ".

i) Seminário sobre " O Direito Eleitoral e as eleições 96 ", de 18 a 19/05/96, em Nova Friburgo-RJ.

j) I Jornada Luso Brasileira de Proteção Judiciária do Ambiente e do Consumidor, PORTUGAL, de 12 a 28/07/96.

l) Participação em Encontros de Corregedores Gerais de Justiça, Maceió e Paraná, respectivamente, Abril/ 96 e Setembro/96, acompanhando o Corregedor Geral da Justiça.

m) I Seminário Jurídico do Maranhão, de 20 a 23/11/96, como participante.

n) II Congresso Nacional de Magistrados Aposentados, em Natal/RN, de 10 a 12/04/97.

o) I Fórum Nacional de Debates sobre o Poder Judiciário, de 11 a 13/junho/97, realizado em Brasília/DF.

p) XII Curso BRASILCON - De Direito do Consumidor – Tema: Contratos Atuais – Problemas e Mitos, realizado em São Paulo/SP, de 16 a 19/06/97.

q) II Jornadas Luso-Brasileiras sobre Proteção do Ambiente e do Consumidor, de 17 a 18/julho/97, realizado pela APAMAGIS (Associação Paulista de

Magistrados).

- r) III Congresso de Magistrados Paranaenses, com o tema: “Magistratura e Cidadania”, ocorrido em 31/07 a 02/08/97, em Curitiba/PR.
- s) Encontro Internacional de Magistrados da Amazônia, realizado em Macapá-Amapá, no período de 06 a 08/08/97.
- s) Seminário Internacional “Justiça e Cidadania”, nos dias 10 e 11 de setembro de 1997, realizado pela Fundação Getúlio Vargas, com apoio do ISER.
- t) XV Congresso Brasileiro de Magistrados, com o tema: “Cidadania e Justiça”, realizado em 26 a 29 de outubro de 1997, promovido pela AMB e AMEPE, Recife/PE.
- u) I Encontro Estadual de Magistrados Mato-Grossenses, nos dias 04 a 07/12/97, promovido pela AMAM – Associação de Magistrados Mato-Grossenses.
- v) II Encontro Nacional de Coordenadores de Juizados Especiais do Brasil, nos dias 04 e 05/12/97, promovido pela AMAM – Associação Mato-Grossense de Magistrados.
- z) III Encontro Nacional de Coordenadores de Juizados Especiais do Brasil, nos dias 04 e 05/05/98, promovido pela AMP - Associação dos Magistrados do Paraná.
- aa) II Fórum Jurídico do Seguro, nos dias 15 a 17/05/98, realizado pela EMERJ - Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.
- bb) Curso Intensivo para Magistrados Docentes, realizado pela APAMAGIS – Associação Paulista de Magistrados, em 19/06/98.
- cc) II Jornada Jurídica – São Luís/MA, de 3 a 6/11/98, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.
- dd) Encontro da União Internacional de Magistrados (U.I.M.), como participante, de 5 a 9/09/98, realizado na cidade do PORTO, em PORTUGAL.
- ee) V Encontro Nacional de Coordenadores de Juizados Especiais do Brasil, entre os dias 18 a 21/05/99, em Salvador - Bahia.
- ff) Curso de extensão (Pós Graduação “Lato Sensu”) realizado no National Center for State Courts, em Williamsburg – EUA, no ano de 1999, relacionado à matéria do Acesso à Justiça, Administração de Tribunais e Mediação.
- gg) I Seminário Nacional AJUFESP - Questões Tributárias no âmbito da Justiça Federal -, no dia 23/06/99, em São Paulo.
- hh) VII Encontro Nacional de Coordenadores de Juizados Especiais do Brasil, entre os dias 24 a 27/05/2000, em Vitória - ES.
- ii) Encontro da União Internacional de Magistrados (U.I.M.), como participante, de 17 a 22/09/2000, realizado em Recife, Pernambuco.
- jj) IX Encontro do Fórum Permanente de Coordenadores de Juizados Especiais, entre os dias 04 e 07/06/2001, realizado em Belo Horizonte, Minas Gerais.
- ll) III Encontro de Juízes da Língua Portuguesa, com o tema “O Acesso à Justiça e a Efetividade da Jurisdição”, de 21 a 23/10/2001, em Natal/RN.
- mm) X Encontro do Fórum Permanente de Coordenadores dos Juizados Especiais, entre os dias 21 e 22/11/2001, em Rondônia.
- nn) Seminário Internacional sobre “Cortes de Drogas nos Estados Unidos”, em

Washington e Miami, a convite da Embaixada Americana, de 12 a 19 de junho de 2002.

oo) Participação no Seminário “O Novo Código Civil”, realizado pelo Centro de Estudos e Debates – CEDES, em 16 de novembro de 2002.

pp) Seminário sobre “A Tutela Penal do Meio Ambiente” do Centro de Estudos Criminais Ministro Evandro Lins e Silva - CECRIM, que se realizou no dia 23 e 24 de abril de 2004.

qq) Seminário Internacional promovido pelo Conselho Britânico sobre “Trust: government, the state and the citizen”, na Universidade de Oxford, UK, que se realizou entre os dias 12 e 16 de junho de 2005, com bolsa integral.

rr) Participação no Quarto Fórum Mundial de Juízes, realizado entre os dias 23 e 25 de janeiro de 2005 em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

ss) Coordenação do Curso “Formação de Formadores”, realizado pela Escola Nacional da Magistratura e Escola da Magistratura Francesa, durante o período de 28 a 30 de agosto de 2006, em Brasília.

tt) Colóquio Internacional de Direito Constitucional, realizado pela Escola Nacional da Magistratura e Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, durante o período de 03 a 06 de julho de 2006, em Portugal.

uu) Curso de Formação Judicial Especializada com o tema “Formación de Formadores y Equipos Gestores de Escuelas Judiciales”, do programa Aula Iberoamericana Del Consejo General Del Poder Judicial de España, durante o período de 11 a 22 de junho de 2007, em Barcelona, com bolsa integral.

## XII- IDIOMAS:

a) Inglês: curso regular de inglês no IBEU (Instituto Brasil-Estados Unidos), iniciando o nível "1"- TTC, residindo, como bolsista, três meses nos Estados Unidos da América (Michigan), freqüentando Escola Americana no ano de 1978.

b) Espanhol : nível intermediário.

b) Alemão: nível inicial do Instituto Brasil-Alemanha.

c) Italiano: primeiro ano do Instituto de Cultura Italiano.

## XIII- APÊNDICE (ESTATÍSTICAS DE 2007 COMO JULGADOR):

a) processos recebidos como Relator : 977

b) votos como Relator – acórdãos -946 e decisões 482 – total julgado: 1428.

c) como revisor:335 e 24 pedidos de vista.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro 2008.



Aviso nº 363 - C. Civil.

Em 14 de maio de 2008.

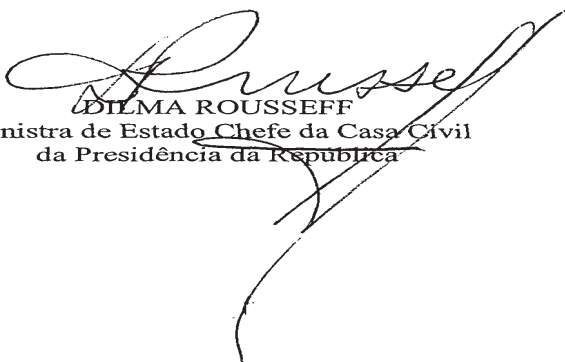
A Sua Excelência o Senhor  
Senador EFRAIM MORAIS  
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Doutor LUIS FELIPE SALOMÃO, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, em vaga reservada a Desembargadores dos Tribunais de Justiça, decorrente do falecimento do Senhor Ministro Hélio Quaglia Barbosa.

Atenciosamente,

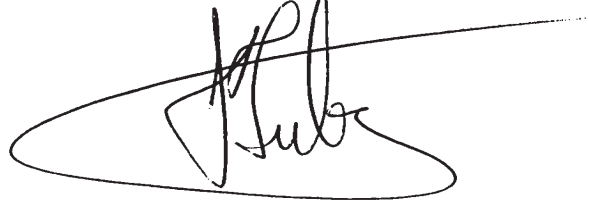
  
DILMA ROUSSEFF  
Ministra de Estado, Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

**Mensagem nº 92, de 2008**  
**(nº 290, na origem)**

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do parágrafo único, “in fine” do art. 104 da Constituição, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Doutor MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, em vaga reservada a membro do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, relativo ao quinto constitucional, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Francisco Peçanha Martins.

Brasília, 14 de maio de 2008.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**Gabinete do Procurador de Justiça Mauro Campbell**  
**Marques**

**Nome: MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES**

**Naturalidade: Manauara - AM      Nacionalidade: Brasileira**

**Estado Civil: Casado      Nascimento: 09.10.1963**

**Documentos Pessoais:**

**Identidade Civil: 0553360-0      Órgão Expedidor: SSP/AM.**

**Identidade Funcional: MP0000418      PGJ-AM em: 13.03.2000**

**Cadastro Individual de Contribuinte: 913.645.407-97**

**Endereço residencial: Conjunto Jardim Yolanda, Rua A, Quadra 01, Casa 04, Bairro do Parque Dez, CEP. 69.055-080, tel. (92)642-8262. Cel. (92)9988-8110/9988-5960.**

**Endereço funcional: Ministério Público do Estado do Amazonas - Procuradoria-Geral de Justiça, Avenida Coronel Jorge Teixeira, 7995, 2.º andar, Manaus-AM, CEP.69030-480, Telefones: (92)655-0500/655-0606.**

**Filiação: MANOEL FRANCISCO GARCIA MARQUES e VICTORINA CAMPBELL MARQUES**

**Formação: 3º. Grau Completo, graduado em Ciências Jurídicas pelo Centro Universitário Metodista Bennett - UNIBENNETT, Rio de Janeiro, em 1985; Cursou o 1º.e 2º. Graus no Grupo Escolar Barão do Rio Branco (2ª. a 3ª. Séries do 1º. grau) e no Colégio Dom Bosco (4ª.do 1º. Grau até o 3ª. Série do 2º. Grau); Graduou-se pela Escola Superior de Guerra no Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia em 1995. Participou de inúmeros certames na área jurídica desde 1984. É,**

**formado na língua inglesa pelo Instituto Brasil-Estados Unidos, do Rio de Janeiro – 1985.**

**Funções Atuais:**

- **É titular da 16ª. Procuradoria de Justiça com atuação junto à 3ª. Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e é o atual Procurador-Geral de Justiça.**

**Principais Atividades Exercidas:**

- **Após inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Rio de Janeiro (OAB-RJ nº.56.880) participou do Escritório da Advocacia J. Bernardo Cabral, no período de janeiro a maio de 1986;**
- **Advogado da Companhia Energética do Amazonas - CEAM, admitido em 15.05.86 e exonerado, a pedido, em 10.12.87;**
- **Assessor de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, nomeado em 21.08.87 e exonerado, a pedido, em 09.12.87;**
- **Ingressou no Ministério Público do Estado do Amazonas no cargo de Promotor de Justiça de 1ª. Entrância, nomeado após habilitação em Concurso Público de Provas e de Títulos desde 12.12.87, tendo sido titular da Promotoria de Justiça de Manicoré-AM (12.12.87 a 31.07.89);**



- **Promovido, por merecimento, ao cargo de Promotor de Justiça de 2ª. Entrância, passando a ser titular da 12ª. Promotoria de Justiça da Comarca da Capital – Manaus (01.08.89);**
- **Secretário-Geral do Ministério Público do Amazonas, de 01.08.89 a 15.03.91;**
- **Secretário de Estado de Justiça (15.03.91 a 20.10.93);**
- **Secretário de Estado de Segurança Pública (20.10.93 a 22.12.93);**
- **Secretário de Estado de Justiça, Segurança Pública e Cidadania (22.12.93 a 01.01.95);**
- **Vice-Presidente do FÓRUM NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE JUSTIÇA E CIDADANIA (biênio 1993/1995);**
- **Em 1993 foi removido, por antigüidade, para a 20ª. Promotoria Especializada em Delitos de Trânsito;**
- **Assessor e Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça (03.10.97 a 31.03.98);**
- **Professor-Substituto do Curso de Direito da Universidade Nilton Lins, em Manaus, em períodos do ano letivo de 1998, nas disciplinas de Direito Penal III e Direito Constitucional I;**
- **Conferencista no I Curso de Análise do Processo Penal promovido pelo Centro Acadêmico da Fundação Universidade Federal do Amazonas, proferindo palestra sobre o tema “Sugestões para Implementação do Código de Trânsito Brasileiro”, realizado em Manaus (17 a 19.06.1999);**



- **Em 10.02.1999 tornou-se o 1º. Promotor de Justiça a eleger-se Procurador-Geral de Justiça, tendo sido empossado em 03.03.1999;**
- **Em 28.08.2000 foi eleito e empossado como 2º. Vice-Presidente do CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES GERAIS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS DOS ESTADOS E DA UNIÃO – CNPGJ;**
- **Em 12.12.2000 foi promovido, por merecimento, ao cargo de Procurador de Justiça, último da carreira do Ministério Público;**
- **Em 12.02.2001 foi reeleito e reconduzido ao cargo de Procurador-Geral de Justiça, para cumprir mais um mandato, de março de 2001 a março de 2003;**
- **Debatedor no I CICLO DE PALESTRAS DE DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO, realizado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Amazonas, em 06.04.2001.**
- **Em 06.06.2001 foi eleito e empossado 1º. Vice-Presidente do CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS DOS ESTADOS E DA UNIÃO - CNPGJ;**
- **É membro da *International Association of Prosecutors* - IAP, inscrito sob n.º BR 087/2003;**
- **Secretário de Estado de Controle Interno, Ética e Transparência do Estado do Amazonas atual Controladoria-Geral do Estado**

(08.01 a 21.09.2004). Neste cargo implantou a **Comissão-Geral de Ética Pública do Amazonas**.

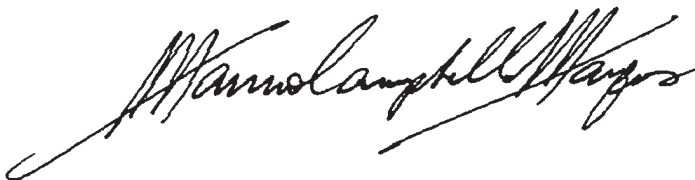
- Em 15.02.2007 foi, novamente, eleito para exercer o cargo de **Procurador-Geral de Justiça** e empossado em 08.03.2008 para cumprir um mandato de março/2007 a março/2009.

#### **Condecorações e honrarias:**

- **Ordem do Mérito Naval**, admitido em 27.04.99 por Decreto Presidencial;
- **Ordem do Mérito Militar**, admitido em 11.04.2001 por Decreto Presidencial;
- **Medalha do Mérito do Ministério Público do Estado do Amazonas** (03.03.1999);
- **Ordem do Mérito Legislativo do Estado do Amazonas**, no grau **Mérito Especial**, outorgada pela Assembleia Legislativa do Estado (24.01.2003).
- **Ordem do Mérito Legislativo do Estado do Amazonas**, no grau **Grande Mérito**, outorgado pela Assembleia Legislativa do Estado (12.12.2005).
- **Medalha do Pacificador**, outorgada pelo Comandante do Exército Brasileiro (25.08.2001);

- **Medalha do Mérito do CONSELHO NACIONAL DOS PROCURADORES-GERAIS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS DOS ESTADOS E DA UNIÃO-CNPG (05.09.2003);**
- **Medalha do Mérito da Associação Amazonense do Ministério Público, agraciado em 2001;**
- **Medalha Tiradentes, Polícia Militar do Amazonas (02.04.93);**
- **Medalha do Mérito Policial Civil, Polícia Civil do Amazonas (31.03.94);**
- **Título de Cidadão Honorário do Município de Manicoré-AM, Lei Municipal n.º 293-B, de 02.03.1989;**
- **Medalha de Honra da Academia Nacional de Saúde das Polícias Militares (23.07.93);**
- **Medalha Cândido Mariano, Polícia Militar do Amazonas (04.11.94).**
- **Medalha Mérito Tamandaré, outorgada pelo Comando da Marinha do Brasil (dezembro/2007).**

É casado com D. LÚCIA CLARA GIL DE BRITO CAMPBELL MARQUES com quem possui dois filhos, MANOELLA (16 anos) e GUILHERME GIL DE BRITO CAMPBELL MARQUES (15 anos).



Aviso nº 364 - C. Civil.

Em 14 de maio de 2008.

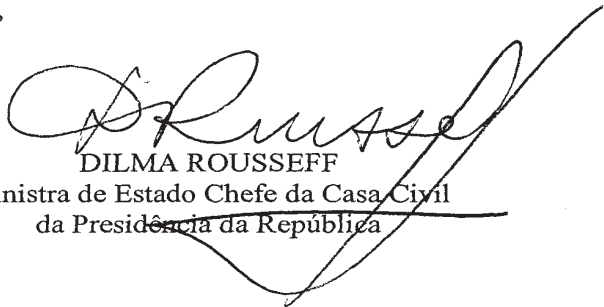
A Sua Excelência o Senhor  
Senador EFRAIM MORAIS  
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Doutor MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, em vaga reservada a membro do Ministério Público, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Francisco Peçanha Martins.

Atenciosamente,



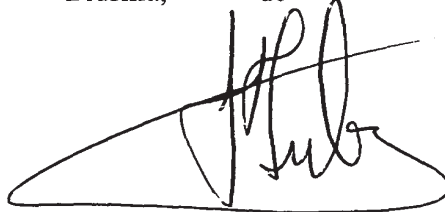
DILMA ROUSSEFF  
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

**Mensagem nº 93, de 2008**  
**(nº 291/2008, na origem)**

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do parágrafo único, “in fine” do art. 104 da Constituição, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Doutor GERALDO OG NICÉAS MARQUES FERNANDES, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, em vaga reservada a Desembargadores dos Tribunais de Justiça, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Raphael de Barros Monteiro Filho.

Brasília, 14 de maio de 2008.



## ***CURRICULUM VITAE***

### ***1. Dados Pessoais***

Nome: Geraldo Og Nicéas Marques Fernandes

Estado Civil: Casado

Nacionalidade: Brasileira

Data e Local de Nascimento: 26/11/1951, no Recife

Profissão: Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

E-mail – [desog@tjpe.gov.br](mailto:desog@tjpe.gov.br)

Celular: 081-96013294

C.P.F.: 045.885.504 - 97

Filiação: Maria Auxiliadora Níceas

### ***2. Escolaridade***

Conclusão do I Grau do Colégio Pio XII, 1966, Recife, Pernambuco

Conclusão do II Grau no Curso Torres, 1969, Recife, Pernambuco

Oficial da Reserva do Exército do Brasil pelo Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, 1970

Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, 1974

Bacharel em Jornalismo pela Universidade Católica de Pernambuco, 1974

### ***3. Atividades Profissionais***

Repórter do Setor Forense do Jornal Diário de Pernambuco, Recife, 1973/1981

Professor de História do Colégio Militar do Recife, 1975

Assessor de Gabinete do Secretário da Justiça do Estado de Pernambuco, 1978

Assessor Jurídico do Sistema Penitenciário do Estado de Pernambuco, 1978/1981

Professor Auxiliar de Ensino de Direito Processual Penal da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Pernambuco, 1979/1993

Advogado Criminal - 1977/1981

Juiz de Direito do Estado de Pernambuco 1981/1997

Desembargador – desde 1997 – Integrante da 2ª Câmara Criminal.



### ***3.1. Cargos e Funções exercidos no Poder Judiciário de Pernambuco***

Juiz de Direito da Comarca de Vicência, 1981/1983

Juiz de Direito da Comarca de Catende, 1983/1984

Juiz de Direito da Comarca do Cabo, 1984/1985

Juiz de Direito da Comarca da Capital, 1985/1997, sendo atualmente titular da 5a. Vara da Assistência Judiciária

Integrante do Grupo Multidisciplinar que elaborou o Plano Diretor de Informática do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, 1985

Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça responsável pela implantação do Setor de Informática do Fórum da Capital, 1986

Supervisor da Escola Superior da Magistratura do Estado de Pernambuco, 1988

Juiz Assessor da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, 1988/1991

Coordenador da Implantação dos Juizados de Pequenas Causas no Estado de Pernambuco, 1989

Coordenador da Publicação do Ementário Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, Vol 1, 1990

Integrante da Comissão selecionadora dos candidatos ao Curso de Preparação da Escola Superior da Magistratura do Estado de Pernambuco, 1990/1991

Integrante da Comissão para a reforma do Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco, 1991/1992

Presidente da Comissão Multidisciplinar que elaborou proposta para reestruturação dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, 1991

Consultor para reestruturação do Poder Judiciário da República da Guiné-Bissau, 1992

Integrante de Grupo de Trabalho para racionalização da área de Recursos Humanos do Foro da Capital, 1994

Juiz Assessor do Corregedor Geral da Justiça, 1991/1997

Juiz Substituto da 6ª Zona Eleitoral, 1995/1996

Integrante, como membro suplente, do Conselho Estadual de Entorpecentes, na representação do Poder Judiciário, 1995

Integrante do Grupo de Trabalho da Comissão de Jurisprudência e Publicações, 1996

Coordenador Executivo dos Juizados Especiais Criminais no Estado de Pernambuco, 1996, por força do Ato nº 230/96, da Presidência do Tribunal de Justiça

Participante do Seminário sobre Administração da Justiça nos Estados Unidos, a convite do Departamento de Estado Americano, Junho/Julho, 1996

Integrante da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça, 1999

Participante do Seminário sobre Direito Comparado no Centro de Estudos Judiciários, Lisboa, Portugal, Abril/2000

Integrante da Comissão de Jurisprudência e Publicações do Tribunal de Justiça de Pernambuco desde fevereiro 2000

Ouvidor Judiciário – desde fevereiro/1999

Integrante da Comissão Examinadora do Concurso para Juiz de Direito Substituto do Estado de Pernambuco, 2001

Coordenador do Conselho de Defesa do Cidadão do Estado de Pernambuco –2001/2003

Membro do Conselho Estadual da Paz, como representante do Tribunal de Justiça – 2004

Vice-Presidente do TRE – 2005/2007

Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

#### ***4. Trabalhos Publicados***

**Estudo sobre Responsabilidade Penal**, em conjunto com o desembargador Nildo Nery dos Santos, em trabalho de Direito Comparado coordenado pela professora Francesca Molinari, publicado pela Universidade de Gênova, Itália, 1985

**O Juiz Criminal**, publicado pela Revista Arquivo Forense, do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, 1987

**Juizados Criminais: o Processo de Resultados**, publicado no nº 01 da Revista da Escola Superior da Magistratura do Estado de Pernambuco, 1996

#### ***5. Comendas***

Ordem do Mérito dos Guararapes, do Governo do Estado de Pernambuco, 1990.

Ordem do Mérito Policial, da Secretaria de Segurança do Estado de Pernambuco, 1990.

Ordem do Mérito Judiciário Frei Caneca, do Tribunal de Justiça de Pernambuco, 1998  
Medalha Mal. Trompowsky, de ensino do Colégio Militar do Recife, 2006.

Medalha Pernambucana do Mérito Policial-Militar, da Polícia Militar do Estado de Pernambuco, 2007.

Medalha de Mérito ESMAPE, classe ouro, 2007.

Medalha do Mérito Joaquim Nunes Machado Classe Ouro, 2007.

#### **6. Prêmios**

Menção Honrosa no 1º Prêmio Inovare - O Judiciário do séc XXI, de caráter nacional, na categoria Tribunais, com o Tema "Ouvidoria Judiciária". – 2004.

Recife, 15 de abril de 2008.



**Geraldo Og Nicéas Marques Fernandes**

Aviso nº 365 - C. Civil.

Em 14 de maio de 2008.

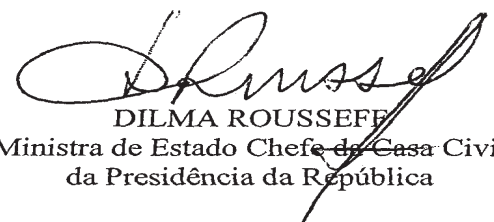
A Sua Excelência o Senhor  
Senador EFRAIM MORAIS  
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Doutor GERALDO OG NICÉAS MARQUES FERNANDES, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, em vaga reservada a Desembargadores dos Tribunais de Justiça, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Raphael de Barros Monteiro Filho.

Atenciosamente,



**DILMA ROUSSEFF**  
Ministra de Estado Chefe de Casa Civil  
da Presidência da República

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) –

As mensagens que acabam de ser lidas vão à publicação e serão remetidas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2005** (nº 4.827/2001, na Casa de origem), que dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Musicoterapeuta;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2005** (nº 2.462/2000, na Casa de origem) que dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental Serra de Meruoca, no Estado do Ceará, e dá outras providências;
- **Projeto de Lei do Senado nº 323, de 2005** – Complementar, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que altera dispositivo da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências;
- **Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2006**, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, que altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para prever remessa de ofício ao tribunal em caso de decisão judicial liminar que autoriza a exploração de jogo de azar; e
- **Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2006**, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, que altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 4 de outubro de 1941 – Código de Processo

*Penal, para criar recurso contra decisão de juiz que nega requerimentos de busca e apreensão, de interceptação telefônica ou de medida assecuratória.*

Aos Projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 22, de 2008**, de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior, que *altera a redação do art. 154 e revoga o art. 160 do Regimento Interno do Senado Federal, para determinar que as sessões especiais e comemorativas se realizarão somente em dias de sessão não deliberativa.*

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai à Comissão Especial, criada pelo Requerimento nº 208, de 2008, para reforma do Regimento Interno, conforme fala da Presidência, lida na sessão de 2 de abril do corrente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência recebeu o Aviso nº 30, de 2008 (nº 38/2008, na origem), de 29 de abril último, do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos dos incisos I e II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real referente ao primeiro trimestre de 2008, as razões delas determinantes, a posição das reservas internacionais a elas vinculadas e o relatório da execução da programação monetária.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**PARECER Nº 450, DE 2008**

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2004, **de autoria do Senador César Borges** que altera o art. 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências.

**RELATORA: Senadora SERYS SLHESARENKO**

**I – RELATÓRIO**

E encaminhado à análise desta Comissão, para decisão em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2004, de iniciativa do Senhor Senador César Borges, que altera o art. 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre lucro líquido, e dá outras providências

O Projeto, composto por três artigos, tem por objetivo aumentar de dois para quatro por cento o valor dedutível sobre o lucro operacional da pessoa jurídica, para efeitos de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro líquido, relativamente a doações feitas a entidades civis, legalmente constituídas no Brasil, sem fins lucrativos, que prestem serviços gratuitos em benefício de empregados da pessoa doadora, e respectivos dependentes, ou em benefício da comunidade onde atuem.

Em seu art. 2º, o PLS 97/2004 determina ao Poder Executivo que estime o montante da renúncia fiscal decorrente de suas disposições, incluindo-o no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal e considerando-o na estimativa de receita orçamentária relativa ao exercício financeiro em que a lei entre em vigor.



Pelo parágrafo único do mesmo artigo, a elevação do limite de dedução só será autorizada a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior à implementação das medidas referidas no parágrafo anterior.

Na justificação, o autor destaca o papel das entidades beneficentes e de assistência social quando no desempenho de programas representativos da ação governamental. Para ele, ainda que o “jargão legal” trate a matéria como renúncia de receita, o Projeto é uma maneira “simples e direta de contribuir para solucionar boa parte dos nossos problemas sociais”.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

## II – ANÁLISE

Conforme o Regimento Interno do Senado (art. 99, I, IV e VII), compete à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre proposições pertinentes aos aspectos econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida, e, ainda, sobre tributos, finanças públicas e outros assuntos correlatos.

O presente Projeto de Lei propõe a alteração do limite de dedução da base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido relativamente a despesas realizadas com doações a entidades beneficentes, na forma especificada, elevando-o de dois para quatro por cento do lucro operacional da pessoa jurídica.

Inicialmente, é importante frisar a legitimidade da iniciativa do parlamentar, com fundamento no art. 48, I, da Constituição.

Ainda sob o ponto de vista da constitucionalidade, a proposta satisfaz ao previsto no § 6º do art. 150, que determina a necessidade de lei federal específica para a concessão de qualquer subsídio ou redução de base de cálculo de imposto.

Quanto à técnica legislativa, a proposta está em conformidade com a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que regula o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal.

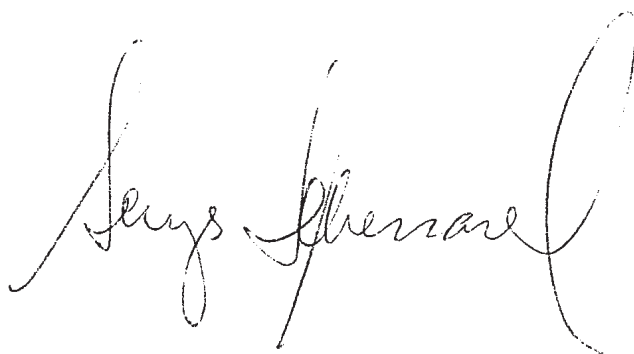
Quanto ao mérito, embora se possa dizer que o Projeto contenha dispositivos específicos com vistas a adequar suas disposições às prescrições da Lei de Responsabilidade Fiscal, não há dúvida de que se trata de significativa renúncia fiscal, cujos resultados dificilmente atingirão a almejada “solução de boa parte de nossos problemas sociais”, como alega o autor da proposta. Até porque não há qualquer dado anexo à proposição que comprove o grau de benefícios obtido com a dedução no índice hoje concedido.

Aliás, no momento em que todos os esforços são feitos para equilibrar as contas públicas, inclusive com o corte substancial de despesas orçamentárias, a concessão ou ampliação de benefícios fiscais deve ser vista de forma restritiva, só devendo ser autorizada quando os resultados econômicos ou sociais a serem colhidos forem comprovadamente superiores aos custos para a sociedade como um todo, o que não nos parece ser o caso.

### III – VOTO

Portanto, o nosso voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2004.

Sala da Comissão, em 06, de maio de 2008

A large, stylized handwritten signature in black ink, which appears to read 'Luiz Ferraes'.

, Presidente

, Relatora

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS  
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 97, DE 2004  
TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06/05/08, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)

EDUARDO SUPLICY (PT)	1-FLÁVIO ARNS (PT)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	2-PAULO PAIM (PT)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	3-IDELI SALVATTI (PT)
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	4-SIBÁ MACHADO (PT)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	5-MARCELO CRIVELLA (PRB)
EXPEDITO JÚNIOR (PR)	6-INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
SERYS SLHESSARENKO (PT)	7-PATRÍCIA SABOYA GOMES (PDT)
	8-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
	9-CÉSAR BORGES (PR)

Maioria (PMDB)

ROMERO JUCÁ	1-VALTER PEREIRA
VALDIR RAUPP	2-ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-LEOMAR QUINTANILHA
GEOVANI BORGES	5-VAGO
NEUTO DE CONTO	6-PAULO DUQUE
GERSON CAMATA	7-JARBAS VASCONCELOS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ADELMIR SANTANA (DEM)	1-GILBERTO GOELLNER (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	2-ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM)
ELISEU RESENDE (DEM)	3-DEMÓSTENES TORRES (DEM)
JAYME CAMPOS (DEM)	4-ROSALBA CIARLINI (DEM)
KÁTIA ABREU (DEM)	5-MARCO MACIEL (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	6-ROMEU TUMA (PTB)
CÍCERO LUCENA (PSDB)	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	8-EDUARDO AZEREDO (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	9-MARCONI PERILLO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	10-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

PTB

JOÃO VICENTE CLAUDINO	1-
GIM ARGELLO	2-

PDT

OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PÉRES
------------	-------------------

## COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONOMICOS

## LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PLS nº 97, de 2004.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO SUPLEY (PT)		X			1-FLAVIO ARNS (PT)				
FRANCISCO DORNELLES (PP)		X			2-PAULO PAIM (PT)				
DELÍCIO AMARAL (PT)					3-IDELI SALVATTI (PT)				
ALOIZIO MERCADANTE (PT)					4-SIBA MACHADO (PT)				
RENATO CASAGRANDE (PSB)		X			5-MARCELO CRIVELLA (PRB)				
EXPEDITO JUNIOR (PR)		X			6-INÁCIO ARRUDA (PCdoB)				
SERY'S SLHESARENKO (PT)		X			7-PATRICIA SABOYA GOMES (PDT)				
					8-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)		X		
					9-CÉSAR BORGES (PR) (AUTOR)				
TITULARES – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMERO JUCA					1-VALTER PEREIRA				
VALDIR RAUPP					2-ROSEANA SARNEY				
PEDRO SIMON					3-WELLINGTON SALGADO				
MÁO SANTA					4-LEOMAR QUINTANILHA				
GEOVANI BORGES					5-VAGO				
NEUTO DE CONTO					6-PAULO DUQUE				
GERSON CAMATA					7-IARBAS VASCONCELOS				
TITULARES – Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA (DEM)					1-GILBERTO GOELLNER (DEM)				
HERÁCLITO FORTES (DEM)		X			2-ANTÔNIO CARLOS JUNIOR (DEM)		X		
ELISEU RESENDE (DEM)		X			3-DEMÓSTENES TORRES (DEM)				
JAYME CAMPOS (DEM)		X			4-ROSALBA CIARLINI (DEM)				
KÁTIA ABREU (DEM)					5-MARCO MACIEL (DEM)				
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)					6-ROMEU TUMA (PTB)				
CÍCERO LUCENA (PSDB)					7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)				
FLEXA RIBEIRO (PSDB)					8-EDUARDO AZEREDO (PSDB)				
SERGIO GUERRA (PSDB)					9-MARCONI PERILLO (PSDB)				
TASSO JEREISSATI (PSDB)		X			10-JOÃO TENÓRIO (PSDB)				
TITULAR – PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOÃO VICENTE CLAUDINO		X			1-				
GIM ARGELLO		X			2-				
TITULAR – PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS		X			1-JEFFERSON PERES				

TOTAL 15 SIM – NÃO 14 PREJ – AUTOR – ABS – PRESIDENTE 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 04/05/08.

*Alcides Bello*  
Senador Alcides Bello  
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)

## LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

.....

Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de:

.....

Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

.....

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

.....

~~§ 6º — Qualquer anistia ou remissão, que envolva matéria tributária ou previdenciária, só poderá ser concedida através de lei específica, federal, estadual ou municipal.~~

§ 6.º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2.º, XII, g. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

.....

**LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....



OF. 031 /2008/CAE


Brasília, 06 de maio de 2008

A Sua Excelência o Senhor  
Senador GARIBALDI ALVES FILHO  
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou, em reunião realizada nesta data, o Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2004, que “altera o artigo 13 da Lei nº 9249, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências”.

Respeitosamente,



Senador ALOIZIO MERCADANTE  
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

**PARECER Nº 451, DE 2008**

*Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE sobre o Projeto de Lei do Senado nº 690, de 2007, de autoria do Senador Gerson Camata, que acrescenta inciso XVII ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para considerar abusiva a cláusula que obrigue o consumidor a pagar pela emissão do carnê de pagamento ou do boleto bancário.*

**RELATOR: Senador HERÁCLITO FORTES**

**I – RELATÓRIO**

Esta Comissão examina, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 690, de 2007, de autoria do Senador GERSON CAMATA, acima epigrafado.

O art. 1º da proposição acrescenta ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor (CDC), o inciso XVII.

Desse modo, o art. 51, inciso XVII (acrescentado pelo art. 1º da proposição), propõe que *são nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que obriguem o consumidor a pagar pela emissão do carnê de pagamento ou do boleto bancário.*

Ao justificar a proposição, o autor alega que, em recente audiência pública na Câmara dos Deputados, o Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, Ricardo Morishita, considerou como prática ilegal e injusta a cobrança de valores relativos aos custos de emissão do boleto bancário. Segundo ele, compete ao credor proporcionar todos os meios para a realização da cobrança e arcar com os custos dela advindos.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

## II – ANÁLISE

Segundo o disposto no art. 102-A, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 1, de 2005, compete a esta Comissão pronunciar-se sobre matérias referentes à defesa do consumidor.

Relativamente à constitucionalidade, o PLS nº 690, de 2007, cuida de matéria, pertinente a produção e consumo, inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal (Constituição Federal – CF, art. 24, inciso V). Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre o assunto (CF, art. 48), e é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Lei Maior. A proposição está vazada em boa técnica legislativa.

No tocante à juridicidade, a proposição cumpre as exigências de inovação, efetividade, espécie normativa adequada, coercitividade e generalidade.

Em relação ao mérito, entendemos ser indevida a cobrança de despesas relativas ao processamento, à emissão e ao recebimento de boleto bancário, uma vez que esses custos são inerentes à própria atividade do fornecedor e a responsabilidade pelo pagamento desse boleto é determinada em contrato celebrado entre ele e a instituição financeira, não sendo possível repassar essa obrigação ao consumidor.

É de realçar que o PLS nº 690, de 2007, está em perfeita conformidade com a Política Nacional das Relações de Consumo (CDC, art. 4º), fundada nos princípios do *reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo* (inciso I).

Dessa maneira, entendemos meritória e oportuna a proposição, uma vez que soluciona apropriadamente assunto de interesse de grande número de consumidores, contribuindo assim para o aprimoramento da referida Lei nº 8.078, de 1990.

## III – VOTO

Diante do exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 690, de 2007.

Sala da Comissão, 06 de maio de 2008



, Presidente

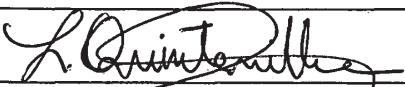

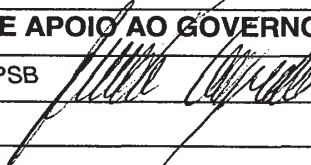

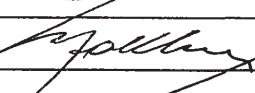
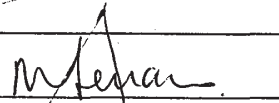
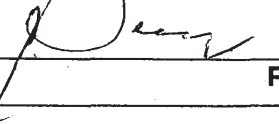


, Relator

# **COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**

**PROPOSIÇÃO: PLS Nº 690 DE 2007**

**ÁSSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06/05/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

<b>PRESIDENTE :</b>		SEN. LEOMAR QUINTANILHA
<b>RELATOR :</b>		SEN. HERÁCLITO FORTES
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>		
RENATO CASAGRANDE-PSB		FLÁVIO ARNS-PT
SIBÁ MACHADO-PT		AUGUSTO BOTELHO-PT
FÁTIMA CLEIDE-PT		SERYS SLHESSARENKO-PT
CÉSAR BORGES-PR		INÁCIO ARRUDA-PC do B
		EXPEDITO JÚNIOR-PR
<b>Maioria (PMDB)</b>		
LEOMAR QUINTANILHA		ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO		GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP		ALMEIDA LIMA
VALTER PEREIRA		GERALDO MESQUITA
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>		
ELISEU RESENDE-DEM		ADELMIR SANTANA-DEM
HERÁCLITO FORTES-DEM		VAGO
GILBERTO GOELLNER-DEM		VAGO
JOSÉ AGRIPINO-DEM		RAIMUNDO COLOMBO-DEM
MÁRIO COUTO-PSDB		PAPALÉO PAES-PSDB
MARISA SERRANO-PSDB		FLEXA RIBEIRO-PSDB
MARCONI PERILLO-PSDB		ARTHUR VIRGÍLIO-PSDB
<b>PTB</b>		
IM ARGELLO		
<b>PDT</b>		
IEFFERSON PÉRES		VAGO

## COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 690, DE 2007

## LISTA DE VOTAÇÃO

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RENATO CASAGRANDE - PSB	X				FLÁVIO ARNS - PT	X			
SIBÁ MACHADO - PT					AUGUSTO BOTELHO - PT	X			
FÁTIMA CLEIDE - PT					SÉRYO SLHESARENKO - PT				
CÉSAR BORGES - PR					INÁCIO ARRUDA - PC do B				
					EXPEDITO JUNIOR - PR	X			
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LEOMAR QUINTANILHA					ROMERO JUCÁ				
WELLINGTON SALGADO					GILVAM BORGES				
VALDIR RAUPP					ALMEIDA LIMA				
VALTER PEREIRA					GERALDO MESQUITA				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ELISEU RESENDE - DEM					ADELMIR SANTANA - DEM				
HERÁCLITO FORTES - DEM	X				VAGO				
GILBERTO GOELLNER - DEM	X				VAGO				
JOSÉ AGRUPINO - DEM					RAIMUNDO COLOMBO - DEM				
MÁRIO COUTO - PSDB					PAPALEO PAES - PSDB				
MARISA SERRANO - PSDB	X				FLEXA RIBEIRO - PSDB	X			
MARCONI PERILLO - PSDB	X				ARTHUR VIRGÍLIO - PSDB				
TITULARES - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO									
TITULARES - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JEFFERSON PERES					VAGO				

TOTAL: 10 SIM: 09 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR — PRESIDENTE 01

*Leomar Quintanilha*  
 Senador LEOMAR QUINTANILHA  
 Presidente

SALA DAS REUNIÕES, EM 06/05/2008

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (ART. 132, § 8º, RISF)



## LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....  
Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:  
.....

V - produção e consumo;  
.....

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII - concessão de anistia;

IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

~~X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas;~~

~~XI - criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;~~

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, *b*; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII - telecomunicações e radiodifusão;

XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

~~XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)~~

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

~~c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;~~

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

~~e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública.~~

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....

**LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990.**

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências

.....

Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios: (Redação dada pela Lei nº 9.008, de 21.3.1995)

I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo;

.....

Art. 51. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:

I - impossibilitem, exonerem ou atenuem a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualquer natureza dos produtos e serviços ou impliquem renúncia ou disposição de direitos. Nas relações de consumo entre o fornecedor e o consumidor pessoa jurídica, a indenização poderá ser limitada, em situações justificáveis;

II - subtraíam ao consumidor a opção de reembolso da quantia já paga, nos casos previstos neste código;

III - transfiram responsabilidades a terceiros;

IV - estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade;

V - (Vetado);

VI - estabeleçam inversão do ônus da prova em prejuízo do consumidor;

VII - determinem a utilização compulsória de arbitragem;

VIII - imponham representante para concluir ou realizar outro negócio jurídico pelo consumidor;

IX - deixem ao fornecedor a opção de concluir ou não o contrato, embora obrigando o consumidor;

X - permitam ao fornecedor, direta ou indiretamente, variação do preço de maneira unilateral;

XI - autorizem o fornecedor a cancelar o contrato unilateralmente, sem que igual direito seja conferido ao consumidor;

XII - obriguem o consumidor a ressarcir os custos de cobrança de sua obrigação, sem que igual direito lhe seja conferido contra o fornecedor;

XIII - autorizem o fornecedor a modificar unilateralmente o conteúdo ou a qualidade do contrato, após sua celebração;

XIV - infrinjam ou possibilitem a violação de normas ambientais;

XV - estejam em desacordo com o sistema de proteção ao consumidor;

XVI - possibilitem a renúncia do direito de indenização por benfeitorias necessárias.

.....

SECRETARIA DE COMISSÕES  
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR  
E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

OF. nº 28/2008 – CMA

Brasília, de maio de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em reunião no dia 6 de maio de 2008, aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 690, de 2007, que “acrescenta inciso XVII ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para considerar abusiva a cláusula contratual que obrigue o consumidor a pagar pela emissão do carnê de pagamento ou do boleto bancário”, de autoria do Senador Gerson Camata.

Atenciosamente,



Senador LEOMAR QUINTANILHA  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
Senador GARIBALDI ALVES  
DD. Presidente do Senado Federal

## PARECER Nº 452, DE 2008

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 424, de 2007, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que acrescenta parágrafos ao art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, renumerando o atual parágrafo único, para impor ao fornecedor a obrigação de advertir o consumidor, de forma clara e destacada, do direito de arrependimento previsto no art. 49 e dá outras providências.

RELATOR: Senador **FLÁVIO ARNS**

### I – RELATÓRIO

Esta Comissão examina, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 424, de 2007, de iniciativa da Senadora LÚCIA VÂNIA.

O art. 1º da proposição acrescenta os §§ 2º e 3º ao art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor (CDC).

O § 2º, acrescentado pela proposição, obriga o fornecedor a disponibilizar ao consumidor, na conclusão do negócio, informação por escrito, de forma clara e destacada, sobre o exercício do direito de desistência, incluindo o endereço físico ou eletrônico do estabelecimento comercial a que o consumidor poderá encaminhar a respectiva notificação.

O § 3º proposto estabelece que, se descumprida a obrigação, o prazo de reflexão será prorrogado até o seu efetivo cumprimento pelo fornecedor.



Na justificação, a autora alega a falta de campanhas educativas e melhor esclarecimento pelo poder público sobre o direito de desistência do contrato celebrado fora do estabelecimento comercial. O art. 49 do CDC prevê que o consumidor pode desistir do contrato, no prazo de sete dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento, especialmente por telefone ou a domicílio.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

## II – ANÁLISE

Conforme o disposto no inciso III do art. 102-A do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução n 1, de 2005, compete a esta Comissão manifestar-se sobre matérias pertinentes à defesa do consumidor.

Em relação à constitucionalidade, note-se que o PLS n° 424 de 2007 cuida de matéria inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Lei Maior. Tampouco há norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor da proposição em exame.

No que concerne à juridicidade, a proposição cumpre as exigências de: *a) inovação*, pois introduz a informação por escrito acerca do direito de arrependimento; *b) efetividade*, visto que, de fato, será exigido dos fornecedores o cumprimento da obrigação de advertir o consumidor, por escrito, a respeito do direito de desistência; *c) espécie normativa adequada*, vez que a tutela do consumidor depende de lei ordinária, por força do disposto no art. 5º, inciso XXXII, da Constituição Federal; *d) coercitividade*, representada pelos comandos impostos ao fornecedor, o qual se descumprir a obrigação, terá o prazo de reflexão prorrogado até o seu efetivo cumprimento pelo fornecedor; e *e) generalidade*, porque as regras contidas no projeto de lei se aplicam, indistintamente, a todos os fornecedores.

No tocante à técnica legislativa, merece reparo a ementa da proposição para que fique mais concisa.

Relativamente ao mérito, saliente-se que, ~~apropriadamente~~ à semelhança Diretiva n° 97, de 2007, da União Européia, o projeto de lei pretende obrigar o fornecedor a disponibilizar informação sobre o importante

direito de desistência previsto no art. 49 do CDC. O objetivo da proposição é proteger o consumidor contra práticas agressivas de venda, ao assegurar que seja proporcionado o tempo para que ele possa refletir e decidir com calma. Portanto, se convertido em lei, o projeto restabelecerá o equilíbrio da relação de consumo, ao reprimir essa conduta inadequada dos fornecedores, que vem prejudicando inúmeros consumidores.

Ressalte-se que a diretiva do Parlamento Europeu trata de forma mais completa que a legislação brasileira a questão da proteção dos consumidores em matéria de contratos à distância. Sendo assim, apresentamos emenda ao PL, a fim de inserir o tratamento detalhado da matéria na legislação brasileira, nos moldes da legislação européia.

Consideramos que a informação sobre a existência do direito de desistência deve ser fornecida previamente à conclusão do contrato e não somente no momento da sua conclusão. Além disso, entendemos necessário aumentar o prazo do exercício do direito de desistência de sete para noventa dias no caso de descumprimento do dever de informação. O Código Civil alemão, por exemplo, prevê o direito de desistência do consumidor durante o prazo de duas semanas e, no caso de ausência de informação sobre esse direito, o prazo passa a ser de seis meses (§ 355 do BGB).

É de realçar que o PLS nº 424 de 2007 guarda consonância com a Política Nacional das Relações de Consumo (CDC, art. 4º), fundada no princípio do *reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo* (inciso I).

Por último, consideramos meritória e oportuna a proposição, porquanto ela soluciona adequadamente questão de interesse de grande número de consumidores, contribuindo assim para o aperfeiçoamento da norma consumerista.

### III – VOTO

Diante do exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº424, de 2007, com a seguinte emenda:

**EMENDA Nº 1 – CMA**

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 424, de 2007, a seguinte redação:

**Art. 1º** O art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 2º e 3º, renumerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

“**Art. 49.** .....  
.....

§ 2º O fornecedor informará ao consumidor, por escrito, de forma clara e destacada, em tempo útil e previamente à celebração de qualquer contrato fora do estabelecimento sobre a identidade do fornecedor, seu endereço geográfico ou eletrônico, e sobre a existência do direito de desistência do contrato.

§ 3º No caso de descumprimento do disposto no § 2º, o prazo de desistência será de noventa dias. (NR)”

Sala da Comissão, 06 de maio de 2008


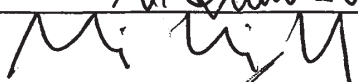
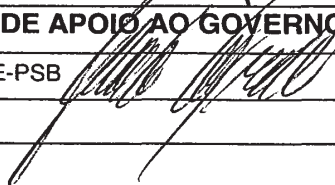
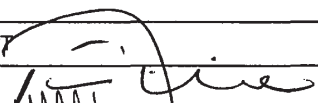
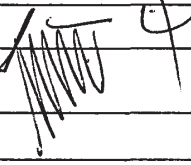

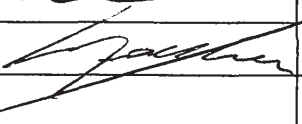
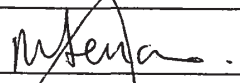
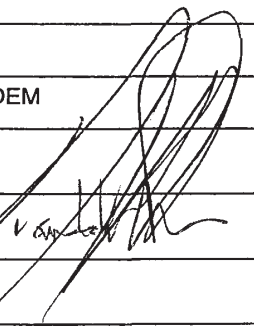
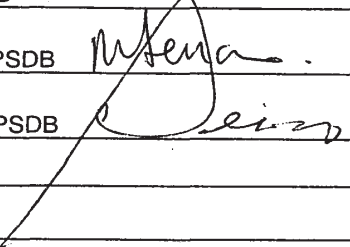
, Presidente

, Relator

# **COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**

**PROPOSIÇÃO:** PLS Nº 424 DE 2007

**ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06 105 12008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

<b>PRESIDENTE :</b>  (SEN. LEOMAR QUINTANILHA)	
<b>RELATOR :</b>  (SEN. FLÁVIO ARNS)	
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
RENATO CASAGRANDE-PSB 	FLÁVIO ARNS-PT <b>RELATOR</b>
SIBÁ MACHADO-PT	AUGUSTO BOTELHO-PT
FÁTIMA CLEIDE-PT	SERYS SLHESSARENKO-PT
CÉSAR BORGES-PR	INÁCIO ARRUDA-PC do B 
	EXPEDITO JÚNIOR-PR 
<b>Maioria (PMDB)</b>	
LEOMAR QUINTANILHA	ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO	GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP	ALMEIDA LIMA
VALTER PEREIRA	GERALDO MESQUITA
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
ELISEU RESENDE-DEM	ADELMIR SANTANA-DEM
HERÁCLITO FORTES-DEM 	VAGO
GILBERTO GOELLNER-DEM 	VAGO
JOSÉ AGRIPINO-DEM	RAIMUNDO COLOMBO-DEM
MÁRIO COUTO-PSDB	PAPALÉO PAES-PSDB
MARISA SERRANO-PSDB 	FLEXA RIBEIRO-PSDB 
MARCONI PERILLO-PSDB 	ARTHUR VIRGÍLIO-PSDB
<b>PTB</b>	
GIM ARGELLO	
<b>PDT</b>	
IEFFERSON PÉRES	VAGO

## COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 424, DE 2007

## LISTA DE VOTAÇÃO

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RENATO CASAGRANDE - PSB	X				FLÁVIO ARNS - PT	X			
SIBÁ MACHADO - PT					AUGUSTO BOTELHO - PT				
FÁTIMA CLEIDE - PT					SERYS SLHESARENKO - PT				
CÉSAR BORGES - PR					INÁCIO ARRUDA - PC do B	X			
					EXPEDITO JUNIOR - PR	X			
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LEOMAR QUINTANILHA					ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO					GILVAM BORGES				
VALDIR RAUPP					ALMEIDA LIMA				
VALTER PEREIRA					GERALDO MESQUITA				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ELISEU RESENDE - DEM					ADELMIR SANTANA - DEM				
HERÁCLITO FORTES - DEM	X				VAGO				
GILBERTO GOELLNER - DEM	X				VAGO				
JOSÉ AGRIPINO - DEM					RAIMUNDO COLOMBO - DEM				
MÁRIO COUTO - PSDB					PAPALEO PAES - PSDB				
MARISA SERRANO - PSDB	X				FLEXA RIBEIRO - PSDB	X			
MARCONI PERILLO - PSDB	X				ARTHUR VIRGÍLIO - PSDB				
TITULARES - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO									
TITULARES - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JEFFERSON PERES					VAGO				

TOTAL: 10 SIM: 09 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

*R. Quintanilha*  
 Senador LEOMAR QUINTANILHA  
 Presidente

SALA DAS REUNIÕES, EM 06 / 05 / 2008

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (ART. 132, § 8º, RJSF)



COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

EMENDA Nº 11 - CMA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 424, DE 2007

LISTA DE VOTAÇÃO

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RENATO CASAGRANDE - PSB	X				FLÁVIO ARNS - PT	X			
SIBÁ MACHADO - PT					AUGUSTO BOTELHO - PT				
FÁTIMA CLEIDE - PT					SERYS SLESSARENKO - PT	X			
CÉSAR BORGES - PR					INÁCIO ARRUDA - PC do B	X			
					EXPEDITO JUNIOR - PR	X			
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LEOMAR QUINTANILHA					ROMERO JUCÁ				
WELLINGTON SALGADO					GILVAM BORGES				
VALDIR RAUPP					ALMEIDA LIMA				
VALTER PEREIRA					GERALDO MESQUITA				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ELISEU RESENDE - DEM					ADELMIR SANTANA - DEM				
HERÁCLITO FORTES - DEM	X				VAGO				
GILBERTO GOELLNER - DEM	X				VAGO				
JOSÉ AGRIPINO - DEM					RAIMUNDO COLOMBO - DEM				
MÁRIO COUTO - PSDB					PAPALEO PAES - PSDB				
MARISA SERRANO - PSDB	X				FLEXA RIBEIRO - PSDB	X			
MARCONI PERILLO - PSDB	X				ARTHUR VIRGÍLIO - PSDB				
TITULARES - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO									
TITULARES - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JEFFERSON PERES					VAGO				

TOTAL: 10 SIM: 09 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR — PRESIDENTE 01

*L. Quintanilha*  
Senador LEOMAR QUINTANILHA  
Presidente

SALA DAS REUNIÕES, EM 06 / 05 / 2008

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (ART. 132, § 8º, RISF)

**TEXTO FINAL DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 424, DE 2007,  
APROVADO PELA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO  
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE EM REUNIÃO  
REALIZADA EM 6 DE MAIO DE 2008**

Acrescenta parágrafos ao art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, renumerando o atual parágrafo único, para impor ao fornecedor a obrigação de advertir o consumidor, de forma clara e destacada, do direito de arrependimento previsto no art. 49 e dá outras providências.

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º** O art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 2º e 3º, renumerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

**“Art. 49. ....**


.....

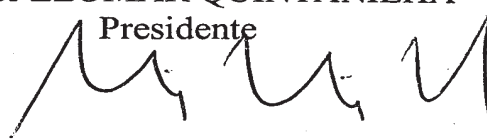
§ 2º O fornecedor informará ao consumidor, por escrito, de forma clara e destacada, em tempo útil e previamente à celebração de qualquer contrato fora do estabelecimento sobre a identidade do fornecedor, seu endereço geográfico ou eletrônico, e sobre a existência do direito de desistência do contrato.

§ 3º No caso de descumprimento do disposto no § 2º, o prazo de desistência será de noventa dias. (NR)”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 6 de maio de 2008

  
Senador LEOMAR QUINTANILHA  
Presidente

  
Senador FLÁVIO ARNS  
Relator

## LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA.

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

~~e) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;~~

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

~~e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;~~

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

**LEI Nº 8.078. DE 11 DE SETEMBRO DE 1990.**

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios: (Redação dada pela Lei nº 9.008, de 21.3.1995)

- I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo;
- II - ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor:
  - a) por iniciativa direta;
  - b) por incentivos à criação e desenvolvimento de associações representativas;
  - c) pela presença do Estado no mercado de consumo;
  - d) pela garantia dos produtos e serviços com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho.
- III - harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo e compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico, de modo a viabilizar os princípios nos quais se funda a ordem econômica (art. 170, da Constituição Federal), sempre com base na boa-fé e equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores;
- IV - educação e informação de fornecedores e consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo;
- V - incentivo à criação pelos fornecedores de meios eficientes de controle de qualidade e segurança de produtos e serviços, assim como de mecanismos alternativos de solução de conflitos de consumo;
- VI - coibição e repressão eficientes de todos os abusos praticados no mercado de consumo, inclusive a concorrência desleal e utilização indevida de inventos e criações industriais das marcas e nomes comerciais e signos distintivos, que possam causar prejuízos aos consumidores;
- VII - racionalização e melhoria dos serviços públicos;
- VIII - estudo constante das modificações do mercado de consumo.

Art. 49. O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 7 dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio.

Parágrafo único. Se o consumidor exercitar o direito de arrependimento previsto neste artigo, os valores eventualmente pagos, a qualquer título, durante o prazo de reflexão, serão devolvidos, de imediato, monetariamente atualizados.

OF. nº 29/2008 – CMA

Brasília, de maio de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em reunião no dia 6 de maio de 2008, aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 424, de 2007 com a Emenda nº 1-CMA, que “acrescenta parágrafos ao art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, renumerando o atual parágrafo único, para impor ao fornecedor a obrigação de advertir o consumidor, de forma clara e destacada, do direito de arrendimento previsto no art. 49 e dá outras providências”, de autoria da Senadora Lúcia Vânia.

Atenciosamente,



Senador LEOMAR QUINTANILHA

Presidente

**PARECER N º 453, De 2008**

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2007, — **de autoria do Senador Alvaro Dias**, que altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, unificando a data de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador à Seguridade Social com a data de recolhimento da contribuição devida ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

RELATOR: Senador **JOÃO VICENTE CLAUDINO****I – RELATÓRIO**

Vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2007, que tem por finalidade alterar o prazo para a arrecadação e recolhimento das contribuições e de outras importâncias devidas à Seguridade Social pelas empresas, relativamente à contribuição do segurado empregado, do trabalhador avulso e do contribuinte individual a seu serviço.

O prazo de recolhimento das contribuições previdenciárias das empresas, segundo o projeto, passa a ser até o dia sete do mês seguinte ao da competência.

Ao justificar sua iniciativa, o autor alega:

Segundo o modelo vigente, as contribuições sociais devidas à Seguridade Social devem ser adimplidas até o dia dois do mês seguinte ao da competência e os depósitos efetivados para o FGTS até o dia sete do mês subsequente ao vencido.

A diferença de cinco dias importa em mais burocracia e aumento de despesas com papel, formulários, contador, deslocamentos, o que



eleva o custo administrativo do gerenciamento da folha de pagamentos das empresas.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

## II – ANÁLISE

Pretende-se alterar a alínea *b* do inciso I do art. 30 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para fixar o dia sete do mês subsequente ao da competência como data de recolhimento das contribuições sociais, da mesma forma que o estabelecido para o recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Note-se, todavia, que, com o advento da Medida Provisória nº 351, de 22 de janeiro de 2007, convertida, posteriormente, na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, foi alterada a alínea *b* do inciso I do art. 30 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para determinar que, a partir da competência de janeiro de 2007, o prazo de recolhimento das contribuições previdenciárias das empresas passa a ser até o dia dez do mês seguinte ao da competência, *verbis*:

**Art. 9º** Os arts. 30 e 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 30.** .....

I – .....

b) recolher o produto arrecadado na forma da alínea *a* deste inciso, a contribuição a que se refere o inciso IV do caput do art. 22 desta Lei, assim como as contribuições a seu cargo incidentes sobre as remunerações pagas, devidas ou creditadas, a qualquer título, aos segurados empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais a seu serviço até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao da competência;

.....”


Entendemos que a Lei nº 11.488, de 2007, já contempla, de modo satisfatório, o objetivo do projeto sob exame. Sendo assim, não vemos razão para que ele continue prosperando.

## III – VOTO

À vista do exposto, opinamos, nos termos do art. 133, II, do Regimento Interno do Senado Federal, pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2007.

Sala da Comissão, em 6 de Maio de 2008

, Presidente

 , Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS  
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 79, DE 2007  
TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06 / 05 / 08. OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)

EDUARDO SUPPLY (PT)

1-FLÁVIO ARNS (PT)

FRANCISCO DORNELLES (PP)

2-PAULO PAIM (PT)

DELCEÍDIO AMARAL (PT)

3-IDELI SALVATTI (PT)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)

4-SIBÁ MACHADO (PT)

RENATO CASAGRANDE (PSB)

5-MARCELO CRIVELLA (PRB)

EXPEDITO JÚNIOR (PR)

6-INÁCIO ARRUDA (PCdoB)

SERYS SLHESSARENKO (PT)

7-PATRÍCIA SABOYA GOMES (PDT)

8-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)

9-CÉSAR BORGES (PR)

Maioria (PMDB)

ROMERO JUCÁ

1-VALTER PEREIRA

VALDIR RAUPP

2-ROSEANA SARNEY

PEDRO SIMON

3-WELLINGTON SALGADO

MÃO SANTA

4-LEOMAR QUINTANILHA

GEOVANI BORGES

5-VAGO

NEUTO DE CONTO

6-PAULO DUQUE

GERSON CAMATA

7-JARBAS VASCONCELOS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ADELMIR SANTANA (DEM)

1-GILBERTO GOELLNER (DEM)

HERÁCLITO FORTES (DEM)

2-ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM)

ELISEU RESENDE (DEM)

3-DEMÓSTENES TORRES (DEM)

JAYME CAMPOS (DEM)

4-ROSALBA CIARLINI (DEM)

KÁTIA ABREU (DEM)

5-MARCO MACIEL (DEM)

RAIMUNDO COLOMBO (DEM)

6-ROMEU TUMA (PTB)

CÍCERO LUCENA (PSDB)

7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)

FLEXA RIBEIRO (PSDB)

8-EDUARDO AZEREDO (PSDB)

SÉRGIO GUERRA (PSDB)

9-MARCONI PERILLO (PSDB)

TASSO JEREISSATI (PSDB)

10-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

PTB

JOÃO VICENTE CLAUDINO

1-

GIM ARGELLO

2-

PDT

OSMAR DIAS

1-JEFFERSON PÉRES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PLS nº 79, de 2007.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, Pcdob, PRB e PP)				SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, Pcdob, PRB e PP)				SIM		NÃO		AUTOR		ABSTENÇÃO	
EDUARDO SUPLICY (PT)				1-FLÁVIO ARNS (PT)											
FRANCISCO DORNELLES (PP)				2-PAULO PAIM (PT)											
DELÍCIO AMARAL (PT)				3-IDELI SALVATTI (PT)											
ALOIZIO MERCADANTE (PT)				4-SIBA MACHADO (PT)											
RENATO CASAGRANDE (PSB)				5-MARCELO CRIVELLA (PRB)											
EXPEDITO JUNIOR (PR)				6-INACIO ARRUDA (PCdoB)											
SERYS SLHESARENKO (PT)				7-PATRICIA SABOYA GOMES (PDT)											
				8-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)											
				9-CÉSAR BORGES (PR)											
TITULARES - Maioria (PMDB)				SUPLENTE – Maioria (PMDB)				SIM		NÃO		AUTOR		ABSTENÇÃO	
ROMERO JUCÁ															
VALDIR RAUPP															
PEDRO SIMON															
MAO SANTA															
GEOVANI BORGES															
NEUTO DE CONTO															
GERSON CAMATA															
TITULARES - Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)				SUPLENTE - Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)				SIM		NÃO		AUTOR		ABSTENÇÃO	
ADELMIR SANTANA (DEM)															
HERACLITO FORTES (DEM)															
ELISEU RESENDE (DEM)															
JAYME CAMPOS (DEM)															
KATIA ABREU (DEM)															
RAMUNDO COLOMBO (DEM)															
CICERO LUCENA (PSDB)															
FLEXA RIBEIRO (PSDB)															
SERGIO GUERRA (PSDB)															
TASSO JEREISSATI (PSDB)															
TITULAR - PTB				SUPLENTE-PTB				SIM		NÃO		AUTOR		ABSTENÇÃO	
JOÃO VICENTE CLAUDINO															
GIM ARGELLO															
TITULAR – PDT				SUPLENTE-PDT				SIM		NÃO		AUTOR		ABSTENÇÃO	
OSMAR DIAS				1-JEFFERSON PERES											

TOTAL 15 SIM 17 NÃO 17 PREJ 01 AUTOR 01 ABS 01 PRESIDENTE 01

  
Senador Aloizio Mercadante  
Presidente

SALA DAS REUNIÕES, EM 06/05/08.

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)

OF. 90 /2008/CAE


Brasília, 06 de maio de 2008

A Sua Excelência o Senhor  
Senador GARIBALDI ALVES FILHO  
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou, em reunião realizada nesta data, o Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2007, que “altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, unificando a data de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador à Seguridade Social com a data de recolhimento da contribuição devida ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)”.

Respeitosamente,

  
Senador ALOIZIO MERCADANTE  
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

## **PARECER**

### **Nº 454, DE 2008**

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2004, tendo como primeiro signatário a Senadora Roseana Sarney, que acrescenta parágrafo único ao art. 219 da Constituição Federal (dispõe sobre a concessão de incentivos do desenvolvimento científico e tecnológico).

**RELATOR: Senador EDUARDO AZEREDO**

## **I – RELATÓRIO**

Encontra-se em exame nesta Comissão, nos termos regimentais, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 22, de 2004, que dispõe sobre a necessidade de edição de lei complementar destinada a regulamentar a concessão de incentivos às atividades científica e tecnológica, de que tratam os princípios insculpidos nos §§ 3º, 4º e 5º do art. 218 e no *caput* do art. 219 da Carta Magna.

Não foram oferecidas emendas à proposição.

## **II – ANÁLISE**

Desencadeado o processo industrial de massa, a partir da reordenação da economia de escala dos fins do século XIX, o binômio ciência e tecnologia passou a se constituir no referencial de suporte da competitividade de mercado.

Ao simplificar processos, baratear custos, aumentar a quantidade da produção e a qualidade do produto, ao mesmo tempo representou significativa substituição do homem pela máquina, o que veio acarretar, pouco tempo depois, dificuldades sociais até hoje não bem resolvidas.



A par desse custo, no entanto, não se pode negar prioridade ao avanço científico e tecnológico, por meio de políticas consistentes que permitam não apenas o desenvolvimento industrial, mas também a garantia de um trabalho bem remunerado, seguro e duradouro.

O sistema de gerenciamento de tais procedimentos precisa enfatizar, em primeiro lugar, a necessidade de desconcentração dos recursos, de modo que áreas geográficas em permanente escassez produtiva se vejam também favorecidas pelas políticas de incentivo, proporcionalmente a seu potencial; em segundo lugar, precisa impor a garantia da disponibilização de tais recursos, em face do desenvolvimento do sistema produtivo, conforme destaca o § 2º do art. 218 da Carta de 1988.

Esse texto consagrou, em dispositivos próprios, a necessidade de incentivos financeiros “para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais” (art. 216, § 3º), e, no art. 217, “a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento” (inciso II) e “a criação e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional” (inciso IV).

No entanto, a Constituição se manteve silente quanto à possibilidade de apoio financeiro estatal, direto ou incentivado, à atividade de pesquisa científica e tecnológica.

Ao determinar a inserção do novo dispositivo à Constituição, intentam os signatários da proposição não apenas conferir a isonomia no tratamento que fora dado, pelo texto constitucional, às atividades cultural e desportiva, por viável, legítima e necessária, mas fundamentalmente com o objetivo de assegurar à inteligência nacional voltada para o desenvolvimento sócio-econômico o devido incentivo e a proteção de suas iniciativas.

Mais ainda: os §§ 3º a 5º do art. 218 e o art. 219 apenas apresentam princípios gerais acerca da necessidade de incentivo à ciência e à tecnologia, sem indicar a forma como isso poderá ocorrer.

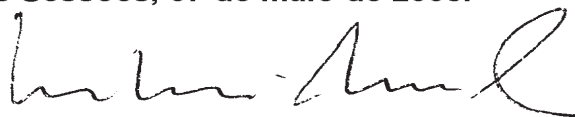
Intenta, pois, a iniciativa determinar a regulação de tais dispositivos por meio de lei específica, pressuposto esse inexistente no texto constitucional.

Tanto no aspecto formal como no material, a proposição atende aos requisitos previstos no art. 60 da Constituição Federal.

### III – VOTO

Diante do exposto, o voto é favorável à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2004.

**Sala das Sessões, 07 de maio de 2008.**



, Presidente



, Relator

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PEC Nº 22 DE 2004

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 07/05/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>[assinatura]</i>	
RELATOR: <i>[assinatura]</i> <i>Sen. Eduardo Azeredo</i>	
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)<sup>2</sup></b>	
SERYS SLHESSARENKO	1. JOÃO RIBEIRO
SIBÁ MACHADO	2. INÁCIO ARRUDA
EDUARDO SUPPLY	3. CÉSAR BORGES <i>[assinatura]</i>
ALOIZIO MERCADANTE	4. MARCELO CRIVELLA <i>[assinatura]</i>
IDELI SALVATTI	5. MAGNO MALTA <i>[assinatura]</i>
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>[assinatura]</i>	6. JOSÉ NERY (PSOL) <sup>3</sup> <i>[assinatura]</i>
<b>PMDB</b>	
JARBAS VASCONCELOS <i>[assinatura]</i>	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON <i>[assinatura]</i>	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4. VALDIR RAUPP <i>[assinatura]</i>
VALTER PEREIRA <i>[assinatura]</i>	5. JOSÉ MARANHÃO
GEOVANI BORGES <sup>6</sup> <i>[assinatura]</i>	6. NEUTO DE CONTO
<b>BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)</b>	
ADELMIR SANTANA	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL <sup>1</sup> (PRESIDENTE)	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES	3. JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU	4. ALVARO DIAS <sup>4</sup>
ANTONIO CARLOS JÚNIOR <i>[assinatura]</i>	5. VIRGINIO DE CARVALHO
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO (RELATOR) <i>[assinatura]</i>	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI <i>[assinatura]</i>	9. MÁRIO COUTO
<b>PTB<sup>5</sup></b>	
EPITÁCIO CAFETEIRA <i>[assinatura]</i>	1. MOZARILDO CAVALCANTI
<b>PDT</b>	
JEFFERSON PÉRES	1. OSMAR DIAS

Atualizada em: 17/04/2008

<sup>1</sup> Eleito Presidente da Comissão em 08/08/2007;

<sup>2</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22/11/2007 (DSF de 28/11/07);

<sup>3</sup> Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;

<sup>4</sup> Vaga cedida pelo Democratas;

<sup>5</sup> Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008;

<sup>6</sup> Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).

## LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**Subseção II  
Da Emenda à Constituição**

**Art. 60.** A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II - do Presidente da República;

III - de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º - A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º - A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º - A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

§ 5º - A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

.....  
**Art. 216.** Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

.....  
§ 3º - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.  
.....

**Seção III  
DO DESPORTO**

**Art. 217.** É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

.....  
II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

.....  
IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.  
.....

## PARECER Nº 455 , DE 2008

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2007 (nº 5.644/2005, na origem), que *institui o ano de 2008 como Ano Nacional de Combate à Mortalidade Materna*.

RELATOR: Senador **RENATO CASAGRANDE**

### I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 114, de 2007 (Projeto de Lei nº 5.644, de 2005, na origem), de autoria do Deputado Geraldo Resende, tem a finalidade de determinar que 2008 seja instituído como o Ano Nacional de Combate à Mortalidade Materna. É o que estabelece o art. 1º da proposição. O parágrafo único desse artigo determina que as comemorações concernentes a esse ano serão coordenadas pelo poder público e poderão contar com a colaboração de entidades nacionais vinculadas ao bem-estar materno.

O art. 2º é a cláusula de vigência da lei, prevista para iniciar na data da sua publicação.

A proposição foi distribuída apenas a esta Comissão de Educação, onde não foram apresentadas emendas.

### II – ANÁLISE

A instituição do Ano Nacional de Combate à Mortalidade Materna tem a finalidade de motivar o poder público, especialmente o Ministério da Saúde e as secretarias estaduais, municipais e distrital de saúde, a promover ações destinadas a conscientizar a população e os serviços de

saúde da necessidade de instituir medidas para diminuir o número de mortes maternas.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define morte materna como aquela que ocorre durante a gestação ou até quarenta e dois dias do seu término, devida a qualquer causa relacionada com a gravidez ou por ela agravada. São classificadas da mesma maneira as mortes ocorridas em decorrência de medidas tomadas em relação à gravidez.

As principais causas de mortes maternas diretamente relacionadas com a gravidez são as hemorragias, as infecções, o aborto inseguro, a eclampsia, o parto obstruído, a ruptura uterina e a gravidez ectópica. Todavia, outras causas indiretas, principalmente a hipertensão arterial, a anemia e o diabetes melito, também são responsáveis por expressivo número de óbitos de gestantes ou puerperas.

O indicador epidemiológico utilizado para a avaliação da situação de um país em relação à morte ocorrida nesse período é “razão de mortalidade materna”, que representa o número de mortes maternas por grupo de 100 mil crianças nascidas vivas.

Em 2005, esse indicador, no Brasil, era um pouco superior a 50, duas vezes e meia maior que a considerada aceitável pela OMS, que é de 20 mortes maternas por 100 mil nascidos vivos. Isto significa que, anualmente, mais de mil e seiscentas mulheres brasileiras perdem a vida devido a complicações da gravidez ou do puerpério.

A Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em reunião realizada em 2000 na cidade de Nova Iorque, definiu um conjunto de metas que os países-membros da ONU deverão se empenhar em alcançar até o ano 2015. Essas metas foram denominadas “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” e uma delas é reduzir em 75% a mortalidade materna registrada em 1990.

Infelizmente, o Brasil ainda está longe de alcançar essa meta, pois de 1990 a 2005 a razão de mortalidade materna sofreu redução de apenas 13%. Essa lentidão no declínio do indicador mostra que o País necessita instituir medidas mais eficazes e de resultados mais imediatos, sob pena de, em 2015, continuar sendo um dos países onde muitas mulheres ainda morrem por causas que, quase sempre, são evitáveis.

A morte de mulheres em idade fértil traz graves conseqüências para toda a sociedade, mas principalmente para a família, pois em muitos



casos a falecida é mãe e deixa órfãos desamparados. Esse é um dos muitos motivos pelos quais o País, em todas as esferas de governo, deve aumentar os seus esforços no sentido de melhorar a assistência à gestante e à puérpera.

Pelo exposto, consideramos que a medida proposta pelo PLC nº 114, de 2007, é de inegável mérito, embora seja apenas uma das que precisam ser instituídas para que a meta proposta pelos “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” seja alcançada.

A proposição em exame não contém vícios de constitucionalidade nem de juridicidade e respeita os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, quanto à técnica legislativa. Ademais, na admissibilidade, na distribuição e na tramitação da matéria foram respeitados os aspectos regimentais desta Casa Legislativa.

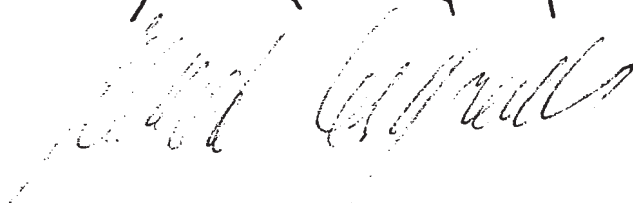
### III – VOTO

Pelo exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2007.

**Sala da Comissão, em 13-05-2008.**



, Presidente



, Relator

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 114/07 NA REUNIÃO DE 13/05/2008

OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE EVENTUAL: *MM* SEN. FLÁVIO ARNS

### Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

FLÁVIO ARNS	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE <i>Cleide</i>	3- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>Antônio</i>
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE <i>Renato</i>	7- MAGNO MALTA
RELATOR	
JOÃO RIBEIRO	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO

### PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
GEOVANI BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA <i>Mano Santa</i>	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA <i>Valter</i>
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
LOBÃO FILHO	6- (VAGO)
GERSON CAMATA <i>Gerson</i>	7- NEUTO DE CONTO

### BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

(VAGO)	1-ADELMIR SANTANA <i>Admir</i>
HERÁCLITO FORTES	2- DEMÓSTENES TORRES
VIRGINIO DE CARVALHO <i>Virgílio</i>	3- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
RAIMUNDO COLOMBO	5- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI <i>Rosalba</i>	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO <i>Marconi</i>	7- (VAGO)
MARISA SERRANO	8- EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo</i>
PAPALÉO PAES <i>Papaleo</i>	9- SÉRGIO GUERRA
FLEXA RIBEIRO <i>Flexa</i>	10- LÚCIA VÂNIA <i>Lucia</i>

### PTB

SÉRGIO ZAMBIASI	(VAGO)
-----------------	--------

### PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1 -JEFFERSON PERES
-------------------	--------------------

## PARECER Nº 456, DE 2008

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE, ao Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2008 (nº 832/2007, na casa de origem), que *cria o Dia Nacional do Ciclista*.

RELATOR: Senador GERSON CAMATA

### I – RELATÓRIO

De iniciativa da Deputada SOLANGE AMARAL, o PLC em tela possui dois artigos.

O primeiro institui o Dia Nacional do Ciclista, a ser comemorado, anualmente, no dia 19 de agosto.

O segundo dispõe sobre a vigência da lei proposta, prevista para se iniciar na data da respectiva publicação.

Não foram apresentadas emendas ao projeto, que foi distribuído apenas a esta Comissão.

## II – ANÁLISE

Surgidas no continente europeu no século XIX, as bicicletas tornaram-se, no século seguinte, após serem objeto de sucessivos aperfeiçoamentos tecnológicos, veículos de imenso valor no transporte de pessoas – e até de mercadorias leves –, bem como nas atividades de lazer, em praticamente todo o planeta.

Logo, também, as bicicletas passaram a ser utilizadas em competições esportivas, em mais uma manifestação da interessante sedução humana pela velocidade, pelo desafio ao tempo e pela busca de aventuras. Surgiram, assim, as provas em estradas, em pistas e em montanhas, além da mais recente *bicicross*, voltada para o público mais jovem.

Com o tempo, a prática do ciclismo evidenciou seus novos benefícios individuais e sociais. Como meio de transporte, a bicicleta revelou-se um veículo barato, ecologicamente apropriado – por não emitir poluentes ambientais e dispensar o consumo de recursos não-renováveis – e útil para evitar congestionamentos nas grandes cidades. Ao mesmo tempo, as atividades tradicionais de lazer com bicicletas assumiram novos contornos, mediante o seu uso mais sistemático como meio de condicionamento físico e de interação social. Desse modo, o ciclismo tornou-se, também, instrumento de saúde individual e coletiva.

Nesse contexto, a criação de uma data para comemorar o dia nacional do ciclista ganha ainda mais relevância.

O dia escolhido pela autora da proposição é bastante simbólico e triste: no dia 19 de agosto, em 2006, na capital federal, o ciclista Pedro Davison faleceu atropelado por automóvel dirigido por motorista que transgrediu normas básicas de trânsito. Infelizmente, acontecimentos dolorosos como esse se repetem com muita frequência em nosso País. Eles revelam, principalmente, a má educação de muitos brasileiros no cumprimento das leis, os efeitos das falhas de nosso sistema penal e a incompetência das autoridades públicas em criar estruturas viárias alternativas e seguras – como ciclovias.

Cumpre esperar que a criação desse dia sirva tanto para comemorar os benefícios da prática do ciclismo quanto para reforçar a necessidade de que todos nós, cidadãos, e o poder público, sejamos capazes de construir uma cultura de paz, de respeito às leis e de amor ao próximo.


O projeto, assim, merece acolhimento em seu mérito. A iniciativa é, também, constitucional, jurídica, regimental e redigida conforme a boa técnica legislativa.

### III – VOTO

Em vista do exposto, o voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2008.

Sala da Comissão, em 13 de maio de 2008

, Presidente

, Relator

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 043/08 NA REUNIÃO DE 13/05/2008

OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE EVENTUAL:

*M. V. M. (Sen. Flávio Arns)*

### Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

FLÁVIO ARNS	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE <i>F. Cleide</i>	3- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>Ant. Carlos</i>
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE <i>Renato Casagrande</i>	7- MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO

### PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
GEOVANI BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA <i>Mão Santa</i>	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA <i>Valter Pereira</i>
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
LOBÃO FILHO	6- (VAGO)
GERSON CAMATA	7- NEUTO DE CONTO
RELATOR	

### BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

(VAGO)	1-ADELMIR SANTANA <i>Adelmir Santana</i>
HERÁCLITO FORTES	2- DEMÓSTENES TORRES
VIRGINIO DE CARVALHO <i>Virgílio de Carvalho</i>	3- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL <i>Marco Maciel</i>	4- JOSÉ AGRIPINO
RAIMUNDO COLOMBO	5- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI <i>Rosalba Ciarlini</i>	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO	7- (VAGO)
MARISA SERRANO	8- EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>
PAPALÉO PAES <i>Papaléo Paes</i>	9- SÉRGIO GUERRA
FLEXA RIBEIRO <i>Flexa Ribeiro</i>	10- LÚCIA VÂNIA <i>Lucia Vânia</i>

### PTB

SÉRGIO ZAMBIASI	(VAGO)
-----------------	--------

### PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1 -JEFFERSON PERES
-------------------	--------------------



**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 455 e 456, de 2008**, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre as seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2007** (nº 5.644/2005, na Casa de origem), que institui o ano de 2008 como Ano Nacional de Combate à Mortalidade Materna; e

– **Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2008** (nº 832/2007, na Casa de origem), que cria o Dia Nacional do Ciclista.

As matérias ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, **d**, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) –  
Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

SENADO FEDERAL  
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS


OF. 090/2008/CAE

Brasília, 06 de maio de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou, em reunião realizada nesta data, o Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2007, que “altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, unificando a data de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador à Seguridade Social com a data de recolhimento da contribuição devida ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)”.

Respeitosamente,

  
Senador ALOIZIO MERCADANTE  
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

SENADO FEDERAL  
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

OF. 031 /2008/CAE

Brasília, 06 de maio de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou, em reunião realizada nesta data, o Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2004, que “altera o artigo 13 da Lei nº 9249, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências”.

Respeitosamente,



Senador ALOIZIO MERCADANTE  
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

SENADO FEDERAL  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR  
E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

OF. nº 28/2008 – CMA

Brasília, 8 de maio de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em reunião no dia 6 de maio de 2008, aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 690, de 2007, que “acrescenta inciso XVII ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para considerar abusiva a cláusula contratual que obrigue o consumidor a pagar pela emissão do carnê de pagamento ou do boleto bancário”, de autoria do Senador Gerson Camata.

Atenciosamente, .



Senador LEOMAR QUINTANILHA  
Presidente

**SENADO FEDERAL  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR  
E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**

OF. nº 29/2008 – CMA

Brasília, de maio de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em reunião no dia 6 de maio de 2008, aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 424, de 2007 com a Emenda nº 1-CMA, que “acrescenta parágrafos ao art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, renumerando o atual parágrafo único, para impor ao fornecedor a obrigação de advertir o consumidor, de forma clara e destacada, do direito de arrependimento previsto no art. 49 e dá outras providências”, de autoria da Senadora Lúcia Vânia.

Atenciosamente,



Senador LEOMAR QUINTANILHA  
Presidente

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) –

Com referência aos ofícios lidos, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que os

**Projetos de Lei do Senado nºs 97, de 2004; 79, 424 e 690, de 2007**, sejam apreciados pelo Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) –  
Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício – 00383/2008 – GSFCLE

Brasília, 15 de maio de 2008

Senhor Presidente,

Comunico que nesta data, no período da manhã, participei dos trabalhos da Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa desta Casa.

No período da tarde, em razão de problemas particulares, não foi possível comparecer à sessão plenária.

Atenciosamente,


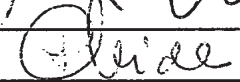

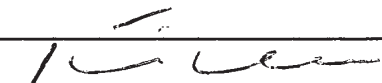


Senadora FÁTIMA CLEIDE

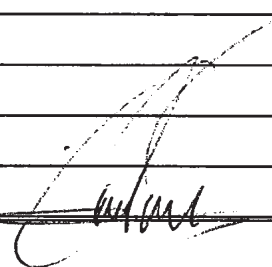
**Presença na 21ª reunião (extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, convocada para o dia 15 de maio de 2008, às 09h00, na sala de reuniões nº 03, Ala Senador Alexandre Costa.**

**TITULARES:**

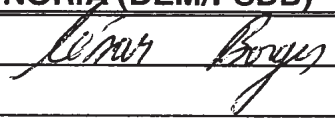
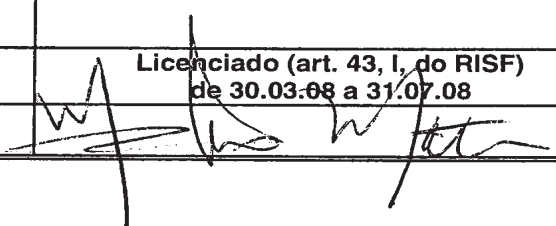
**BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PR/PSB/PC do B/PRB e PP)**

FLÁVIO ARNS	
FÁTIMA CLEIDE	
PAULO PAIM	
PATRICIA SABOYA GOMES	
INÁCIO ARRUDA	
JOSÉ NERY (vaga cedida ao PSOL)	

**PMDB**

LEOMAR QUINTANILHA	
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	
PAULO DUQUE	
WELLINGTON SALGADO	
GEOVANI BORGES	

**BLOCO DA MINORIA (DEM/PSDB)**

CÉSAR BORGES	
ELISEU RESENDE	
ROMEU TUMA	
GILBERTO GOELLNER	
ARTHUR VIRGÍLIO	
CÍCERO LUCENA	
MAGNO MALTA	

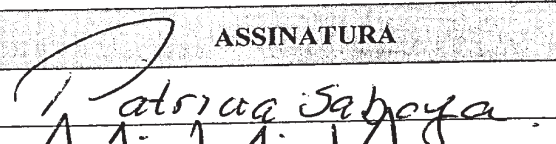




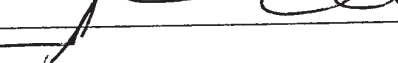


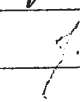
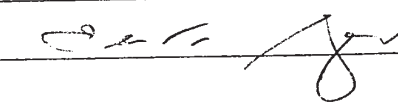
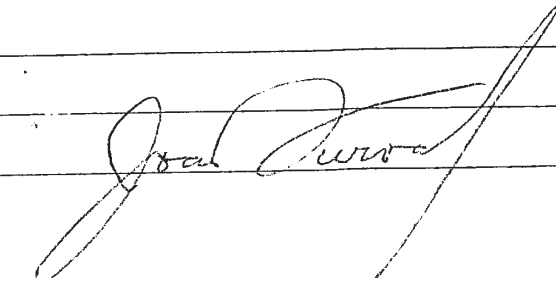
Licenciado (art. 43, I, do RISF)  
de 30.03.08 a 31.07.08

**PDT**

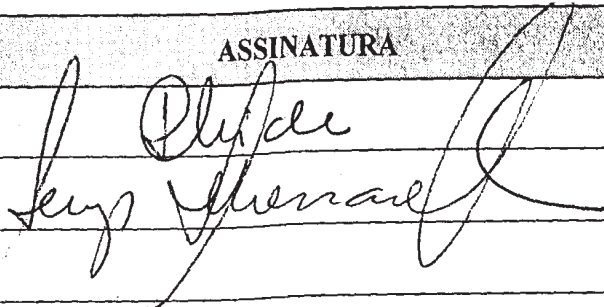
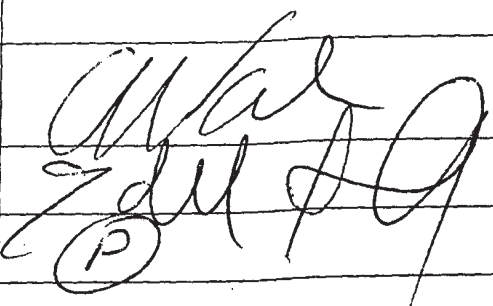
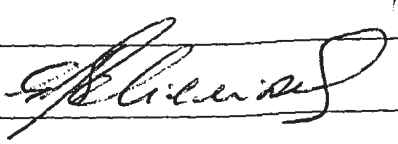
CRISTOVAM BUARQUE	
-------------------	--

# COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

12ª REUNIÃO – CAS (EXTRAORDINÁRIA), DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 15 DE MAIO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS.

SENADORES TITULARES	PARTIDO	ASSINATURA
PATRÍCIA SABOYA	PDT	
FLÁVIO ARNS	PT	
AUGUSTO BOTELHO	PT	
PAULO PAIM	PT	
MARCELO CRIVELLA	PRB	
INÁCIO ARRUDA	PC do B	
JOSÉ NERY	PSOL	
ROMERO JUCÁ	PMDB	
(VAGO)		
(VAGO)		
VALDIR RAUPP	PMDB	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	PMDB	
DEMÓSTENES TORRES	DEM	
JAYME CAMPOS	DEM	
KÁTIA ABREU	DEM	
ROSALBA CIARLINI	DEM	
EDUARDO AZEREDO	PSDB	
LÚCIA VÂNIA	PSDB	
PAPALÉO PAES	PSDB	
(VAGO)		
JOÃO DURVAL	PDT	



SENADORES SUPLENTE	PARTIDO	ASSINATURA
FÁTIMA CLEIDE	PT	
SERYS SLHESSARENKO	PT	
EXPEDITO JÚNIOR	PR	
(VAGO)		
ANTÔNIO CARLOS VALADARES	PSB	
IDELI SALVATTI	PT	
MAGNO MALTA	PR	
LEOMAR QUINTANILHA	PMDB	
VALTER PEREIRA	PMDB	
PEDRO SIMON	PMDB	
NEUTO DE CONTO	PMDB	
(VAGO)		
ADELMIR SANTANA	DEM	
HERÁCLITO FORTES	DEM	
RAIMUNDO COLOMBO	DEM	
ROMEU TUMA	PTB	
CÍCERO LUCENA	PSDB	
SÉRGIO GUERRA	PSDB	
MARISA SERRANO	PSDB	
(VAGO)		
CRISTOVAM BUARQUE	PDT	

**MARISA SERRANO**  
Senadora

OF. Nº 099/2008-GSMS

Brasília(DF), 15 de maio de 2008.

Senhor Presidente,

Por um lapso, deixei, nesta data, de registrar minha presença no Plenário desta Casa.

Para efeito de frequência, solicito a V.Exª que seja considerada a Ata da 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, subscrita por todos os participantes, conforme documento de cópia anexa, que foi por mim presidida.

Aproveitando a oportunidade, renovo os protestos de elevada estima e alta consideração.

  
Senadora MARISA SERRANO

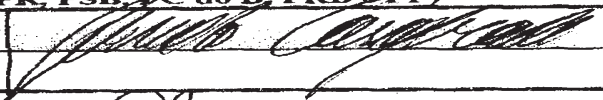
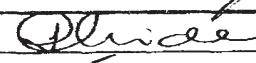
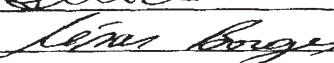
**Lista de Presença das Reuniões da Comissão de Meio Ambiente,  
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle**

Reunião: 12ª Extraordinária  
Data: 15 de maio de 2008

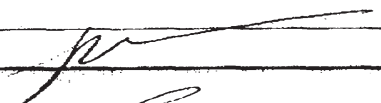

Membros Titulares

Assinaturas



**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)**

<b>RENATO CASAGRANDE-PSB</b>	
<b>SIBÁ MACHADO-PT</b>	
<b>FÁTIMA CLEIDE-PT</b>	
<b>CÉSAR BORGES-PR</b>	

**(Maioria) PMDB**

<b>LEOMAR QUINTANILHA</b>	
<b>WELLINGTON SALGADO</b>	
<b>VALDIR RAUPP</b>	
<b>VALTER PEREIRA</b>	

**Bloco da Minoria (DEM e PSDB)**

<b>ELISEU RESENDE-DEM</b>	
<b>HERÁCLITO FORTES-DEM</b>	
<b>GILBERTO GOELLNER-DEM</b>	
<b>JOSÉ AGRIPINO-DEM</b>	
<b>MÁRIO COUTO-PSDB</b>	
<b>MARISA SERRANO-PSDB</b>	
<b>MARCONI PERILLO-PSDB</b>	

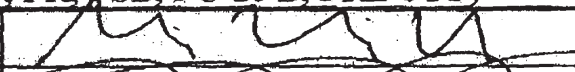

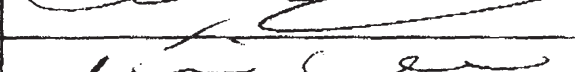


**PTB**

<b>GIM ARGELLO</b>	
--------------------	--

**PDT**

<b>JEFFERSON PERES</b>	
------------------------	--

**Membros Suplentes****Assinaturas****Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)**

<b>FLÁVIO ARNS-PT</b>	
<b>AUGUSTO BOTELHO-PT</b>	
<b>SERYS SLHESSARENKO-PT</b>	
<b>INÁCIO ARRUDA-PC do B</b>	
<b>EXPEDITO JÚNIOR-PR</b>	

**(Maioria) PMDB**

<b>ROMERO JUCA</b>	
<b>GEOVANI BORGES</b>	
<b>ALMEIDA LIMA</b>	
<b>GERALDO MESQUITA</b>	

**Bloco da Minoria (DEM e PSDB)**

<b>ADELMIR SANTANA-DEM</b>	
<b>VAGO</b>	
<b>VAGO</b>	
<b>RAIMUNDO COLOMBO-DEM</b>	
<b>PAPALÉO PAES-PSDB</b>	
<b>FLEXA RIBEIRO-PSDB</b>	
<b>ARTHUR VIRGÍLIO -PSDB</b>	

**PDT**

<b>VAGO</b>	
-------------	--

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Os ofícios lidos vão à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – A sessão desta sexta-feira, 16 de maio de 2008, é não deliberativa.

Há oradores escritos.

A orientação do Regimento Interno é a de que V. Ex<sup>as</sup> usem a tribuna por 20 minutos.

Anuncio o primeiro orador inscrito, que vem da Bahia, de Salvador, nossa primeira capital, de onde também era o nosso patrono, Rui Barbosa. O primeiro orador foi extraordinário Prefeito e Governador e, hoje, é Senador da República. Há uma assertiva do Livro de Deus que diz que “árvore boa dá bons frutos”. S. Ex<sup>a</sup> é pai do Prefeito da cidade de Salvador, que é do meu Partido, o PMDB.

Concedo a palavra ao Senador João Durval, do PDT do Estado da Bahia. S. Ex<sup>a</sup> pode usar a tribuna.

**O SR. JOÃO DURVAL** (PDT – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, fala-se tanto em desigualdades sociais e em má distribuição de renda, mas se esquece de observar que as mesmas relações exploratórias existentes entre as pessoas ocorrem, em escala muito mais ampla, entre os países que, por sua própria natureza e constituição, deveriam ser soberanos, isto é, sem nenhuma forma de sujeição a outros pares.

O mundo está, cada vez mais, conformado à famigerada economia globalizada, mas os grandes sempre pretendem ser “mais iguais” e implantam mecanismos de resguardar sua posição de dominadores e exploradores dos mais pobres.

Essa situação é desmascarada pelo jornalista Mauro Santayana, em artigo publicado no *site Tribuna Online*, em 14 de abril, que tem por título “Globalização Unidirecional”. Aí o autor desnuda a postura hipócrita dos países ricos, que pregam a liberdade econômica, mas que contradizem seu próprio discurso por meio de atos protecionistas, impondo limitações tanto à produção como aos investimentos de estrangeiros em seus respectivos territórios.

Esse conceituado jornalista inicia seu texto com a informação de que “o governo alemão decidiu controlar a entrada de investimentos estrangeiros – sobretudo dos fundos soberanos de países emergentes – e criar órgão semelhante ao Committee on Foreign Investment in the United States (CFIUS), Comitê para Investimentos Estrangeiros nos Estados Unidos, que regula o ingresso de capitais externos nos Estados Unidos”. Para seu artigo, o autor se baseou em informações do *Financial Times*, referência inquestionável em assuntos de economia, do dia 10 de abril passado.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, os países ricos criaram um organismo que, a pretexto de contribuir para o desenvolvimento econômico em geral, serve para aumentar ainda mais o potencial de crescimento de seus membros. Esse organismo é a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Fazem parte da organização basicamente os países de alguma forma ligados à União Européia, os da América do Norte, a Coréia do Sul, o Japão, a Austrália e a Nova Zelândia. É possível afirmar mesmo que se trata de um “clube dos ricos”. Onde estão os países da América do Sul e da América Central? E os da África? A grande maioria dos asiáticos? São apenas 30 países que, juntos, produzem mais da metade de toda a riqueza do mundo.

E foi nessa Organização que, em maio de 1995, iniciaram-se negociações secretas para um Acordo Multilateral de Investimentos, que abolia a soberania dos Estados em favor das empresas multinacionais. Foi a reação popular nos próprios países ricos que abortou a iniciativa. Mesmo assim, muitas de suas cláusulas foram impostas, mediante convênios bilaterais, a alguns países, entre eles o Brasil.

Creio que já passou da hora de o Brasil controlar a entrada de investimentos externos. No mínimo, considero necessário preservar determinados setores, considerados estratégicos, da ação geralmente perniciososa dos capitalistas estrangeiros, em sua maioria especuladores, que só visam ao lucro irrefreável e que acabam remetendo para o exterior uma grande parte dos lucros que seriam benéficos para o desenvolvimento do País se fossem reinvestidos aqui mesmo.

Os Estados Unidos podem ser considerados o principal líder da globalização neoliberal. Naquele país, desde 1950, e dentro dos marcos da Guerra Fria, conforme comenta Mário Santayana, “a legislação confere ao Executivo o direito de vetar a entrada de capitais externos, seja para a aquisição de empresas nacionais, seja para a fusão com companhias domésticas. A idéia é de proteger as corporações nacionais e garantir a segurança ao país”.

Recentemente, no ano de 2006, o Comitê para Investimentos Estrangeiros, que mencionei há pouco, impediu que a empresa estatal portuária de Dubai, que havia adquirido a Oriental Steam Navigation Company, cuja sede está localizada em Londres, assumisse as operações de terminais nos maiores portos americanos, como os de Nova Iorque e de Baltimore. Além disso, vetou a compra da empresa de petróleo californiana Unacol por uma empresa chinesa. E, no início deste ano, proibiu a participação da chinesa Huawei na 3Com, uma das grandes empresas americanas produtoras de componentes eletrônicos para uso em informática.

O que observamos, portanto, é a mais contundente demonstração do “faça o que digo, não faça o que faço”. Que liberalismo é esse, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores? Ressalte-se que tudo isso é feito com a desculpa esfarrapada de cuidar da segurança nacional.

É bastante esclarecedor, nesse sentido, um estudo elaborado por Sérgio de Oliveira, em 2004, para o Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC), denominado “Globalização e Desnacionalização das Empresas Brasileiras: 1990 a 1999”. Esse estudo apresenta um retrato assustador, que mostra como o Brasil vem entregando suas empresas para os investidores estrangeiros.

Em 1992, as participações das empresas nacionais e das estrangeiras nas vendas das 500 maiores empresas brasileiras eram: nacionais, 68,7%; estrangeiras, 31,3%. Entretanto, em 1999, essa relação havia se alterado de forma preocupante: as nacionais tiveram 55,3%, enquanto as estrangeiras, 44,7%. Percebe-se que houve um crescimento de mais de 40% na participação de vendas pelas empresas estrangeiras.

Isso nos leva a pensar:

Houve um esforço enorme desde o tempo de Getúlio em favor da industrialização para a substituição das importações. Agora, estamos entregando de bandeja para os estrangeiros a nossa economia, para que eles se enriqueçam mais às nossas custas, porque o lucro das empresas, pelo menos em grande parte, tende a deixar o País!

O autor do estudo ressalta que, no ano de 1999, o setor de telecomunicações já estava predominantemente nas mãos dos estrangeiros. E é evidente que se trata de um setor estratégico e muito sensível. Destaca também que passou a haver predominância do capital estrangeiro no setor de eletrônicos e de alimentos.

Os fatos demonstram que o jornalista Mauro Santayana está colocando diante dos nossos olhos uma necessidade crucial: é preciso controlar a entrada de capital externo no País.

Devemos nos precaver, pois a globalização foi projetada como um meio de recolonizar o mundo, por meio do capital financeiro. Em que pese o fato de termos sido beneficiados pelo preço elevado das *commodities*, o que fez com que os países emergentes acumulassem saldos comerciais e melhorassem sua situação em termos de mercado externo, não podemos ficar à mercê de investidores que não passam de sanguessugas da nossa economia.

Se, como disse Juracy Magalhães, “o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”, então, temos de colocar aí a defesa do interesse nacional. Se eles criaram um Comitê para Investimentos Estrangeiros nos Estados Unidos para controlar a atuação de

empresas estrangeiras em território norte-americano, principalmente em setores considerados estratégicos, endosso as palavras do jornalista que me motivou a fazer este pronunciamento, quando ele afirma: “Em lugar de tantas ‘agências reguladoras’, que surgiram para beneficiar os capitais de fora, convinha-nos uma só: a Agência Nacional de Controle dos Investimentos Estrangeiros no Brasil”.

E ao Senado, Sr. Presidente, caberia envolver-se mais como guardião dos interesses maiores da nossa economia, visto que já detém a competência relativa a toda a movimentação financeira externa dos entes públicos.

Esse é o apelo que faço hoje, aqui, a V. Ex<sup>a</sup>, como Presidente, neste momento, desta Casa, e a todos os membros do Senado Federal.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador João Durval?

**O SR. JOÃO DURVAL** (PDT – BA) – Pois não, Senador Paulo Paim.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador João Durval, primeiro, cumprimento V. Ex<sup>a</sup> por trazer a esta Casa essa reflexão sobre a economia globalizada. Confesso que, em certos momentos, fico preocupado com a expressão de um ou outro Senador dizendo que esta Casa não está debatendo os grandes temas. Estamos debatendo, sim, os grandes temas. Este é um exemplo: V. Ex<sup>a</sup> na tribuna. Debates grandes temas quando estamos, há 120 anos da abolição, discutindo políticas que concedam o mínimo de recuperação à situação dos milhões de brasileiros escravizados durante 500 anos. Neste momento, V. Ex<sup>a</sup>, em seu discurso, inspirado no artigo de Mauro Santayana, faz uma reflexão sobre a especulação no País não apenas financeira, mas também de outros grupos, como na área da própria indústria de transformação. V. Ex<sup>a</sup>, em nenhum momento, pensa em barrar investimentos aqui. Que ninguém pense isso! V. Ex<sup>a</sup> quer que haja um fórum para a reflexão sobre esses investimentos, como nos Estados Unidos, que, como todos sabem, são o eixo principal da economia capitalista no mundo. Cumprimento, portanto, V. Ex<sup>a</sup> por fazer essa reflexão em torno do tema da economia globalizada, num momento em que se fala tanto que vai haver falta de alimentos, em que há o debate do etanol, do *biodiesel*. V. Ex<sup>a</sup> vai à tribuna e faz essa grande reflexão, preocupado, inclusive, com a especulação financeira, com a situação dos mais pobres. Esse é o eixo do seu pronunciamento, e, por isso, fiz questão de apartear-lo, Senador João Durval, pela importância do seu discurso. O Senado da República cresce com pronunciamentos como o de V. Ex<sup>a</sup>. Meus cumprimentos!



**O SR. JOÃO DURVAL** (PDT – BA) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim, pela excelente intervenção, pelo aparte que acaba de fazer. É tão importante o seu aparte, que o incorporo ao meu pronunciamento! Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o pronunciamento brilhante do Senador João Durval, que representa o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e que traduz como deve ser o Senado, com sua experiência – S. Ex<sup>a</sup> passou por todos os cargos da democracia, foi extraordinário Prefeito em sua cidade natal, Feira de Santana, Deputado e Governador e, agora, é extraordinário Senador, que aborda tema da economia mundial da globalização –, é com muita honra que recebemos aqui a extraordinária Senadora Marisa Serrano, que é professora e que representa o Estado do Mato Grosso do Sul, um dos mais novos e mais pujantes de nosso País. S. Ex<sup>a</sup> traz uma comissão de parlamentares que simboliza a Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esportes do Parlamento do Mercosul.

Queremos saudar o Deputado Doreen Ibarra, do Uruguai; o Senador Modesto Guggiari, do Paraguai; e a Senadora Sonia Margarida Escudeiro, da Argentina.

Para saudá-los, concedo a palavra à nossa Senadora Marisa Serrano, que é do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e que é extraordinária mulher.

Deveríamos seguir o exemplo do Chile e da Argentina – está aqui a Senadora Sonia Margarida Escudeiro – e eleger uma mulher para a Presidência da República. V. Ex<sup>a</sup> significaria muita segurança ao Brasil e ao Mercosul.

Senadora, use o tempo que achar conveniente.

**A SR<sup>a</sup> MARISA SERRANO** (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar, com carinho especial, nesta manhã, aqui nesta Casa, o Deputado Doreen Ibarra, do Uruguai, um velho amigo, antigo conhecido de lutas pela cultura e pela integração latino-americana, por meio do Parlamento Cultural do Mercosul (Parcum), que criamos lá atrás; viemos trabalhando sempre nessa direção.

O Senador Modesto Guggiari, do Paraguai, é outro companheiro de luta pela integração e, nesta sessão, representa aquilo que pretendemos com o Parlamento do Mercosul. S. Ex<sup>a</sup> faz parte do primeiro grupo de Parlamentares eleitos exclusivamente para o Parlamento do Mercosul.

Senadora Sonia Margarida Escudeiro, da Argentina, é um prazer enorme recebê-la no Brasil, em Bra-

sília, no Congresso Nacional. Espero que possamos, durante o dia de hoje, trabalhar muito, para fazer com que a Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esportes do Mercosul, da qual fazemos parte, da qual sou Presidente, comece a dar uma resposta efetiva de integração latino-americana.

O Senador Cristovam Buarque, outro companheiro da Comissão, deve chegar daqui a pouco, para participar desta sessão conosco.

Gostaria de informar a todos que nos estão vendo e ouvindo pela TV Senado e pela Rádio Senado que cada Comissão do Mercosul tem dois representantes por país. Aqui, no Brasil, somos o Senador Cristovam Buarque e eu. Somos da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esportes do Mercosul. Trabalhamos juntos, há muito tempo, nessa área da educação.

Quero dizer aos companheiros, ao Presidente e ao Senador Paulo Paim que, hoje, vamos discutir algo importante – todos os temas são importantes, mas este merece destaque –, que é a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), que, assim que for criada, deve ser instalada na reserva de Itaipu, em área que vai ser doada em comodato para a Universidade. E, a partir daí, haverá o embrião, o começo de uma Universidade que um dia pode tornar-se exclusiva de todos os países, não só do Brasil. Por enquanto, começa como uma universidade federal brasileira, mas estará aberta para alunos, professores e pesquisadores de todos os países, principalmente do Mercosul, mas também para a América Latina.

Além disso, vamos discutir como está a avaliação de um projeto que o Brasil começou junto com a Argentina, de escolas de fronteira. Começamos ali pelo Rio Grande do Sul, do Senador Paim – desde 2004, elas estão funcionando –, e a idéia é avaliarmos se é possível que esse projeto de escolas de fronteira, feito entre Brasil e Argentina, seja alargado para as outras fronteiras também, com o Uruguai, com o Paraguai e, quiçá, com outros países da América Latina.

Vamos discutir também projetos como o Fundo de Educação. O Fundo de Educação, que já discutimos um pouco no Mercosul, em Montevideu, foi constituído e está sendo implementado agora, é novo. Vai haver recurso específico para os nossos países poderem apostar em eventos e, principalmente, em projetos para a educação do Mercosul e apoiá-los.

Quer dizer, estamos começando. É a hora de darmos um passo efetivo para a integração latino-americana, e acredito muito – acredito muito – que é necessário, sim, um mercado comum. O mercado comum foi o que deu início à arrancada do Mercosul, mas, hoje, sabemos que todos aqueles que habitam

o Paraguai, a Argentina, o Uruguai e o Brasil só entenderão o Mercosul, só o aceitarão como entidade fundamental, se trabalharmos a educação, a cultura, o esporte, para que essa integração se dê mais rapidamente e seja efetiva para todos os povos.

Quero aqui agradecer muitíssimo a presença aos amigos Ibarra, Guggiari e Sonia e dizer que, hoje, será um longo dia de trabalho. Tenho certeza de que várias outras reuniões faremos, seja no Uruguai, sede do Parlamento do Mercosul, seja em outros países irmãos nossos, principalmente aqueles que fazem parte do Mercosul.

Concedo um aparte ao Senador Paulo Paim.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senadora Marisa Serrano, quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pela atividade no dia de hoje e, ao mesmo tempo, saúdo nossos colegas Parlamentares do Mercosul que se deslocaram de seus países de origem para virem aqui debater com V. Ex<sup>a</sup>, com o Senador Cristovam e, tenho certeza, com outros Senadores questões fundamentais como educação, tecnologia, cultura e esporte. Sou um apaixonado também pelo Mercosul. Confesso que tenho um pouquinho de inveja de todos vocês, porque eu queria estar entre os Parlamentares do Mercosul, mas, como não dá para estar em todos os lugares ao mesmo tempo e como o Sul já tinha três ou quatro candidatos, acabei ficando fora do Parlamento. Mas tenho certeza de que, um dia, no futuro, terei oportunidade de estar junto com vocês. Quando digo “inveja”, essa é uma inveja positiva, elogiando o trabalho belíssimo que todos os países que compõem essa integração estão fazendo. Eu mesmo havia apresentado aqui, no Senado – e V. Ex<sup>a</sup> é testemunha –, um projeto, para que se criasse a Universidade do Mercosul, e V. Ex<sup>a</sup> me disse que há outra iniciativa, que é bem mais abrangente. De pronto, eu me senti contemplado e, por isso, entendi que nem precisaria apensar um projeto ao outro. Presido aqui, no Brasil, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado da República, um campo de trabalho com negros, com índios, com idosos, com mulheres, com crianças, com pessoas com deficiências, e, com certeza, todos nós temos o mesmo objetivo: construir um mundo melhor para todos. Acredito que é possível a construção de uma sociedade – e o Mercosul é um caminho, como o é o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta) para outros, como o é a Comunidade Européia para outros – em que efetivamente o ser humano estará, sempre e sempre, em primeiro lugar. Por isso, permitam-me, simbolicamente, que encerre meu pronunciamento, dando uma salva de palmas a todos os Parlamentares do Mercosul. Sejam bem-vindos! (Palmas.)

**A SR<sup>a</sup> MARISA SERRANO** (PSDB – MS) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

Como eu disse, o Senador Paulo Paim é do Rio Grande do Sul, um Estado, portanto, ali na fronteira do Uruguai e da Argentina, e venho – Guggiari sabe disso, conhece minha terra – do Mato Grosso do Sul, fronteira do Brasil com o Paraguai.

As pessoas se surpreendem em saber, Senador Modesto Guggiari, que, pela primeira vez, parlamentares do Mercosul serão eleitos exclusivamente para o Mercosul. Nem o povo brasileiro sabe disso ainda. Nem todas as milhares de pessoas deste País sabem que, em 2010, na eleição de 2010, o povo brasileiro, pela primeira vez na sua história, vai votar num parlamentar que não virá à Brasília, que não virá para este plenário nem para esta Casa, mas que vai para o Uruguai, para lá trabalhar no Parlamento do Mercosul. Essa votação vai ser secreta e universal. Tenho certeza de que o povo brasileiro vai saber escolher os melhores parlamentares para, primeira vez, formar o grupo efetivo do Mercosul. Todos nós que estamos lá agora, os 18 brasileiros que estão participando desse Parlamento do Mercosul, fomos nomeados para isso. Temos um mandato, que ninguém pode nos tirar – a não ser que renunciemos – até 2010. Nas eleições de 2010, nós, então, vamos eleger parlamentares que vão direto para o Mercosul; não virão para Brasília, vão trabalhar lá no Uruguai. Assim é também na Comunidade Européia: os parlamentares eleitos em cada país da Comunidade Européia não ficam em seu país, vão para Bruxelas, na Bélgica, onde é a sede do Parlamento Europeu.

Portanto, Sr. Presidente Mão Santa, que hoje preside a Mesa desta sessão, quero agradecer a V. Ex<sup>a</sup> a gentileza.

Agradeço também ao Senador Paulo Paim, que muito tem trabalhado também por essa integração. Tenho a certeza de que o projeto de V. Ex<sup>a</sup> vai ser debatido, embora o Executivo tenha mandado esse da Unila. Acredito que podemos trabalhar juntos, melhorar o do Executivo naquilo que V. Ex<sup>a</sup> colocou no seu projeto, de uma universidade para o Mercosul. E tenho a certeza também, Sr. Presidente, de que começamos uma nova fase de maior integração latino-americana, principalmente com os países do Mercosul.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós queremos fazer também a nossa saudação, depois das brilhantes palavras da Senadora Marisa Serrano, o que significa que temos crença no Mercosul. Está aí o exemplo da União Européia. Temos crença porque é o sonho do Simón Bolívar, El Libertador. Temos crença porque praticamente temos o mesmo espanhol, o

mesmo idioma; o povo está criando uma língua nova, e é o povo quem faz a comunicação, professora – é um tal de portunhol. E nós estamos andando aí e nos comunicando.

Honra-nos a presença do Uruguai, o Deputado Doreen Ibarra. Apenas – eu não diria nem um dia – uma tarde o Brasil não gostou do Uruguai, foi em agosto de 1950, no Maracanã: Gígia: gol!. O campeão foi o Uruguai. Eu tinha oito anos; Marisa Serrano torcia pelo fluminense.

**A Sr. Marisa Serrano (PSDB – MS)** – Eu sou vascaína.

**O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)** – Acho que o Fluminense é que deveria ter jogado. Éramos Fluminense só eu e o Chico Buarque: Castilho, Píndaro, Pinheiro, Jair, Edson, Bigode, Telê, Didi, Carlyle, Orlando e Quincas. Era naquela euforia – o meu time era o Fluminense – que perdemos e pensávamos que íamos ganhar. Era uma campanha brilhante da seleção Brasileira, e nós nos curvamos.

Porém, no mais, admiramos muito o povo uruguaio, que muito parece com nosso irmão Rio Grande do Sul, representado pelos Senadores Paulo Paim, que falou, Pedro Simon, um dos inspiradores, e Sérgio Zambiasi – vocês se identificam, se parecem mais do que nós restantes.

O Paraguai. Quis Deus eu estar aqui e pedir desculpa não só por nós, mas pedir desculpa em nome da Argentina, do Uruguai. Aquela Guerra do Paraguai foi uma vergonha! Sofremos influências internacionais, pois os ingleses dominavam o mundo. Portugal, que era o donatário influenciável, deixou seu filho herdeiro aqui. Recebíamos a influência. E Portugal estava todo endividado. A Inglaterra temia a invasão de Napoleão, que chegou a invadir Portugal, com seu General Junot. Até dizem hoje que eles foram o Vietnã para Napoleão. Resistiram, e D. João VI veio para cá – nós comemoramos 200 anos. Realmente o País passou a crescer com a presença, por 13 anos, da Corte Portuguesa.

Mas juntarmos Brasil, Argentina, Uruguai, Portugal, com o dinheiro da Inglaterra, pela disputa de mercado têxtil, foi isso então... Mas, no mais, o povo brasileiro, argentino e uruguaio, queremos dizer, são todos irmãos.

O Presidente da República, do qual não sou aliado, fez a sua mais bela página quando foi à África e pediu desculpas àquele país por termos importado milhares e milhares de africanos. Mas hoje nos orgulhamos deles, porque fazem a riqueza do Brasil.

Estamos comemorando os 120 anos da Abolição! A história é para ser contada. Os Estados Unidos se vangloriam de ter um Martin Luther King. Nós temos um aqui, esse é o Martin Luther King do nosso País.

Então, sonhamos como Martin Luther King sonhava. O nosso sonho é que aqui não tivesse esse negócio de índio, branco e negro, pois somos brasileiros. Rui Barbosa, que está lá, arriba, trinta e dois anos no Senado, nosso patrono, disse que a pátria não é ninguém, somos todos nós, é a família amplificada, a família que o Paim ontem lembrava por ser o Dia Internacional da Família.

Com a Argentina, nós só disputamos o futebol, é um negócio de se saber quem é melhor, se o Pelé ou o Maradona. No mais, há uma admiração do povo brasileiro aos argentinos, à encantadora Buenos Aires e ao comportamento, uma inspiração na história do mundo. Na Segunda Guerra Mundial foi o país mais inteligente. Enquanto o Uruguai é conhecido como a Suíça, eles é que o foram: não entraram na guerra, venderam trigo e gado para todos os lados, para os democratas, para o Hitler, para o Mussolini, para o japonês, e construíram a beleza da cidade de Buenos Aires, que encanta a todos nós.

Sejam felizes. Vocês vão receber a companhia de Marisa Serrano, que simboliza o que há de melhor na política brasileira e o Professor Cristovam Buarque, ele já foi Governador de Brasília, Reitor da Universidade e Ministro da Educação. Ninguém teria uma dupla melhor para representar o Brasil.

Sejam felizes!

Convidamos para usar da palavra, pelo tempo que achar conveniente, o Senador do Rio Grande do Sul, do Partido dos Trabalhadores, Paulo Paim. Antes, porém, eu quero confessar, Paulo Paim, que, lá pelas três horas da madrugada, eu acordei e liguei a televisão. Pensei que ia pegar aquela nossa sessão que encerramos ontem, V. Ex<sup>a</sup> homenageando o Dia Internacional da Família. Mas, não! Já estavam retransmitindo a Comissão que V. Ex<sup>a</sup> inspirou nascer e que dirige com tanta competência, a de Direitos Humanos. E eu a assisti e aprendi, numa bela reunião, sobre o problema, hoje talvez o mais grave do País, de disputa por terras no Estado de Roraima. Ali, eu vi os dois lados, eu vi o debate. E V. Ex<sup>a</sup> teve que se ausentar para acompanhar as importantes leis que queremos fazer, resgatando dinheiro dos aposentados, e deixou Geraldo Mesquita presidir, e, por sua firmeza, por sua inteligência, quero aplaudi-lo. E tanto é verdade que, hoje, eu vou dar no Piauí uma palestra numa universidade, a Fadedpi, sobre o Estado de Direito Democrático.

Estou lendo o livro *Política ao Alcance de Todos*, de Geraldo Mesquita Júnior. S. Ex<sup>a</sup>, como era de se esperar, foi de uma competência extraordinária. Aliás, V. Ex<sup>a</sup> o deixou na Presidência, e foi como se saísse o Pelé e entrasse o Amarildo! Entendo, inclusive, que aquele debate deveria ter se realizado num plenário

maior, porque é um tema muito importante para o nosso País, e isso engrandece o Legislativo.

V. Ex<sup>a</sup> poderá usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, que preside esta sessão, Senadores e Senadoras, venho à tribuna, num primeiro momento, para dizer que, ao contrário do que alguns dizem, o Senado e a Câmara cresceram nesta data dos 120 anos da Abolição.

Eu quero mostrar aqui os dois jornais, o *Jornal do Senado* e o *Jornal da Câmara*.

O que diz o *Jornal do Senado* na edição desta sexta-feira? *“Parlamentares e lideranças da comunidade asseguram anistia definitiva, em regime de urgência, para João Cândido”*. Este Senado já aprovou cotas, já aprovou o Estatuto da Igualdade Racial, fez um documentário belíssimo, chamado *Chama da Liberdade* – o **Jornal do Senado** fez uma retrospectiva do que foi a data de 13 de maio.

Hoje também quero elogiar o **Jornal da Câmara**, Senador Mão Santa: *“Projeto que estabelece cotas nas universidades entra em pauta”* – projeto que reduz a jornada de 44 para 40 horas semanais também entra na pauta.

Sr. Presidente, ambas as Casas, ao debaterem temas que têm grande apelo popular, temas que irão fortalecer o ProUni e efetivamente criar um espaço maior nas universidades para os mais pobres, mostram um novo olhar para nossa gente e para todo o nosso povo. Por isso, cumprimento no dia de hoje tanto o Presidente Arlindo Chinaglia, da Câmara dos Deputados, quanto o Presidente Garibaldi pela posição adotada nesse debate tão importante, principalmente sobre a Educação.

Senador Mão Santa, deixei na mesa com V. Ex<sup>a</sup> – está na pasta à sua direita – matéria escrita pelo nobre jornalista Paulo Sant’Ana, que escreveu um artigo muito didático. Com muita clareza, Senador Mão Santa, ele defende os dois projetos que são de nossa autoria, mas que foram aprovados por unanimidade nesta Casa. Vi-me na obrigação, portanto, por uma questão de justiça e pela coragem desse jornalista, de divulgar esse artigo.

Muitos criticam os projetos que aprovamos – e V. Ex<sup>a</sup> foi relator de um deles –, projetos que querem garantir somente o princípio da aposentadoria universal para todos, da área pública e da área privada, projetos cujo objetivo é que todos se aposentem pelo número de salários mínimos que pagaram – lançando mão de cálculos atuariais, vamos ver o percentual descontado em folha e vamos manter o direito igual para todos.

E na questão do reajuste, projeto também de nossa autoria, o PL nº 42, garante que o salário mínimo, até 2023, tenha reajuste conforme a inflação mais o PIB, estendendo esse mesmo percentual para os aposentados. Se não for assim, todos, no futuro, vão pagar sobre um, sobre dois, sobre três, sobre quatro, sobre cinco, sobre seis, sobre sete salários mínimos, e vão ganhar somente um.

O que diz o artigo *“Aposentadorias degradadas”* do nobre e combativo jornalista Paulo Sant’Ana?

Aposentadorias degradadas

Acontece o seguinte: no governo Fernando Henrique Cardoso, foi instituído o fator previdenciário.

Trata-se de um mecanismo que determina um corte de até 40% nas aposentadorias dos trabalhadores, conforme a idade do cidadão, mesmo que ele já tenha cumprido todo o tempo de contribuição [no caso, 35 anos para o homem e 30 para a mulher. Antes de 1999, tinham o direito de se aposentar com o salário integral].

Continua Paulo Sant’Ana, respeitadíssimo colunista do nosso Estado:

O corte varia de acordo com a idade de quem se aposenta (menos idade, maior o corte). Os mais penalizados são aqueles que começam a trabalhar mais jovens, que cumprem um tempo de contribuição, mas têm que continuar a trabalhar para não sofrerem o corte.

O que acontece? O mais jovem começa a trabalhar com 16 anos.

Até um tempo atrás, eram 14 anos, mas, depois da Constituição – eu fui Constituinte de 1986 para 1988 –, passamos para 16 anos. Então, este começa a trabalhar mais cedo e vai ter que contribuir, pelo fator, praticamente por 45 anos. E, digamos, o mais rico começa a trabalhar depois de concluir todos os seus estudos, seus estágios, faz doutorado e começa a trabalhar com 25 anos. Este vai contribuir por 35 anos, mas o mais pobre vai contribuir por 45 anos para pagar a aposentadoria dele. Quem teria direito a uma aposentadoria de mil reais, recebe 600, e quem tem direito a uma aposentadoria de 25 mil reais vai receber os 25 mil reais, que é o limite, por ser o maior salário do Supremo Tribunal Federal. É essa injustiça que nós queremos aqui combater – V. Ex<sup>a</sup> foi, inclusive, foi relator de um dos projetos.

Diz mais o jornalista Paulo Sant’Ana:

Outra herança trágica para o trabalhador instituída no governo Fernando Henrique Cardoso foi a desvinculação do reajuste de



todas as aposentadorias com o reajuste do salário mínimo. Por essa separação, os governos Fernando Henrique e Lula [aqui, Senador Mão Santa e Senador Mozarildo, se vê que o jornalista está sendo muito equilibrado, não está levando para o campo político-partidário] jactam-se de concederem reajustes consideráveis no salário mínimo, mas não atribuem às outras aposentadorias com valor superior ao salário mínimo o mesmo índice de reajuste.”

Ele critica os governos, quem fez a operação e quem a mantém.

Quem ganha na aposentadoria mais que um salário mínimo tem recebido reajuste insignificante em comparação ao salário mínimo, ocasionando, por exemplo, a perversidade para com quem ganha cinco salários mínimos na aposentadoria e vê reduzidos seus proventos, em poucos anos, para três, para dois salários mínimos e logo adiante passará a ganhar um só salário mínimo.

Em resumo, quem pagou sobre cinco, quem se aposentou com cinco, hoje está ganhando dois, e o futuro aponta, em mais dois ou três anos, que passará a ganhar um salário mínimo.

Diz ele:

Vai subindo cada vez mais o valor do salário mínimo, reajustado em nível compensador, enquanto que as aposentadorias maiores sofrem um arrocho que tem sido desumano.

Tanto o fator previdenciário quanto o não-acompanhamento do reajuste das aposentadorias em geral com o do salário mínimo constituem-se em perversidade do governo com os aposentados, que ficam, por esses dispositivos, condenados à opressão salarial ou a trabalhar por tempo excessivo ao do exigido para a contribuição.

Diz mais:

Os aposentados brasileiros vêm sofrendo ano a ano degradação de seus ganhos, eles que já entregaram toda sua vida ao trabalho e agora precisam mais do que nunca de proventos minimamente dignos, com reajustes de índices iguais ao do salário mínimo.

O governo mesmo informou que nos últimos sete anos poupou R\$10 bilhões graças ao fator previdenciário [ou seja, deixou de pagar os mais pobres].

Aí diz ele:

Para mudar esse quadro, o Senador Paulo Paim (PT – RS) apresentou projeto no Senado Federal que acaba com o fator previdenciário e revincula os proventos dos aposentados ao índice de reajuste do salário mínimo. Foi tanta discussão a repercussão do esforço do Senador Paim, que o projeto foi aprovado por unanimidade no Senado [com a relatoria do nobre Senador Mão Santa]. Mas o governo, que tem maioria [diz ele, vejam bem, diz ele] na Câmara, onde será decidida a questão, não concorda com a mudança.

Anteontem, foi realizado em Brasília um evento que visou à mobilização dos deputados federais para essa importante questão previdenciária e social [diz ele aqui, no artigo] sob a liderança do Senador Paim e da Deputada Federal Luciana Genro (PSOL – RS), dois gaúchos na liderança dessa luta pela redenção das aposentadorias.

E, no próximo dia 29, esse ato pela luta contra a opressão salarial dos aposentados será realizado aqui em Porto Alegre, às 14h, no auditório da Fetag e às 18h na Esquina Democrática.

É imprescindível que os aposentados gaúchos lá compareçam, como o público em geral, para levar à frente esta luta por uma política que visa a desconstituir o empobrecimento e a inanição dos aposentados brasileiros.

Li na íntegra o artigo, que não quis alterar – nem seria correto –, do jornalista Paulo Sant’Ana, Senador Mozarildo. Ele tem uma coluna no jornal *Zero Hora*, ao qual quero fazer justiça – mas não quero fazer injustiça com os outros colonistas, que também respeito –, e que, com absoluta certeza, fica entre as mais lidas no Rio Grande do Sul e no Brasil – por onde circula o jornal **Zero Hora**.

Achei o artigo de coragem, porque houve alguns editoriais que tentaram dizer que o Senado foi precipitado, que agiu inadequadamente. Ora, é só ver, em todos os indicadores, o sucesso dos bancos. A notícia está aí, nos jornais de hoje. Vejam o sucesso, eu diria, da própria indústria – está nos jornais de hoje; vejam as renúncias fiscais, que já ultrapassaram R\$21 bilhões. E, se pegarmos os últimos dez anos, com certeza vai a mais do que R\$50 bilhões de renúncia.

Por que temos de pensar em todos – o que acho correto; acho correto, sim, há que se desonerar –, mas não podemos pensar nos nossos aposentados e pensionistas?

Percebam agora que, na Câmara, há um debate sobre a volta da CPMF, mas percebam que recomen-



dam o seguinte: 0,05% ou 00,8% para emenda da saúde. Correto. Concorde. De minha parte, concordo, Senador Mozarildo – existe, há muito tempo, uma divergência democrática entre nós –, mas quero dizer que, se voltar a CPMF, podem contar com meu apoio, porque votei aqui a favor dela – assumo minha posição e respeito os que pensam diferentemente; V. Ex<sup>as</sup> votaram de outra forma –, mas só a aceitarei se incluírem nela os aposentados e pensionistas. Não contem comigo para qualquer tipo de tributo que venha a ser somado se não incluírem os aposentados.

No geral, são 25 milhões de aposentados e pensionistas. E, se pensarmos também nos trabalhadores da área privada, que são mais 30 milhões, cujos salários são confiscados em 40% no ato da aposentadoria, faço esse bom debate. Não sei qual a divergência que poderá haver aqui entre nós, mas ela é legítima. Senador Mozarildo, V. Ex<sup>a</sup> sabe que tenho o maior respeito pelas suas posições, mas é normal que possamos divergir. Porém, qualquer debate que não inclua os aposentados e pensionistas, não contem pelo menos com o voto humilde deste Senador.

Senador Mozarildo, por favor.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Senador Paim, V. Ex<sup>a</sup>, com certeza, é um Senador que sempre levanta as bandeiras das causas mais justas e mais nobres, não só na Câmara, mas também aqui, no Senado, numa trajetória de que todos nos orgulhamos. O que se faz com os aposentados e pensionistas, não tenha dúvida, é realmente uma maldade. V. Ex<sup>a</sup> citou 25 milhões, mais cerca de 30 milhões no setor privado. Vejam que são pessoas que já deram sua colaboração para que o País chegasse até aqui.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Exatamente!

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Pessoas que, com esse dinheiro, não têm condições de comprar os remédios nem nas farmácias populares; remédios de uso contínuo, que são característicos dessa idade, para hipertensão, diabetes, colesterol etc. Como médico, fico abismado de ver que o Governo não encontra um remédio para resolver esse problema. Qualquer chefe de família, qualquer dona de casa sabe que é apenas questão de administrar seu orçamento doméstico. No caso do País, por que o Governo não começa experimentando fazer seu ajuste fiscal, isto é, sua conta? Deixe de gastar com propaganda, com festas, com homenagens, com viagens, com diárias, com cartões corporativos! Corte mais coisas, como a criação da TV Brasil e outros; corte os cargos que criou – 26 mil cargos comissionados – para cupinchas ganharem DAS. Corte isso! Agora, não me venham com essa história de se criar CPMF ou qual-

quer outro imposto. Isso aí é aquela história: o cara está endividado, a família está endividada e não quer cortar, digamos, seus luxos; ela quer continuar indo para restaurantes, quer continuar vestindo-se muito bem, não quer fazer nenhuma restrição. Aí vai fazendo mais empréstimos ou pedindo ao amigo, ou ao pai, se for vivo, enfim. O Presidente Lula precisa aprender – ele, que se orgulha tanto de ter vindo de uma família pobre, de ter sofrido como operário – uma regra elementar: fazer as contas. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup>: votei a favor dos aposentados, defendo-os, mas sou contrário à recriação da CPMF ou à criação de qualquer outro imposto. Eu estava lendo nos jornais de hoje, Senador Paim, que é a classe mais pobre que paga mais caro os impostos. Será possível que o Presidente Lula não entende nem isso? Se fossem só os ricos que pagassem, eu estaria concordando com a CPMF, com tudo. Mas não é. Quem mais paga são os mais pobres; e quem é que mais paga até imposto de renda neste País – que é um importo teoricamente mais justo –, Senador Paim? São os assalariados; nós e os mais simples, funcionários públicos, que já recebem seu contracheque descontado. Os ricos têm “n” formas de deduzir e de não pagar imposto de renda. Então, não sou também aquele cara que tem fobia por ricos, não! Sou o contrário, considero que a forma de ajudar os pobres é fazer com que os ricos tenham consciência do seu papel social.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Porque eles se compreendem.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Exatamente.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Empreendedores geram empregos.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Exatamente.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Tenho essa mesma posição que V. Ex<sup>a</sup>. Respeito ambos.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Minha posição é trabalhista, é a posição do PTB. Defendo que devemos ter bons empregadores, que respeitem as leis trabalhistas e que, portanto, gerem mais empregos. Quero dizer que estou ao seu lado, menos na criação de impostos.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Senador Mozarildo, apenas vou transmitir a informação que recebi: se a CPMF voltasse, ela equivaleria – era 0,38% antes, não? – a 0,5% ou 0,8% do salário. Quem ganha até R\$2,5 mil não pagaria nada. É o debate que está ocorrendo na Câmara. Vou lhe dizer o que ouvi.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Paga, Senador Paim! Se não pagar na hora de receber o salário, paga no pãozinho, paga no leite, paga no feijão.

Então, isso é ilusão, não podemos mais cair nessa! Foi assim, com o espírito altruísta de atender o Dr. Adib Jatene, quando foi Ministro da Saúde, que eu, como médico – e, aliás, quase todo o Congresso –, votei a favor da CPMF. E deu no que deu! Então, não vamos mais deixar que esse monstro volte.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Só para concluir meu raciocínio, já com seu segundo aparte – e é bom, porque estamos aqui dialogando, aproveitando esta sexta-feira –, lembro também – e não quero recapitular toda a discussão da CPMF – que me diziam o seguinte: se a CPMF cair, vai baixar o preço do pão, do trigo, do arroz, da massa, do feijão, do óleo. Exatamente o contrário: a CPMF caiu e os preços dos alimentos dispararam, não só no Brasil, mas no mundo todo. Não houve uma vírgula... A partir do momento da caída da CPMF, não vi um único produto que tenha baixado 0,00001. Quero apenas dizer que a recíproca é verdadeira.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – V. Ex<sup>a</sup>, às vezes...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Só um pouquinho. Vou passar a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, mas quero só concluir meu raciocínio.

Ouvi, daquela tribuna, diversos Senadores dizendo: “Não, se derrubarmos a CPMF, os preços dos produtos vão cair”. Todos, todos aumentaram de preço depois que caiu a CPMF, e ainda não havia o debate sobre essa crise de alimentos no mundo. Então, quero dizer que a recíproca é verdadeira. Se V. Ex<sup>a</sup> argumenta que, de uma forma indireta... Entendo isso e sempre dou o exemplo de um empresário gaúcho que me dizia: “Paim, toda vez que vem aumento de imposto, pode saber que o empresário o repassará para o preço final do produto”. Essa é a tese que V. Ex<sup>a</sup> alavanca no debate. Entendo isso, mas não me digam que redução de algum tipo de tributo reduz o preço no final. Não reduz. Se já incorporou, não vejo supermercado nenhum com aquela maquinazinha de alteração de preço no momento em que caiu a CPMF.

Então, tenho muita consciência do debate que estou querendo fazer. Quando a CPMF foi criada, fui contrário, como foi dito, inclusive, na noite do debate. Quando o Dr. Adib Jatene foi à Câmara dos Deputados...

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – O PT todo foi contrário.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Mas eu fui o principal. Quero dizer o seguinte: houve um debate e o ex-Deputado Eduardo Jorge, de São Paulo, que é médico, defendeu. Eu fui contra, porque eu disse que o dinheiro não iria para a Saúde, como, efetivamente, não foi. Então, estou muito tranquilo para fazer esse

debate, reafirmando a minha posição. Podemos fazer o debate de uma contribuição específica para a Saúde, desde que se contemplem, também, os aposentados e os pensionistas.

Eu vou conceder-lhe o aparte, tranquilamente, Senador Mozarildo, em seguida.

Quero fazer o registro, Senador Mão Santa, de uma audiência que tivemos, ontem, com o nosso sempre Senador e hoje Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão. O Ministro reuniu-se com os Senadores Pedro Simon e Sérgio Zambiasi, com uma das coordenadoras do meu gabinete, com o Presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Alceu Moreira, e o Deputado Federal Henrique Fontana, com o objetivo de discutir investimentos no Rio Grande do Sul. Edison Lobão demonstrou apreço pela idéia e informou que o Ministério fará um estudo de planejamento estratégico para analisar a possibilidade de um planejamento específico para o Rio Grande do Sul.

Qual é o investimento? Tratou-se da viabilidade de expansão da matriz energética eólica no nosso Estado. Na oportunidade, determinou um estudo de pesquisas energéticas, com a realização, inclusive, de um leilão exclusivo de energia eólica, com prioridade para aquela região do nosso Estado.

Os resultados do estudo poderão ser divulgados no próximo dia 05 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, oportunidade em que o Ministro Edison Lobão irá ao nosso Estado visitar a usina eólica implantada em Osório.

Quero agradecer ao Ministro por receber os Parlamentares com essa justa reivindicação.

O Ministro, Sr. Presidente, foi muito tranquilo ao dizer que via com simpatia a possibilidade de termos esse investimento naquela região tão importante do nosso Rio Grande do Sul.

Estiveram lá também prefeitos e vereadores da região. Só não lerei os nomes de todos, mas ficam nos Anais da Casa.

Antes de eu abordar um segundo tema – o trânsito –, porque vou aproveitar esta sexta-feira e, depois, ficarei acompanhando todo o seu pronunciamento, quero conceder o aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Senador Paim, apenas pelo respeito que tenho por V. Ex<sup>a</sup> e pela forma muito séria e honesta como V. Ex<sup>a</sup> aborda os assuntos, é bom que digamos: “Ah, não baixou nada”. Olha a questão do trigo. A Argentina restringiu a exportação do trigo para o Brasil. Então, é evidente que isso...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – O caso do milho na economia – até fiz um discurso aqui – em todo o mundo: os criadores de aves e de porcos pediram que

eu fizesse um pronunciamento aqui, e eu o fiz, porque estão preocupadíssimos com a alta do milho.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – O próprio arroz. O Governo brasileiro está propondo impedir a exportação de arroz do Brasil. Então, o problema de não ter baixado o preço, principalmente desses alimentos básicos, não tem a ver com não ter CPMF...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Posso lhe fazer uma perguntinha?

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Pois não.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Em sua consciência – e o senhor não o disse da tribuna –, o senhor acredita que a caída da CPMF poderia resultar em redução de preços ou que, pelo menos, os preços seriam contidos?

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Acredito que haveria redução de preços se não fossem esses fatores extras, como no caso do trigo. O Brasil não planta trigo, porque o Governo não incentiva isso; incentiva a adição da fécula na produção do pão. Então, na verdade, o que falta de novo é gestão, porque, se não houvesse fatores como a queda da produção do arroz, a restrição da importação do trigo e a não-produção do trigo adequado no Brasil, com certeza, e também a própria queda...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – O barril do petróleo a mais de US\$120,00.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Sim; isso também influi na produção agrícola.

E, mais, a questão climática no caso do arroz. Então, temos de falar. E eu sei que V. Ex<sup>a</sup> faz muito bem esse discurso. V. Ex<sup>a</sup> divide e mostra claramente, não sendo como aqueles que dizem: “Ah, caiu a CPMF e não baixou nada”. Não baixou nada, mas o que aconteceu além da CPMF? V. Ex<sup>a</sup> está colocando isso muito bem.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Eu fiz essa pergunta a V. Ex<sup>a</sup> porque eu estou há quase 30 anos na vida pública. O que eu vi de renúncia fiscal, o que eu vi de queda de tributos numa área, às vezes alavancando outra área... E não vi um único produto baixar de preço nesses 30 anos, um único. Nem uma única vez alguém conseguiu me provar que uma renúncia fiscal ou mesmo a retirada de um tributo de uma área causou resultado positivo para o consumidor em matéria de que os preços tenham baixado. Nunca vi, mas pode ser que um dia eu veja.

Então, nós vamos continuar esse debate de forma fraternal e equilibrada.

Eu quero dizer, também, Senador Mozarildo Cavalcanti, que não tenho ojeriza pelo lucro. Recebi, em meu gabinete, uma caricatura muito bonita, se não

me engano feita pelo Arouca. Tem um desenho e diz o seguinte: “Sou a favor do lucro, mas para todos”. Então, não sou contra. Cada um de acordo com o seu investimento, pois eu não vou querer que quem investiu, por exemplo, US\$1 bilhão tenha o mesmo lucro de quem investiu R\$1.000,00. Acho que ninguém é contra o lucro. Queremos o equilíbrio e, como sempre digo, igualdade de oportunidades.

Senador Mão Santa, aproveito esta sexta-feira – e sei que, hoje, V. Ex<sup>a</sup> será bem generoso com este Senador; até porque, depois, se eu assumir a Presidência, serei também generoso – para falar sobre a questão do trânsito. Então, venho à tribuna para debater um assunto polêmico.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Paim, já que o Pedro Simon, analisando a época, disse que eu participo do Senado como um reformador, um Lutero, eu queria adentrar o assunto, que é muito oportuno.

No início do meu mandato, um Senador que conhece muito de finanças, muito de economia, muito de dinheiro, Paulo Octávio, hoje Vice-Governador...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Vice-Governador de Brasília.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – (...) deu entrada em um projeto para a Previdência.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Lembrou-me.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Todo o dinheiro arrecadado pela Previdência seria administrado pela Previdência. E provava que ela jamais entraria em falência. Eu fui o Relator.

Além da consultoria do Senado, ele, que é um empresário poderoso, conseguiu outros consultores, e eu me convenci, como me convenci em relatar favoravelmente o projeto de V. Ex<sup>a</sup> em defesa dos aposentados. Após estudá-la, fiquei convencido de que a tese de Paulo Octávio estava correta. O Governo me pressionou – naquele tempo, eu havia votado no Presidente Luiz Inácio. Eu, V. Ex<sup>a</sup> me conhece, dei uma trégua, dei tempo, mas os avisei – fui muito correto – de que iria dar o parecer favorável ao projeto do Senador Paulo Octávio, de que todo recurso arrecadado...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Da seguridade social tem de ficar na seguridade social.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – E ele provava, matemática, econômica e cientificamente, que...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Tributação sobre lucro, faturamento, Cofins, enfim, jogos lotéricos...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – E eu defendi e avisei o Governo. Fomos à CAE.

Olha, Mozarildo, tiveram de mudar o Presidente. Tiraram o nosso Ramez Tebet, que foi para o céu, e colocaram o Hélio Costa, porque eu convenci os outros. Foram sete a sete e ela morreu lá. Mas, Mozarildo, já solicitei um novo estudo sobre a matéria, tanto é que, agora, ela voltará, e eu vou apresentá-lo novamente, inclusive pedirei que V. Ex<sup>a</sup> seja o Relator.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Posso lhe fazer um “aparte”? Acredito que vai ter de ser o contrário. Sabe por quê? Logo que ela caiu, no ano subsequente, eu a apresentei novamente. Agora V. Ex<sup>a</sup> vai ser convocado Relator, já que ela está tramitando há mais de um ano lá na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a mesma PEC, inspirada inclusive na que V. Ex<sup>a</sup> foi Relator, usando os mesmos argumentos, dizendo o seguinte: que o dinheiro da seguridade social só pode ser usado em saúde, assistência e Previdência. Se não me engano, é a PEC de nº 13 ou a de nº 24. Vou solicitar ao Senador Marco Maciel...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Alegria-me essa identidade. Eu a estava estudando, mas quero participar, Senador.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Infelizmente, ainda não foi indicado o relator. Posso solicitar ao presidente Marco Maciel para que V. Ex<sup>a</sup> seja o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Perfeitamente. Continuarei com a mesma tese que anteriormente defendemos.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, disse, há pouco, que gostaria de falar também sobre uma outra preocupação que tenho. Refiro-me ao trânsito do nosso País. Infelizmente os dados mostram que o trânsito é a máquina que mais mata no Brasil.

Sr. Presidente, o assunto é complexo e está afetando a vida de todo o povo brasileiro. É a crise que estamos vivendo em relação ao trânsito, que, como todos sabem, está caótico.

Fazendo uma retrospectiva, baseando-me em dados do Ministério da Saúde, tenho a dizer que, no Brasil, na década de 90, mais de um milhão de pessoas morreram, vítimas da violência e de acidentes de trânsito. Cerca de 400 mil por homicídios; 310 mil em acidentes de trânsito e 65 mil por suicídios, sendo o restante em acidentes em geral.

Em 2004, o **Jornal do Brasil** veiculou notícia sobre dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que demonstrava que, no Brasil, a cada ano, mais ou menos 20 mil pessoas perdiam a vida em acidentes de trânsito. Esses dados foram baseados no estudo em 378 cidades, em que, à época,

moravam 47% da população brasileira e trafegavam 62% de veículos.

Os dados do Ipea informam também que o número de feridos em acidente de trânsito, no Brasil, havia se multiplicado por 15, desde o início da década de 60. Esta foi a época em que a indústria automobilística, no Brasil, se firmou. Mas, infelizmente, junto com o crescimento do setor, veio o aumento do número de mortos por acidentes de trânsito, que chegou a ser agravado em seis vezes.

Vejam bem, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, naquele período, os acidentes, em vias urbanas, se transformaram na segunda causa de morte violenta de homens entre 15 e 40 anos. Só o homicídio superava esse número. No caso das mulheres, também entre 15 e 40 anos, esses acidentes eram também a causa principal de morte.

O diretor do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), à época, Aílton Brasiense, disse:

A tragédia é fruto de conjuntura ‘perversa’. (...) O Estado brasileiro adotou um modelo que se desviou da preocupação com um serviço público, no caso, o transporte municipal, e assumiu como premissa o suporte ao crescimento da frota particular de automóveis.

Ou seja, preocupou-se em “bombardar” a indústria automobilística e esqueceu-se do tratamento que deveria ter sido dado à infra-estrutura das vias, das ruas, das estradas, das BRs, para que os veículos não virassem uma máquina de matar.

Diz mais: “Houve incentivo às vendas da indústria de automóveis, ao crescimento da frota de veículos particulares em detrimento do transporte público nas cidades”.

Tínhamos de ter investido muito mais na questão dos metrô, dos trens. Tive a oportunidade, Senador Mão Santa, veja bem, há 30 anos, de viajar, como sindicalista, por toda a Europa praticamente – e V. Ex<sup>a</sup> a conhece muito mais do que eu –, utilizando-me dos trens, transporte que liga um país a outro na Europa. É claro que os países são menores e bem mais próximos; mas, aqui, sequer nos utilizamos do transporte interestadual. Optamos pelo transporte rodoviário tanto para o escoamento de nossas cargas, via caminhão, como para transportar a população, via ônibus interurbanos e urbanos. Foi um erro, um equívoco histórico que estamos pagando hoje.

Diz mais:

“Criou-se um exército, munido com uma arma letal, sem a responsabilidade em seu manuseio.



Vendeu-se a imagem do carro como direito, não responsabilidade [como um instrumento que tinha que ter também responsabilidade].

A falta de conscientização e a inoperância na punição de infrações cria um ambiente de barbárie nas ruas”.

Porque não é só o acidente. Quantos de nós já não assistimos, às vezes, um cidadão, homem ou mulher, encostar o seu carro em um outro carro, e o cidadão descer dando tapas, socos e até tiros. Isso é outra prova de irresponsabilidade total e desrespeito ao ser humano.

E concluiu dizendo:

“A introdução de campanhas educacionais sobre o trânsito nas escolas, e a implementação de um sistema nacional de trânsito mais rígido e integrado são pontos fundamentais do debate sobre o novo modelo de gestão de trânsito.”

Sr. Presidente, o Ipea também fez um estudo elaborado, com dados referentes ao biênio 2004/2005, que demonstrou que, nas rodovias federais, os atropelamentos ocuparam o segundo lugar no *ranking* de mortalidade por acidente. “A cada 34 atropelamentos, ocorreram 10 mortes”. Foram cerca de quatro mil atropelamentos/ano, aproximadamente um a cada duas horas. Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Paraná lideraram, com 54% das mortes de pedestres, e 12 rodovias federais detiveram 75,3% das ocorrências envolvendo pedestres, das quais, as três primeiras – BR-116, BR-101 e BR-040 – responderam por 50% das mortes.

A maioria dos acidentes envolvendo pedestres ocorreu à noite, sendo mais crítico o período entre 18 e 20 horas, horário de pico, em que o cidadão, depois do dia de trabalho, retorna a sua residência. Esse horário exigiria maior cuidado.

Concedo o aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Senador Paim, V. Ex<sup>a</sup> traz outro assunto que mereceria reflexão de toda sociedade: das famílias, dos pais de família, e, principalmente, do Governo.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – É para o senhor, não é para mim.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Dizia que o assunto mereceria a reflexão por parte de toda a sociedade. Como médico, sabemos que os maiores gastos no serviço médico é justamente com o atendimento do politraumatizado, decorrente de acidente

de trânsito. E o que é pior é que quem é mais vítima do nesta faixa etária é o jovem, que, ou morre – e o índice de mortalidade que V. Ex<sup>a</sup> apresentou contém esses dados, e é altíssimo –, ou fica inválido em uma cadeira de rodas. Quem tiver a oportunidade de visitar o Hospital Sarah Kubitschek, em Brasília,...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Por isso que todos os Estados querem outras unidades do Sarah.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – ... verá a quantidade de pessoas que sofrem acidentes de maneira tola. Então, é preciso, efetivamente, haver não só uma campanha – a considero até muito pobre – contra a violência no trânsito, mas, principalmente, maior rigor na fiscalização. Na verdade, o que temos na prática? Poucos policiais, em nível estadual, fiscalizando as ruas...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Mal pagos ...

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – ...mal pagos, acima de tudo mal pagos, temos poucos policiais rodoviários nas rodovias federais e temos também a maioria das vias públicas, sejam rodovias ou ruas da cidade, mal sinalizadas, sem uma adequada engenharia de trânsito. É preciso sim que o tema seja discutido, até porque diz respeito ao tema de saúde pública, importantíssimo e que deixa seqüelas na família, às vezes até com um jovem inválido para o resto da vida ou, na outra ponta, um ancião, que caminha mais lentamente e, ao atravessar a rua com dificuldade, é vítima de atropelamento. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup> pela abordagem de um tema que deveria estar na ponta da onda do Ministro Temporão. Há assuntos que ele poderia deixar para depois, mas esse deveria estar à frente.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Mozarildo Cavalcanti, concordo com V. Ex<sup>a</sup>. Na linha do seu argumento, inclusive está comprovado que o próprio sistema de saúde e a Previdência gastam valores exorbitantes. Quando ocorre um acidente, poucos sabem do tal de DPVAT, que é aquele seguro obrigatório que o senhor paga. Quem tem carro paga. Todos pagam. A pessoa se acidenta, vai para o sistema de saúde público e nem sabe que existe uma indenização que deveria receber. Quem acaba assumindo tudo é, queiramos ou não, a seguridade social.

V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão: é um gasto da União, é um gasto, inclusive e principalmente, para o cidadão, que tem um prejuízo direto, passa a se tratar com remédios, com medicamentos, não vai poder trabalhar, afastado também, e se encosta na Previdência. Enfim, V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão. O gasto é enorme para o Estado e principalmente para aquele que se acidenta.

Outro dado interessante, feito pela Consultoria: os acidentes com motocicletas estavam praticamente na mesma situação. Embora tenham representado 10,8% de todos os acidentes, causaram 15,2% de todas as mortes.

Levantamento feito pelo Ministério da Saúde trouxe outro dado também, sobre o aumento de 72% nos óbitos em municípios, no caso, com mais de cem mil habitantes, entre 1990 e 2005, quando passaram de 9.998 para 17.191. Ou seja, em 15 anos, mais que dobrou. Não. No mínimo, dobrou – vamos pegar de nove para quase dezoito. Dobrou o número de acidentes nas cidades com mais de cem mil habitantes.

O Ministério da Saúde afirma que a principal causa dos acidentes seria o consumo excessivo de bebida alcoólica. Bebida alcoólica. Dependência química. Para mim, bebida alcoólica, repito, é dependência química. Você aí, que está assistindo à TV Senado neste momento, pode saber que bebida alcoólica é dependência química.

Tem aquela história da dependência química legal e ilegal. Dependência química, para mim, é só uma. Deveríamos ter campanhas muito ostensivas. Confesso que sou totalmente favorável, sim, àquela visão de que é muito mais importante do que apenas dizer que não pode vender bebida na estrada fazermos uma campanha pública contra o uso de bebida alcoólica. E que não haja propaganda em rádio, televisão ou jornal, a favor de bebida alcoólica.

Tenho um cunhado que está com cirrose, por exemplo. Cansei de dizer a ele: “Não bebe, não bebe, não bebe”. Bebeu, bebeu, bebeu, está com cirrose. Só estou citando um exemplo. Era a única dependência que ele tinha. Não outras, mas essa. E ele dizia: “Não, mas isto aqui é legal”. Legal ele viu agora, pelo estado em que está.

Felizmente, ele tinha plano de saúde. E quem não tem? O senhor sabe muito bem, porque é médico, como é a cirrose.

Em primeiro lugar, mais importante do que tudo é proibirmos a propaganda de bebida alcoólica. Em segundo lugar, fazer propaganda positiva, ou seja, contra o uso da bebida alcoólica.

Sou de um Estado onde há inúmeras empresas de cerveja e de outros produtos. Independentemente disso, creio que é uma questão de falar a verdade; bebida alcoólica faz mal, mata. As pessoas têm de ter essa consciência. E nós a estamos vinculando a essa questão do transporte, dos acidentes, ao fato de quem está dirigindo ter consumido bebida alcoólica. E um dos dados aqui apresentados mostra como motivos de acidentes o excesso de bebida alcoólica, a alta velocidade, o não-uso do capacete ou do cinto

de segurança e, ainda, o problema de infra-estrutura das rodovias e vias públicas.

Com relação ao consumo de bebida alcoólica, lembramos que, recentemente, a Medida Provisória nº 415, do Governo, proibiu o comércio de bebida alcoólica nas rodovias federais.

Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> fez aqui um dos primeiros pronunciamentos que vai na linha do que estou colocando. Não adianta vir com lei seca. Mais importante do que tudo são as campanhas educativas, para que cada um assuma a responsabilidade de não beber. Sei que essa é a linha do seu pronunciamento e também a que estou adotando.

Cito outro exemplo, acerca do que acontecia em uma cidade do interior do Rio Grande do Sul. Um *shopping center* que conta com um bom restaurante, que ficava em frente a uma rodovia federal, era proibido de vender bebidas alcoólicas. Algumas pessoas que lá almoçavam passaram a não ir mais. Iam a um outro *shopping*, que não ficava na beira da rodovia, e bebiam da mesma forma.

Por isso entendemos que a campanha deve ser pela educação, como V. Ex<sup>a</sup> propôs, desta tribuna. Fundamentalmente, na linha de educação.

Alguns tomam seu vinho de forma regular, equilibrada. Sei que V. Ex<sup>a</sup> toma um copinho de vinho; eu não nego que nas noites frias do meu Rio Grande também tomo meu copinho de vinho, mas de forma controlada. Isso é que é importante. As pessoas têm que saber o limite daquilo que fazem.

Enfim, Sr. Presidente, essa medida provisória está sendo alterada. Já foi assegurado que nas vias federais que atravessam cidades não é mais proibido, apenas na área considerada rural. Já foi um pequeno avanço. Mas ainda é uma medida provisória polêmica. Sou a favor de políticas educativas. É como o debate do aborto, embora eu não vá trazer o aborto para este debate. Temos que educar as pessoas para que elas entendam o quanto seu corpo é sagrado. V. Ex<sup>as</sup>, ambos como médicos, sabem muito mais do que eu, que sou oriundo da indústria metalúrgica: a educação é fundamental. E eu me lembro, inclusive, do Senador Cristovam.

Estou acelerando um pouco porque acredito que o eixo importante é este: demonstrar a importância de uma campanha nacional contra os acidentes de trânsito e não deixar de reconhecer que o álcool é extremamente nocivo à saúde e pode até ser considerado – eu falei de forma improvisada, mas tenho aqui o texto – uma das piores drogas em termos de segurança e também de economia. Seu preço é acessível, é fácil de encontrar em qualquer canto do País. Mas não vou



entrar no mérito do preço. A ênfase tem que ser dada mesmo é no que diz respeito à educação.

Outros dados do Sistema Único de Saúde – SUS, que mostram que, em 2007, foram internados 65 mil brasileiros com problemas de alcoolismo. Calculem se 65 mil brasileiros tiverem acesso a dirigir um veículo. O SUS registra também que gastou, entre 2002 e 2006, para tratar dependentes de álcool e outras drogas, R\$41 milhões. Segundo dados do Governo Federal, entre as décadas de 70 e 90, o número de pessoas que consumiram álcool aumentou 70%. Esse dado é lamentável.

Sr. Presidente, num primeiro momento, pode até parecer que aquele que bebe tem o entendimento que fica alegre. Ele não tem o mínimo de visão do prejuízo que traz para ele, para seus semelhantes, para a família e para aqueles que, involuntariamente, poderá matar, se estiver dirigindo um automóvel. Por isso faço essa conexão entre o trânsito e a bebida alcoólica. É um verdadeiro absurdo o cidadão beber sem limites, não ter parâmetros, e sair dirigindo. Uma irresponsabilidade enorme. Porque ele sempre pensa que com ele não vai acontecer nada. Ele só vai perceber isso quando, como vi aqui em Brasília, recentemente, um jovem, se não me engano, de 22 anos, dirigindo bêbado, atropelou e matou cinco pessoas. Por isso digo que os acidentes horríveis já aconteceram e continuarão acontecendo, se não houver uma política dura no combate ao uso do álcool.

Sr. Presidente, a Secretaria Nacional Antidrogas fez um levantamento nacional sobre os padrões de consumo de álcool na população brasileira. Desse levantamento surgiram dados, como o seguinte: atualmente, os jovens começam a ingerir álcool mais ou menos aos 14 anos – os pais só ficam sabendo quando eles chegam a 16 e 17. A fiscalização é precária, e a lei que proíbe a venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos não está sendo cumprida em praticamente 92% do território nacional.

A elevação do imposto sobre cigarros e bebidas alcoólicas é apoiado por 56% da população brasileira. Ou melhor, 76% dos brasileiros, segundo a pesquisa, querem restringir o horário da venda das bebidas. O alcoolismo é uma doença. Volto a afirmar que temos de investir na educação, na prevenção.

Quero dizer também que achei muito interessante as considerações do professor do Departamento de Psiquiatria da Universidade de Minnesota, EUA, que disse, em entrevista ao jornal *Esta Classe*, do Sindicato de Professores do Rio Grande do Sul, Sinpro:

A escola é um excelente local para uma prevenção que envolva alunos, pais e comunidade ao redor. Um ponto importante é que o

programa tem que encantar, tem que apaixonar e conquistar o adolescente. Por exemplo, uma representação teatral em que o adolescente se coloca no lugar do adulto; ele verá o que é ter um filho drogado e a experiência no futuro.

Senador Mão Santa, permita-me, tenho um filho de 15 anos, que faz essa apresentação – vou falar aqui, porque eles estão ouvindo lá – para o conjunto Guajuvira, mais ou menos 30 mil moradias. Um conjunto que ajudei, na época em que era líder sindical, a ocupar, porque estava abandonado. As crianças que vi entrarem comigo naquele dia hoje são pais de famílias.

Meu filho vai lá; faz a peça do teatro junto com outros setores da igreja de que participa, demonstrando o que é ter um filho drogado.

Paulo Renato Paim Júnior, você fala que eu nunca te elogio. Estou te elogiando aqui pelo ato. Espero que outros jovens se dediquem a este trabalho voluntário de ir ao bairro, à vila, para dialogar nas escolas. E, naquela peça de teatro, como o professor recomenda e o menino faz, ele representa um pai com o filho drogado.

Filho drogado bate na mãe, chega em casa e quer dinheiro para a droga, desesperado. Se ele entrar em casa e não encontrar ninguém – estive vendo todo esse trabalho, Senador Mão Santa, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa –, pega a televisão, a roupa, o que puder, leva para rua e vende; a droga faz com que haja dessa forma. Tudo isso vi em algumas peças que meu filho apresentou e está apresentando nos bairros a que vai, para demonstrar para a moçada, para a gurizada o quanto a droga prejudica. Eles fazem uma encenação, e depois há um júri que acaba, no fim, condenando a bebida alcoólica como instrumento... não só a bebida alcoólica, todo tipo de droga. Bebida alcoólica é uma, que é a chamada droga legal. Mas há todas as ilegais. Sabemos que as famílias são extorquidas pelos traficantes. Isso tudo é real.

Mas, antes de voltar à questão do acidente de trânsito, só quero dizer: Ednéia, parabéns pelo trabalho que faz na vila, no bairro. Parabéns a você também, Janaína. Vocês dedicam parte de sua vida a esse trabalho voluntário, nos bairros, nas vilas, para ajudar o nosso povo e, em nenhum momento, falam que são filhas do Senador Paim. Isso é bonito.

Voltando à questão dos acidentes de trânsito, quero mostrar mais alguns dados atuais, publicados pela imprensa. Eles informam que, se compararmos janeiro de 2006 e janeiro de 2007, o número de acidentes aumentou em 6,77%. Segundo dados mais recentes, a Polícia Rodoviária Federal informou que, de 1º a 28 de janeiro, ocorreram cerca de nove mil acidentes de

trânsito. No ano passado, no mesmo período, foram 8.393, um pouco menos. Ainda há o registro de que, em termos comparativos, entre 2006 e 2007, o número de feridos por acidente de trânsito aumentou. De acordo, ainda, com esse dado da PRF, o excesso de velocidade é uma das principais causas dos acidentes graves de trânsito.

É realmente difícil, Sr. Presidente, fazer esse debate, enfrentar essa crise, pois as oportunidades para aquisição de carros são inúmeras, e as cidades não estão preparadas para esse grande fluxo, que aumenta. Não estou aqui contestando o fato de facilitar a aquisição de carros para os pobres. Quero que todos os pobres tenham acesso a carro, a uma boa casa, como eu tenho, mas é preciso também que as autoridades constituídas tenham preocupação com o trânsito. Quero ver a infra-estrutura aperfeiçoada, melhorada, e também campanhas públicas focalizando que dirigir bem é uma responsabilidade de todos nós, homens e mulheres deste País, para que não viremos assassinos, com o carro se transformando em uma arma.

Sr. Presidente, sei que os órgãos ligados à questão de trânsito estão preocupados também. Não estou aqui inventando a roda. Eles querem minimizar os efeitos negativos do caos que se instalou. Vejam o caso de São Paulo – podemos lembrar São Paulo. São Paulo virou uma loucura. Brasília está indo para o mesmo caminho, e o Rio de Janeiro não é diferente. E podemos lembrar outros centros que vão todos na mesma linha.

Sabemos como é importante a obrigatoriedade, por exemplo, do cinto de segurança e o controle da velocidade. Isso mostra a importância de uma legislação firme e dura. Firme e dura. Muitos são contra os pardais. Não sou contra o pardal coisa nenhuma. Para o cidadão que não é responsável e que exagera na velocidade – algo que pode matar ele, sua família e outros –, tem de haver um pardal, para controlar, para evitar esse excesso.

Estamos falando aqui em defesa da vida, e não em defesa de que se vai ou não pagar uma multa. Vida não tem preço.

A melhoria, Sr. Presidente, do transporte público também é uma opção que será muito bem-vinda, pois, com transporte de qualidade, ágil, eficiente – como o que existe nos países que visitamos, com ar-condicionado, televisão, som perfeito –, vai-se incentivando as pessoas a optarem pelo transporte público e não somente pelo carro particular. Com certeza, se o transporte público for efetivamente melhorado, o fluxo de veículos particulares haverá de diminuir.

Sr. Presidente, quero também registrar – porque comigo não há problema nenhum em elogiar ou criti-

car quem quer que seja, Oposição ou Governo; elogiei aqui, por exemplo, durante toda esta semana, o Sistema de Comunicação do Senado – a série de reportagens que o Jornal Nacional da Rede Globo está levando ao ar esta semana sobre o caos instalado em relação ao trânsito. Uma das ponderações levantadas foi justamente o fato de que a classe média não utiliza o transporte coletivo, porque ele de fato é de má qualidade. No programa, foi citado o exemplo da minha capital gaúcha, Porto Alegre, que criou um sistema de transporte coletivo com qualidade. São microônibus que cobram tarifas um pouquinho mais altas, mas que têm poltronas confortáveis, ar-condicionado e que podem, com certeza, garantir aos passageiros transporte de qualidade. A fiscalização do transporte coletivo também é feita com bastante regularidade e rigor.

Como disse, várias alternativas – estou terminando, Senador Mão Santa – devem estar sendo estudadas. Espero que elas gerem bons frutos.

Sou forçado a dizer, no entanto, que não tenho a menor dúvida de que, assim como a prevenção, a educação é o melhor meio de lidarmos com as diversas questões. A educação é a palavra-chave – o Senador Cristovam chega aqui agora –, para enfrentar, inclusive, o fluxo e a violência no trânsito.

V. Ex<sup>a</sup> demarcou com uma frase – vou conceder o aparte a V. Ex<sup>a</sup> – que ouvi ontem, numa comissão. Uma autoridade disse: “Vou aqui plagiar o Senador Cristovam: ‘A revolução é a educação’.” Inclusive no trânsito, a revolução é a educação. E a frase é sua.

**O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF)** – Não só a frase, Senador Paim, mas a prática também mostrou, no Distrito Federal, que trânsito é uma questão de educação. É claro que não chega a todos, e temos visto ultimamente alguns acidentes graves por irresponsabilidade de alguns motoristas e pela tolerância posterior com os crimes que cometem. Mas um dos símbolos de Brasília hoje é o fato de que a faixa de pedestre é respeitada. Isso não foi uma medida de trânsito, isso foi uma medida de educação.

**O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS)** – De educação. Obra do seu governo.

**O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF)** – Obra do meu governo, agradeço-lhe lembrar. É uma obra de educação, não educação de escola apenas, a educação pública, das massas. Como eu dizia: educar o Distrito Federal, educar o Brasil. Trânsito, sinônimo de educação.

**O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS)** – Estou concluindo, Senador Mão Santa.

A educação nos ajuda a construir meios de lidarmos uns com os outros de forma mais respeitosa, gentil, fraterna, solidária, e combate a violência. Por exemplo:

quanto tempo custa você dar lugar a alguém que está tentando entrar numa rua movimentada? Dois segundos, vinte segundos? Às vezes, você vai passando e alguém quer entrar; e, às vezes, todo mundo tranca, não deixa a pessoa entrar. O que custa você ceder o lugar para uma pessoa com deficiência ou para uma pessoa idosa, ceder o banco do ônibus? Isso é um processo de educação. Que seja um minuto. Ora, o tempo para pensar em coisas positivas como o fato de você estar indo para casa depois de um dia de trabalho, porque você tem um trabalho, e a educação com certeza o ajudou a chegar no trabalho. E o trânsito não pode levá-lo à morte e tirar-lhe o direito ao trabalho e a sustentar a sua família.

Concluo, Senador Mão Santa, dizendo que, em recente reportagem realizada pela revista *Encontro* sobre o caos do trânsito em Belo Horizonte, onde a média é de um veículo para cada 2,4 habitantes, foram dadas algumas dicas interessantes para enfrentar o congestionamento:

Procure sair no horário ou até pouco antes do costume, para evitar de se estressar e acabar xingando os outros;

Ouçã músicas que ajudem a acalmar, como as eruditas, por exemplo

Existem livros em áudio e se você não tem tempo para ler, compre um CD de um livro e escute no momento em que enfrenta o congestionamento

Você pode também comprar um CD de outra língua e aproveitar para escutar e assim, estudar, nesse momento em que o trânsito congestionado

A pressa é inimiga da perfeição. Ela ajuda somente a violência e pode levar a acidentes gravíssimos.

Sr. Presidente, é claro que temos que pensar com muito cuidado e com muito carinho. A segurança no trânsito pode ser amplamente discutida. Em 2004, ela foi tema do Dia Mundial da Saúde, considerada questão da saúde pública.

Termino somente, Sr. Presidente, com o que disse o Dr. Horácio Toro, que afirmou:

“Essa tendência só mudará se houver um esforço de todos. Somente com o esforço coordenado dos governos, organizações não-governamentais, universidades, meios de comunicação e setor privado poderemos alterar, significativamente, a situação”. [E evitar mais mortes no trânsito.]

A educação no trânsito é sinônimo de paz interior, é vontade de conviver bem, de agir com calma pelo nosso bem e pelo bem dos outros; é reduzir a possibilidade de machucar alguém por uma atitude

imprudente. É partilhar o espaço com mais sabedoria e respeito.

Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> que considere o meu pronunciamento na íntegra. É claro que eu tinha aqui inúmeros outros dados, mas já me sinto contemplado. Usei um tempo de mais de 40 minutos – o limite era 20. Eu agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e eu só ficaria com essas últimas três frases. Eu gostaria de deixar essa reflexão para todos nós, porque todos estamos preocupados com o rumo do trânsito no Brasil.

Temos que ser parceiros do Governo e das instituições voltadas para melhoria dessa situação, pois a nossa omissão pode ser fatal.

Seria muito bom cada um pensar naquilo que pode fazer para contribuir com as mudanças no trânsito, e pensar: o momento de agir é agora, em defesa da vida.

Muito obrigado, Senador Mão Santa, pela tolerância de V. Ex<sup>a</sup>.

#### **SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM**

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero fazer um registro da audiência ocorrida ontem no Ministério de Minas e Energia – com o Ministro de Estado Edson Lobão.

O Ministro reuniu-se com os Senadores Pedro Simon e Sérgio Zambiasi, o Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul – Alceu Moreira – e o Deputado Federal Henrique Fontana para tratar da viabilidade de expansão da matriz energética eólica no Estado.

Edison Lobão demonstrou apressado pela idéia e informou que o ministério fará um estudo de planejamento estratégico para analisar as possibilidades de um planejamento específico para o Rio Grande do Sul.

Na oportunidade determinou um estudo de pesquisa energética para a realização de um leilão exclusivo de energia eólica com prioridade para o Estado.

Os resultados do estudo poderão ser divulgados nos dias 5 de junho, dia mundial do Meio Ambiente, oportunidade em que Lobão irá ao estado visitar a usina eólica implantada em Osório.

Quero agradecer ao Ministro por receber os parlamentares Gaúchos e justificar a minha ausência por questões de agenda nesta Casa.

Como segundo assunto, quero dizer que hoje venho trazer a esta Tribuna um assunto polêmico, complexo e que está afetando a população brasileira.

É a crise que estamos vivendo em relação ao trânsito, que, como todos sabem, está caótico.

Fazendo uma retrospectiva, dados do Ministério da Saúde informam que no Brasil, na década de 90, mais de 1 milhão de pessoas morreram vítimas de violência e acidentes: cerca de 400 mil por homicídios, 310 mil em acidentes de trânsito e 65 mil por suicídios, sendo o restante em acidentes em geral.

Em 2004 o Jornal do Brasil veiculou notícia sobre dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que demonstrava que no Brasil, a cada ano, mais ou menos 20 mil pessoas perdiam a vida em acidentes de trânsito.

Estes dados foram baseados no estudo de 378 cidades do Brasil, onde, há época, moravam 47% da população brasileira e trafegavam 62% de veículos.

Os dados do IPEA informavam também que o número de feridos em acidentes de trânsito no Brasil havia se multiplicado por 15 desde o início da década de 60.

Essa foi a época em que a indústria automobilística no Brasil se firmou. Infelizmente, junto com o crescimento do setor, veio o aumento do número de mortos por acidentes de trânsito, que chegou a ser agravado em seis vezes.

Vejam bem, Senhoras e Senhores Senadores, naquele período os acidentes em vias urbanas se transformaram na segunda causa de morte violenta de homens entre 15 e 40 anos. Só o homicídio superava esse número.

No caso das mulheres, também entre 15 e 40 anos, estes acidentes eram a principal causa de morte.

O diretor do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), à época, Aílton Brasiliense Pires, disse: *“a tragédia é fruto de conjuntura “perversa” o Estado brasileiro adotou um modelo que se desviou da preocupação com um serviço público, no caso o transporte municipal, e assumiu como premissa o suporte ao crescimento da frota particular de automóveis.*

*Houve incentivo às vendas da indústria de automóveis, ao crescimento da frota de veículos particulares, em detrimento do transporte público nas cidades.*

*O carro virou o primeiro sonho de consumo que a classe média realiza.*

*Ao mesmo tempo o Estado falhou em criar políticas educacionais que dessem ao cidadão a dimensão da responsabilidade que ele tem de assumir na condução de um veículo.*

*Criou-se um exército, munido com uma arma letal, sem a responsabilidade em seu manuseio. Vendeu-se a imagem do carro como direito, não responsabilidade.*

*Ele concluiu dizendo que a falta de conscientização e a inoperância na punição de infrações cria um*

*ambiente de barbárie nas ruas. A introdução de campanhas educacionais sobre o trânsito nas escolas e a implementação de um sistema nacional de trânsito mais rígido e integrado são pontos fundamentais do debate sobre o novo modelo de gestão do trânsito”*

Sr. Presidente, o IPEA também fez um estudo, elaborado com dados referentes ao biênio 2004/2005 que demonstrou que nas rodovias federais, os atropelamentos ocuparam o segundo lugar no ranking de mortalidade por acidente. A cada 34 atropelamentos ocorreram 10 mortes. Foram cerca de 4 mil atropelamentos/ano, aproximadamente um a cada duas horas.

Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Paraná lideraram com 54% das mortes de pedestres e doze rodovias federais detiveram 75,3% das ocorrências envolvendo pedestres, das quais, as três primeiras (BR-116, BR-101 e BR-040) responderam por 50% das mortes.

A maioria dos acidentes envolvendo pedestres ocorreu à noite, sendo mais crítico o período que vai das 18h às 20h.

Os acidentes com motocicletas estavam praticamente na mesma situação. Embora eles tenham representado 10,8% de todos os acidentes, causaram 15,2% de todas as mortes.

Um levantamento feito pelo Ministério da Saúde trouxe outro dado também, sobre o aumento de 72% nos óbitos em municípios com menos de 100 mil habitantes, entre 1990 e 2005, quando passaram de 9.998 para 17.191.

O Ministério da Saúde afirma que as principais causas dos acidentes seriam: consumo excessivo de bebidas alcoólicas, alta velocidade, não uso de capacetes ou de cinto de segurança e problemas na infraestrutura de rodovias e vias públicas.

Com relação ao consumo de bebidas alcoólicas, gostaria de falar um pouco sobre a Medida Provisória 415/08 do Governo, que proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais.

Da forma como o texto estava, ele criava uma série de situações impraticáveis pois locais bem visitados, situados em trechos de rodovias federais dentro do município, eram proibidos de vender bebidas alcoólicas.

Aí acontecia, como numa cidade do interior do Rio Grande do Sul, onde o shopping center, que conta com bons restaurantes e que ficava de frente para uma rodovia federal era proibido de vender bebidas alcoólicas.

Algumas pessoas gostam de almoçar fora aos sábados ou domingos e de poder compartilhar um chopinho ou uma taça de vinho com a família, mas com a MP ficavam impedidas de fazer isto.



O shopping, que recebia reclamações constantes dos munícipes, teve que adotar alguma medida.

Tratou de fechar a porta da entrada de frente, fazendo com que a entrada principal e única, passasse a ser nos fundos, de frente para uma rua menor.

No novo texto da MP, passou a ser considerado crime dirigir embriagado e foi liberada a venda de bebidas alcoólicas em trechos de rodovias federais que estejam dentro de municípios.

O texto virá para o Senado e creio que ele ainda precisa ser aperfeiçoado. Temos que pensar nas áreas rurais onde continua proibida a venda, temos que investir na prevenção e tenho certeza de que precisamos atacar de frente o problema das propagandas que incentivam o consumo e que bombardeiam nossa população a todo instante, com imagens e textos, que enaltecem o prazer de beber.

Eu queria aqui fazer um apelo a toda população, em especial aos jovens, no sentido de não misturarem a bebida com a direção.

O álcool, na verdade, é extremamente nocivo à saúde e pode até ser considerado a pior droga em termos de segurança e economia também. Seu preço é acessível, ele é fácil de encontrar em qualquer canto do nosso país.

Ele pode até trazer euforia, mas os danos que ele causa, as seqüelas que deixa, assustam.

Dados do Sistema Único de Saúde (SUS) mostram que em 2007 foram internados 65 mil brasileiros por problemas de alcoolismo.

O SUS registra também que gastou, entre 2002 e 2006, para tratar dos dependentes de álcool e outras drogas, R\$ 41 milhões.

Segundo dados do governo federal, entre as décadas de 70 e 90 o número de pessoas que consomem álcool aumentou 70%.

A alegria é um sentimento natural, interno, que não necessariamente precisa do álcool como impulsador.

Pode até parecer, num primeiro momento que fica-se mais alegre bebendo, mas benefícios reais a bebida não traz de jeito nenhum.

Devo dizer que acho um verdadeiro absurdo o cidadão beber, seja a quantidade que for, e sair dirigindo. Mas, parece que todos os acidentes horríveis que já aconteceram por causa do uso de álcool, não fazem com que as pessoas se conscientizem.

Se você quer beber, deixe que alguém que não bebeu dirija o carro. A família pode combinar entre si, quando sair para se divertir, que um dos membros não beba e seja o responsável pela direção naquele dia.

A Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD) fez o *I Levantamento Nacional sobre Padrões de Consumo de Álcool na População Brasileira*.

Deste levantamento surgiram dados como:

- atualmente os jovens começam a ingerir álcool mais ou menos aos quatorze anos, enquanto que seus pais iniciaram entre 16 e 17 anos;

- A fiscalização é precária e a Lei que proíbe a venda de bebidas alcoólicas para menores de dezoito anos não está sendo cumprida em praticamente 92% dos locais;

- a elevação de impostos sobre cigarros e bebidas alcoólicas é apoiada por 56% da população brasileira;

- e, os brasileiros também, ou melhor, 76% deles, segundo a pesquisa, querem restringir o horário da venda das bebidas.

O alcoolismo é uma doença e volto a afirmar que temos que investir na prevenção.

Achei muito interessante as considerações do professor do Departamento de Psiquiatria da Universidade de Minnesota (EUA), Ken Winters, quando disse em entrevista ao Jornal Extra Classe do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul (SINPRO) que *A escola é um excelente local para uma prevenção que envolva alunos, pais e comunidade ao redor. Um ponto importante é que o programa tem que encantar e conquistar o adolescente... Por exemplo, uma representação teatral em que o adolescente se coloca no lugar do adulto. Ele verá o que é ter um filho drogado, uma experiência dolorosa... Quem sabe a encenação de um júri com a ação de uma vítima de alcoolismo contra o fabricante de bebida*

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, voltando à questão dos acidentes de trânsito, vamos pegar alguns dados atuais publicados pela Imprensa. Eles informam que se compararmos janeiro de 2006 com janeiro de 2007, o número de acidentes aumentou 6,77%.

Segundo dados mais recentes, a Polícia Rodoviária Federal (PRF), informou que, de 1º a 28 de janeiro, ocorreram 8.961 acidentes de trânsito...

No ano passado, no mesmo período, foram 8393 acidentes registrados.

A PRF registra que em termos comparativos entre 2006 e 2007 o número de feridos por acidentes de trânsito aumentou.

De acordo com a PRF, o excesso de velocidade é uma das principais causas dos acidentes graves no trânsito.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é realmente difícil enfrentar esta crise pois as oportunidades para aquisição de



carros são inúmeras e as cidades não estão preparadas para esse grande fluxo que se avoluma a cada dia.

Sei que os órgãos ligados à questão do trânsito estão preocupados, buscando alternativas de minimizar os efeitos negativos desse caos que se instalou.

Sabemos como é relevante a obrigatoriedade do uso do cinto de segurança e o controle de velocidade nas vias urbanas e isso mostra a importância de uma legislação adequada.

A melhoria do transporte público também é uma opção que será muito bem vinda, pois com um transporte de boa qualidade, ágil e eficiente, teremos um aumento do número de usuários e diminuição do fluxo de veículos particulares nas ruas.

Quero registrar aqui, Senhor Presidente, a série de reportagens que o Jornal Nacional está levando ao ar esta semana sobre esse caos instalado em relação ao trânsito.

Uma das ponderações levantadas foi justamente o fato de que a classe média não utiliza o transporte coletivo porque ele não é de boa qualidade.

No programa foi citado o exemplo da minha capital gaúcha, Porto Alegre, que criou um sistema de transporte coletivo com qualidade. São microônibus que cobram tarifas um pouco mais altas, mas que tem poltronas confortáveis, ar condicionado e ela não pode conduzir passageiros em pé. A fiscalização do transporte coletivo também é feita com bastante regularidade e rigor.

Como eu disse, várias alternativas devem estar sendo estudadas e eu espero que elas gerem bons frutos.

Sou forçado a dizer, no entanto, que não tenho a menor dúvida de que assim como a prevenção é o melhor meio de lidarmos com diversas questões, a educação é a palavra chave para enfrentar o fluxo e a violência no trânsito.

Eu já disse várias vezes que a educação provoca mudanças internas e externas... Ela pode nos ajudar a construir meios de lidarmos uns com os outros de forma mais respeitosa, mais gentil, mais fraterna.

Por exemplo, quanto tempo custa você dar lugar a alguém que está tentando entrar numa rua movimentada? 2 segundos, 20 segundos? Que seja 1 minuto! Ora essa, aproveite o tempo para pensar em coisas positivas, como o fato de que você está indo para casa depois de um dia de trabalho porque você tem um trabalho.

Ou se coloque no lugar daquela pessoa e pense como seria bom se alguém desse passagem na via para você entrar naquela rua, se esse fosse o caso.

Ou então aproveite para respirar bem fundo e pensar em como é bom ter vida, ter pessoas esperando por nós, ter uma casa para onde retornar.

Em recente reportagem realizada pela revista "Encontro", sobre o caos no trânsito em Belo Horizonte, onde a média é de 1 veículo para cada 2,4 habitantes, foram dadas algumas dicas interessantes para enfrentar o congestionamento:

- Procure sair no horário ou até um pouco antes do costume, para evitar de se estressar e acabar xingando os outros

- Ouça músicas que ajudem a acalmar, como as eruditas, por exemplo

- Existem livros em áudio e se você não tem tempo para ler, compre um CD de um livro e escute no momento em que enfrenta o congestionamento

- Você pode também comprar um CD de outra língua e aproveitar para escutar e assim, estudar, nesse momento em que o trânsito congestionado

A pressa é inimiga da vivência do momento presente e o presente é tudo que nós temos. Porque insistimos em viver sempre na ânsia do momento futuro?

É claro que temos planos, objetivos para o futuro, e devemos ter, mas até eles precisam amadurecer e se vivermos sempre no momento futuro, quando alcançarmos os nossos objetivos não saberemos saborear aquele momento da vitória.

A segurança no trânsito precisa ser amplamente discutida. Em 2004 ela foi tema do Dia Mundial da Saúde, considerada questão de saúde pública.

Conforme palavras do então Representante da Organização Pan-Americana da Saúde e Organização Mundial da Saúde no Brasil, Doutor Horácio Toro,...

“A hospitalização, a consequência de seqüelas e a reabilitação significam, além de sofrimento, custos para o setor saúde que poderiam ser minimizados com um programa consistente de prevenção de acidentes”

O Dr. Horácio Toro afirmou que *“Essa tendência só mudará se houver o esforço de todos. Somente com um esforço coordenado dos governos, organizações não-governamentais, universidades, meios de comunicação e o setor privado poderemos alterar, significativamente, a situação”*

Sr. Presidente, educação no trânsito é sinônimo de paz interior. É vontade de conviver bem, de agir com calma pelo nosso bem e pelo bem dos outros... É reduzir a possibilidade de machucar alguém por uma atitude imprudente. É partilhar o espaço com mais sabedoria e respeito.

Nós sabemos que o stress, os distúrbios de humor, a depressão são doenças que influenciam nossas atitudes, então, temos que cuidar da saúde da nossa gente também. Temos que enfrentar o stress de forma conjunta pois ele é quase uma epidemia.

Nós não somos animais em meio a uma competição, como lamentavelmente muitos deles são expostos para saciar o desejo do homem...

Falo de apostas que acontecem por exemplo, para ver cães brigando, estabelecendo duelo de forças.

Nós somos seres humanos, parte de um todo, espelhos uns dos outros.

Várias campanhas educacionais com foco no trânsito vendo sendo feitas ano a ano, como:

### APRESENTAÇÃO DE TABELA

Fiquei feliz ao ver que o Conselho Nacional de Trânsito (Contran), conforme consta do site do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), irá priorizar neste ano a educação para o trânsito, buscando a conscientização de pedestres, ciclistas e condutores sobre os deveres e direitos no trânsito.

“O Contran já regulamentou, por meio da Resolução 265/08, o trânsito como atividade extracurricular em instituições de ensino médio e prepara, agora, as diretrizes nacionais da educação no trânsito para a educação infantil e ensino fundamental”

Inclusive, o tema da Semana Nacional de Trânsito de 2008, que acontecerá de 18 a 25 de setembro, será “a criança no trânsito”

Estatísticas do Denatran, demonstram que 21.199 crianças de 0 a 12 anos foram vítimas em acidentes de trânsito ocorridos no País em 2006. Desse total, 818 foram vítimas fatais.

Creio de fato que o caminho é investir sempre mais em políticas educacionais. Temos que fazer isso de forma maciça, incansável, batendo a todo instante na mesma tecla até que ela cale fundo no coração de cada um.

Pensar que só os outros se acidentam ou morrem no trânsito é no mínimo, estupidez. Todos que transitam de carro para lá e para cá, e inclusive os pedestres, estão expostos às consequências do seu agir e das ações dos outros também. Quem cuida de si está cuidando do outro e vice-versa.

Eu gostaria de deixar esta reflexão para todos nós, porque estou de fato preocupado com o rumo que o trânsito no Brasil está tomando.

Temos que ser parceiros do Governo e das Instituições voltadas para a melhoria dessa situação, pois a nossa omissão pode ser fatal!

Seria muito bom cada um pensar naquilo que pode fazer para contribuir com as mudanças. E pensar AGORA!

Era o que tinha a dizer.

### DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO- NUNCIAMENTO

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XIV – Nº 2.805 – Brasília, sexta-feira, 16 de maio de 2008

## Oposição ameaça se “rebelar” contra MP

A edição de duas medidas provisórias pelo presidente Lula, logo depois da decisão do STF de suspender MP sobre crédito extraordinário, repercutiu no Plenário. O líder do PSDB, Arthur Virgílio, ameaçou promover uma “rebelião” e obstruir as votações. Sugeriu que o aumento aos servidores seja concedido mediante projeto de lei. O líder da minoria, Mário Couto, acusou Lula de abusar do Congresso e dos poderes constituídos. Pedro Simon, do PMDB, elogiou a decisão do Supremo e exigiu que seja respeitada.

### Anistia a João Cândido pode ter urgência

O presidente da CDH disse ontem que o projeto de anistia ao marinheiro João Cândido, líder da Revolta da Chibata, em 1910, deve ser vota-

do com urgência pelos senadores. A comissão discutiu a proposta em audiência pública que contou com a participação de várias entidades.

# Paim: Senado deve votar em regime de urgência anistia a João Cândido

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), senador Paulo Paim (PT-RS), anunciou ontem que os senadores deverão votar em regime de urgência a proposta de anistia póstuma ao marinheiro João Cândido, líder da Revolta da Chibata, e aos demais participantes do movimento.

– Nossa intenção é fazer com que no dia 24 de junho, data do aniversário de João Cândido, o presidente da República sancione a lei – assinalou o presidente da comissão.

A proposição foi discutida ontem em audiência pública na CDH. Acolhido em 2002 pelo Senado, o projeto (PLS 45/01) da senadora licenciada Marina Silva (PT-AC) foi aprovado com uma emenda pela Câmara dos Deputados e voltou para novo exame dos senadores.

A revolta ocorreu em 1910, em protesto contra os castigos físicos que eram impostos pela Marinha aos marinheiros, como medida disciplinar. A

anistia produzirá efeitos em relação às promoções a que teriam direito os anistiados se tivessem permanecido na ativa.

Representando a família do marinheiro gaúcho, João Cândido de Oliveira Neto, sobrinho-neto do líder do movimento, agradeceu os esforços pelo reconhecimento do papel histórico de seu tio-avô.

## Políticas públicas

Durante os debates, Cristovam Buarque (PDT-DF) ressaltou ser um dos direitos dos brasileiros o reconhecimento de seus líderes. Flávio Arns (PT-PR) propôs a adoção de políticas públicas que assegurem aos negros educação, saúde, segurança, emprego, habitação “e todos os outros direitos”.

Magno Malta (PR-ES), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Mão Santa (PMDB-PI) também destacaram a importância do projeto. Romeu Tuma (PTB-SP) manifestou, por telefone, seu apoio à luta pelo fim de toda forma de discriminação no Brasil.

O representante do Movimento

Negro Unificado do Rio Grande do Sul, Antônio Inácio Matos da Silva, ressaltou que os cem anos

da revolta, daqui a dois anos, serão lembrados com manifestações em todo o país. O frei David Raimundo Santos, assessor da entidade Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes

(EducAfro), solicitou a implementação de políticas afirmativas e medidas reparadoras em favor dos negros.

O advogado Kleber Bispo dos Santos citou representação protocolada no Ministério Público Federal pleiteando indenização aos descendentes de negros escravizados no país. José Antônio dos Santos da Silva, do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, defendeu a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial.

Por sua vez, o deputado Antônio Roberto (PV-MG) disse que a luta pela igualdade racial tem permitido ampliar o debate contra toda discriminação. Por sua vez, Sionei Ricardo Leão, membro da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial, apontou a reduzida presença de afrodescendentes entre os altos escalões das Forças Armadas.

# Projeto que estabelece cotas nas universidades entra na pauta

O projeto que estabelece cotas para negros, índios e alunos de escolas públicas em universidades federais poderá ser votado na próxima semana. A decisão de incluir a matéria na pauta foi tomada ontem em reunião dos líderes partidários, que também listaram entre as prioridades de votação as propostas que ampliam os direitos sociais dos jovens e definem o número de vereadores nas câmaras municipais (PEC dos Vereadores). O líder do governo, deputado Henrique Fontana, informou que a mudança no rito das medidas provisórias só será analisada na última semana de maio. Na primeira semana de junho, deverá entrar na pauta o projeto que reduz a jornada de trabalho semanal de 44 para 40 horas semanais.

# Líderes incluem na pauta da próxima semana projeto de cotas universitárias

Os líderes partidários da Câmara definiram ontem os projetos que serão votados pelo Plenário nas próximas semanas. O líder do governo, deputado **Henrique Fontana (PT-RS)**, informou que a pauta será ampla e incluirá projetos como os da criação de cotas para negros, índios e alunos de escolas públicas em universidades federais (PL 73/99).

Fontana informou, no entanto, que a mudança no rito de medidas provisórias (PEC 511/06) será analisada apenas na semana de 26 a 30 deste mês, após o feriado de Corpus Christi. Na semana que vem, haverá sessões deliberativas na terça (20) e na quarta-feira (21). Os deputados poderão votar itens como a PEC dos Vereadores (PEC 24) que define o número de vereadores municipais (2007), a PEC 234 (23) e projeto de lei sobre o funcionamento da administração pública.

da tarifa social de energia, da guarda compartilhada de filhos, do cadastro positivo de crédito, das prerrogativas dos advogados e da transparência na execução orçamentária.

Líder do PT, o deputado **Maurício Rands (PE)** informou que inicialmente serão votados os projetos que não exigem quorum qualificado e, depois, as PECs.

“Avançamos em uma pauta para a sociedade”, disse Rands.

As propostas que não forem votadas na semana que vem continuarão na pauta da semana seguinte (26 a 30 de maio), que também incluirá a mudança no rito das medidas provisórias e a regulamentação da Emenda 29. Na primeira semana de junho, deverá entrar na pauta

o projeto que reduz a jornada de trabalho semanal de 44 para 40 horas semanais.

## Crédito extraordinário

Em relação às mudanças no rito das MPs, o líder do PT disse que ainda é preciso definir uma redação sobre crédito extraordinário que não gere controvérsias nem ações de inconstitucionalidade. “Queremos uma redação que não deixe os projetos emergenciais do governo sem uma medida com eficácia imediata”, declarou o deputado.

Rands lembrou que o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu na quarta-feira suspender a eficácia da Medida Provisória 405/07, que abriu crédito extraordinário de R\$ 5,4 bilhões para a Justiça Eleitoral e para diversos órgãos do Poder Executivo. O STF julgou, em caráter liminar, uma ação do PSDB. (Geórgia Moraes)



# ">ZERO HORA.com

16 de maio de 2008 | N° 15603

**Paulo Sant'ana**

## Aposentadorias degradadas

Acontece o seguinte: no governo Fernando Henrique Cardoso, foi instituído o fator previdenciário.

Trata-se de um mecanismo que determina um corte de até 40% nas aposentadorias dos trabalhadores, conforme a idade do cidadão, mesmo que ele já tenha cumprido todo o tempo de contribuição.

O corte varia de acordo com a idade de quem se aposenta (menos idade, maior o corte). Os mais penalizados são aqueles que começaram a trabalhar mais jovens, que cumprem o tempo de contribuição mas têm de continuar a trabalhar para não sofrerem o corte.

Outra herança trágica para o trabalhador instituída no governo Fernando Henrique Cardoso foi a desvinculação do reajuste de todas as aposentadorias com o reajuste do salário mínimo. Por essa separação, os governos Fernando Henrique e Lula jactam-se de concederem reajustes consideráveis no salário mínimo, mas não atribuem às outras aposentadorias com valor superior ao salário mínimo o mesmo índice de reajuste.

Quem ganha na aposentadoria mais que um salário mínimo tem recebido reajuste insignificante em comparação ao salário mínimo, ocasionando por exemplo a perversidade de que quem ganha cinco salários mínimos na

apresentadoria vê reduzidos seus proventos, em poucos anos, para três, para dois salários mínimos, logo adiante passará a ganhar um só salário mínimo.

Vai subindo cada vez mais o valor do salário mínimo, reajustado em nível altamente compensador, enquanto que as aposentadorias maiores sofrem um arrocho que tem sido desumano.

\* \* \*

Tanto o fator previdenciário quanto o não-acompanhamento do reajuste das aposentadorias em geral com o do salário mínimo constituem-se em perversidade do governo com os aposentados, que ficam por esses dispositivos condenados à opressão salarial ou a trabalhar por tempo excessivo ao do exigido para a contribuição.

\* \* \*

Os aposentados brasileiros vêm sofrendo ano a ano degradação de seus ganhos, eles que já entregaram toda sua vida ao trabalho e agora precisam mais do que nunca de proventos minimamente dignos, com reajustes de índices iguais ao do salário mínimo.

O governo mesmo informou que nos últimos sete anos poupou R\$ 10 bilhões graças ao fator previdenciário.

A seguridade, que compreende previdência, saúde e assistência social, é superavitária. Parte desse superávit tinha de ser destinada aos cada vez mais precários proventos dos aposentados.

\* \* \*

Para mudar esse quadro, o senador Paulo Paim (PT-RS) apresentou projeto no Senado Federal que acaba com o fator previdenciário e revincula os proventos dos aposentados ao índice de reajuste do salário mínimo.

Foi tanta a repercussão do esforço do senador Paim, que o projeto foi aprovado por unanimidade no Senado.

Mas o governo, que tem maioria absoluta na Câmara, onde será decidida a questão, não concorda com a mudança.

Anteontem, foi realizado em Brasília um evento que visou à mobilização dos

deputados federais para essa importante questão previdenciária e social, sob a liderança do senador Paim e da deputada federal Luciana Genro (PSOL-RS), dois gaúchos na liderança dessa luta pela redenção das aposentadorias.

E, no próximo dia 29, esse ato pela luta contra a opressão salarial dos aposentados será realizado aqui em Porto Alegre, às 14h, no auditório da Fetag e às 18h na Esquina Democrática.

É imprescindível que os aposentados gaúchos lá compareçam, como o público em geral, para levar à frente esta luta por uma política que visa a desconstituir o empobrecimento e a inanição dos aposentados brasileiros.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu estava acabando de ver aqui *Política ao alcance de todos*, escrito por Geraldo Mesquita Júnior. Mas estava me prendendo em Montesquieu, *O Espírito das Leis*. São 31 volumes, 105 artigos. Eu pensava, Paulo Paim, em Paulo Brossard, representando o Rio Grande do Sul, porque V. Ex<sup>a</sup> falou exatamente uma hora e três minutos; Paulo Brossard falava três horas e meia. Petrônio Portella, do Piauí, como eu, o limitou para que só falasse uma hora. No livro de Paulo Brossard, quando fez 80 anos – eu já o li –, ele se refere a essa restrição que Petrônio fez. Mas V. Ex<sup>a</sup> deu grandes ensinamentos e contribuição à Pátria. Nossos cumprimentos! Eu não posso lhe desejar que na semana vindoura... porque, na que passou, V. Ex<sup>a</sup> trabalhou muito neste plenário. Sou testemunha, e todos.

O Mozarildo vai usar da palavra. Eu assisti à reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, presidida por ele, em que houve o debate, quando ouviu os representantes do Legislativo, da Câmara e tudo. E, agora, nós o ouvimos. No meu entendimento, o debate é necessário. A decisão é necessária. Isso só pode ser com o aperfeiçoamento da democracia, a decisão pelo Poder Judiciário, que está aí para dirimir as dúvidas.

Mas eu também tenho o direito de me manifestar. Eu acho, Paim, tudo certo. Paim, temos que educar, e essa educação tem que partir de Sua Excelência o nosso querido Presidente Luiz Inácio. Amar as leis, respeitar as leis. Aí é que está. As leis não são respeitadas. Não é para guiar alcoolizado. O norte-americano jamais bebe. Ele não guia etilizado. V. Ex<sup>a</sup> citou que lá teve a Lei Seca. E, pelo contrário, foi aí que proliferou.

Aí é que surgiu Al Capone, explorando esse comércio. Então, foi péssimo para o Ministério Público. Mas não o prendeu pela comercialização do contrabando das bebidas em Chicago, mas por sonegação fiscal, o Promotor Elliot Ness.

Mas o Luiz Inácio, nosso querido Presidente, tem que amar as leis, estimar as leis e dar o exemplo. Rui Barbosa está ali porque disse isto: “Só há um caminho e uma salvação: a lei e a justiça”. Esse problema de Roraima é simplesmente desrespeito às leis. Está na Constituição brasileira que, acima de 2.500 hectares, tem que vir para o Senado. O Presidente Luiz Inácio deu, outro dia, 96 mil hectares.

Esta Casa, que tem outro Rui Barbosa, o Pedro Simon, ele contestou. Uma desembargadora contestou. Noventa e seis mil hectares! A Constituição, meu Presidente Luiz Inácio, diz que só pode conceder até 2.500 hectares. Caso contrário, tem de vir para o Senado.

O Padre Vieira disse que um bem sempre vem acompanhado de outro bem. E eu digo um mal: Roraima. São quase 2 milhões de hectares essa liberação. Para que tenham uma noção, Mozarildo, cabem oito Estados do meu Piauí lá dentro dessa área indígena, ou quarenta Suíças! Então, é em demasia. Isso tem de ser analisado aqui. E já que não vieram aqui, foi até lá o Senador Mozarildo. Eu vi, foi o primeiro que lutou, o primeiro que denunciou. E está aí agora o recurso, salvaguardando a democracia, no Supremo Tribunal Federal.

Estou muito preocupado, estou muito preocupado. Este País nunca teve tanta dificuldade. Ô Cristovam, esta é a razão de eu vir aqui, para garantir... Como disse Eduardo Gomes: o preço da liberdade democrática é a

eterna vigilância. O Supremo Tribunal Federal decidiu que não se podiam mais fazer medidas provisórias ligadas à solicitação de verbas extra-orçamentárias e, no dia seguinte, o Presidente manda. Quer dizer, é um desrespeito ao Judiciário, num avacalhamento a um outro Poder, que somos nós. Isso não dá certo, isso nunca deu certo, professor Cristovam.

Agora, o exemplo é esse, estamos aqui com todo o carinho.

O nosso Presidente Luiz Inácio precisa de um Richelieu, de um conselheiro que o encaminhe, que o faça lembrar daquilo que Rui Barbosa disse, isto é, que só tem um caminho e uma salvação: o respeito à lei e à justiça.

Com a palavra, o Senador Mozarildo, que fez a advertência, há mais de cinco anos, para essa problemática, para o fato de que estamos com uma guerra civil no Estado de Roraima.

A exemplo do que fiz com o orador anterior – a minha presença aqui só tem o sentido de garantir a palavra a V. Ex<sup>as</sup> –, concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, que defende, como Senador, os interesses da democracia brasileira.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR.** Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, que, com muita grandeza, preside a sessão de hoje, quero cumprimentá-lo e agradecer as palavras elogiosas.

Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras; brasileiros e brasileiras que nos ouvem pela Rádio Senado e que nos assistem pela TV Senado; senhores que estão aqui na galeria do Senado, nos abrilhantando com sua presença; Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> abordou um tema que eu não poderia deixar de trazer hoje no meu pronunciamento, que é justamente a questão da reserva indígena Raposa Serra do Sol no meu Estado, a 35<sup>a</sup> reserva que é demarcada no meu Estado.

É bom que se diga que não é a primeira reserva indígena que está sendo demarcada não, mas a 35<sup>a</sup>, Senador Mão Santa. Atinge cinquenta e poucos por cento da área do meu Estado. E qual é a população indígena do meu Estado? Dez por cento apenas da população do Estado. E quais são os índios do Estado de Roraima? Como são eles? São prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, funcionários públicos, moradores. A maior quantidade desses índios está morando na capital ou nas sedes dos Municípios. Índios aldeados mesmo, Senador Mão Santa, sem erro, sem preocupação de errar, não chegam a 20% dessa população. As aldeias indígenas funcionam, para a maioria dos índios de Roraima, como uma espécie de sítios: eles moram nas cidades e têm as aldeias onde eles plantam e colhem os produtos que vendem depois nas cidades.

E a culpa é deles? Não, a culpa não é deles. A culpa é do Governo Federal, a quem compete realmen-

te a política indigenista, de assistência ao ser humano chamado indevidamente de índio. Por que os chamamos de índios? Porque, naquela época, quando Cristóvão Colombo e, depois, Cabral chegaram aqui, acharam que estavam chegando na Índia. Cristóvão Colombo achou que estava chegando na Índia e chamou os habitantes daqui de índios. Então, na verdade, nem índios são, nem indianos são, mas pegaram esse rótulo.

Muito bem, eu tenho muito orgulho dos índios do meu Estado. Eu nasci no meu Estado, não fui para lá para exercer uma profissão e me eleger político, Deputado ou Senador – pois já fui Deputado e agora sou Senador. Eu não fui para lá por acaso, para uma função pública e, a partir daí, fiz carreira política. Eu nasci lá, saí para estudar, voltei formado em Medicina, trabalhei catorze anos como médico e resolvi entrar para a política para dela fazer um instrumento de luta contra as injustiças que via no meu Estado, inclusive essa de querer transformar o meu Estado, que, embora sendo da Amazônia, não tem nada parecido com a Amazônia que aparece na televisão e nos filmes, só de matas. Lá, temos os campos naturais, que chamamos de lavrados, e que correspondem, mais ou menos, aos pampas do Rio Grande do Sul ou ao cerrado do Centro-Oeste. Também temos regiões montanhosas, na fronteira com a Venezuela e com a Guiana, que não são comuns na chamada Planície Amazônica. Na verdade, estamos encravados dentro da Venezuela e da Guiana. Mais da metade do Estado está encravado nesses dois países.

O que tem feito o Governo brasileiro ao longo dos tempos? Tirando Getúlio Vargas, que, em 1943, com sua visão de estadista e de Brasil, via a importância de nossas fronteiras serem vivificadas com a presença de brasileiros, o Governo brasileiro vem fazendo muito pouco. Getúlio Vargas criou, naquela época, o então Território do Rio Branco, que depois passou a se chamar Território de Roraima e, depois, na Constituinte, inclusive por um trabalho, com muito orgulho, meu e de outros parlamentares do Território, foi transformado em Estado da Federação em 1988, junto com o Amapá. Getúlio Vargas, naquela época, também criou Pontaporrã, Iguaçu e Guaporé, que hoje é o Estado de Rondônia. Getúlio Vargas, em 1943, preocupava-se com o território brasileiro, com a soberania nacional, com a integração do Brasil como um todo.

De lá para cá, Senador Mão Santa, com raríssimas exceções, raríssimas exceções, os Presidentes brasileiros têm se preocupado pouco com a Amazônia, muito especialmente com o meu Estado, que é o mais distante a partir dos grandes centros. Basta dizer que, para ir de Brasília a Roraima, são quatro horas e meia dentro de um avião: três horas e meia voando e uma hora parado em Manaus, numa escala. É uma viagem transcontinental praticamente.

Além disso, somos quatrocentos mil habitantes, dos quais 10%, ou trinta e poucos mil, são índios. Os outros são brasileiros de todos os lugares do Brasil, inclusive descendentes dos índios de lá, os mestiços, a quem chamamos caboclos.

Como somos poucos habitantes – poucos eleitores, portanto –, o Presidente Lula, por exemplo, nunca foi lá. Nem nas campanhas políticas, nem na primeira, nem na segunda. Nunca foi lá! Outros não foram. Jânio Quadros, uma vez, candidato a Presidente da República, chegou a Manaus e seus aliados foram a essa cidade pedir para ele ir a Roraima. Ele disse: “Não, não estou fazendo campanha para vereador”.

A cidadania de quem mora em Roraima é medida pelo número. E aí pergunto: o que o Presidente Lula vai fazer na Guiana, na ex-Guiana Inglesa, que tem oitocentos mil habitantes? O que ele vai fazer no Suriname, que tem setecentos mil habitantes? Mantidas as proporções, não deveria gastar dinheiro do Brasil para ir a esses países, porque têm pouca gente.

Não se julga um povo pela quantidade de pessoas; julga-se um povo pela qualidade das pessoas e pelo direito à dignidade que cada um tem. E, por isso mesmo, com o meu Estado, o Presidente Lula tem sido muito ruim. Muito ruim mesmo! Nem vou dizer padrasto, porque há muitos padrastos bons. Ele não é padrasto, não. Ele é muito ruim. Mas o povo de Roraima já deu o troco para ele: na eleição passada, o Presidente Lula perdeu no primeiro turno e perdeu no segundo turno lá. No primeiro turno, o adversário dele, Geraldo Alckmin, teve cinquenta e poucos por cento; e, no segundo turno, quando não houve nem campanha, Geraldo Alckmin teve 63% dos votos. Portanto, o povo de Roraima já deu o troco ao Presidente Lula.

Eu estou dizendo isso, Senador Mão Santa, como filho, como um homem de lá, porque, como médico, eu andei por todas as comunidades indígenas da região, tratando os índios com o pé no chão. Não era dentro de gabinete com ar condicionado, não. Era lá, nas malocas, como se chamavam antigamente as aldeias indígenas – hoje, a Igreja católica mudou o nome para comunidades indígenas.

Eu quero falar um pouquinho sobre a minha experiência, principalmente para os brasileiros do litoral do Sul e do Sudeste, e até mesmo do litoral do Nordeste, que não conhecem a Amazônia e ficam, muitas vezes, desinformados ou informados inadequadamente, porque o grande sistema de informação é contra essas coisas.

A propósito, quero aqui fazer justiça às nossas emissoras. A TV Globo promoveu três reportagens seguidas, no Jornal da Globo, sobre essa questão, e mostrou aspectos importantíssimos que sempre foram ocultados da opinião pública. Menciono também

o trabalho da TV Bandeirantes, da TV Record e da TV Senado, que foi lá e fez uma cobertura completa.

Mas quero explicar, Senador Paim, por que há essa falsa preocupação tão grande com 740 mil índios. Ora, são 740 mil índios! Se a Nação brasileira quisesse de fato, como se diz, fazer com que vivessem muito bem, dava para pagar um salário muito bom para cada um deles. Mas, não.

Como é que se montou o esquema da questão da política indigenista e do movimento indigenista no País? V. Ex<sup>a</sup> foi constituinte, não foi, Senador Paim? Lembra-se, naquela época, do Sting, andando com Raoni, com aquele seu vistoso botoque? O Sting, um cantor inglês, veio aqui defender nossos índios, porque nós, brasileiros, somos muito ruins com eles. Portanto, precisava que ele viesse aqui fazer uma campanha, durante a Constituinte, em favor dos índios. E foi incluído – e não foi só por causa do Sting, não; houve outros movimentos, como a Igreja Católica e outros que se envolveram – na Constituição o art. 231, que diz que as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são de seu usufruto exclusivo.

Ora, “tradicionalmente ocupadas”! Mas esse artigo nunca foi regulamentado, Senador Paim. O que é uma terra tradicionalmente ocupada pelo índio? No caso da Raposa Serra do Sol, existe uma mentira total. Pegou-se uma comunidade indígena que tinha 30 famílias, levou-se cinco para um lugar, mais cinco para outro lugar e foram criando falsas comunidades indígenas, que não ocupavam tradicionalmente aquelas áreas. Mas quem fez isso, Senador Paim? Perguntam-me muito: por que os sucessivos Presidentes da República vêm demarcando terras indígenas no Brasil? E sabe quantos por cento há hoje demarcados, Senador Paim? Treze por cento do território nacional. Ora, se fosse assim, devíamos demarcar mais terras para os quilombolas, para os negros, porque há muito mais negro do que índio no Brasil.

Qual é a visão, qual é a justificativa desses antropólogos que moram em Ipanema, que moram na Avenida Paulista, ou que moram no exterior para o problema? Qual é a visão deles? É ocupar o máximo de terra possível. E como é que isso foi montado? Com as ONGs internacionais. Na verdade, a maioria delas, sob esse manto de proteção ambiental, de proteção indigenista, está a serviço do grande capital internacional, do G-7, que é Estados Unidos, mais Canadá, mais Europa. Querem controlar o quê? As riquezas do mundo, Senador Paim. Basta ver que, onde há mapa de uma reserva indígena, há, coincidentemente, um mapa das riquezas minerais. No meu Estado, então, é uma coincidência fabulosa. Fabulosa! Até na reserva ianomâmi demarcaram de um jeito e, depois, descobriram que havia reserva de um mineral fora do que eles



havam demarcado. Eles, então, fizeram um biquinho para encaixar a reserva mineral.

Mas quero falar aqui como é que esses movimentos foram formados. Houve empenho de várias instituições, sob o comando das internacionais. Aqui, o grande baluarte na questão indigenista foi a Igreja Católica, por meio do Conselho Indigenista Missionário, que criou, em cada Estado, um Conselho Indígena e, em algumas regiões, certas instituições, como a Coiab, que reúne teoricamente os índios da Amazônia.

E quem são esses dirigentes, Senador Paim? São eleitos mesmo pelos índios? Representam mesmo a maioria dos índios? Não, Senador Paim. É um conluio.

Aqui, quero ler algumas coisas. Primeiro, a respeito de uma reportagem de 1996, Senador Paim, publicada na Revista *IstoÉ* naquela época, em 96. Agora, a coisa veio à tona, e já estamos em 2008.

Em 1996, a Revista *IstoÉ* publicou a seguinte matéria, escrita por Mino Pedrosa e Ricardo Stuckert. Eles foram a Boa Vista, no Estado de Roraima.

Roraima em Pé de Guerra.

Padre italiano é acusado de ensinar tática de guerrilha a índios de Roraima e ficar com ouro e diamante extraídos nas reservas.

No extremo norte do País, próximo à fronteira com a Guiana, há uma área rica em minérios, ouro e diamante, onde índios macuxis estão em pé de guerra contra os fazendeiros da região. Sob o comando do cacique Jacir e do padre italiano Giorgio Dall Ben, que vive no Brasil desde a década de 60, os índios têm invadido propriedades rurais.

Durante anos, padre Giorgio formou dupla com outro cacique macuxi, Terêncio Luiz da Silva, da aldeia Ubaru, que dava as cartas no Nordeste de Roraima. Bem afinados, os dois [quer dizer, o cacique e o padre Giorgio Dall Ben] chegaram a ser recebidos juntos pelo Papa João Paulo II. Mas há dois anos [essa matéria é de 96; então, quando me refiro aqui há dois anos, quer dizer, portanto, em 94] eles romperam. Enquanto o padre, com o apoio da Igreja Católica e da Fundação Nacional do Índio (Funai), insiste na defesa de uma demarcação contínua das reservas indígenas de Raposa e Serra do Sol, seu ex-aliado prega a criação de ilhas de preservação, proposta enfaticamente apoiada por fazendeiros, garimpeiros e pelo governo de Roraima. A dissolução dessa parceria acabou resultando em denúncias de utilização dos indígenas como massa de manobra numa guerra de interesses envolvendo o desvio de minério brasileiro pela Igreja Católica e o ensino de táticas de guerrilhas aos índios. Em en-

trevista à *IstoÉ*, o cacique Terêncio Luiz acusa padre Giorgio de ser o pivô dessa estratégia agressiva da Igreja. “Ele anda armado e usa os índios na exploração de ouro e no garimpo de diamante. Antes isso era feito com máquinas, e hoje o trabalho é todo manual, feito pelos índios”, conta Terêncio [isso em 96]. O cacique afirma que o padre troca mantimentos e roupas com os índios por diamantes e ouro [Isso consta da revista *IstoÉ* de 96, Senador Paim]. “Enquanto estivemos juntos, sempre vi o padre pegando ouro e diamantes. Não sei o que ele fazia com aquilo, para onde mandava. Só sei que ficava com ele.”

(...) Padre Giorgio tornou-se uma figura lendária em Roraima. Transformou a aldeia Maturuca em um verdadeiro bunker [e é mesmo; até mesmo o Exército brasileiro, que foi lá, recentemente, fazer uma visita com Ministros do Tribunal Regional Federal e do STJ foram agredidos; a desembargadora federal do TRF recebeu inclusive agressões verbais e quase físicas], onde só permite o acesso da Funai, de missionários e de representantes de Organizações Não-Governamentais, especialmente as estrangeiras. Protegidos pelos índios que o seguem, há anos não é mais visto pelos fazendeiros da região, que o teriam jurado de morte. Há cerca de um ano, em uma de suas últimas aparições, foi reconhecido saindo rapidamente de um posto de gasolina na capital do Estado... (...) Nas vezes em que se sente ameaçado [vejam que este dado aqui é interessante] em território brasileiro, atravessa a fronteira e se esconde na Guiana.

Para isto é que tenho chamado a atenção, e a Rede Globo mostrou: para passar do Brasil para a Guiana, é só pegar uma canoa, atravessar um riozinho estreito e já se está do outro lado, na Guiana.

A Guiana é uma das grandes exportadoras de diamante. Mas sabem onde o diamante é colhido? No Brasil! Coloca-se uma balsa no meio do rio, Senador Mão Santa, a mangueira está do lado de cá, sugando o material. O diamante é colhido, levado para o lado de lá, para a Guiana, onde não há proibição de exploração de diamante – no Brasil, há uma falsa proibição de exploração dos diamantes, porque o mineral encontra-se nessa reserva indígena – e o diamante é vendido lá na Guiana.

Um brasileiro me mostrou recibos selados, com o pagamento dos tributos na Guiana. Portanto, o diamante do Brasil, da reserva indígena Raposa Serra do Sol, está saindo para a Guiana e está sendo exportado pela Guiana. Mas isso também se dá na reserva Roosevelt, em Rondônia, onde há o melhor diamante, a

maior quantidade de diamante do Brasil. O Brasil não pode explorar, mas esse diamante é contrabandeado todo dia. Do lado dessa reserva, do lado do Mato Grosso, há até uma bolsa de diamante. Compram diamante de onde? De lá; depois, ele vai para o exterior. O Brasil não exporta, e o que é contrabandeado sai como produto do Paraguai. O Paraguai é um produtor grande de diamante do Brasil.

Então, essas coisas, que aparentemente são simplórias ou muito pequenas, não o são, não! Essa falsa defesa dos índios é uma molecagem que se está fazendo com o Brasil. O mais importante a se dizer é que os índios de lá, na sua maioria, não querem essa demarcação – a maioria. Mas a Funai nunca quis fazer, lá, um plebiscito. Eu o propus e disse: “Façam um plebiscito só entre os índios e vejam se os índios de lá querem isso”. Não querem, mas a Igreja Católica é acostumada com isso. Ela fez a Inquisição, fez as chamadas Santas Cruzadas para impor o ponto de vista dela. Então, quando ela tem um ponto de vista, principalmente nessa área da Teologia da Libertação, bota na marra mesmo.

E vai, aqui, em frente:

O projeto original do Governo Federal prevê a demarcação contínua, com o argumento de que os índios são nômades.

Ora, essa região tem seis etnias indígenas que não se bica, que não se entendem. Alguns, como os do CIR, Conselho Indígena de Roraima, são da Igreja Católica; outros, como, por exemplo, os da Sodiur, da comunidade do Contão, são evangélicos. O interessante é que, na identificação para se retirarem os não-índios dessa reserva, estão incluídas as igrejas evangélicas. Elas terão de ser retiradas de lá, mas as igrejas católicas, não. O que é isso? O Governo brasileiro não é laico? O Governo brasileiro é ligado a alguma religião? Não, mas lá está acontecendo isso. Estão listadas pela Funai, eu tenho o documento.

Essa postura que o Governo adotou, e está adotando ainda, agrada os organismos internacionais, as organizações não-governamentais e, principalmente, a Igreja Católica.

Sr. Presidente, não vou ler todo o texto, mas faço questão de trazer esse artigo, que foi escrito em 1996, para mostrar que, na verdade, essa história não é desconhecida para ninguém. Ela não é desconhecida para os órgãos de informação do Governo Federal, ela não é desconhecida para a Funai, ela não é desconhecida para o Ministério da Justiça, mas, apesar disso, há, realmente, um conluio muito grande. Não consigo entender por que o Governo brasileiro se submete a isso.

Aqui, há uma outra matéria sobre o Padre Giorgio, publicada, recentemente, em 2008: “O piedoso Padre Giorgio Dall Ben”. Esse Padre Giorgio disse-me, uma vez, que se desse para rezar um Padre-Nosso, tudo

bem, mas que o mais importante mesmo era fazer esse *apartheid* étnico em Roraima – que não beneficia os índios, porque nem eles querem que seja assim.

Mas quem é o mentor principal, hoje, Senador Paim, dessa guerra em Roraima, que a comanda e é o único a ser ouvido? É o Conselho Indígena de Roraima, criado pelo Conselho Indígena Missionário.

No site do próprio CIR, na página na Internet, para não dizer que estou inventando, são especificados os parceiros do CIR: Alianza Amazonica, uma ONG italiana; Cafod, uma instituição da Igreja Católica da Inglaterra – a Igreja Católica, na Inglaterra, é minoritária, e a Anglicana é majoritária, mas essa Cafod é uma instituição da Igreja, e vou mostrar isso mais à frente –; Cese, também italiana; Cimi, da Igreja Católica do Brasil; Coiab, um braço do Cimi; CCPY, instituição que criou a reserva ianomâmi, um outro departamento pior do que o da reserva Raposa Serra do Sol. A única coisa que se pode dizer a favor é que, realmente, lá existem índios em estágios mais primitivos, que vivem aldeados mesmo, mas a grande mentira é que se demarcaram 4,5 milhões de hectares, dizendo-se que eram para um tipo de índio só, quando, na verdade, há várias etnias que vivem em guerra, Senador Paim, inclusive, por causa da falta de mulheres. As mulheres engravidam muito cedo, têm o primeiro filho muito cedo; a mortalidade neonatal é muito alta; há carência de mulheres; e eles se atacam uns aos outros para terem condições de haver mulheres nas tribos. Então, até isso é uma desumanidade que se pratica contra esses índios, mas esse é outro departamento.

Quais são os outros parceiros do CIR? O Greenpeace, uma entidade transnacional; o Instituto Socioambiental, do ex-Presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Márcio Santilli; a Movimondo, italiana novamente; a Norad; a Opan; a Oxfam; a Pro Indios di Roraima, italiana; a Pro Regenwald, inglesa; a Rainforest Foundation; a Survival International; a TNC; e a Urihi, criada pela CCPY e pela Igreja Católica.

Diz-se: “Sim, mas qual é o problema de haver uma instituição que defenda os índios?”. Em tese, não há problema, não fossem as maracutaias que são feitas por essa instituição.

Senador Paim, já falei – e V. Ex<sup>a</sup> aquiesceu, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – que V. Ex<sup>a</sup> ouviu um lado dessa questão, ouviu o CIR, portanto, e seus aliados. Já conversei com V. Ex<sup>a</sup>, e vamos fazer um requerimento, para que V. Ex<sup>a</sup> possa ouvir o outro lado, que são as outras entidades indígenas, como Sodiur, Alidecir e Arikon, e também os outros envolvidos.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Mozarildo, permita-me dizer que V. Ex<sup>a</sup>, com justa razão, procurou-me diplomaticamente, como é a sua forma de agir, e me solicitou: “Senador

Paim, hoje, você teve a visão de um lado. Nós queremos que a Comissão, simplesmente, ouça também a outra parte.". O requerimento que V. Ex<sup>a</sup> disse que vai encaminhar será votado já nesta quarta-feira.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)**

– Muito obrigado, Senador Paim. Tenho certeza disso. Conheço a isenção com que V. Ex<sup>a</sup> defende os seus pontos de vista e com que conduz a Comissão.

Como eu estava dizendo, o CIR foi criado com o objetivo específico de provocar essas demarcações. Está aqui:

Nasce o CIR com o propósito de aglutinar forças em defesa dos povos indígenas de Roraima. Em 1987, é registrado com o nome de Conselho Indígena do Território Federal de Roraima e, com a promulgação do Estado, passa a denominar-se Conselho Indígena de Roraima.

Agora, veja um exemplo de como esse Conselho Indígena de Roraima é, realmente, meio sacrossanto, Senador Mão Santa: só do Governo Lula, esse Conselho recebeu, em 2003, R\$6,7 milhões; estavam empenhados R\$7.758.889,50, e foram recebidos R\$6,7 milhões. Em 2004, recebeu R\$5.676.846,46; em 2005, recebeu R\$7.576.018,26; em 2006, recebeu R\$8.755.130,98; em 2007, recebeu R\$10.207.500,34. Portanto, só do Governo Lula, já recebeu R\$38.915.496,04. Para quê, Senador Paulo Paim? Aqui, diz-se que é para fazer assistência à saúde indígena no Distrito Sanitário Leste de Roraima, mas, na verdade, como constatou o Tribunal de Contas da União (TCU), em que menos se aplica esse dinheiro é em saúde. Aplica-se na manutenção de um esquema de propaganda, de um esquema de escritório, de movimentação de guerrilhas etc. Com esse dinheiro, é feito isso. O Tribunal de Contas já constatou isso, não fui eu que constatei.

Eu, como médico, digo que, se esse dinheiro fosse aplicado, realmente, na saúde indígena, Senador Mão Santa – somos médicos –, mesmo não admitindo a terceirização – essa é uma terceirização dos serviços de saúde; o Governo brasileiro está terceirizando um serviço de saúde para uma instituição que não tem capacitação técnica para prestar serviços de saúde –, eu diria: "Parabéns!". Mas não é, não. Não é aplicado nisso, não; isto aqui é roubado. O coordenador da Fundação Nacional de Saúde de Roraima foi preso pela Polícia Federal, e, na casa dele, havia dinheiro disto aqui. Mais de R\$36 milhões foram desviados da Fundação Nacional de Saúde em Roraima, e, no meio, estava esse dinheiro do CIR.

Mas sabe como o CIR gasta dinheiro também, Senador Paim? A sua advogada, Dr<sup>a</sup> Joênia, que esteve na Comissão, vive viajando. Há uma notícia no *site* do CIR de que, no dia 28 de fevereiro de 2007, a advogada Joênia estava em Washington, na Organização dos Estados Americanos (OEA), para denunciar

o Brasil, e foi paga com dinheiro do CIR e, portanto, com dinheiro do Governo brasileiro.

Na OEA, também esteve presente, em audiência, um grupo de pessoas ligadas ao CIR. A Organização das Nações Unidas (ONU) já recebeu denúncia feita pelo CIR contra o Brasil. Essas entidades são mantidas com dinheiro público, com dinheiro dos brasileiros, numa região de fronteira com a Venezuela e com a Guiana, preparando, portanto, todo o ingrediente, porque, se valer essa demarcação de área contínua e a expulsão, o desterramento das cerca de 400 famílias que moram lá... Novamente, aqui, essas ONGs distorcem e dizem apenas que a questão é relativa a um grupo de arroteiros contra os índios, o que é mentira. Por isso, quero que a Comissão de V. Ex<sup>a</sup> os ouça. Na verdade, existem cerca de 400 famílias que vivem lá há mais de cem anos. Aliás, os antepassados desses índios, a grande maioria deles, Senador Paim, vieram do Caribe para o Brasil, expulsos pelos espanhóis, e se erradicaram por ali, em torno das vilas e das propriedades que se formavam, em busca de trabalho e de sobrevivência. Inclusive, lá não é uma região de caça e de pesca, não; é uma região montanhosa e de campos naturais. Até a caça e a pesca não existem. Então, eles, hoje, são os maiores criadores de gado existentes em Roraima. E de onde veio o gado? Parte do Governo do Estado, parte da Igreja Católica. É uma realidade.

Trouxe aqui outra coincidência, Senador Paulo Paim. Poucos dias depois que o Presidente Lula demarcou a região Raposa Serra do Sol, aquela entidade que se diz parceira do CIR fez um ofício à Funai, Senador Mão Santa, nos seguintes termos, dirigido à direção da Funai:

Assunto: Ingresso de Terra Indígena.

Cumprimentando-o, vimos informar sobre a solicitação da autorização para ingresso nas terras indígenas Raposa/Serra do Sol e Anaro [uma outra, Senador Mão Santa, que estão demarcando; ainda não a demarcaram, mas já vão entrar lá], por parte de Cecilia Iorio, Gerente, no Brasil, da Organização Oficial de Cooperação da Igreja Católica da Inglaterra, denominada Cafod, em nome de Anna Marie Hanlari, Anthony Joseph Sheen, Christine Lapine, Simon Giarchi e Louise Victoria Etheridge [todos estrangeiros, pertencentes a uma ONG estrangeira; até nem pronuncio direito o nome deles, mas a Funai deu-lhes autorização para eles entrarem], com o objetivo de conhecer alguns povos indígenas e o trabalho do CIR, com quem estão estabelecendo parceria, conforme correspondência encaminhada ao Presidente da Funai e à Coordenação-Geral de Estudos e Pesquisas, datada de 07/09/2006 (cópia em anexo).



Aqui está o documento.

A Cafod, criada em 1962, é a organização oficial de cooperação da Igreja Católica da Inglaterra e do País de Gales. Cafod apóia projetos de desenvolvimento em vários países de três continentes: Ásia, África e América Latina. O apoio da Cafod contempla grupos de base, comunidades indígenas, rurais e urbanas que, através de suas organizações, buscam ter acesso a direitos e melhorar seus níveis de vida.

Especificamente, diz: "Solicitamos ainda que o CIR seja consultado a respeito da presente solicitação para os encaminhamentos devidos". Quer dizer, um ofício dirigido à Funai pede que aquela Fundação consulte o CIR a respeito da presente solicitação para os encaminhamentos devidos: "Para quaisquer dúvidas e esclarecimentos, indicamos o assessor Luciano Padrão, para que preste informações necessárias (...) Em anexo à programação da visita."

Então, vejamos: as instituições, as ONGs, já estão lá dentro. Quando presidi a primeira CPI das ONGs aqui, Senador Mão Santa, havia uma organização italiana chamada Associação Amazônia, que "comprou", lá no sul do meu Estado, de ribeirinhos, o título de propriedade de uma área equivalente a 175 mil hectares no meu Estado e criou uma associação. E o que ela faz? Turismo, sem dar satisfação ao Governo brasileiro, além de exploração das riquezas e biopirataria. Não conseguimos ouvir o dirigente dessa associação, a Associação Amazônia, que tem sede na Itália; ele é até um conde.

Mas, com relação à ONG Cafod, que é uma agência da Igreja Católica da Inglaterra, só em 2006, Senador Mão Santa, ela destinou ao Brasil R\$2.235.774,00, inclusive para projeto numa reserva indígena ianomâmi lá no meu Estado – está aqui a foto do cacique Davi, ianomâmi, que vive viajando, por sinal, para cima e para baixo, está sempre na ONU e na OEA denunciando o Brasil.

Então, quero mostrar que, na verdade, o que existe nessa questão, Senador Paim e Senador Mão Santa, é muito interesse escuso, muito interesse que nada tem a ver com os interesses nacionais. Nada há de preocupação real com a pessoa do índio, com a qualidade da pessoa do índio; nada há de preocupação com a saúde, com a educação, com o desenvolvimento, mesmo que seja ao modo que eles queiram, e, no caso dessa região, todos eles...

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Mozarildo,...

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Em seguida, dou o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

Todos eles são perfeitamente miscigenados. O Vice-Prefeito de um dos Municípios atingidos, que é

o de Pacaraima, é um índio; a Prefeita do Município de Uiramutã, que está no miolo dessa reserva, é neta de índio – seu Vice-Prefeito é um índio; o Prefeito de Normandia, que está na outra ponta da Reserva, é um índio; vários Vereadores são índios; outros índios são policiais militares, funcionários públicos, pequenos empresários, comerciantes, produtores etc. Eles não querem essa demarcação, que quer transformá-los num retrocesso.

O Ministro Márcio Thomaz Bastos fez uma molecagem com o Supremo Tribunal Federal (STF) quando revogou uma portaria contra a qual existiam várias ações, para que elas perdessem o objeto, e editou outra no mesmo dia, com base no mesmo laudo antropológico, que, por sinal, é falso, é criminoso, não pode servir para gerar direitos. Agora, o Ministro Tarso Genro é o gauchão bravo da parada, o xerife, que nunca foi a Roraima discutir esse problema nem conversar com ninguém, mas que foi para lá prender o Prefeito do Município de Pacaraima, que agora a Justiça libertou. Não estou aqui defendendo o modo de fazer ou de não fazer do Sr. Paulo César. Reconheço nele um homem trabalhador. Ele foi do Rio Grande do Sul para Roraima com recursos próprios, investiu, casou com um mulher de Roraima, tem seus filhos lá, trabalha lá, não vive à custa do Governo, foi eleito Prefeito com a votação dos índios, porque, no Município em que ele foi eleito, a maioria é índio. No entanto, lá está se dizendo, ao modelo da Inquisição de antigamente, que quem não é índio é morador de uma propriedade pequena.

Repito: há mais de 400 famílias; multiplicando isso por cinco, pelo menos, são mais de duas mil pessoas que o Governo brasileiro quer desterrar daquela região. E se está ocupando, militarmente – a Polícia Federal mais a Força Nacional –, aquela região. Até acho que isso se justifica, para não haver exagero. Mas eles não podem fazer nada contra, por exemplo, os índios do CIR, lamentavelmente, que ou invadem as propriedades de todo mundo, tanto as casas nas vilas, quanto as propriedades pequenas e as fazendas de arroz, ou bloqueiam as estradas, para não sair a produção de arroz.

Temos de colocar ordem naquilo. Lamento que o Presidente Lula não tenha autoridade e conte com um Ministro que é descompensado. Eu o chamo de "Ministro da injustiça". É homem desqualificado para exercer o papel de Ministro da Justiça, cargo que exige serenidade, seriedade e capacidade de observar o direito de todos, não os direitos de apenas um lado. Se toma posição, não pode ser Ministro da Justiça.

Senador Mão Santa, com muito prazer, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Mozarildo, atentai bem, penso – e o Paulo Paim está aí – que tudo é desrespeito à lei e à Constituição. Nossa

Constituição foi beijada por Ulisses Guimarães em 5 de outubro de 1988. E ele disse que desobedecer à Constituição é rasgar a Bandeira do Brasil. Já vimos isso dar certo. Veja o que diz a Constituição:

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

...

XVI – autorizar a demarcação de terras indígenas, bem como a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais em seu interior;

XVII – aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

Atentai bem! Território passou a Estado, e Estado tem Governador. O Luiz Inácio tem de compreender que esse problema tem de ser resolvido pelo Governador do Estado. Darei um exemplo muito claro. No Piauí, não há índio. Um tal de Domingos Jorge Velho, um português, matou os índios. Na minha região, havia os Tremembés, uns índios louros, de quem acho que sou descendente. Mas há quilombo. Govenrei o Estado do Piauí e dirigi os quilombos no amor, porque são próximos, na cidade de Porto, e o Prefeito era Dó Bacelar. Convivi com os quilombos, em Amarante. E há um lugar mais distante, Assunção. Quem administrava e convivia com eles era Adalgisinha, que tomava conta deles. Então, o Governador está próximo, nasceu do povo e do voto, como o Luiz Inácio. Esse fato de o Ministro da Justiça ir lá sem o acompanhamento do Governador do Estado é um desrespeito maior. E aí está: um erro atrás do outro. A meu ver, isso deveria estar aqui. O que significa isso? No começo do mês, irei à Suíça, Genebra – eu e o Senador Dornelles –, representar esta Casa, o Direito Internacional. Nessa área, dá para colocar 40 Suíças dentro. A Suíça é a capital universal do direito, do respeito e da convivência. É uma área muito grande. Isso tinha de ser discutido aqui, e, obviamente, todos tínhamos de seguir V. Ex<sup>a</sup>, porque, como se diz, V. Ex<sup>a</sup> nasceu lá, vive lá e sabe a história. É assim que funciona a democracia: poderes equípotentes. E um dos construtores dessa democracia é Franklin Delano Roosevelt, que, no momento mais difícil, quando estavam voltando os totalitaristas Hitler e Mussolini, deu um ensinamento que passo de bandeja ao Luiz Inácio. Acho que eu o ajudo mais. Franklin Delano Roosevelt foi quatro vezes Presidente dos Estados Unidos, que estavam em guerra, e disse: “Toda pessoa que vejo é superior a mim em determinado assunto, e, nesse particular, procuro aprender”. Mostrou humildade. Então, todos nós nos curvamos a V. Ex<sup>a</sup>, que nasceu lá. Se se queria falar dos quilombos do Piauí, da história dos mascates, eu é que saberia contar, ou o Heráclito ou o João Claudino.

Os quilombos é o mesmo fenômeno. Aliás, acho que já evoluímos para isso tudo. Lá no Piauí, há três. É o mesmo problema. É o mesmo respeito que temos de dar. Em Porto, o Prefeito era Dó Bacelar. Em Amarante, nasceu nosso poeta Costa e Silva, que disse “Piauí, terra querida, filha do sol do Equador” e que nem entrou no Itamaraty. Tirou primeiro lugar, mas o Barão do Rio Branco disse que ele parecia um macaco e que não iria colocá-lo ali. Ele era descendente de negro. Convivi com eles quando era Governador do Estado, mas na boa: almoçava com eles e com o Prefeito. Em Amarante, tenho amigos íntimos. Adalgisa tomava conta dos outros quilombos mais distantes, porque o Piauí é grande. Mas, nessas terras dos índios, cabem oito Piauí lá dentro. É isso. O Presidente Luiz Inácio deveria ter a humildade de Franklin Delano Roosevelt e chamar V. Ex<sup>a</sup>, o que seria uma solução sábia.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)**

– Senador Mão Santa, primeiro, agradeço o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, sempre generoso. Como ex-Governador de um Estado, reconhece esse drama.

A ida do Ministro da Justiça a Roraima sem a presença do Governador é uma intervenção federal no Estado. Foi lá determinar, inclusive, a prisão de pessoas. Eu o considero, realmente, uma pessoa não isenta para estar no Ministério da Justiça, até porque expressa seu ponto de vista a respeito das coisas. É um ideólogo, e um ideólogo não pode ser Ministro da Justiça.

Senador Paulo Paim, para finalizar, quero dizer que a questão está no Supremo. Confio plenamente que o Supremo encontrará todas as falcaturas feitas nessa demarcação. Vai analisar o laudo antropológico, que é falso, é mentiroso. A Justiça Federal de Roraima, por meio do Juiz Hélder Girão e de uma comissão de peritos, detectou todas as falsidades. Isso nos alerta para o fato de como foram feitas as outras demarcações. São todas elas também fraudulentas? É um grande e importante aviso.

Em segundo lugar, por que o Presidente Lula, por intermédio do então Deputado Aldo Rebelo, Líder do Governo na Câmara dos Deputados, no Congresso, sugeriu que criássemos uma Comissão Temporária Externa no Senado e outra na Câmara para encontrar uma fórmula factível, que chegasse a um consenso, que não agredisse, que pacificasse? Formamos, em 2003, essa Comissão Temporária Externa. Seu Relator no Senado foi o Senador Delcídio Amaral. Apresentamos ao Presidente Lula a proposta que, em resumos matemáticos, era o seguinte: retirar desses 1,74 milhão de hectares demarcados 320 mil hectares. Isso resolveria o problema, mas, não, como houve radicalização do Conselho Indígena de Roraima e do Conselho Indígena Missionário e pressão de ONGs parceiras deles, o Presidente Lula preferiu demarcar como eles queriam.



O alerta feito em 1996 pela revista *IstoÉ* está se comprovando agora, em 2008. Mas o Supremo, com certeza, saberá muito bem analisar todos os detalhes. Existe a proposta da Comissão Temporária Externa do Senado, a da Comissão Temporária Externa da Câmara, o relatório do Ministro Nelson Jobim, que foi fraudado no Ministério da Justiça e que fez com que o Ministro Renan cometesse um equívoco. Há ainda a maracutaia feita pelo Ministro Márcio Thomaz Bastos. Tudo isso o Supremo vai analisar, com certeza.

Mas, Senador Mão Santa, com relação a vir para o Senado, tenho uma emenda à Constituição, de 1999, que propõe que toda demarcação de terra indígena e de reserva ecológica passe pela apreciação do Senado. Na prática, o que representa demarcar uma reserva indígena, uma unidade de conservação, seja ela qual for? Retirar terras de um Estado membro da Federação para o Governo Federal. Ora, então, o Senado tem de se pronunciar a respeito. Nós nos pronunciamos sobre concessão de rádio, sobre concessão de televisão, sobre nomeação de embaixador, de presidente de Banco Central e de dirigente de agência reguladora e não nos pronunciamos sobre demarcação de terras indígenas e de reservas ecológicas, em que se retiram terras do nosso Estado! Meu Estado, Senador Mão Santa, tem apenas 8% de terras que não são federais. Todas as outras são federais: 57% são de indígenas, e 38%, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), restando para o Estado cerca de 8% a 10%. Com certeza, esse conflito federativo o Supremo vai resolver.

Minha emenda à Constituição, que agora vamos retomar, e espero o apoio de V. Ex<sup>as</sup>, vai simplesmente fazer com que essas decisões passem pelo Senado, para que as analisemos aqui, não apenas pelas mãos de uma meia dúzia de burocratas, sejam eles quem forem, antropólogos ou não. Um burocrata dá um laudo, outro burocrata do Ministério da Justiça faz uma portaria, o Ministro a assina, o Presidente assina o decreto, e pronto! E o Congresso Nacional, o Senado Federal não é sequer chamado.

Então, quero finalizar, agradecendo à imprensa brasileira, que, realmente, tem dado cobertura isenta sobre essa questão. Agradeço, especialmente, à Rede Globo, que fez uma cobertura de três dias seguidos no Jornal da Globo; à Globo News; à Bandeirantes; à Record. Agora, estão mostrando para todo o País uma realidade que eu vinha denunciando desde 1996 e na qual vinha trabalhando, aqui no Senado, desde 2003.

Senador Mão Santa, finalmente, quero dizer que fui Presidente da primeira CPI das ONGs e vi o quanto é difícil abrir essa caixa-preta – o Presidente Lula gosta de falar em “caixa-preta” – das ONGs. Está aí essa outra CPI das ONGs! Não se consegue avançar,

porque a maioria do Governo não deixa investigar as ONGs. Por quê? Porque essa caixa-preta financia muita coisa neste País: campanha política, partido, movimentos sociais. Então, não se pode abrir essa caixa-preta. Mas o Tribunal de Contas está trabalhando muito seriamente nisso.

Quero fazer um apelo ao Ministério Público, tanto estadual quanto federal, para que se debruce sobre isso, que é a maior das corrupções que se praticam no País. É pegar dinheiro público. Noventa por cento delas nada têm a ver com organizações não-governamentais, pois vivem à custa do dinheiro do Governo, portanto, do dinheiro do povo, para desviar e roubar.

Quero, portanto, Senador Paim, concluir, pedindo a transcrição das matérias aqui referidas e também dizer a V. Ex<sup>a</sup> que, realmente, encaminharei, na segunda-feira ou terça-feira, um requerimento à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que V. Ex<sup>a</sup> preside.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Comissão vai-se reunir na quarta-feira, pela manhã.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Não sei se vai dar tempo de deslocar as pessoas para quarta-feira. Mas, na quarta-feira, será aprovado o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Na quarta-feira, pela manhã, aprovaremos o requerimento.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aí marcamos a data, conforme a conversa que faremos.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Perfeito. Acho isso importante, porque V. Ex<sup>a</sup> e os membros da Comissão terão oportunidade de ouvir os índios que não são do CIR, os índios que são da Sodiur, da Alidecir, da Arikon. Terão a oportunidade de ouvir a associação dos excluídos dessa reserva, mas também os arrozeiros, que são brasileiros que pagam impostos, produzem e são importantes para Roraima.

Então, tenho a certeza de que V. Ex<sup>a</sup> colocará em votação na quarta-feira esse requerimento que lhe será encaminhado. Marcaremos a data.

Espero que possamos passar dessa página triste para Roraima, para as pessoas de lá e, especialmente, para o Brasil para uma página que seja escrita por nós e pelo Supremo, de maneira digna.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI  
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## CAFOD: quem somos

Genzim Harifi, (4, esquerda) com seu irmão Denis (9, centro) e Emra Aliu (7) na comunidade Kominat, Albânia. [Simon Rawles]

**A CAFOD é a Agência Católica para o Desenvolvimento.**

**É a agência oficial para o desenvolvimento e emergência da Igreja Católica da Inglaterra e do País de Gales, e vem combatendo a pobreza em países em desenvolvimento desde 1962.**

A CAFOD acredita que todos os seres humanos têm direito a viver com dignidade e respeito, e que os recursos humanos e naturais do mundo são uma dádiva a ser compartilhada igualmente por todos os homens e mulheres seja qual for a raça, nacionalidade ou religião.

A CAFOD é membro da Federação Caritas Internacionalis, uma rede mundial de organizações católicas de desenvolvimento e emergência. CAFOD trabalha para um mundo no qual:

- todos compartilhem os bens que nos há dado a criação
- os direitos e a dignidade de cada pessoa sejam respeitados
- É o trabalho determinado de agências como a CAFOD que tem ajudado colocar a pobreza do terceiro mundo no coração da pauta política nesse novo milênio.

Ministro da Fazenda Gordon Brown

nossas vidas não sejam dominadas pela ganância

- ninguém seja excluído
- as vozes das comunidades pobres sejam ouvidas e sejam consideradas
- todos tenham alimento, abrigo, água potável, atenção médica, educação e um meio de vida justo

## Pobreza Mundial

- Um quarto da população mundial – 1.3 bilhões de pessoas – vive em extrema pobreza
- Cerca de 800 milhões não têm alimento suficiente e ao redor de 500 milhões padecem de malnutrição crônica
- Dos 42 milhões de pessoas que convivem com HIV e AIDS no mundo – uma doença fomentada pela pobreza – mais de 93 por cento vive em países em desenvolvimento
- O custo para erradicar a pobreza mundial seria um por cento da receita global.
- A riqueza líquida das 10 pessoas mais ricas do mundo é US\$133 bilhões – 1.5 vezes maior do que a receita total dos países menos desenvolvidos.
- O montante da liquidação efetiva da dívida dos 20 países mais pobres é de US\$ 5.5 bilhões -- equivalente ao custo da construção da EuroDisney.

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

## CAFOD em ação

## CAFOD, quem somos - CAFOD

- A CAFOD surgiu de uma iniciativa de um grupo de mulheres católicas em 1960 e foi estabelecida como uma organização sem fins lucrativos em 1962 pelos bispos da Inglaterra e do País de Gales.
- A CAFOD vê o seu trabalho como uma colaboração entre os católicos da Inglaterra e País de Gales e as comunidades nos países em desenvolvimento. Atualmente CAFOD apoia cerca de 1.000 projetos e programas em 64 países.
- No Reino Unido, a CAFOD trabalha como parte do Movimento para o Comércio Justo e ajuda expor fatos alarmantes como por exemplo, as regras do comércio mundial roubam dos países pobres £1.3 bilhões por dia – 14 vezes mais do que estes recebem em ajuda.
- A maior parte da receita de CAFOD provém da comunidade católica da Inglaterra e do País de Gales.

take action

## Direct Debit

Could you live on 99% of your income? What could the other 1% do for people living in extreme poverty?

**Give regularly. Transform lives.**

Published on 15/12/2004, last updated on 15/12/2004

## Support climate action - email your MP now

We need **you** to join thousands of campaigners to strengthen the **Climate Change Bill** - it only takes a few minutes, but will help change the lives of millions around the world

**Please take the action now >>**

## Sponsored events

Take part in one of the **CAFOD Challenges**, or join **Team CAFOD** for a run. You can have some fun, and support CAFOD's life-saving work across the world

---

Site map | Press centre | Terms & conditions | Privacy statement | Credits | © CAFOD 2003-2008 Cymraeg | Español | Français | Português  
CAFOD is the official overseas development and relief agency of the Catholic Church in England and Wales. Member of AlertNet & CIDSE  
CAFOD, Romero Close, London SW9 9TY, UK reg. charity no. 285776 Tel: 00 44 20 7733 7900 Fax: 00 44 20 7274 9630 Email: [cafod@cafod.org.uk](mailto:cafod@cafod.org.uk)





Community: [Why join?](#) | [Discuss](#) | [Login](#)

---

## CAFOD e parceria

Registro para distribuição gratuita de trigo com Islamic Relief, Afeganistão 2002. [Marsha Pereira]

**A CAFOD trabalha com comunidades em 64 países ajudando-os a satisfazer suas necessidades.**

**Trabalha com mais de 500 organizações parceiras – organizações locais de confiança, onde trabalham pessoas da comunidade com o intuito de reduzir a pobreza.**

As parcerias da CAFOD baseiam-se num compromisso mútuo, confiança e interesses comuns.

A CAFOD tem por objetivo fortalecer seus parceiros através de um processo de capacitação – no qual organizações aperfeiçoam suas habilidades, recursos e sistemas para que possam responder melhor às necessidades das comunidades com as quais trabalham.

CAFOD nunca nos mandou fazer coisas, mas sim nos acompanhou, nos ouviu e nos apoiou, e nós apreciamos isso.

Miguel Marroqin, da Federação Guatemalteca de Rádios Comunitárias, financiada pela CAFOD.

A CAFOD promove a troca de experiências entre parceiros de diferentes países:

- Um dos programas de juventude reuniu jovens de Serra Leoa, Libéria, Gana, Burkina Faso, Republica Democrática do Congo e do Reino Unido para compartilhar interesses e agir em temas como o meio ambiente, os direitos dos jovens e conscientização sobre HIV/AIDS.
- Programa África Ocidental - Zâmbia (em inglês a sigla é WAZAM) ajuda parceiros trabalhando com HIV/AIDS a compartilharem experiências e métodos de trabalho.

### CAFOD em parceria com outras organizações e redes

CAFOD trabalha com:

- Agências Católicas, incluindo agências-irmãs como Trócaire (Irlanda), SCIAF (Escócia) e membros da Federação Caritas Internationalis
- Estamos igualmente comprometidos na promoção do desenvolvimento humano e proteção da dignidade e ao mesmo tempo buscando inspiração e esperança de nossa respectiva fé.

Comentário conjunto do ex-diretor da CAFOD, Julilan Filochowski e Dr. Hany El Banna, diretor de Islamic Relief (uma agência islâmica de desenvolvimento) durante a crise no Afeganistão, 2001.

Outras agências de desenvolvimento e emergência do Reino Unido – por exemplo, Christian Aid e membros do Comitê de Desastres e Emergências, que arrecada fundos no Reino Unido para crises no exterior.

- Grupos de Justiça e Paz e outras redes baseadas na religião, como o Islamic Relief (organização Islâmica).
- Redes de campanha como a Jubilee Debt Campaign - Campanha do Jubileu contra a Dívida, o Trade Justice Movement - Movimento de Justiça no Comércio, e a International Campaign to Ban Landmines - Campanha Internacional para Banir Minas Terrestres.

## CAFOD e parceria - CAFOD

- Agências governamentais, por exemplo o Departamento para o Desenvolvimento Internacional do governo britânico e a União Europeia.

Could you live on 99% of your income? What could the other 1% do for people living in extreme poverty?

**Give regularly. Transform lives.**

Published on 15/12/2004, last updated on 15/12/2004

We need **you** to join thousands of campaigners to strengthen the **Climate Change Bill** - it only takes a few minutes, but will help change the lives of millions around the world

**Please take the action now >>**

Take part in one of the **CAFOD Challenges**, or join **Team CAFOD** for a run. You can have some fun, and support CAFOD's life-saving work across the world

---

Site map | Press centre | Terms & conditions | Privacy statement | Credits | © CAFOD 2003-2008 Cymraeg | Español | Français | Português  
CAFOD is the official overseas development and relief agency of the Catholic Church in England and Wales. Member of AlertNet & CIDSE  
CAFOD, Romero Close, London SW9 9TY, UK reg. charity no. 285776 Tel: 00 44 20 7733 7900 Fax: 00 44 20 7274 9630 Email: [cafod@cafod.org.uk](mailto:cafod@cafod.org.uk)







Community: [Why join?](#) | [Discuss](#) | [Login](#)

---

## CAFOD e parceria

**A CAFOD trabalha com comunidades em 64 países ajudando-os a satisfazer suas necessidades.**

**Trabalha com mais de 500 organizações parceiras – organizações locais de confiança, onde trabalham pessoas da comunidade com o intuito de reduzir a pobreza.**

As parcerias da CAFOD baseiam-se num compromisso mútuo, confiança e interesses comuns.

A CAFOD tem por objetivo fortalecer seus parceiros através de um processo de capacitação – no qual organizações aperfeiçoam suas habilidades, recursos e sistemas para que possam responder melhor às necessidades das comunidades com as quais trabalham.

CAFOD nunca nos mandou fazer coisas, mas sim nos acompanhou, nos ouviu e nos apoiou, e nós apreciamos isso.

Miguel Marroquin, da Federação Guatemalteca de Rádios Comunitárias, financiada pela CAFOD.

A CAFOD promove a troca de experiências entre parceiros de diferentes países:

- Um dos programas de juventude reuniu jovens de Serra Leoa, Libéria, Gana, Burkina Faso, República Democrática do Congo e do Reino Unido para compartilhar interesses e agir em temas como o meio ambiente, os direitos dos jovens e conscientização sobre HIV/AIDS.
- Programa África Ocidental - Zâmbia (em inglês a sigla é WAZAM) ajuda parceiros trabalhando com HIV/AIDS a compartilharem experiências e métodos de trabalho.

### CAFOD em parceria com outras organizações e redes

CAFOD trabalha com:

- Agências Católicas, incluindo agências-irmãs como Trócaire (Irlanda), SCIAF (Escócia) e membros da Federação Caritas Internacionalis
- Estamos igualmente comprometidos na promoção do desenvolvimento humano e proteção da dignidade e ao mesmo tempo buscando inspiração e esperança de nossa respectiva fé.

Comentário conjunto do ex-diretor da CAFOD, Julilan Filochowski e Dr. Hany El Banna, diretor de Islamic Relief (uma agência islâmica de desenvolvimento) durante a crise no Afeganistão, 2001.

Outras agências de desenvolvimento e emergência do Reino Unido – por exemplo, Christian Aid e membros do Comitê de Desastres e Emergências, que arrecada fundos no Reino Unido para crises no exterior.

- Grupos de Justiça e Paz e outras redes baseadas na religião, como o Islamic Relief (organização Islâmica).
- Redes de campanha como a Jubilee Debt Campaign - Campanha do Jubileu contra a Dívida, o Trade Justice Movement - Movimento de Justiça no Comércio, e a International Campaign to Ban Landmines - Campanha Internacional para Banir Minas Terrestres.



Community: [Why join?](#) | [Discuss](#) | [Login](#)

---

## Orientacao para parceiros

De forma a ajudá-lo a compreender o tipo de informação que a CAFOD gostaria de ver nas diferentes etapas dos projectos e programas que apoiamos, nós produzimos as seguintes notas para os parceiros existentes ou potenciais. Também há orientações para respostas de emergência humanitária

Esta página carrega cópias destes originais usados neste procedimento

Em português:

[Proposta de projecto](#)

[Relatorios de progresso](#)

[Relatorios financeiros](#)

[Revisoes e avaliacoes](#)

[Avaliacao da organizacao propria do parceiro](#)

[Respostas humanitarias](#)

Could you live on 99% of your income? What could the other 1% do for people living in extreme poverty?

**Give regularly. Transform lives.**

We need **you** to join thousands of campaigners to strengthen the **Climate Change Bill** - it only takes a few minutes, but will help change the lives of millions around the world

**Please take the action now >>**

Take part in one of the **CAFOD Challenges**, or join **Team CAFOD** for a run. You can have some fun, and support CAFOD's life-saving work across the world

Published on 21/05/2007, last updated on 28/06/2007

---

[Site map](#) | [Press centre](#) | [Terms & conditions](#) | [Privacy statement](#) | [Credits](#) | © CAFOD 2003-2008 Cymraeg | Español | Français | Português  
CAFOD is the official overseas development and relief agency of the Catholic Church in England and Wales. Member of AlertNet & CIDSE  
CAFOD, Romero Close, London SW9 9TY, UK reg. charity no. 285776 Tel: 00 44 20 7733 7900 Fax: 00 44 20 7274 9630 Email: [cafod@cafod.org.uk](mailto:cafod@cafod.org.uk)





just one world

Community: [Why join?](#) | [Discuss](#) | [Login](#)

---

## Orientacao para parceiros

De forma a ajudá-lo a compreender o tipo de informação que a CAFOD gostaria de ver nas diferentes etapas dos projectos e programas que apoiamos, nós produzimos as seguintes notas para os parceiros existentes ou potenciais. Também há orientações para respostas de emergência humanitária

Esta página carrega cópias destes originais usados neste procedimento

Em português:

[Proposta de projecto](#)

[Relatorios de progresso](#)

[Relatorios financeiros](#)

[Revisoes e avaliaco es](#)

[Avaliacao da organizacao propria do parceiro](#)

[Respostas humanitarias](#)

take action

### [Direct Debit](#)

Could you live on 99% of your income? What could the other 1% do for people living in extreme poverty?

**Give regularly. Transform lives.**

Published on 21/05/2007, last updated on 28/06/2007

### [Support climate action - email your MP now](#)

We need **you** to join thousands of campaigners to strengthen the **Climate Change Bill** - it only takes a few minutes, but will help change the lives of millions around the world

**Please take the action now >>**

### [Sponsored events](#)

Take part in one of the **CAFOD Challenges**, or join **Team CAFOD** for a run. You can have some fun, and support CAFOD's life-saving work across the world

---

Site map | Press centre | Terms & conditions | Privacy statement | Credits | © CAFOD 2003-2008 Cymraeg | Español | Français | Português  
CAFOD is the official overseas development and relief agency of the Catholic Church in England and Wales. Member of AlertNet & CIDSE  
CAFOD, Romero Close, London SW9 9TY, UK reg. charity no. 285776 Tel: 00 44 20 7733 7900 Fax: 00 44 20 7274 9630 Email: [cafod@cafod.org.uk](mailto:cafod@cafod.org.uk)





## ORIENTAÇÃO PARA PARCEIROS

### #2: RELATÓRIOS DE PROGRESSO

#### Uma Nota a Todos os Parceiros

Estas perguntas dar-lhe(-vos)-ão uma ideia do tipo de informação que a CAFOD pretende lhe seja prestada nos relatórios de progresso. O grau de pormenor dependerá do tipo e da dimensão do trabalho; reflectirá também há quanto tempo o trabalho tem procedido e as suas(vossas) sucessos no período relatado. A CAFOD espera receber dos seus parceiros relatórios financeiros e de progresso a cada 6 meses e no fim de cada ano, a menos que diferentemente especificado no nosso Acordo de Financiamento consigo(-vosco).

Período abrangido por este relatório: desde \_\_\_\_\_ até: \_\_\_\_\_

1 Que progresso fez(fizeram) no período abrangido por este relatório?

- Se isso é melhor ou pior que o preconizado, qual é a razão de assim ser?
- De que oportunidades inesperadas pôde(puderam) aproveitar-se, durante este período?
- Quais foram os aspectos / problemas principais que afectaram o seu(vosso) trabalho, neste período?
- Qual(ais) conseguiu(-iram) resolver? Qual(ais) está(-ão) além da sua(vossa) incumbência?
- Que efeito, se algum, poderá isso vir porventura a ter no progresso, pelo fim deste ciclo do projecto?

2 O que é efectivamente mudou em resultado do trabalho feito até agora?

- Em que prova baseia(m) isso?
- Relativamente às áreas de mudança principais para as quais está(-ão) a trabalhar, identifique(m) numa matriz de vigilância as principais mudanças conseguidas até agora e a prova de as ter conseguido.

**Matriz CAFOD de Vigilância**

*um documento de referência de face única (máx.)*

Que mudanças procura o projecto levar a cabo? (Resultados preconizados)	O que é que efectivamente mudou em resultado do trabalho feito até agora? (Desagregar para mulheres e homens, se isso for pertinente)	Prova de mudança

*Acrescentar mais filas, se, necessário*

*Baseado na Matriz de Projecto confirmada com a CAFOD antes de fundos terem sido transmitidos*

**Exemplos:**

- *vemos um aumento na % de menores de 5 anos a completarem a imunização*
- *mediante o nosso trabalho com [Justiça e Paz], vemos um aumento na consciência das pessoas sobre [o aspecto com que estamos a tentar lidar], neste período*
- *é demasiado cedo para esperar quaisquer mudanças na vida das pessoas, como um resultado deste projecto.*

3 Que aspectos do seu(vosso) relatório financeiro quer(em) trazer à atenção da CAFOD?

- Quais são os aspectos / desafios principais que prevê(em) para os próximos 12 meses?
- Há algumas mudanças que quisesse(m) efectuar nos planos de trabalho / orçamentos?

4 Que outra aprendizagem quer(em) trazer à atenção da CAFOD?



## ORIENTAÇÃO PARA PARCEIROS

### #1: PROPOSTA DE PROJECTO

Uma Nota a Todos os Parceiros

Antes de decidir quanto a o(vós) apoiar no seu(vosso) trabalho, veremos como ele se adequa à missão da CAFOD de promover justiça social e pôr termo à pobreza, assim como o nosso esquema estratégico e respectivos documentos estratégicos. Queira(m) solicitar exemplares desses documentos, se é que os não possui(-em) já.

#### Cinco aspectos essenciais a considerar

1 Que mudanças (resultados) pretende(m) concretizar?

- Qual(-is) deste(s) espera(m) realizar dentro do prazo desta proposta?
- Qual(-is) carecerão de mais tempo; de uma proposta ou ciclo de projecto subsequente(s)?

*Com trabalho de nível comunitário:*

- Quantos homens e mulheres irá(-ão) alcançar?
- Quantas outras pessoas (que proporção), na sua(vossa) área, ficarão fora do alcance do seu(vosso) trabalho proposto?

2 Porque decidiu(-iram) trabalhar nisto?

- Qual é o aspecto, problema ou oportunidade principal?
- Porque decidiu(-iram) trabalhar especialmente com estas comunidades, nesta área?
- Quais são as suas(vossas) forças e fraquezas específicas, relativamente a este tipo de trabalho?

3 Quem espera(m) venha a trabalhar consigo(-vosco), para efectivar estas mudanças?

- Como foram eles(elas) envolvidos no planeamento, até agora?

*Com trabalho de nível comunitário:*

- Como assegurará(-ão) que mulheres, assim como homens, virão a ser activamente implicados no planeamento e acção futuros?

4 Quais são as principais coisas que planeia(m) realizar?

- Que mais necessitará(-ão) fazer para pôr o trabalho em andamento e avaliar o respectivo progresso e concretização?
- Quanto vai custar isso; incluindo custos administrativos e de capital?
- Que montante de dinheiro está(-ão) a pedir à CAFOD?
- De onde virão o tempo, os recursos e os fundos restantes?

5 Como virá(-ão) a saber que efeito teve(tiveram), o que é que mudou (ou não)?

- Como virá(-ão) a reflectir no seu(vosso) trabalho e actuação e a identificar a aprendizagem, a fim de envigorar(em) as forças e lidar(em) com as fraquezas?

*Com trabalho de nível comunitário:*

- Como assegurará(-ão) que dá(-ão) ouvidos e aprende(m) a partir das experiências das mulheres e dos homens, jovens e de mais idade, assim como das vozes dos(as) líderes da comunidade e de outros indivíduos e grupos principais?



A CAFOD suplementará os seus(vossos) relatórios de progresso com informação procedente de: relatórios financeiros, *e-mails* / correspondência e debates durante as visitas. Para o termo do seu(vosso) projecto, esperaríamos debater as conquistas conseguidas em geral e aprender consigo(-vosco) a distinguir se uma avaliação constituiria uma contribuição significativa para a aprendizagem.

Um dos alvos da política de género da CAFOD consiste em promover a plena participação das mulheres e dos homens de tal forma que aquelas se vejam equitativamente empossadas a par destes. A partir do seu(vosso) projecto, estaríamos especialmente interessados em aprender acerca da participação e emposse das mulheres, e como isso difere da participação e emposse dos homens.

**Orientação da CAFOD para Parceiros:**

**#1: Propostas de Projecto (2007)**

**#2: Relatórios de Progresso (2007)**

**#3: Relatórios Financeiros (2007)**

**#7: Respostas Humanitárias (2007)**

**#4: Revisões e Avaliações (2007)**

**#5: Avaliar a Organização do Parceiro (2007)**

**#6: Orientação Geral para Doações (2007)**

*Peça(m) exemplares ou consulte(m) o website da CAFOD*

**ORIENTAÇÃO PARA PARCEIROS****#3: RELATÓRIOS FINANCEIROS****Uma Nota a Todos os Parceiros**

O financiamento da CAFOD destina-se a cobrir apenas os custos apresentados na proposta e no orçamento do projecto, e com ela acordados. Os fundos não poderão ser utilizados para nenhum outro propósito (sem prévia concordância da CAFOD).

É uma condição de qualquer financiamento da CAFOD que esta venha a receber dos parceiros relatórios financeiros de meio e fim de ano. Esses relatórios deverão ser independentemente validados ou, em certas circunstâncias, sujeitos a auditoria.

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE RELATÓRIO FINANCEIRO**

- (1) Indicar nitidamente o período abrangido pelo relatório financeiro

Ex.: DE: 1 de Outubro de 2006 A: 30 de Setembro de 2007

- (2) Indicar:

- o saldo de abertura, *i.e.*, o saldo da conta do projecto no início do período em curso;
- cada doação para o projecto que tenha sido recebida durante esse período, tanto da CAFOD como de outros doadores;
- o juro de depósitos do projecto no banco, empresa financiadora de habitação, e de proventos e/ou receitas procedentes de quaisquer outras fontes.

*OBS.: Nos casos em que um financiamento ou outra fonte de receita tiver sido transmitida em moeda estrangeira, declarar os exactos recebimentos na moeda local e fazer uma anotação separada do montante e moeda da transmissão, e da data do respectivo recebimento, de forma a poder verificar-se a taxa de câmbio. Cópias dos documentos bancários relacionados com recebimentos de doação(-ões) deverão ser enviados à CAFOD, juntamente com o impresso que acuse o recebimento dessa(s) doação(-ões).*

- (3) Apresentar uma declaração sumária do dispêndio real feito ao longo do período, utilizando a mesma moeda e cabeçalhos constantes da proposta de orçamento que haja sido submetida à CAFOD. Relatar todo o dispêndio frente a cada linha apropriado do orçamento e não frente a qualquer linha de "contingência" do mesmo.

*OBS.: Em relatórios de fim de ano em que houver, em qualquer cabeçalho ou linha de orçamento, uma diferença de 10%, ou mais, entre o dispêndio real e o que tiver sido preconizado no orçamento, inserir uma anotação separada para explicar o porquê. Anotar também a razão de qualquer dispêndio respeitante a qualquer linha de "contingência" do orçamento. Dar nitidamente conta de quaisquer pagamentos feitos em moeda diferente da local.*

- (4) Indicar o saldo de fecho a ser transportado para o seguinte período da contabilidade.

*OBS.: Se esse saldo for negativo, declarar como está o projecto a ser financiado.*

- (5) Comprovar que a conta confere, *i.e.*, que ao somar-se o saldo de abertura aos proventos e recebimentos (durante o período), o resultado é idêntico à soma do dispêndio com o saldo de fecho. O Gestor do Projecto e a pessoa responsável pela superintendência financeira deverão assinar o próprio relatório, posto o que as contas deverão ser validadas ou sujeitas a auditoria, em conformidade com a prática normal da sua(vossa) organização.

- (6) Se estiver(em) a concretizar mais que um projecto, envie(m)n à CAFOD uma cópia das contas anuais consolidadas da sua(vossa) organização, quando elas estiverem finalizadas e acordadas.

A supracitada lista de verificação deveria ajudá-lo(-vos) a apresentar(em) relatórios financeiros respeitantes ao projecto que a CAFOD estiver a apoiar. Note(m) que poderemos porventura solicitar-lhe(-vos) mais esclarecimentos, se qualquer aspecto da informação acima mencionada não

for nitidamente identificável no seu(vosso) relatório. Isso poderá redundar num atraso em processar futuros pagamentos.

**OBSERVAÇÕES ADICIONAIS:**

- (a) Se um projecto financiado pela CAFOD fizer parte de um programa mais lato, então os relatórios financeiros e as contas deverão abranger o programa inteiro, com o dispêndio relativo à doação da CAFOD nitidamente indicado. Os saldos relativos a cada doação, de cada doador diferente, deverão ser também anotados separadamente.
- (b) A CAFOD não necessita receber cópias de facturas, notas de despesa ou recibos do projecto, mas os parceiros da CAFOD deverão reter consigo, por sete anos, todos esses registos e recibos relacionados com o projecto.
- (c) A CAFOD pode porventura vir a requerer uma auditoria ou validação, independentes, das contas do projecto ou programa.
- (d) Todo o equipamento (ex.: computadores, máquinas de fax, motocicletas, veículos) provido pela CAFOD deverá permanecer como propriedade da organização parceira, ou do projecto, e não de qualquer indivíduo.

**Exemplo: Projecto Sihlangu, Conta relativa ao período de 1 Janeiro de 2006 a 31 de Dezembro de 2006**

Recebimentos	Orçamento	Real	Observações
Saldo em 1 Janeiro de 2006		2 410,20	dólares XYZ
do qual, da CAFOD		410,00	dólares XYZ
CAFOD, 26 de Fevereiro	10 000	10 000,00	
Doadores locais	6 500	8 017,00	
Angariação de fundos (eventos)	600 518,95		
Venda de Materiais do Projecto	400	376,34	
Juros de conta bancária	30	25,72	
<b>TOTAL</b>	<b>17 530</b>	<b>21 348,01</b>	dólares XYZ
<b>Pagamentos</b>			
Salários	8 600	8 600,00	
Renda e seguro	1 800	1 800,00	
Água	200	204,21	
Electricidade	1 000	1 047,90	Aumento de custo de unidade de electricidade
Telefone	1 280	1 367,84	Aumento relacionado com encargos de internet/modem
Correio postal	500	489,50	
Reparações e Manutenção	400	345,75	
Equipamento de escritório	500	452,50	
Papelaria	350	318,67	
Transporte	2 900	397,64	Reparações de veículo pagas por um apoiante local
Miscelânea		250,00	Impermeáveis para pessoal de campo, artigo não orçamentado
<b>TOTAL</b>	<b>17 530</b>	<b>15 274,01</b>	dólares XYZ
Saldo em 31 Dezembro de 2006		6 074,20	dólares XYZ
do qual, da CAFOD		2 748,45	dólares XYZ

Vamos utilizar parte disto para a nova motocicleta, como pelo orçamento de 2007

Este relatório diz respeito ao inteiro ano financeiro e integra a conta semestral referente ao período de Janeiro a Junho de 2006, remetida à CAFOD em 19 de Julho de 2006.

Conta preparada por: .....  
Coordenador do Projecto  
Data: .../.../...

Validada por: .....  
Tesoureiro da Diocese  
Data: .../.../...

**Orientação da CAFOD para Parceiros:**

- |   |   |
|---|---|
| <b>#1: Propostas de Projecto (2007)</b>   | <b>#4: Revisões e Avaliações (2007)</b>             |
| <b>#2: Relatórios de Progresso (2007)</b> | <b>#5: Avaliar a Organização do Parceiro (2007)</b> |
| <b>#3: Relatórios Financeiros (2007)</b>  | <b>#6: Orientação Geral para Doações (2007)</b>     |
| <b>#7: Respostas Humanitárias (2007)</b>  |   |

*Peça(m) exemplares ou consulte(m) o website da CAFOD*



## GESTÃO DE CICLO DE PROGRAMA

### #5: AVALIAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO PRÓPRIA DO PARCEIRO

#### Uma nota para todos os parceiros

Organizações como a nossa actuam num contexto em rápida mutação. Oportunidades e desafios podem porventura advir do seio de uma organização ou de fora dela. Podem porventura afectar o seu imediato futuro ou constituir um repto de um prazo mais longo. A CAFOD reconhece que para uma dada organização responder bem a novas oportunidades e desafios, as pessoas nela integradas necessitam distanciar-se e reflectir, de onde em onde. Precisam de olhar além de programas e projectos, e de pensar se estão ou não a actuar bem como organização. Isto corresponde a um processo de auto-avaliação coerente com os princípios da CAFOD que nos obrigam a evitar dependência e a apoiar a provisão de assistência técnica, fomento de capacidade e acompanhamento. O pessoal da CAFOD debaterá consigo(-vosco) a sua/vossa própria avaliação no início de qualquer parceria e, bem assim, numa base regular, de então em diante.

Descreve-se a seguir um meio simples de apreciar organizações. Muitas delas estão também familiarizadas com relatórios de auditores, que sugerem melhoramentos a introduzir nos respectivos sistemas e procedimentos financeiros. Tais relatórios fazem igualmente parte de um processo de auto-avaliação. Pode bem ser que recentemente tenham procedido a uma auto-avaliação da sua/vossa organização ou que disponha(m) de um relatório de uma sua auditoria recente. Se o desejar(em), uma ou outra podem constituir o ponto de partida para uma reflexão conjunta a ser feita com a CAFOD.

Alem disto, há um número crescente de instrumentos de auto-avaliação que podem utilizar-se para avaliar outros aspectos da saúde geral de qualquer organização. Podem todos ajudar a apontar áreas que careçam de atenção em anos vindouros, ou num futuro mais imediato (como seja o caso do Estojó de Instrumentos de Resposta a Urgências da “Caritas Internationalis” (2006)).

Tais instrumentos acham-se concebidos tendo em mente tipos diferentes de organização. Se conta(m) com acesso à *internet*, poderá(-ão) considerar os diferentes materiais à disposição na *web*, e seleccionar um (ou mais) deles que melhor se coadune com a sua/vossa organização e com o tempo que for(em) capaz(es) de dedicar aos processos de auto-avaliação.

As fontes da *web* incluem:

- Série *ROOTS*, da ‘Tearfund’, [*Tearfund’s ROOTS series*], disponível na respectiva zona de aprendizagem (Espanhol Francês, Inglês e/ou Português), em <http://tilz.tearfund.org/Publications/ROOTS/>
- Estojos de Instrumentos da Sociedade Civil, da ‘Civicus’, [*Civicus’ Civil Society Toolkits*] são um outro caso (seguir o elo de “Resources and Services”, em Espanhol, Francês e/ou Inglês), em <http://www.civicus.org/new/default.asp>
- Estojó de Instrumentos de Apoio da Organização Não-Governamental Aliança Internacional de VIH/SIDA [*International HIV/AIDS Alliance NGO Support Toolkit*], que contém material e recursos aplicáveis a muitas organizações e não só àquelas que actuam em VIH e SIDA, em <http://www.aidsalliance.org/sw5748.asp>
- Inspecção do “estado de saúde” da gestão financeira, da ‘Mango’ [*Mango’s financial management “health check”*], (em Árabe, Espanhol, Francês, Inglês, Russo, Singalês e Tamil), em <http://www.mango.org.uk/guide/resources/healthcheck.aspx>
- Um estojó completo de instrumentos de gestão financeira, para urgências, (só em Inglês) também preparado pela ‘Mango’, em <http://www.mango.org.uk>

A CAFOD não requer um formato específico. Estes aspectos essenciais deveriam dar-lhe(-vos) uma boa indicação do tipo de informação que pretendemos obter numa proposta ou nota de conceptualização. O grau de pormenorização dependerá daquilo que nos é por si/vós proposto e da dimensão do seu/vosso trabalho. Para apressar o nosso processamento, pode ser que lhe/vos peçamos que faça(m) provisão de um curto resumo de respostas a estas perguntas (2 páginas, no máximo).

Se a CAFOD aprovar o financiamento, esperamos que o seu/vosso trabalho reflecta a sua/vossa proposta.

Se precisar(em) fazer mudanças significativas à sua/vossa proposta ou orçamento<sup>1</sup>, a CAFOD deverá aprovar essas mudanças, por escrito, antes delas virem a ser concretizadas.

Antes dos fundos serem transferidos para apoio do seu/vosso trabalho, pedir-lhe(vos)-emos que confirme(m) uma “matriz do projecto” (delineamento abaixo) que capta certos elementos fundamentais provenientes da sua/vossa proposta inicial. Esperamos que corrija(m) essa matriz como for necessário, posto que lhe(-vos) pediremos que futuramente utilize(m) um formato semelhante, quando nos informar(em) quanto ao seu/vosso trabalho pelos seus/vossos relatórios de progresso.

#### Matriz CAFOD do Projecto

*um documento de referência de página única*

<b>Meta</b> (mudança geral que pretende(m) levar a cabo)		
<b>Que mudanças específicas procura(m) que esse trabalho leve a cabo?</b> (Resultados preconizados)	<b>Como virá(ão) a saber se essas mudanças estão a ocorrer / já ocorreram?</b> (Indicadores)	<b>Que actividades específicas vai(vão) empreender para efectivar essa mudança?</b> (Actividades)
1		
2		
3		
4		

Sujeito ao seu(vosso) acordo, nós podemos porventura procurar suplementar as fontes do financiamento proveniente da CAFOD, submetendo uma proposta a um doador secundário. Se isso ocorrer, ser-lhe(-vos)-á porventura pedida mais informação e uma completa matriz de estrutura lógica. Na maioria das outras circunstâncias poderá(-ão) submeter uma estrutura lógica e utilizá-la para vigiar o seu(vosso) progresso, se desejar(em), mas as estruturas lógicas não são obrigatórias para o financiamento procedente da CAFOD.

#### Orientação da CAFOD para Parceiros:

**#1: Propostas de Projecto (2007)**

**#2: Relatórios de Progresso (2007)**

**#3: Relatórios Financeiros (2007)**

**#4: Revisões e Avaliações (2007)**

**#5: Avaliar a Organização do Parceiro (2007)**

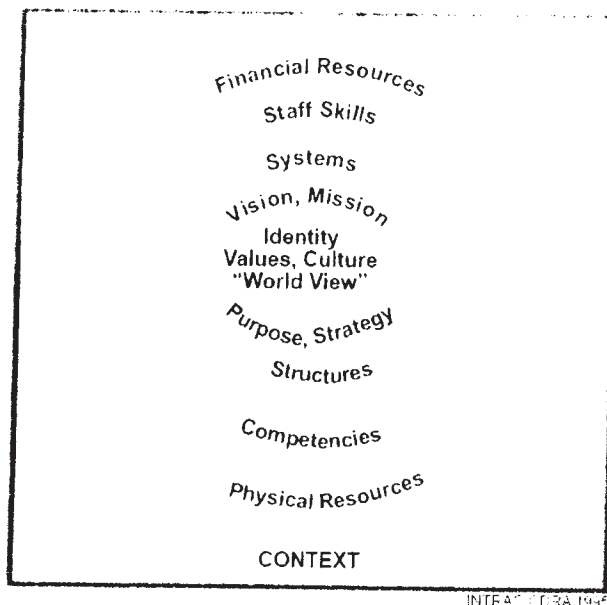
**#6: Respostas Humanitárias (2007)**

*Peça(m) exemplares ou consulte(m) o website da CAFOD*

<sup>1</sup> Uma mudança significativa define-se aqui como “qualquer mudança substancial dos pormenores e/ou propósito do projecto, como originalmente submetido” ou “quaisquer variações de linha de orçamento de mais de 10% (quer abaixo quer acima dos números iniciais do mesmo) “.



Obs.: se não tem(-êm) *broadband* ou acesso de confiança à *internet*, queira(m) pedir ao pessoal do programa da CAFOD que lhe(vos) remeta exemplares destas ou semelhantes publicações gratuitas<sup>1</sup>.



"ONION SKIN MODEL"

### "Modelo Casca de Cebola", uma forma de ver as organizações

Uma organização pode comparar-se com uma cebola, com diferentes camadas. A camada de fora da 'cebola' representa os recursos físicos e financeiros de que a organização necessita: dinheiro, edifícios, veículos, equipamento. No seio dessa camada acham-se as aptidões e o saber do pessoal, requeridos para concretizar tarefas. A seguir vêm as estruturas e os sistemas necessários para fazer funcionar a organização

Dentro dessa camada surgem a visão, o propósito e a estratégia da organização: o que pretende conseguir e como. No âmago (ou alma) da organização jazem a sua identidade e valores, cultura e visão do mundo: como a organização vê e entende o mundo, e o seu próprio lugar nele. A liderança desempenha também um papel chave, aqui.

Enquanto que as camadas exteriores são geralmente mais tangíveis e de fácil acesso, as interiores - ou elementos medulares - são mormente intangíveis. Podem observar-se apenas através dos efeitos que têm - sobre relacionamentos internos, programas de trabalho e relacionamentos externos. Por sua própria natureza, os elementos medulares estão profundamente enraizados, são complexos e mais difíceis de compreender. Se a 'medula' de uma organização não estiver de boa saúde, a organização em si pode bem perder alguma da sua capacidade de ser eficaz, a longo prazo.

#### Orientação da CAFOD para Parceiros:

**#1: Propostas de Projecto (2007)**

**#2: Relatórios de Progresso (2007)**

**#3: Relatórios Financeiros (2007)**

**#4: Revisões e Avaliações (2007)**

**#5: Avaliar a Organização do Parceiro (2007)**

**#6: Respostas Humanitárias (2007)**

*Peça(m) exemplares ou consulte(m) o website da CAFOD*

*([www.cafod.org.uk](http://www.cafod.org.uk))*



Community: [Why join?](#) | [Discuss](#) | [Login](#)

# Brazil

Mira Rosa with produce from the farm she and her husband set up on a legalised settlement  
[Marcella Haddad]

**Brazil is the fifth largest and ninth-wealthiest country in the world, yet 54 million Brazilians live below the poverty line**

The gap between rich and poor in Brazil is one of the most extreme in the world, with the wealthiest 10% enjoying more of the national income than the poorest 50%.

## Responding to urban poverty

CAFOD set up an Urban Livelihood Programme in São Paulo with local organisations MDF (The Movimento de Defesa dos Favelado), APOIO (The Associação de Auxílio Mutuo da Região Leste) and CCJ (The Centro Capacitação da Juventude).

CAFOD spent £698,000 in Brazil in 2006-07

It seeks to pressure the government to fulfil their legal obligation to develop sustainable housing policy and to direct the necessary resources to ensure that this policy is implemented effectively.

Secure housing is essential to guarantee access to education, work and health facilities for people living in favelas and tenements.

Advocacy and lobbying is key to tackling the problems experienced by families living in sub-standard housing in São Paulo.

The programme works to ensure that people are able to fight for their right to housing, to strengthen the growth of community leaders and to ensure that people become involved in the development of their own communities.

## section highlights

## Linking faith and action

Jose Oscar Beozzo, director of CAFOD partner CESEP in Brazil.

## Defending justice and human rights

Father Henri de Roziers, of the Catholic Church's Pastoral Land Commission (CPT) in Brazil, talks about his award-winning

## Looking after the earth

Founded in 2004, **Hutukara** (meaning "the part of the sky from which the earth is born") runs a bilingual education project to

explains how his organisation links faith with action

latest updates elsewhere on [www.cafod.org.uk](http://www.cafod.org.uk)

human rights work, which has resulted in him being targeted with death threats

help the Yanomami defend their rights themselves

### The struggle for indigenous rights

Simon Giarchi, diocesan manager for CAFOD Plymouth, visits indigenous villages in Brazil fighting for their right to land

(Video made by BBC TV Southwest)  
[View in a full-screen player](#)

take action

Under constant threat of destruction of their society, environment, livelihoods, and at times even their lives, Brazil's indigenous people are learning their constitutional rights

### Death threats for CAFOD partner

A priest working on land rights in Brazil is being targeted with death threats by those opposed to his struggle for the poor

### Direct Debit

Could you live on 99% of your income? What could the other 1% do for people living in extreme poverty?

**Give regularly. Transform lives.**

### Support climate action - email your MP now

We need **you** to join thousands of campaigners to strengthen the **Climate Change Bill** - it only takes a few minutes, but will help change the lives of millions around the world

**Please take the action now >>**

### Sponsored events

Take part in one of the **CAFOD Challenges**, or join **Team CAFOD** for a run. You can have some fun, and support CAFOD's life-saving work across the world

Published on 30/07/2003, last updated on 09/05/2008

## Conselho Indígena de Roraima

O CIR	CIR - Organização indígena
Roraima	
Raposa Serra do Sol	<b>Organização indígena começou na década de 70</b>
Saúde Indígena	Nos primeiros anos da década de 70, com o apoio de missionários católicos, os tuxauas macuxi e wapichana começam a discutir coletivamente a dura realidade dos povos indígenas de Roraima. Os encontros acontecem nas comunidades e na Missão Surumu.
Notícias	
Artigos	
Fotos	Em 26 de abril de 1977, a comunidade Maturuca, terra indígena Raposa Serra do Sol, assumiu o compromisso de dizer "não à bebida alcoólica e sim à comunidade". A decisão conhecida como "Ou vai, ou racha" é um marco histórico da luta e organização do movimento indígena no Estado de Roraima.
Fale com o CIR	
Apóie os índios	
::Parceiros do CIR::	A decisão de 1977 mudou a trajetória de extermínio premeditada para os índios de Roraima. Foi um levante contra a usurpação das terras pelos fazendeiros criadores de gado e a destruição das matas e rios pelos garimpos ilegais, que também levavam bebida alcoólica e prostituição.
Alianza Amazonica	
Cafod	
Cese	Em meados da década de 70, poucos acreditavam que era possível reverter o quadro marginal ao qual estavam submetidos os povos indígenas. Com vergonha de falar a língua materna, sem terra para plantar e trabalhando como peões nas fazendas e garimpos, "o futuro só poderia ser de morte".
Cimi	
Coiab	
CCPY	Após várias reuniões comunitárias, as lideranças indígenas concluíram que sem terra não poderiam viver, porém perceberam algo mais: a terra onde sempre viveram estava tomada pelo gado do fazendeiro e a região serrana era o refúgio da maioria dos sobreviventes, após um século de pecuária extensiva.
Greenpeace	
Inst. Socioambiental	
Movimondo	
Norad	Nas bases, através da organização das comunidades, busca-se o fortalecimento do tuxaua, líder do povo que havia sido menosprezado pelos invasores da terra. Os tuxauas são esteios da organização social macuxi, wapichana, ingarikó etc.
Opan	
Oxfam	
Pro Indios di Roraima	A propriedade indígena sobre o gado foi a forma encontrada pelos tuxauas para, usando a mesma estratégia do invasor, recuperar a terra perdida. Com apoio da Diocese de Roraima, as comunidades passam a desenvolver o projeto do gado, conhecido através de campanhas internacionais como "uma vaca para o índio".
Pro Regenwald	
Rainforest Foundation	
Survival International	Após várias discussões comunitárias em torno do projeto do gado, o tuxaua assumia o compromisso de defender a terra e lutar contra a bebida alcoólica. A união entre os tuxauas deu origem ao Conselho Regional da Serras, criado em 1980. Depois foram criados os conselhos regionais da Raposa, Surumu, Baixo Cotingo, Amajari, Serra da Lua, Taiano e São Marcos.
TNC	
Urihi	
	Com o fortalecimento dos conselhos de base, nasce o CIR com o propósito de aglutinar forças em defesa dos direitos dos povos indígenas de Roraima. Em 1987 é registrado com o nome de Conselho Indígena do Território Federal de Roraima, e, com a promulgação do Estado, em 1990, passa a denominar-se Conselho Indígena de Roraima.



## Conselho Indígena de Roraima

O CIR

Roraima

Raposa Serra do Sol

Saúde Indígena

Notícia

Artigos

Fotos

Fale com o CIR

Apóie os índios

**FALE COM A GENTE!**

Não deixe de enviar sua sugestão, sua crítica ou sua denúncia para o CIR. Participe!

### CIR (Conselho Indígena de Roraima)

Av. Sebastião Diniz, 2630, São Vicente

CEP 69303-120

Telefone: 0055 XX 95 3224-5761

Fax: 0055 XX 95 3624-2452

Email geral: [cir@terra.com.br](mailto:cir@terra.com.br)

Departamento Jurídico: [cirjuri@terra.com.br](mailto:cirjuri@terra.com.br)

Departamento de Comunicação: [circom@terra.com.br](mailto:circom@terra.com.br)

Departamento Financeiro: [cirfinan@terra.com.br](mailto:cirfinan@terra.com.br)

### Coordenador

Dionito José de Souza

### Vice-coordenador

Terêncio Manduca

### Secretaria Movimento de Mulheres

Luciana Pinto

### Departamento de Comunicação

Mayra Celina - *Auxiliar de Comunicação*

Laudicéia André de Souza - *Auxiliar Projeto Música dos Povos*

### Departamento Jurídico

Joênia Batista de Carvalho - *Advogada*

Hudson

### Departamento de Finanças

Conceição Maria Chagas - *Administradora*

Antônio Marcos Cadete - *Auxiliar administrativo*

### Departamento de Projetos

Júlio José de Souza

Davson Buckley

### Departamento de Transporte

Davi Mendes

### SITE DO CIR

#### Edição de textos

André Vasconcelos

Cristina Bodas

#### Fotografia

Rodrigo Baleia

#### Colaboradores

Martim Silveira - *webdesigner*

André Franzosi Kishimoto - *webmaster/programador*

Marcelo de Almeida - *produtor*

CDs: Cantos

Tradicionais Makuxi

Wapichana

Conheça a Cultura Musical dos Povos Indígenas de Roraima adquira os CDs Makuxi Serenkato e Parichá Wapichana!

CD: forró indígena

Indígenas de Raposa Serra do Sol lançam CD Caxiri na Cuia - Forró da Maloca. Conheça e compre agora o seu!

Últimos artigos

**Raposa Serra do Sol: uma elite sem argumentos**  
(23.04.2008)  
*Francisco Loebens*

**Vamos limpar os dentes com mirixi kurawá?**

(18.05.2007)

*Bruno Miranda da Rocha (Cirurgião Dentista, CIR-Funai)*

**Suicídios entre indígenas - algumas questões**

(07.12.2006)

*J. Rosha*

**O Governo Lula, Roraima e a Raposa**



## **Roraima em pé de guerra - *continuação***

### ***Padre italiano é acusado de ensinar tática de guerrilha a índios de Roraima e ficar com ouro e diamante extraídos nas reservas***

Mino Pedrosa e Ricardo Stuckert - *(Aldeia Boa Vista RR)*

**Sem divergências** – Coincidentemente, as áreas indígenas já demarcadas e sob litígio são justamente as de maior produção de ouro e diamantes identificadas em um levantamento feito pela Nasa, a agência aeroespacial americana, que está em poder da CPI da Funai, instalada na Câmara há um ano. Os políticos de todas as tendências em Roraima esquecem as divergências e se unem em defesa de uma demarcação por ilhas que preserve as áreas onde estão localizadas as aldeias indígenas e não comprometa o desenvolvimento do Estado. "Não sou contra que se preservem as áreas indígenas, só não posso aceitar uma medida que leve o Estado à falência", explica o governador Neudo Campos (PPB). O chefe do Executivo e a bancada parlamentar de Roraima apresentaram suas restrições ao presidente Fernando Henrique Cardoso, que mandou o Gabinete de Segurança Institucional reexaminar o projeto do governo. No Palácio do Planalto está sendo gestada uma solução intermediária com o propósito de satisfazer os dois lados em conflito.

A nova proposta governamental mantém no extremo norte do Estado a demarcação contínua na serra do Sol, onde os índios são mais arredios a contatos com os brancos. Em compensação, a reserva de Raposa seria fragmentada de maneira a assegurar terras aos índios e permitir o funcionamento de cidades e fazendas já existentes na área. "Essa é uma solução que pode reduzir em mais de 90% os conflitos na região", aposta o deputado Antônio Feijão (PST-AP), relator da CPI da Funai. Segundo o parlamentar, com isso haveria uma volta da mineração da região, desde que previamente autorizada pelas comunidades indígenas, que receberiam royalties e outras vantagens com a exploração de ouro, diamante e demais minérios abundantes na região. Feijão também é inimigo declarado do padre Giorgio Dall Ben, "uma espécie de general de campo do Conselho Indigenista Missionário". Ele conta que vários depoentes disseram à CPI da Funai que o padre Giorgio sempre recebeu uma parte do ouro e do diamante recolhidos pelos índios em troca de mantimentos, utensílios e até de cabeças de gado: "O que ele faz com essa riqueza ainda não conseguimos apurar."

**Cofre suspeito** – As desconfianças de que a Igreja Católica tem participação

Foto: Ricardo Stuckert

no contrabando de ouro e pedras preciosas de Roraima é antiga. Datam de abril de 1988, quando agentes encapuzados do antigo Serviço Nacional de Informações (SNI) e o então secretário de Segurança de Roraima, coronel Menna Barreto, invadiram a casa do arcebispo dom Aldo Mongiano, na expectativa de apreender provas de seu envolvimento com movimentos considerados subversivos. No cofre da arquidiocese foram encontrados um saco com 615 gramas de diamante e dois quilos de ouro. ISTOÉ localizou um dos participantes da operação, que pediu para não ser identificado, mas se disse disposto a depor na CPI. Ele assegura que o material apreendido foi enviado a Brasília, mas desapareceu. Na queixa que fez à polícia sobre a invasão de sua residência, dom Mongiano não registrou o sumiço de ouro e diamante, mas apenas de uma papelada que incluía documentos da Arquidiocese, cartas e bilhetes e extratos bancários.

"O padre anda armado e usa os índios na exploração de ouro e no garimpo de diamante"  
*Terêncio Luiz da Silva, cacique macuxi, que cumprimenta o papa ao lado do padre Giorgio*

O interesse pela riqueza mineral na Amazônia atrai a cobiça interna e externa. Mesmo com todas as restrições à exploração em áreas indígenas, empresas estrangeiras continuam mapeando o subsolo da região. Os estrangeiros canadenses alugaram três aviões no Brasil, equiparam as aeronaves com aparelhos de rastreamento de minério, que nas últimas semanas sobrevoaram as zonas de maior concentração mineral de Roraima. Essa não é única interferência internacional. De acordo com o relatório da CPI da Funai, 151 áreas indígenas serão demarcadas na Amazônia Legal até o final de 2002, financiadas por uma agência alemã e pelo Banco Mundial com a contrapartida do governo brasileiro. No mesmo relatório, a CPI registra a "evidente e forte influência de Organizações Não-Governamentais na formulação dos laudos que esticam os limites das áreas indígenas a seu bel-prazer: a Funai, por depender de recursos externos para realizar essas demarcações, torna-se refém de ONGs nacionais ou estrangeiras". Os missionários das mais variadas Igrejas também têm presença maciça na Amazônia. Segundo levantamento da CPI, nas aldeias há quatro religiosos para cada funcionário da Funai e um missionário para cada grupo de 52 índios no Brasil.

## **Roraima em pé de guerra**

***Padre italiano é acusado de ensinar tática de guerrilha a índios de Roraima e ficar com ouro e diamante extraídos nas reservas***

Mino Pedrosa e Ricardo Stuckert - (Aldeia Boa Vista RR)

No extremo norte do País, próximo à fronteira com a Guiana, há uma área rica em minérios, ouro e diamante, onde índios macuxis estão em pé de guerra contra os fazendeiros da região. Sob o comando do cacique Jacir e do padre italiano Giorgio Dall Ben, que vive no Brasil desde a década de 60, os índios têm invadido propriedades rurais. Durante anos, padre Giorgio formou dupla com outro cacique macuxi, Terêncio Luiz da Silva, da aldeia Ubaru, que dava as cartas no nordeste de Roraima. Bem afinados, os dois chegaram a ser recebidos juntos pelo papa João Paulo II. Mas há dois anos eles romperam. Enquanto o padre, com o apoio da Igreja Católica e da Fundação Nacional do Índio (Funai), insiste na defesa de uma demarcação contínua das reservas indígenas de Raposa e Serra do Sol, seu ex-aliado prega a criação de ilhas de preservação, proposta enfaticamente apoiada por fazendeiros, garimpeiros e pelo governo de Roraima. A dissolução dessa parceria acabou resultando em denúncias de utilização dos indígenas como massa de manobra numa guerra de interesses envolvendo o desvio de minério brasileiro pela Igreja Católica e o ensino de táticas de guerrilha aos índios. Em entrevista a ISTOÉ, o cacique Terêncio Luiz acusa padre Giorgio de ser o pivô dessa estratégia agressiva da Igreja. "Ele anda armado e usa os índios na exploração de ouro e no garimpo de diamante. Antes isso era feito com máquinas, e hoje o trabalho é todo manual, feito pelos índios", conta Terêncio. O cacique afirma que o padre troca mantimentos e roupas com os índios por diamantes e ouro. "Enquanto estivemos juntos, sempre vi o padre pegando ouro e diamantes. Não sei o que ele fazia com aquilo, para onde mandava. Só sei que ficava com ele."

**Disfarcado de mulher** - Padre Giorgio tornou-se uma figura

verdadeiro bunker, onde só permite o acesso da Funai, de missionários e de representantes de Organizações Não-Governamentais, especialmente as estrangeiras. Protegido pelos índios que o seguem, há anos não é mais visto pelos fazendeiros da região, que o teriam jurado de morte. Há cerca de um ano, em uma de suas últimas aparições, foi reconhecido saindo rapidamente de um posto de gasolina na capital do Estado, Boa Vista, pelo vereador Jordão Mota Bezerra, do município de Uiramutã. No Interior, contam que Giorgio chega a disfarçar-se de mulher quando precisa passar por alguma das cidades da área de conflito. Nas vezes em que se sente ameaçado em território brasileiro, atravessa a fronteira e se esconde na Guiana. O fazendeiro Wilson Alves Bezerra endossa as denúncias do cacique contra padre Giorgio: "Além de ensinar táticas de guerrilha, ele faz com que os índios garimpem ouro e diamante, que, depois, são enviados para a Itália." Wilson, que tocava as dez maiores fazendas do Estado, das quais três eram de sua propriedade, foi anfitrião de Giorgio durante seis meses, em 1975. Depois, viu seu hóspede, com o apoio da Igreja, de ONGs e até da Funai, comandar os índios nas invasões contra nove das fazendas que administrava. Na última propriedade que lhe restou, Wilson continua extraíndo diamantes e conta, para se defender de invasões, com a ajuda de outros índios que não seguem a cartilha do padre. "Se eu perder essa última fazenda e topar com o padre, eu acabo com ele", ameaça Wilson.

ISTOÉ tentou encontrar o misterioso padre Giorgio Dall Ben, mas não conseguiu localizá-lo. No sábado 15, a reportagem da revista foi procurá-lo na aldeia Maturuca, mas foi barrada pelos índios, que exigiram uma autorização da Funai para o desembarque. Antes de ir para a aldeia, os repórteres de ISTOÉ foram à casa que serve de sede da Funai em Boa Vista, mas não encontraram sequer um funcionário para dar a autorização. Dez dias antes, a

casa havia sido invadida por índios contrários à posição da Funai e da Igreja Católica na demarcação das terras indígenas. Nessa guerra pela demarcação que divide brancos e índios, o padre Giorgio está no olho do furacão. Com sua defesa de uma ampla e contínua reserva que englobe as principais e cobiçadíssimas jazidas minerais do Estado, conseguiu arregimentar um verdadeiro exército de índios estimado pelos adversários em dois mil soldados. Na esteira das operações militares que expulsaram os garimpeiros da região, essa tropa invadiu fazendas e aumentou na marra o tamanho da área controlada pelos índios.

O projeto original do governo federal previa a demarcação contínua com o argumento de que os índios são nômades. Com essa postura, agrada aos organismos internacionais, às Organizações Não-Governamentais e à Igreja Católica, que lutam pela preservação do habitat natural dos índios. Em Roraima, porém, a resistência à execução desse projeto é muito grande. Hoje, as reservas indígenas tomam cerca de 43,12% do Estado, a maior parte na região noroeste, fronteira com a Venezuela e divisa com o Estado do Amazonas. Se a demarcação da área a nordeste for contínua, os índios tomarão mais 18% de Roraima.

### **O 'piedoso' padre Giorgio Dal Ben**

"A política indigenista está dissociada da história brasileira e tem de ser revista urgentemente. Não sou contra os órgãos do setor. Quero me associar para rever uma política que não deu certo; é só ir lá para ver que é lamentável, para não dizer caótica."

General de Exército Augusto Heleno Ribeiro Pereira

- STF e o bom senso

O Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou, no dia 09/04/2008, por unanimidade, a suspensão da ação da Polícia Federal de retirada dos moradores não-índios da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. O ministro Carlos Ayres Britto argumentou que a questão que vem se agravando desde a semana passada, é "de cunho supra-patrimonial e de interesse não só de particulares".

Com a liminar, o STF atendeu pedido do governo de Roraima, que declarou ser tensa a situação na reserva, podendo desencadear "uma espécie de guerra civil". Finalmente um pouco de lucidez em décadas de controversas ações e omissões por parte do governo federal.

- CIR

Dionito José de Souza, coordenador do Conselho Indígena de Roraima (CIR), está insatisfeito com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de suspender a desintrusão e afirma que o ideal seria que isso ocorresse o mais breve possível. "A decisão do STF foi uma falta de respeito aos povos indígenas. Estamos chateados com isso e vamos continuar lutando pela terra que é nossa por direito e os não-índios vão ter que sair de lá", afirmou Dionito.

- SODIURR

"CIR é papagaio dos estrangeiros", garantiu o presidente da Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima (SODIURR), Lauro Barbosa. Lauro critica a política do CIR que propugna pela saída dos não-índios da Raposa Serra do Sol. "O CIR não sabe o que diz. Eles são como papagaios, ensinados pelo padre Giorgio. Tudo o que o padre os manda falar, o CIR fala. Sempre falam a mesma coisa, porque é o que o padre lhes manda falar. A área homologada é grande. Roraima vai acabar se retirarem os rizicultores, que estão trabalhando em Raposa", afirmou Lauro Barbosa.

- O 'padre' italiano Giorgio Dal Ben

Giorgio, que vive no Brasil desde a década de 60, a Igreja Católica e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) sempre defenderam a demarcação contínua das reservas de Raposa e Serra do Sol. Desde que chegou à região o padre guerrilheiro tem promovido, com seus simpatizantes, uma série de invasões a propriedades rurais no estado procurando intimidar os não-índios e mesmo indígenas que não fazem parte de sua corja. "Ele anda armado e usa os índios na exploração de ouro e no garimpo de diamante. Antes isso era feito com máquinas, e hoje o trabalho é todo manual, feito pelos índios. Enquanto estivemos juntos, sempre vi o padre pegando ouro e diamantes. Não sei o que ele fazia com aquilo, para onde mandava. Só sei que ficava com ele." acusava o tuxaua Terêncio Luiz.

O 'bom' padre chegou a transformar a aldeia Maturuca numa fortaleza à qual só permitia o acesso da FUNAI, missionários e representantes de Organizações Não-Governamentais. Sempre que se sente acuado, o 'padre' se refugia na Guiana.

- Igreja Católica



Em abril de 1988, agentes do antigo Serviço Nacional de Informações (SNI) e o secretário de Segurança de Roraima, Coronel Carlos Alberto Lima Menna Barreto, invadiram a casa do arcebispo dom Aldo Mongiano. No cofre da arquidiocese foram encontrados um saco com 615 gramas de diamante e dois quilos de ouro. Na queixa que fez à polícia sobre a invasão de sua residência, dom Mongiano não registrou o sumiço de ouro e diamante.

Aldo Mongiano, da Ordem Missionária da Consolata, fugiu de Moçambique onde apoiava a guerrilha de esquerda. O bispo italiano ofereceu, em 1993, recursos internacionais a Maurício Corrêa, então ministro da Justiça, para a demarcação da reserva Raposa Serra do Sol.

- CPI da Funai (20/05/1999 - 07/12/1999)

"Leva à indagação sobre a subjetividade dos critérios estabelecidos por uma legislação que outorga à FUNAI poderes discricionários no trato das questões indígenas, uma vez que os antropólogos contratados por esse órgão detêm poder absoluto, não só para dizer o que é terra indígena, como também para determinar as suas delimitações territoriais, dando-lhes as dimensões que melhor lhes aprouverem".

O relatório da CPI da Funai, que registra uma "evidente e forte influência de Organizações Não-Governamentais na formulação dos laudos que esticam os limites das áreas indígenas a seu bel-prazer: a Funai, por depender de recursos externos para realizar essas demarcações, torna-se refém de ONGs nacionais ou estrangeiras".

(1) Sustentaremos, doravante, as palavras do Gen Heleno em todos os nossos futuros artigos mostrando que a voz de um líder, de um patriota, como ele, jamais se calará

## **OEA mantém recomendações ao Estado brasileiro**

Na audiência realizada na Comissão Interamericana de Direitos Humanos

Divulgação  
(CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre a terra indígena Raposa Serra do Sol, a Comissão afirmou que as medidas cautelares concedidas em 2004 continuam em plena vigência. Assim, segue vigente a recomendação para que o Estado brasileiro tome as medidas necessárias para proteger a vida e a integridade física dos povos indígenas, completar todas as investigações sobre os ataques contra os povos indígenas e suas propriedades, e abster-se de restringir o direito de livre circulação dos membros dos povos indígenas Ingaricó, Macuxi, Patamona, Tauperang e Wapichana. A Comissão afirmou que continuará analisando o caso e solicitou às partes presentes, entidades e representantes do governo Federal, que explorem a possibilidade de se alcançar uma solução amistosa. A reunião ocorreu dia no dia 1º de março de 2007, em *Audiência na OEA*  
Washington, capital dos EUA.

A audiência foi iniciada com a fala do CIR e da Rainforest Foundation, que fizeram um breve histórico do caso apresentado a CIDH, ressaltando a importância da admissão do caso na OEA e as principais preocupações dos povos indígenas da Raposa Serra do Sol frente a não implementação do decreto de homologação da terra indígena e frente às violências contra os povos indígenas da Raposa Serra do Sol. Foram destacados 3 grandes pontos: a permanência de ocupantes não-indígenas, entre eles os rizicultores; a impunidade e a falta de segurança na RSS; a interferência na organização social das comunidades.

Os comissionados tiveram acesso a informações sobre o avanço do plantio de arroz na Raposa Serra do Sol durante os últimos anos, sobre as ações que seguem pendentes no judiciário, sobre os projetos de leis e emendas à constituição que ameaçam o direito constitucional dos povos indígenas às suas terras no Brasil, além do impacto das leis municipais de Pacaraima, que interferem na organização social dos povos indígenas da RSS.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos é um órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA), composto por 7 experts independentes de diferentes países das Américas e sua função é examinar e monitorar as medidas que tomam os Estados para implementar os direitos estabelecidos nos Instrumentos de Direitos Humanos do Sistema Interamericano.

Estiveram presentes na audiência as entidades que apresentaram a denúncia à OEA (Conselho Indígena de Roraima, o CIR e a Rainforest Foundation-USA), as instituições de apoio e assessoria (Forest Peoples Programme, Indigenous Peoples Law and Policy Program/Universidade de Arizona. Representando o Estado brasileiro, participaram da audiência Mércio Pereira Gomes, o Presidente da FUNAI, o diretor de assuntos fundiários da Funai e o Procurador Geral da Funai, além do Ministério das Relações Exteriores. Não havia representantes do Estado brasileiro que pudessem responder pelas questões de meio ambiente e segurança.

Da OEA, participaram da audiência 4 comissionados, sendo um deles o relator especial sobre os Povos Indígenas, Paolo G. Carozza, o relator sobre o Brasil, Clare Kamau Roberts, e o presidente da Comissão Florentín Meléndez.

#### **Conselho Indígena de Roraima**

### **Raposa Serra do Sol será tema de debate na ONU amanhã**

Os contínuos ataques armados, espancamentos, perseguições, invasões, queima de maloca, incitação de conflitos e destruição de mantimentos dos indígenas, por parte de ocupantes que resistem em sair da área Raposa Serra do Sol, e a inércia do Estado brasileiro em não ter providências efetivas para garantir a segurança das comunidades indígenas e de seus direitos constitucionais. As declarações dos parlamentares roraimenses contra o reconhecimento dos direitos territoriais indígenas na RSS, fomentando discriminação racial contra os povos indígenas, tratando-os como se não fossem brasileiros, foram objetos de denúncias encaminhadas a organismos internacionais de direitos humanos que chamam o país a prestar esclarecimentos.

Entre os dias 30 de julho e 18 de agosto de 2007 o Comitê da ONU para a Eliminação da Discriminação Racial (Comitê CERD) estará reunido em Genebra (Suíça). Representantes do Estado brasileiro devem estar presentes, atendendo ao chamado do Comitê CERD para prestar esclarecimentos sobre as denúncias de violações dos direitos humanos dos povos indígenas Macuxi, Wapichana, Taurepang, Ingarikó e Patamona da terra indígena Raposa Serra do Sol em Roraima (RSS).

Este é um momento delicado na RSS. Um plano de ação da administração federal (FUNAI, IBAMA e Polícia Federal), para retirar os últimos ocupantes não indígenas da terra indígena foi anunciado pela imprensa para acontecer. Os povos indígenas da RSS aguardam com temor e desamparo as possíveis reações violentas contra suas comunidades, visto que o anúncio pode vir desacompanhado de medidas efetivas de segurança.

Em 2004 e 2005 as comunidades indígenas sofreram com ataques violentos contra seus membros, e com a destruição de importantes instalações na RSS, em razão das manifestações não-indígenas contra o anúncio da demarcação da terra. Dessa vez o anúncio é de uma operação para remover as maiores e mais danosas ocupações da terra indígena: as fazendas de arroz. No entanto, esses ocupantes rizicultores, detentores de grande poder econômico e influência política, contam com o apoio de políticos do estado de Roraima que ameaçam a realização de tal operação, e a segurança dos indígenas da RSS. Recentemente, Deputados Federais e Senadores Roraimenses proferiram discursos discriminatórios no Congresso Nacional, e confrontaram lideranças indígenas na RSS, inflamando ainda mais a situação (veja documento em anexo).

Depois da homologação da terra indígena em 2005, a continuada presença dos não-índios vem cristalizando o conflito e a impunidade na RSS. A omissão do Estado torna a situação ainda mais violenta e discriminatória contra os povos indígenas. Ataques violentos contra as comunidades do Barro em Surumu ocorreram em junho e julho de 2007, quando homens armados cercaram e atacaram indígenas; tiros contra indígenas foram disparados; um jovem foi espancado; e a maloca, mantimento, instrumentos e pertences dos indígenas foram destruídos. As autoridades federais foram informadas dos acontecimentos e as comunidades indígenas solicitaram imediata providência. No entanto, até o momento inexistente tarefa da Polícia Federal voltada para proteção das comunidades na área. Essas mesmas denúncias também foram encaminhadas a organismos internacionais de Direitos Humanos, como o Comitê CERD e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Como resultado e reconhecendo a urgência e gravidade da situação, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) solicitou ao Brasil que informe, até o dia 14 de agosto de 2007, sobre as ações tomadas pelo Estado em cumprimento das medidas cautelares previamente outorgadas pelo órgão de Direitos Humanos da OEA, com vistas a assegurar a vida e integridade física dos povos indígenas da RSS.

Por sua vez, o Comitê da ONU para a Eliminação da Discriminação Racial (Comitê CERD), nas próximas três semanas, dialogará com o Estado brasileiro sobre a situação denunciada dos povos indígenas da RSS. Preocupado com a urgente situação na RSS o comitê vem enviando comunicações ao Estado brasileiro desde 2006. Manifestando-se particularmente em razão da violência e discriminação que os indígenas vêm sofrendo mesmo após a homologação da terra, e sobre a falta de investigação e punição dos crimes cometidos contra os indígenas, o Comitê expressa sua preocupação com o ódio racial contra os povos indígenas dentro das instituições públicas nacionais.

Desse modo, o Comitê vem solicitando informações ao Brasil sobre a atual situação dos povos indígenas da RSS, bem como sobre decisões judiciais e projetos de leis nacionais que afetam a vida e os direitos dos povos indígenas. O governo brasileiro deverá responder a esses e outros questionamentos do órgão da ONU nos primeiros dias de agosto de 2007.

Em virtude da crescente violência na RSS e das manifestações discriminatórias proferidas por representantes políticos brasileiros, é preciso que o Estado, urgentemente, tome todas as medidas necessárias para punir os perpetradores e instigadores das agressões que sofrem os povos indígenas. Urge também a conclusão da retirada dos ocupantes não-indígenas da RSS, de acordo com o que manda a lei nacional.

O Tuxaua Walter de Oliveira, Coordenador da região Surumu relata que "as comunidades indígenas são ameaçadas todos os dias dentro de suas terras tradicionais, impedidas de pescar e plantar em terras que eram

Exmo. Sr.  
Aécio Pereira Gomes  
Presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI  
Brasília DF

Exmo. Sr.  
Cláudio Romero  
Diretor da Coordenação Geral de Estudos e Pesquisas  
Fundação Nacional do Índio - FUNAI  
Brasília DF

7/09/2006

Prezados Senhores:

CAFOD, criada em 1962, é a organização oficial de cooperação da Igreja Católica da Inglaterra e do País de Gales. CAFOD apóia projetos de desenvolvimento em vários países dos três continentes: Ásia, África e América Latina. O apoio de CAFOD contempla grupos de base, comunidades indígenas, rurais e urbanas que, através de suas organizações, buscam ter acesso a direitos e melhorar seus níveis de vida.

Desde 2004, CAFOD vem apoiando os povos indígenas de Roraima, através do Conselho Indígena de Roraima (CIR), mediante o contrato BRA472/1/1, firmado no âmbito do Programa Indígena. Nos últimos três anos, CAFOD vem realizando encontros anuais com os parceiros brasileiros para tratar de questões relacionadas aos diferentes projetos. A partir de um convite do CIR, o encontro de 2006 será realizado em Roraima, na sede desta organização.

Nesta oportunidade, como parte das atividades do encontro de CAFOD com os parceiros brasileiros, gostaríamos de solicitar autorização para que funcionários de CAFOD possam visitar, entre os dias 24 e 27 de novembro de 2006, as Terras Indígenas Raposa Serra do Sol e Anaro (região Amajari) com a finalidade de conhecer alguns povos e terras indígenas de Roraima e o trabalho do CIR nestas áreas. Salientamos que em todos os momentos estaremos sendo acompanhados pelo Coordenação Geral do CIR.

Desta forma, vimos solicitar a devida autorização para o ingresso nas terras indígenas Raposa Serra do Sol e Anaro aos membros da CAFOD abaixo qualificados.

1. Anne Marie Hanlon, sexo feminino, nacionalidade britânica, nascida em 28/04/1960, portadora do passaporte No 459343717 e residente no seguinte endereço: 1 North View - Jarrow - Tyne & Wear - NE32 5JQ

CGEP

Data 11/09/06

Rubrica 

Romero Close, Stockover Road, London - SW9 5TF

Tel: 020 7273 7900 Fax: 020 7274 9630 E-mail: [info@cafod.org.uk](mailto:info@cafod.org.uk) Website: [www.cafod.org.uk](http://www.cafod.org.uk)

CAFOD is the official overseas development and relief agency of the Catholic Church in England and Wales and part of the Caritas International Federation registered under the Charities Act 1960 (no. 245775).

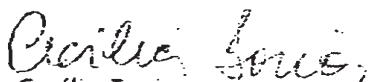
Trustees: Rt Rev John Ruxton, Bishop of Ely, Chairman; Nicholas Gwynn, Bishop of Mary Immaculate, CEO; President: Chris Bain, Hon Treasurer: Charles J. Fenech, FCA.

2. Antony Joseph Sheen, sexo masculino, nacionalidade britânica, nascido em 22/08/1963, portador do passaporte No 070044475 e residente no seguinte endereço: 35 Whitethorn Gardens - Enfield - Middx - EN2 6HF
3. Christine Lappine, sexo feminino, nacionalidade britânica, nascida em 26/10/1953, portadora do passaporte No 102860899 e residente no seguinte endereço: 80 Clinton View Widnes WA8 8RW
4. Simon Giarchi, sexo masculino, nacionalidade britânica, nascido em 06/09/1974, portador do passaporte No 303466475 e residente no seguinte endereço: 18 Lockington Ave, Plymouth, PL3 5QS
5. Louise Victoria Etheridge, sexo feminino, nacionalidade britânica, nascida em 13/03/1975, portadora do passaporte No 540023168 e residente no seguinte endereço: 167 Elmers End Road, Beckenham, Kent BR3 4EL

Solicitamos ainda que o CIR seja consultado a respeito da presente solicitação para os encaminhamentos devidos.

Para quaisquer dúvidas e esclarecimentos, indicamos o assessor Luciano Padrão para que preste informações necessárias através dos telefones (21) 2553-0428, (21) 8833-0428 ou dos e-mails [luciano@ciclo.org.br](mailto:luciano@ciclo.org.br) ou [lnpadr@uninet.com.br](mailto:lnpadr@uninet.com.br). Em anexo segue a programação da visita.

Atenciosamente,



Cecília Iorio

Gerente de programas de CAFOD para o Brasil, Guiana e Cone sul.  
[ciorio@cafod.org.uk](mailto:ciorio@cafod.org.uk)

Cafod  
Romero Close  
Stockwell Road  
SW9 9TY London  
United Kingdom

Tel: + 44 20 7095 5643  
Fax: + 44 20 7095 9630

Mm nº 570 / CGEP-06

Em \_\_\_\_\_ de setembro de 2006


A AER de Boa Vista

Assunto: ingresso em terra indígena

1. Cumprimentando-o, vimos informar sobre a solicitação da autorização para ingresso nas terras indígenas Raposa/Serra do Sol e Anaro (região Amajari), por parte de Cecília Iorio, Gerente no Brasil da organização oficial de cooperação da Igreja Católica da Inglaterra denominada "CAFOD", em nome de Anne Marie Hanlon, Antony Joseph Sheen, Christine Lappine, Simon Giarchi e Louise Victoria Etheridge, com o objetivo de conhecer alguns povos indígenas e o trabalho do CIR com quem estão estabelecendo parceria, conforme correspondência encaminhada ao Presidente da Funai e a Coordenação Geral de Estudos e Pesquisas, datada de 07/09/06 (cópia em anexo)

2. Assim, solicitamos consultar os índios, através dos seus representantes, e nos informar o posicionamento deles sobre o assunto para que possamos responder aos interessados.

Atenciosamente,

  
Cláudio dos Santos Romero  
Coordenador Geral de Estudos e Pesquisas

C/c para o Conselho Indígena de Roraima



## Raposa Serra do Sol em pauta na OEA

**A advogada Joênia wapichana está em Washington para a audiência**

O Conselho Indígena de Roraima, tem audiência marcada na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA). No próximo dia 1 de março, a advogada Joenia Wapichana estará em Washington (Estados Unidos), para tratar com representantes do Estado Brasileiro sobre medidas eficazes de proteção dos direitos indígenas dos povos que vivem na terra indígena Raposa Serra do Sol.

Entre as medidas concretas a serem solicitadas, por intermédio da CIDH, ao Estado Brasileiro destaca-se a retirada de todos os ocupantes não-índios do interior da área Raposa Serra do Sol. A medida enfoca principalmente os rizicultores, já que suas presenças e atividades representam danos ambientais à reserva e ameaçam a integridade física e moral das comunidades e seus membros.

A demora na assinatura do decreto presidencial de homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol e a grave situação de violência e violação de direitos fundamentais dos povos indígenas da RSS levaram o Conselho Indígena de Roraima, e a organização Rainforest Foundation a apresentar, em 2004, uma *Joênia Wapichana vai* petição com pedido de medidas cautelares à Comissão Interamericana de Direitos *representar o CIR na audiência* Humanos da OEA.

Atendendo ao pedido, em 6 de dezembro de 2004, a CIDH recomendou ao Governo Brasileiro quatro medidas cautelares: 1) Proteger a vida e a integridade pessoal dos Povos Indígenas Ingaricó, Macuxi, Patamona, Taurepang e Wapichana, respeitando sua identidade cultural e sua especial relação com o território ancestral; 2) Assegurar que os beneficiários possam continuar a habitar suas comunidades, sem nenhum tipo de agressão, coação ou ameaça; 3) Abster-se de restringir ilegalmente o direito de livre circulação dos membros dos Povos Indígenas Ingaricó, Macuxi, Patamona, Taurepang e Wapichana; 4) Investigar séria e exaustivamente os fatos que motivaram o pedido de medidas cautelares

Apesar da homologação da terra indígena, em 15 de abril de 2005, os povos indígenas em questão continuam sendo vítimas de inúmeras violações de seus direitos. Desde o protocolo da petição inicial, até a presente data, já foram apresentadas diversas comunicações à CIDH informando sobre a crescente onda de violência contra as pessoas, contra o patrimônio e as instituições indígenas na RSS: seqüestros de índios e autoridades; ameaças de morte; bloqueios de estradas, incêndios criminosos; novas invasões por não-índios; e interferências nas formas de organização indígena, inclusive com restrição de atividades sociais.

Nessa audiência, a Comissão deverá apreciar a situação atual do caso e seu eventual encaminhamento à Corte Interamericana de Direitos Humanos, instância superior com competência para proferir uma sentença judicial internacional. O que se espera da audiência é que a CIDH adote medidas imediatas em favor dos povos indígenas e determine a implementação total do Decreto de homologação, em razão da continuada violação de direitos humanos dos povos indígenas da Raposa Serra do Sol.

**Conselho Indígena de Roraima**



### RECURSOS RECEBIDOS PELO CIR (2003-2008)

Ano	Empenhado	Liquidado	Pago	Restos a Pagar Inscritos	Restos a Pagar Pagos
2003	7.758.889,50	7.758.889,50	6.700.000,00	1.085.689,50	-
2004	7.380.490,37	7.380.490,37	5.676.846,46	2.789.333,41	1.703.643,91
2005	7.809.339,03	7.809.339,03	7.576.018,26	683.676,57	231.895,00
2006	8.788.857,28	8.788.857,28	8.755.130,98	1.094.041,57	30.126,00
2007	10.242.500,34	10.242.500,34	10.207.500,34	139.026,07	-
2008*	2.696.528,62	-	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>44.676.605,14</b>	<b>41.980.076,52</b>	<b>38.915.496,04</b>		

\* Previsão de acordo com os autógrafos da LOA 2008.

*Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma regimental.

Passamos, de imediato, a palavra ao Senador Mão Santa, pelo tempo que entender necessário para o seu pronunciamento.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senado Paulo Paim, que preside esta sessão de sexta-feira, 16 de maio; Parlamentares na Casa; brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, hoje estarei no meu Piauí, em Teresina, cidade de grande desenvolvimento universitário, atendendo a um convite para fazer uma palestra sobre o Estado Democrático de Direito.

Senador Mozarildo, Estado Democrático de Direito: uma palestra que pediram que eu fizesse no Piauí, para universitários.

Atentai bem! Eu me lembro. Para mim, o melhor artista do Nordeste é um baiano afilhado de Antonio Carlos Magalhães, Ricardo Chaves. Ele termina os *shows* com uma música e canta: “Acabou... acabou... acabou...”.

Essa democracia, Mozarildo, se não cuidarmos dela... A razão de eu estar aqui é que tenho medo de o Ricardo Chaves cantar: “Acabou a democracia no Brasil”. Muita luta. Entendo ter sido uma das maiores conquistas da humanidade: o modelo democrático.

Ao longo dos anos, Senador Mozarildo, encanta-me Wiston Churchill. Winston Churchill foi à Primeira Guerra como repórter; na Segunda, ele que comandou as forças democráticas, que decidiu o Dia “D”, que conseguiu unir Rússia e Estados Unidos, Stalin e Franklin Delano Roosevelt. Até nosso Getúlio Vargas ele conquistou, vindo aqui, para participar dessa luta da democracia. Hitler, Mussolini, os japoneses queriam o regime absolutista.

Mozarildo, Winston Churchill disse um pensamento muito interessante. Ele disse que a democracia não era perfeita: era difícil, complicada, mas que não conhecera outro regime melhor. Então, isso é o que tem de melhor na história da humanidade.

Sabemos – um filósofo disse, Senador Paim, e ninguém contestou ainda hoje – que o homem é um animal político – segundo Aristóteles, um animal social –; e que esse animal político busca formas de governo. Lá onde esse Aristóteles viveu, surgiu essa participação popular, esse desejo de tirar o poder de um.

Na Bíblia, a gente lê sobre reis, Davi, Nabucodonosor. Na história, reis da mais antiga civilização, a do Egito, eram chamados faraós. Mas era o poder de um homem só, era como se fosse um deus na terra. Deus eles imaginavam ser o rei do céu.

E foi lá onde surgiram esses filósofos, esses homens que pensam, que surgiu essa participação do povo. Mas era muito confuso na Grécia, porque o povo se reunia na praça. Todos falavam, todos discutiam, e tornou-se inviável.

Isso foi-se aperfeiçoando no mundo. E o mundo romano introduziu, então, a democracia representativa, essa. Não se podia chamar, a toda hora, como na Grécia, o povo à praça. Era muita confusão.

Em Roma, foi-se aperfeiçoando de tal maneira, que, toda vez que havia um manifesto, era César e o Senado romano. E foi-se fortalecendo a democracia – nesse Senado, Cícero se destacou – de tal maneira, que se foi irradiando essa manifestação popular.

O modelo do absolutismo era bom para quem era rei, era da família do rei ou estava no palácio do rei. Simbolizando todos, Mozarildo, tinha aquele que dizia: “*L’État c’est moi*”, “o Estado sou eu”, que julga, condena, prega, absolve. “*L’État c’est moi*”; mas o povo sofrido. E o povo sofrido foi às ruas e gritou: liberdade, igualdade e fraternidade. Esse grito mudou a história. É a Revolução Francesa. Caíram todos os reis, num processo demorado.

Nós somos retardatários. Cem anos para esse grito chegar ao Brasil. Cem anos, Paim! Mas chegou. E aqui nós estamos. E as inteligências que vinham do Direito, principalmente, do Direito Romano, que se destacou e a que se obedece, fez inspirar, antes desse grito, Montesquieu a imaginar – daí ser chamado o período do Iluminismo – a divisão desse poder. A primeira coisa, quando caíram os reis, era dividir o poder, o absolutismo. E eles seguiram Montesquieu, que dividiu em três poderes.

Agora, tinham que ser eqüipolentes, que se respeitassem, tinham que ser iguais! Um, nós, que fizéssemos aquilo que fosse constante, e não variável como o ser humano é, dependendo do seu humor, de uma patologia que poderia aparecer aos humanos. Então, uma estabilidade no conduzir as coisas, e há leis. Usaram-se as leis que são inspirações divinas, que o próprio Deus entregou a seu líder, ungido de libertar os escravos hebreus. A lei. Essa é a verdade. Então, sugiro isso. Nós somos para fazer essas leis, justas, boas, igualitárias, respeitáveis. Então, é isso que estou temeroso.

Meu Presidente Luiz Inácio. Todos nós desejamos o bem dele e da Dona Marisa. Ele é o nosso Presidente – na primeira vez, eu votei nele; na segunda, não

votei. Mas ele é o nosso Presidente, Paim. Nós somos democráticos. Ele teve a maioria. Na democracia, quem governa é a maioria, respeitando as minorias.

Nós queremos, mas o Presidente Luiz Inácio tem que entender que foram muitos sacrifícios. Na França, rolaram cabeças para que se fosse aperfeiçoando. Aqui, Senador Adelmir Santana, como é do temperamento do Brasil, fomos mais pacíficos, mas saímos dos trilhos democráticos numa ditadura, por felicidade, de um civil generoso, um estadista competente que era Getúlio Vargas. Mas nós podemos estar à mercê de outros ditadores, e isso seria da história do mundo se não tivesse o Senado para frear Calígula, para frear Nero. Nós poderíamos, em vez de Getúlio, ter tido um desses.

Depois, nós tivemos um período que também fugiu da democracia, um período revolucionário militar. De qualquer maneira, eles tinham uma formação cristã, brasileiros e filhos do povo que são. Mas nós, Senador Adelmir Santana, começamos a viver a democracia.

Então, tenho que advertir o nosso Presidente. A história é atual. Por que se diz que Ulysses Guimarães está encantado no fundo do mar e ainda se fala nele? Por que ainda se fala em Rui Barbosa? Rui Barbosa deu o primeiro exemplo, Luiz Inácio. Ele que está ali. É por isso que ele está ali; é ele que está ali, não é ninguém do Partido dos Trabalhadores.

Ele derrubou os reis, ajudou a libertar os escravos, foi o Ministro mais forte, de Deodoro, de Floriano. Quando ele viu que aquele não era o Governo do povo, que os militares queriam continuar com outro militar, um terceiro, ele disse: “Estou fora”. Ofereceram a Rui Barbosa a chave do cofre, o Ministério da Fazenda. “Não troco a trouxa das minhas convicções por um ministério”, e saiu numa campanha civilista. Sabia que ia perder as eleições, mas que o seu sacrifício advertia para a necessidade da alternância do poder, e não o continuísmo. Essa é a verdade, esse foi o ensinamento. E está aí, porque ele disse: “Só tem um caminho e uma salvação, é a lei: a Constituição e a Justiça”.

Ninguém vai negar que Luiz Inácio é o Presidente da República; queremos que ele acerte, mas ele está errando, mas é muito. Ele está desobedecendo às leis. Não pode! Ulysses beijou esse negócio aqui (a Constituição) em 5 de outubro de 1988.

Eu estava no chão, assistindo, acompanhando na minha Parnaíba. Fui Prefeito quando se iniciou a Constituição, em 1989. Por isso que estou aqui, Senador Adelmir Santana, porque ela era obedecida. Os prefeitos tinham mais dinheiro. Não é porque sou melhor do que esses prefeitos, não. É que porque nesse livro diz, Luiz Inácio, que, do dinheiro todo do País, 53% é para a União, é para Vossa Excelência; 22,5% para os

governos dos Estados; 21,5% para os prefeitos; e 3% para os Fundos Constitucionais.

Professor Cristovam, o que faz o Governo de hoje? Ele garfou. São 76 impostos. Eles têm mais de 60% e os prefeitos, hoje, têm 14% a 15%. Por isto que estou aqui, fui prefeitinho; porque obedeceu.

Quando saí da prefeitura da minha cidade... Ô Cristovam Buarque, V. Ex<sup>a</sup> foi eleito na mesma época. Professor Cristovam, eu saí da prefeitura da minha cidade, tirei 93,84% dos votos. Hoje, não há mais nenhum prefeito. Obedecia-se à Constituição. Ela estava fresquinha, novinha.

Agora o Governo Federal, capando, capando o dinheiro, fica com o dinheiro todo, e os prefeitos, com o pires na mão. Essa é a verdade.

Ô, Professor Cristovam Buarque, tenho medo de começar a minha conferência hoje no Piauí e ter de dizer que a democracia acabou, acabou, acabou.

Quando o Presidente da República desrespeita a Constituição, é triste. Sei da popularidade, sei da simpatia, sei da empatia do Presidente, mas Hitler também teve essa popularidade, essa simpatia, essa empatia – ele teve foi 96% nas pesquisas. Os ditadores têm altos índices: o Fidel Castro tem noventa e tantos por cento, o Sr. Chávez tem grande aprovação também. Mas nós queremos a democracia, a maior construção da humanidade, Professor Maranhão.

Vamos ler só três – o do dinheiro vocês viram.

Medida Provisória é uma imoralidade! Isso serve aos países que têm regime parlamentarista, em que o Primeiro Ministro é um parlamentar que tem a maioria, que foi eleito pelos colegas e, então, ela passa a funcionar, Adelmir Santana. Mas aqui foi em substituição, falava-se, aos decretos-leis dos militares, que eram melhores, mais decentes, mais corretos do que hoje. O decreto-lei – assinado pelo Sr. Castello Branco, pelo Sr. Costa e Silva, pelo Sr. Garrastazu Médici, pelo Sr. Geisel ou pelo Sr. Figueiredo – só passava a ser lei quando era aprovado aqui.

Essas medidas provisórias, não: tacam o pau, e já é lei.

Aqui diz que medida provisória é só em emergência:

Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

Em caso de urgência e relevância, nós cansamos aqui de dizer.

Luiz Inácio, democracia não é brinquedo. Vossa Excelência é gente boa, é generoso, é simpático, é

afável, tem empatia, é carismático, comunica-se bem, mas Vossa Excelência tem que se curvar à lei, à justiça – Rui Barbosa disse que só tem um caminho, uma salvação: é a lei e a justiça.

V. Ex<sup>a</sup>, atentai bem, Cristovam Buarque... Cristovam Buarque foi Governador. José Maranhão está aí, Presidente da Comissão de Orçamento, talvez o melhor e mais sério que já passou por este Senado – não apareceu anão no Orçamento desta vez.

Mas vou dizer o seguinte: olha a palhaçada! E nós esbravejávamos aqui...

Ô, Cristovam, eu fui prefeitinho, o Luiz Inácio não foi; eu fui Governador de Estado, ele não foi.

Esse pedido de crédito eu fiz, não vou mentir – estou falando para a cidade da qual fui Prefeito, para o meu Estado e para o meu Brasil. Cristovam Buarque deve ter feito. Mas atentai bem, José Maranhão: é uma indignidade, é uma palhaçada, é uma molecagem o sujeito fazer pedido de crédito, de dinheiro mesmo, em fevereiro. Tem que ter um planejamento e um orçamento. Eu fiz, mas fiz em novembro, dezembro, outubro. Houve uma falha, a inflação comeu o dinheiro, houve um empréstimo, mas você fazer, Luiz Inácio, pedido extraordinário sem passar no planejamento, no orçamento, é molecagem, é fazer todo mundo, é fechar isso. Fevereiro não dá! Cadê o planejamento? Logo ele, que tem o Ministro do Planejamento, que encontrou um Sealopra de longo prazo, pedir dinheiro? Quer dizer, o que valeu o planejamento? Começar um mês e, já em fevereiro? Estaria lascada a dona-de-casa. Está certo que ela não tenha dinheiro no Natal para comprar os presentes, mas logo em fevereiro...

Está aí Zé Maranhão, homem sábio, competente, honrado, vítima da ditadura, governador extraordinário. Você nunca pediu crédito extraordinário em fevereiro e em março. Você é meu mestre, meu conselheiro, e só me deu conselho bom na minha vida – ele governava a Paraíba, e eu, o Piauí.

Cristovam, nós advertíamos: está errado, está errado. Estamos em um momento... Por isso estou aqui. Nunca este País esteve em situação tão complicada!

Aqui é a resistência. Vi Eduardo Gomes dizer – atentai bem, Paim – que a eterna vigilância é o preço da democracia. Nós estamos vigilantes. Olhe o que Luiz Inácio fez! Não sei, não sei qual foi o alopado que meteu isso na cabeça dele, porque ele é gente boa, eu votei nele em 1994.

Então, de tanto bradar... Ele mandava pedido de crédito em fevereiro, em março. A gente votava contra, mas, como tinha maioria aqui e na Câmara, ele gozava. Pediram os partidos de oposição ao Supremo Tribunal Federal para dirimir isso. Éramos os idiotas, os imbecis, porque a gente votava contra e dizia que

não estava certo. Ô Paim, o Supremo Tribunal Federal analisa, e é para isso... Os poderes têm de ser equípotentes, iguais, respeitosos e harmônicos.

Mitterrand, Luiz Inácio, moribundo, com câncer, depois de ter governado duas vezes a França, onde nasceu a democracia, escreveu uma mensagem para os governantes em que disse que era preciso fortalecer os contrapoderes. O Presidente tem de fortalecer aqui e fortalecer a Justiça.

Então, o Supremo Tribunal Federal, a Corte Suprema, se reúne e diz que o Presidente da República não pode mandar medida provisória orçamentária.

Atentai bem, brasileiros, ao que diz a Constituição. Luiz Inácio, se penitencie, *errare humanum est*. Errou!

Olhem o que diz a Constituição:

Art. 167.

(...)

§ 3º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no artigo 62.

O Brasil está em guerra? Nós, não, não estamos. E, se estivéssemos, perderíamos. Só ganharíamos, aqui na América do Sul, hoje, do Paraguai e da Bolívia. Todos os outros... Atentai bem, Maranhão. É a informação de um Senador da República, oficial da reserva... Essa é a situação.

Art. 167.

(...)

§ 3º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no artigo 62.

Não estamos, como na Índia, com terremoto, não morreu ninguém!

O Supremo Tribunal Federal mandou dizer que não pode, e ontem, José Maranhão, chega isso.

Luiz Inácio, não quero crer que V. Exª... Eu votei em V. Exª em 1994. Eu não ia votar em um idiota, em um mau, em um ruim. Eu acho que V. Exª foi enganado por um alopado seu. Eu estou achando que não pode! Porque, de uma vez só, esse alopado... Eu não acredito que ele tenha feito isso. Eu não votei em um idiota para Presidente, eu votei no Luiz Inácio. Ele é o nosso Presidente. porque, de uma maneira só, de uma

tacada só, ele humilha a Justiça. Ela mandou dizer que não pode, mas, aqui, ele avacalha.

Não entendo, não entendo, cristão que sou! Ô Adelmir Santana, “bem—aventurados os que têm fome e sede de justiça!”

O Presidente Mitterrand foi operário, como ele; tentou várias vezes e foi Presidente. Deixou esta mensagem: fortalecei os contra-poderes.

Luiz Inácio, não podemos voltar ao absolutismo. A grande conquista da democracia foi a tripartição do poder. Ô Adelmir Santana, V. Exª é meu conselheiro. Sou homem do Piauí. Não entendo.

Então, lembro-me de Ulysses Guimarães, beijando esta Constituição: “Desrespeitar a Constituição é rasgar a Bandeira do Brasil”.

Não entendo. Prefiro aceitar que Luiz Inácio, com sua simpatia, com sua generosidade, foi enganado por algum alopado. Não acredito que ele queira enterrar a Justiça.

Ô José Maranhão, aprendi com Aristóteles, que disse que o homem é um animal político. Ô Professor Cristovam! Ele, discípulo de Platão, que fez a primeira academia, como V. Exª fez a universidade aqui, em Brasília, disse isso. Ele fez o liceu. Platão fez a academia e disse que a coroa da Justiça seja mais alta do que a dos santos, brilhe mais do que a do rei. Montaigne: “A justiça é o pão de que mais a humanidade precisa”.

Não acredito que agiu intencionalmente o Luiz Inácio. Acho que foi um alopado. Está faltando a ele um Richelieu, um conselheiro. Acho que, se o Professor Cristovam Buarque estivesse lá, isso não teria ocorrido, viu, Professor Cristovam?

Essas são nossas preocupações.

Votei no Renan pela segunda vez. Sabe por que, Adelmir Santana? Ele disse que ia dar um freio nessas medidas provisórias. Não deu. O Garibaldi disse que vai fazê-lo, e eu acredito.

Essas são nossas preocupações.

Quero crer que todos nós temos que repensar naquele militar heróico que combateu a ditadura civil deste País. O preço das liberdades democráticas é a eterna vigilância. Que este Senado siga aquilo que Eduardo Gomes disse.

Está errado, Presidente Luiz Inácio, V. Exª sair em campanha. Está errado. V. Exª foi infeliz, quando disse aquilo no Ceará. Um juiz, interpretando a força da lei, da justiça, advertiu sobre essas campanhas, e V. Exª, no interior do Ceará, diante de um homem humilde, no calor das emoções, disse: “Esse juizinho não meta o bedelho aqui, não; o bico. Se esse juizinho quiser, tire a toga e venha se candidatar a vereador, que não vai ser eleito”, com referência a Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal.



Não foi certo, Luiz Inácio. Luiz Inácio, quem tem bastante luz não precisa diminuir ou apagar a luz dos outros para brilhar. Esse Fernando Henrique Cardoso – está aí o Professor Cristovam e o Professor Maranhão, que foram Governadores – era um estadista. Vou dizer como, ó Maranhão, Professor Cristovam Buarque: na reeleição de Fernando Henrique Cardoso, eu, do PMDB, como o Maranhão, tinha candidato, um extraordinário candidato do Partido dele, Francisco Gerardo, do PSDB; tinha do aliado, o ex-Senador Hugo Napoleão; e eu, do PMDB. Se ele quisesse, tinha posto o dele na frente. Ele foi muito correto, muito decente, ele foi muito estadista. O candidato dele não foi nem para o segundo turno, porque ele não usou a máquina, ele usou o respeito, ele usou os princípios democráticos, a autoridade de Presidente que ele tinha que ter. E eu, que não era do seu Partido, acabei ganhando as eleições.

Não está certo, Presidente! V. Ex<sup>a</sup> não é o capitão do time. V. Ex<sup>a</sup> não é o cabo eleitoral mais forte do Brasil. Sei que aqui há mais votos. Então, ninguém vai contrariar a verdade, os números. Mas V. Ex<sup>a</sup> é quem está certo: foi Marco Aurélio, esse extraordinário homem que significa para nós o que o Rei Salomão significa na justiça dele.

Com a palavra esse extraordinário Senador Mozarildo, que vai enriquecer o meu pronunciamento.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> faz uma análise de vários aspectos, mas, relativamente ao comportamento do Presidente Lula, isso é realmente preocupante. Como médico, começo a ver alguns sinais preocupantes mesmo no comportamento dele como pessoa. Ele diz palavrões em público; ofende, por exemplo, o Tribunal de Contas da União, dizendo que o Tribunal de Contas da União parece que quer governar, porque fiscaliza a aplicação de recursos públicos; outra hora – para não dizer o termo popular – dá esculacho no Tribunal Superior Eleitoral, por intermédio do Ministro Marco Aurélio, porque o Ministro Marco Aurélio se pronunciou, em tese, sobre essa questão eleitoral; em outro momento, mais atrás, na época da reforma do Judiciário, disse que o Judiciário tem caixa-preta, enfim; aqui, no nosso Congresso – por sinal, agora, quem preside a sessão é o Presidente da Comissão de Orçamento –, por que não se aprovou o Orçamento até dezembro? Se não se aprovou, não foi por culpa do Presidente, não; não se aprovou por má condução do Governo, de suas Lideranças, na formulação. E o Presidente aproveita para fazer média. Parecia que só ele queria trabalhar, e nós não estávamos trabalhando, porque não aprovávamos o Orçamento. Então, ele está se achando superior a tudo e a todos, e querendo, portan-

to, desmerecer todas as instituições. Aliás, ele disse, um dia desses, que não se brinca com a democracia. E ele está brincando! Está brincando ao agredir o Judiciário, ao agredir o Tribunal de Contas, ao agredir o Poder Legislativo, quando, lá atrás, ele disse que, na Câmara, havia mais de 300 picaretas. Ele está agredindo a democracia, ele está prejudicando, de maneira perigosíssima, já que ele detém essa liderança, a democracia do Brasil, que ele se gaba de ter ajudado a construir, por ter sido preso, por ter sido líder sindical. Ele devia aprender exatamente a ser um estadista, e não um palanqueiro. Vai haver o momento dele ser palanqueiro. Estou muito preocupado, como médico, porque acho que está havendo um certo desequilíbrio emocional por parte do Presidente, que merece ser cuidado com mais atenção.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Incorporo mesmo todas as palavras de V. Ex<sup>a</sup>, ditas com a firmeza, porque, além de Senador, V. Ex<sup>a</sup> é médico – e médico bom.

Mas, atentai bem, Professor Cristovam Buarque, que o Senador Pedro Simon advertiu para isto: não há mais lei; se não há lei, não há democracia. Vou convidar o Ricardo Chaves, para, pelo menos, ouvirmos a música dele: “Acabou, acabou, acabou a democracia”.

Vi Pedro Simon fazer vários pronunciamentos. Fomos Governadores de Estado. Olhem o que diz a Constituição: “É competência exclusiva do Congresso Nacional...”. Dei terras, muitas terras. A terra é de quem nela nasce, nela mora e trabalha, mas jamais, Luiz Inácio – fui prefeito e Governador de Estado –, desobedeci a Constituição.

“Aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas em área superior a 2.500 hectares”.

Pedro Simon denunciou que Luiz Inácio acaba de dar 96 mil hectares, quando a Constituição diz 2.500, sem dizer para quem, quem é que vai comprar! Uma desembargadora anula, mete uma liminar; pressionam – 96 mil. Dava para meter lá dentro 20 mil sem-terras. É isso, nós queremos ajudar.

José Maranhão, somos do PMDB. Encantado no fundo do mar, Ulysses disse: “Ouça a voz rouca da ruas”. Não abro mão. Não estão, lá, coligados?

Vou fazer um pedido em nome do PMDB de vergonha: vamos levar um conselheiro para o Luiz Inácio, do PMDB. Vou citar quatro nomes, dois do PMDB e dois do PT: Maranhão está indicado para ser conselheiro e Pedro Simon; do Partido dele, Flávio Arns, ou, de volta, Cristovam.

Ele pegou o telefone e pensei que era o Luiz Inácio, dizendo: “Volte, Cristovam, volte, Cristovam, volte,



Cristovam, os aloprados estão me acabando, fazendo com que eu desrespeite as leis”.

Vamos ficar aqui, no Senado Federal, pois só tem um sentido a nossa presença – na sexta-feira, nunca se reuniu –, que é mostrar ao povo brasileiro que o Senado está vigilante para mantermos a nossa Constituição.

*Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Maranhão.*

**O SR. PRESIDENTE** (José Maranhão. PMDB – PB) – Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho falar do tema do momento, na mídia e nas preocupações brasileiras, que é a substituição da Ministra Marina Silva no Ministério do Meio Ambiente. Venho falar das preocupações e das esperanças que temos se esse assunto for administrado corretamente pelo Presidente da República, Senador Paim.

O Presidente substituiu quase a totalidade dos Ministros que nomeou no primeiro momento, mas apenas dois Ministros, além do Ministro José Dirceu, obviamente, tiveram uma saída que comprometeu o projeto do Presidente: o primeiro foi o Ministro Palocci; a segunda, a Ministra Marina.

No caso do Ministro Palocci, o Presidente conseguiu dar uma continuidade absoluta, deixando bem claro, na prática, como ontem disse – e, por enquanto na teoria –, que a política econômica é uma questão de Estado e que ele é o guardião da política em andamento pelo seu Ministro.

A substituição do Ministro Palocci, que, há algum tempo, poderia ter sido uma grande tragédia e dificuldade, foi feita sem nenhum problema. Nenhum dos indicadores econômicos brasileiros sofreu diante da substituição do Ministro Palocci.

Agora, a Ministra Marina é substituída, trazendo a segunda grande substituição, sob o ponto de vista do simbolismo e do imediato na política de Governo, não apenas porque ela é um símbolo que todos reconhecem. Nenhum outro Ministro significava tanto, como simbolismo, pela força pessoal, pela sua imagem, quanto Marina Silva, mas, mais que isso, porque, hoje, nenhum outro problema dos que acontecem no território brasileiro chama tanto a atenção da comunidade internacional quanto o que acontece com as nossas reservas florestais, especialmente aquela que ainda resta, que é a Amazônia.

A mudança do Ministro da Fazenda, em qualquer lugar do mundo, entre a comunidade econômica e financeira mundial, gera um certo desconforto e preocupação. Isso é restrito à comunidade econômica e financeira. A substituição da Ministra do Meio Ambiente, com o simbolismo da Marina, gera um desconforto, uma preocupação em toda a comunidade internacional, em todo aquele que, no mundo, se preocupa com o futuro da humanidade.

Por isso, é preciso que o Presidente, na prática, faça com o meio ambiente o que fez com a economia: avocar para ele a responsabilidade de ser o guardião da política que a Senadora Marina vinha fazendo. Eu diria até mais: ser ainda mais estrito do que a Ministra Marina foi em alguns momentos em que, pelas forças das circunstâncias ou das circunstâncias das forças, ela teve que ceder e se acomodar.

O Presidente Lula precisa ser o guardião das florestas e não o Ministro do Meio Ambiente, e não o coordenador do PAS, esse programa de ação para a Amazônia. É ele que tem de ser o guardião. É ele que tem de trazer para si. É ele que tem de dar esse recado à comunidade internacional e ao Brasil. É ele que, na prática, tem de mostrar que o Brasil será responsável por esse patrimônio, que é nosso, mas é também de toda a humanidade. É ele que tem de dizer que, neste espaço brasileiro, nós temos consciência de que somos parte do condomínio Terra. Como todo morador de um condomínio, ele é responsável pelo que acontece aqui dentro e repercute fora, no planeta Terra inteiro.

Hoje, não há mais dúvida, para quem procura se situar na crise que vive a humanidade – e o Brasil é parte dela, e o Brasil é, também, provocador dessa crise que existe no Planeta –, de que o futuro vai caminhar em duas pernas: a educação e a ecologia.

A educação é capaz de construir uma sociedade em que se dê a mesma chance para todas as classes, para as crianças de todas as classes; e a ecologia garante a mesma chance para as gerações futuras.

Cuidar do meio ambiente e cuidar da educação das crianças são as duas tarefas de um Presidente da República. Tudo o mais é meio: meio importante, como a saúde, pois a saúde é para cuidar de cada indivíduo no presente; a educação é que cuida do futuro, inclusive da saúde de todos. A ecologia e a educação são os dois pontos de partida, são os dois pontos fundamentais do futuro para o Brasil e para a humanidade.

Houve um tempo em que o progresso se escrevia com “e” de economia; hoje, o progresso se escreve com “e” de educação ou com as iniciais “MA” de meio ambiente, ou com “e” de ecologia. Progresso igual a dois “es”: o “e” de educação e o “e” de ecologia. O progresso sustentável graças ao bom cuidado com o

meio ambiente, e o progresso para todos graças ao cuidado com a educação.

E, ainda mais grave, o próprio meio ambiente só será cuidado se formos capazes de fazer uma revolução na educação, porque é pela educação que a gente constrói uma ecologia equilibrada. A educação muda a cabeça das pessoas para que cuidem bem da natureza e, também, a educação é capaz de gerar os cientistas que vão encontrar soluções alternativas para que o desenvolvimento possa acontecer em equilíbrio com a natureza, diferentemente do que houve nessas últimas décadas, nesses últimos dois séculos de um progresso antinatureza, depredador dos recursos naturais, desprezando a natureza. Tem de mudar a cabeça das pessoas e tem de criar uma cabeça de cientista capaz de encontrar alternativas.

O Presidente Lula tem a chance, neste momento, de encontrar esse equilíbrio. Ele pode, perfeitamente, ser a pessoa que vai encontrar o caminho de casar desenvolvimento e meio ambiente, ou ele pode ser aquele que vai construir um desenvolvimento provisório – porque não durará muito –, destruindo a natureza. E isto, Sr. Presidente, não é possível se ele não trazer para si o problema do meio ambiente como ele levou para si o problema da economia. Lamentavelmente, os sinais que nós vemos, até hoje, neste momento, são conflitantes. Não são sinais de querer trazer para si o problema e assumir, como ele disse, que meio ambiente é uma questão de Estado e não de Ministro de plantão, seja ele com o simbolismo de uma Marina Silva, ou seja outro sem essa força do simbolismo.

O que venho fazer aqui é um apelo ao Presidente para que ele traga para a sua administração, para as suas mãos, para os seus cuidados, e com a responsabilidade que o mundo inteiro espera, o problema do meio ambiente, a proteção das reservas ambientais.

Daqui para frente, o verdadeiro capital para construir um projeto de desenvolvimento se divide entre o meio ambiente sustentável e uma educação forte, consolidada e de qualidade. São as duas pernas do progresso, as duas pernas que o Presidente precisa trazer, o mais rápido possível, com clareza, para as suas mãos, e para que o Brasil inteiro fique tranquilo, pois não vamos parar aquilo que a Ministra Marina Silva iniciou. E eu diria que deve dar até um passo adiante, sendo ainda mais estrito do que ela, de vez que ela sofria, enfrentava dificuldades que impediam um certo radicalismo, Senador Paim, que agora pre-side a sessão.

O etanol é um exemplo do desafio que temos adiante. O Brasil pode se transformar em uma grande fonte de energia alternativa verde, mas pode se tornar também na vítima da crise energética se deixarmos

que apenas o mercado regule a produção de etanol. Se formos encher os tanques de gasolina de um bilhão de automóveis que há no mundo, vamos ter de transformar em canaviais toda a área arável do Brasil, em torno de 3,6 milhões de quilômetros quadrados. É o que precisa se multiplicarmos as necessidades dos tanques de gasolina. Se deixarmos isso a critério do mercado, não há dúvida que essa área, senão toda, mas uma boa parte será ocupada para produzir biocombustível.

Se não entrarmos nessa demanda que existe, estaremos perdendo uma grande chance, milhões de dólares, bilhões de dólares. Mas, se entrarmos de uma maneira irresponsável para atender a toda a demanda, estaremos perdendo as nossas florestas. Vamos ter de encontrar um meio termo, que é simples de definir tecnicamente: é reservar áreas onde não vamos produzir biocombustível. É fazer o zoneamento dizendo onde é e onde não é possível, sem exageros, com medo do etanol; mas também sem exageros em deixar livre para o mercado internacional a transformação da terra brasileira em um imenso canavial.

Esse é o equilíbrio que o Presidente precisa encontrar. E estamos vendo, pela disputa que levou a Ministra Marina a sair, que, se essa disputa ficar entre os Ministros, não vai haver solução. O ministro, obviamente, que quer aumentar a produção agrícola, tem como objetivo promover o máximo de produção de etanol. O objetivo dos produtores de cana, de soja do agronegócio é produzir o máximo, porque eles trabalham no curto prazo – isso não é crítica, é apenas uma constatação –, e, se eles trabalharem preocupados com o meio ambiente, os negócios deles quebram, porque o do lado não vai se preocupar com o meio ambiente.

O meio ambiente não pode ser preocupação de um indivíduo, de um empresário, nem de um consumidor, tem de ser a preocupação do Estado brasileiro. Por isso me animei quando vi o Presidente dizer que a proteção do meio ambiente será uma política de Estado, e não da Ministra que saiu nem do Ministro que vai entrar, nem das disputas internas dos Ministros, nem dos Ministros com os produtores de soja, como já vimos nos jornais de hoje.

É o Presidente que tem de trazer isso para si. O Presidente Lula tem demonstrado, entre suas grandes capacidades, a capacidade de aglutinar. Ele conseguiu aglutinar os brasileiros. Ele conseguiu, com seu jeito, aglutinar todos os setores da sociedade, mas com um detalhe melhor – e Juscelino também aglutinou, mas aglutinou criando inflação: o Presidente Lula aglutina, mantendo a estabilidade monetária, apesar de alguns sinais preocupantes existirem hoje em relação à inflação.

Essa capacidade de aglutinação se faz de duas maneiras: uma, pondo todos juntos; a outra, escolhendo um lado e atraindo os outros para esse lado. Acho que chegamos ao momento, no que se refere ao choque entre meio ambiente e desenvolvimento, em que o Presidente vai ter de escolher um lado e usar a sua capacidade de aglutinação, não para equilibrar ou lubrificar as tensões, mas para convencer o outro lado a aceitar. E, neste momento, a meu ver, não se trata de levar os ecologistas a aceitarem aquilo que o agronegócio quer; trata-se de fazer com que o agronegócio entenda que é do interesse dele, em longo prazo, que não pode fazer tudo que o mercado manda. Que neste País haverá reservas onde não vamos deixar que as florestas sejam destruídas; que há outras áreas onde a gente não pode deixar que a comida seja substituída pelo etanol; que há lugares onde não vamos trocar o estômago pelo tanque – o estômago das pessoas pelos tanques de gasolina –, porque, nessa disputa, os tanques vencem, se o jogo for regido apenas pelas regras do mercado, até porque tem mais dinheiro quem quer comprar etanol para colocar no tanque de gasolina do que quem comprar comida para colocar no seu estômago e nos dos seus filhos.

Senador Adelmir Santana, é preciso que a gente encontre um ponto de equilíbrio, mas esse ponto de equilíbrio não se encontra apenas fazendo concessões mútuas, neste caso, mas escolhas corretas. Nem a escolha de abandonar os dólares que virão para cá, se pudermos produzir etanol; nem, muito menos, a opção de ficar protegendo todo o meio ambiente sem levar em conta a necessidade que o País e as pessoas têm de dinheiro, de recursos, de renda.

Mas há o consumidor de hoje e o consumidor das próximas gerações. E nossa responsabilidade de homens de Estado, como somos, é defender não só os eleitores de hoje em busca de renda, mas os filhos, netos, bisnetos dos eleitores de hoje em busca de espaço onde possam viver, e esse espaço exige a manutenção das nossas reservas florestais.

Nós já ameaçamos a sobrevivência dos nossos rios para poder produzir energia elétrica para dinamizar as indústrias. Nós ameaçamos a sobrevivência das nossas cidades, asfixiadas hoje pela quantidade de automóveis, para dinamizar a indústria de automóveis. Nós já cometemos muitos erros no passado ao querer o desenvolvimento rápido, inclusive fazendo 50 anos em cinco, como dizia o próprio Juscelino; e nós sacrificamos os 50 anos para fazer com que eles acontecessem em cinco anos.

Não temos o direito de continuar errando na tentativa de combinar o longo com o curto prazo. E, nessa combinação, haverá uma disputa por recursos entre

educação e infra-estrutura, como a gente vê hoje, em que não falta dinheiro para infra-estrutura, pelo PAC por exemplo, mas falta dinheiro para educação.

O outro debate é entre o meio ambiente e o produto interno bruto. Esse debate não vai poder ser resolvido conforme disputa entre Ministros, mas só com um Presidente que assuma o uniforme de estadista e diga: “Vamos sacrificar hoje o curto prazo ou não vamos crescer tanto no curto prazo nessa área, para manter a sustentabilidade no longo prazo”.

A saída da Ministra, por mais que seja uma alegria para os que vão recebê-la aqui no Senado – e vai engrandecer o Senado, sem dúvida –, não será apenas uma preocupação para todos nós que estamos ansiosos para saber como será a política de meio ambiente daqui para frente; a saída da Ministra, da maneira como ocorreu, com a ousadia e a força que teve para sair, pode ser um momento muito positivo se ela, como se diz por aí, colocar o dedo na ferida, trazer o assunto para a mesa e disser que está na hora de o Presidente optar, está na hora de o Presidente dizer que, no caso de disputa entre meio ambiente e desenvolvimento, não adianta ficar dos dois lados, ele vai ter que escolher um lado, que pode ser até um terceiro lado dele próprio, mostrando como combinar um assunto de incompatibilidade que existe e escolher esse lado, mantendo a aglutinação nacional, como ele vem colocando. Não criando uma guerra entre dois grupos, mas usando sua liderança, sua capacidade de convencimento para atrair o outro lado para o lado de cá, que ele escolher.

Senador Paulo Paim, não vou falar muito mais, mas passo para os apartes.

Ouçó o Senador Adelmir Santana.

**O Sr. Adelmir Santana** (DEM – DF) – Senador Cristovam Buarque, eu me associo às suas palavras. Chamou-me a atenção quando V. Ex<sup>a</sup> fez um paralelo entre as funções de Estado e o setor privado. É aí, efetivamente, que entram os marcos regulatórios do Estado brasileiro. V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão quando faz esse paralelo e exige do Estado brasileiro um posicionamento, adequando as relações. É preciso que todos nós caminhemos na mesma direção, buscando esses marcos regulatórios não apenas na questão ambiental, no uso do solo e do território brasileiro, mas em todas essas funções onde haja esses dois pontos, a posição da população em geral e dos empreendedores, dos empresários, do poder econômico. Eu me associo às palavras de V. Ex<sup>a</sup>, pois compreendo perfeitamente aonde quer chegar: há que haver alguém maior regulando as relações entre Ministérios, para que sejam preservados os interesses nacionais. Esses marcos regulatórios têm de ser claros, não apenas nessa

matéria, mas em todas em que haja necessidade da presença do Estado brasileiro. Louvo, portanto, as palavras de preocupação de V. Ex<sup>a</sup> com o meio ambiente, preocupação que é de todos nós, e também pela troca ministerial, que não pode significar mudanças radicais de procedimentos, mas a continuidade de uma política de Estado, e não de uma política de Ministros, como bem diz V. Ex<sup>a</sup>. Parabéns pelas palavras!

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Muito obrigado, Senador.

Ouç o Senador José Maranhão, que muito me honra com seu aparte.

**O Sr. José Maranhão** (PMDB – PB) – Eu me associo às preocupações de V. Ex<sup>a</sup>, especialmente quando, com outras palavras e com a sutileza e o brilhantismo que lhe são característicos, deixa bem claro que, por mais importante que seja um Ministro de Estado ou até mesmo o Presidente da República, nenhum deles pode se colocar acima do País, acima da Nação. E uso aqui um provérbio popular: não existe ninguém insubstituível. Veja as repercussões na imprensa. A Ministra Marina Silva pediu demissão, já que não detinha mandato para tanto, de um cargo do qual poderia ser demitida *ad nutum*. É da Constituição, é da lei. Exerceu um grande papel durante o tempo em que ocupou o Ministério, tornou-se uma referência nacional e internacional na luta pela preservação do meio ambiente brasileiro, em defesa da Amazônia. Ainda, com certeza, o País, com seu grande acervo de homens e mulheres capazes, encontrará outra pessoa para desempenhar aquela função com toda competência, como ela o fez. Por outro lado, considero como ponto alto do discurso de V. Ex<sup>a</sup> exatamente aquele em que V. Ex<sup>a</sup> desfoca as análises feitas até hoje, pelo menos na grande imprensa e também no meio político, de que o Presidente tem que optar entre um lado e outro. O Presidente não tem que fazer esse tipo de opção, como V. Ex<sup>a</sup> diz. O Presidente tem que ter a sua posição, uma posição que seja capaz de conciliar esses interesses em conflito. Ambos são importantes. Eu nem me preocuparia, neste momento, em dizer qual a posição mais importante, se a do compromisso com o desenvolvimento ou se a do compromisso com o meio ambiente, porque não há, hoje, pelo que conhecemos, qualquer incompatibilidade entre crescimento econômico, desenvolvimento e preservação do meio ambiente. As duas coisas podem conviver em harmonia, inteligentemente. O desenvolvimento pode ser feito com a preservação do meio ambiente. E acredito que essa posição será a escolhida pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que tem duas coisas que pesam muito no caráter de um administrador: tem sensibilidade para os problemas públicos – a prova está no

governo que vem realizando – e, ao mesmo tempo, tem uma coisa chamada sorte, que não é apenas um dado aleatório. Napoleão já dizia que, na escolha de um general, ele gostava de saber se o general tinha sorte. O Presidente tem muita sorte. Ao mesmo tempo, tem muita intuição, sensibilidade e, com certeza, boa assessoria. Tenho certeza de que Sua Excelência não alimentará um conflito que não deveria existir nem escolherá a posição de apoiar um lado em detrimento de outro. Sua Excelência vai escolher a posição melhor para o Brasil, para o futuro desta grande Nação. Felicito V. Ex<sup>a</sup>, porque, com a inteligência, a cultura e, sobretudo, o discernimento que teve e tem, analisou a questão com muita propriedade, mostrando que é hora de prevalecer o espírito do estadista, escolhendo não uma entre duas opções, mas uma opção que não chegou ainda e, por isso mesmo, por não ter chegado, o conflito hoje existe. Obrigado.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Eu que agradeço, Senador.

Ouç o Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Senador Cristovam, como sempre, V. Ex<sup>a</sup> aborda, de maneira brilhante, temas de interesse nacional. Antes de iniciar o assunto que pretendo abordar em relação ao seu discurso, registro a presença de três Deputados Estaduais do meu Estado: Marília Pinto, Ionilson e Aurelina Medeiros, que estão nessa batalha comigo e com a Comissão do Senado para encontrar uma forma de resolver a questão de Raposa Serra do Sol. Aliás, depois, querem falar com V. Ex<sup>a</sup>. Mas, Senador Cristovam Buarque, como homem da Amazônia, que nasceu e se criou na Amazônia, que trabalhou e trabalha na Amazônia, falo da minha preocupação, em primeiro lugar, com a saída da Ministra Marina. Eu tinha e tenho sérias divergências com a forma de S. Ex<sup>a</sup> ver a Amazônia, porque a Amazônia não é um ecossistema apenas. Meu Estado é um exemplo: quase não tem nada a ver com floresta. No entanto, a Ministra elegeu o termo “florestania” como sinônimo da Amazônia. E não é verdade. O Ministro que vai assumir, Senador Cristovam, disse na França que não assumiria porque não conhecia a Amazônia.

Está no jornal *O Globo* de hoje: ele não conhece a Amazônia. Ele conhece, porque fez uma tese de mestrado sobre a Amazônia, que defendeu na França. Então, esses amazonófilos já chegam querendo dar piteco: vão dizendo que não vão fazer isso, que não vão fazer aquilo... Eu aconselharia esse Ministro, primeiro, a fazer um passeio na Amazônia – um passeio, não, uma visita à Amazônia, a todos os Estados da Amazônia –, a discutir com as universidades da Amazônia, com os governos da Amazônia, com as assembléias



da Amazônia, para começar a dar piteco. Desse tipo de gente que ouviu falar ou que produziu tese sobre a Amazônia, estamos cheios. Chegamos ao ponto, Senador Cristovam, de colocar nas nossas notas, no nosso dinheiro, só bicho. E é assim que eles pensam, que na Amazônia só há bicho: bicho, índio e mata. E não é verdade. Estou, por acaso, com uma nota de dez reais, e o que é? Uma arara. Não há um vulto histórico. Uma nota de dois reais, e o que é? Uma tartaruga. Uma nota de cinquenta, e o que é? Uma onça pintada. Cadê um vulto histórico nas nossas notas de real? V. Ex<sup>a</sup> conhece algum outro país no mundo que tenha, nas suas notas, no seu dinheiro, só bicho? Não tenha um vulto histórico, não tenha um monumento histórico? Foi a isso que fomos reduzidos por esse movimento, que é um ecoterrorismo. Espero, como disse o Senador Maranhão, que o Presidente Lula tenha o bom senso de saber equilibrar a questão do meio ambiente com a do desenvolvimento. Para isso, basta ser inteligente. Basta ser inteligente, não precisa ser gênio, não. Assessorar-se bem e, principalmente... Isto aprendi como médico: não posso fazer diagnóstico sem tocar no paciente; não posso fazer diagnóstico baseado só em exame de laboratório. Então, se o Ministro quer conhecer a Amazônia, vá para a Amazônia. Também não se zanguem com o Ministro Mangabeira Unger, que é meio estrangeiro, que nunca ouviu falar de Amazônia e que deu um passeio agora lá. Quem sabe, se os dois se juntarem e conversarem com as pessoas da Amazônia, os governadores, as universidades, as assembleias, os prefeitos, aí, sim, vamos ter um outro momento em favor da Amazônia. Ninguém quer destruir a Amazônia, não. Os 25 milhões de habitantes que lá vivem querem, sim, ver a Amazônia continuar brasileira. Que se possa produzir melhor condição de vida para quem lá vive e para todo o Brasil.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) –** Agradeço os três apartes e quero dizer o seguinte: fiz questão de chamar Floresta Amazônica, porque há um conceito geopolítico da Amazônia e um conceito ecológico da Amazônia. Seu Estado quase não faz parte da parte ecológica, da parte natural. É a Amazônia geopolítica. Temos de diferenciar essas duas coisas. Não podemos ter uma política única de preservação para todos os Estados, porque uma parte dos Estados não tem esse lado florestal tão forte. E, mesmo na parte onde há florestas, existem subsistemas ecológicos que merecem ser considerados, levados em conta. Além disso, a floresta existe para servir a humanidade, especialmente os que ali moram. Mas, aí, Senador, é preciso lembrar que, na política, basta a gente pôr em acordo os que estão disputando, mas, no Estado, a gente tem de colocar um terceiro ator: os que nem

nasceram ainda, as gerações futuras. Temos que colocar, inclusive, no mundo global de hoje, um ator que não vota no Brasil, que é a humanidade inteira.

A aglutinação que o Presidente tem que fazer não é apenas entre os atores atuais, sem olhar o longo prazo dos que não estão presentes ao debate, dos que não sentam à mesa, porque não nasceram ainda. Ele tem que encarnar as futuras gerações, sem esquecer os interesses das atuais, mas sem ignorar nem um pouco as gerações futuras. E, aí, a saída é combinar, obviamente – não chamo nem desenvolvimento –, crescimento com meio ambiente. Mas combinar isso com a sustentabilidade, o que vai exigir um espírito de estadista muito forte. Não apenas o espírito político.

Essa é a primeira perda de Ministro fruto de choques de interesses internos. Os outros, ou o Presidente precisou do cargo, ou saíram por razões de escândalos, ou porque estavam cansados, queriam sair, como alguns. Essa é a primeira saída por razões de choques de interesses, internamente. Essa é a primeira vez que o Presidente Lula não é capaz de aglutinar, com a conversa dele, os choques de interesse que existem dentro do Governo.

Se, por um lado, é triste, por outro é alvissareiro, porque põe o dedo na ferida, porque chama atenção para o fato de que pelo menos há um setor hoje da vida nacional em conflito definitivo. É a idéia de como crescer, sem prejudicar o ecossistema ou os ecossistemas brasileiros.

Essa disputa não vai ser feita por um ou outro Ministro. Vai ser feita pelo Presidente da República, encarnando uma política de Estado, porque, como disse o Senador Maranhão, não há ninguém insubstituível, mas há políticas mal substituídas. Há políticas que não são bem substituídas.

É preciso que a política que aí está seja substituída, corrigindo-se os seus erros, e não se piorando os seus erros; ou até identificando-se claramente quais são os erros, mas levando-se em conta o futuro da Nação; e levando-se em conta a nossa responsabilidade neste condomínio Terra, no qual somos proprietários da maior reserva florestal de hoje.

Essa é a dificuldade que o Presidente vai ter.

Queria sugerir ao Presidente Garibaldi que ponha o Senado à disposição do Presidente Lula para fazer esse debate com clareza. Em vez de ficar debatendo apenas com dois Ministros, use-nos, determine que aqui se faça um debate aberto, transmitido pela televisão, para que a população veja, inclusive, se vale a pena fazer sacrifícios hoje em nome das gerações futuras, ou se não, e esqueçamos as gerações futuras, como alguns têm direito de dizer, em benefício apenas do aumento da renda e da produção neste momento.



Para mim, a chave de tudo isso, Senador Maranhão, está na combinação do mercado, instrumento fundamental – não consigo imaginar uma sociedade administrada hoje sem as leis do mercado –, mas definindo-se limites para as leis de mercado. Quais limites? Não é tentando impor ao mercado regras. É definindo onde é que a gente reserva, seja qual for o preço que ali chegue. Se a gente fosse seguir o mercado livremente, estava-se vendendo cocaína nas esquinas. O que se decidiu no mundo? Há certos produtos que a gente não deixa o mercado vender livremente. É clandestino, é bandidagem vender cocaína. Tem que haver certas áreas em que se diga: “Ocupar essas áreas com atividades produtivas depredadoras é bandidagem também. É crime também”. Fora dali, o mercado regula.

Além disso, se ocuparmos toda a área para produzir etanol, sabe o que vai acontecer, Senador Paim? O preço do etanol cai.

A Opep entendeu isso. A Opep define quantas gotas de petróleo sai a cada ano. Ela não deixa o mercado puxar o petróleo todo. Eles dizem: “Não, só vamos produzir tanto”. Definem, acima do mercado, o quanto vão produzir; uma decisão política, e aí sobem o preço. É o mercado que se submete à Opep, não é a Opep que se submete ao mercado. Temos que fazer o mesmo com o etanol. Qual é o limite da nossa produção de etanol? Até quantos bilhões de litros vamos produzir? Até quantos milhões de hectares vamos ocupar? A única diferença para a Opep é que ela puxa o petróleo; a gente ocupa área. Temos que definir quanto de área vamos ocupar, quanto de área não vamos ocupar para o etanol, como fazem os países petroleiros, definindo quantos barris de petróleo eles deixam ser arrancados do subsolo a cada ano. O preço estourou, e eles não deixaram aumentar a produção, até porque sabem que, se aumentá-la, o preço cai. Essa inteligência – o senhor usou essa palavra – na maneira de administrar tem que haver. É inteligente limitar onde se vai produzir etanol. É inteligente e, ao mesmo tempo, responsável com as gerações futuras.

Espero que o Presidente Lula, com a competência e a sorte – como o senhor disse – que tem, mas sobretudo competência – sem competência, a sorte dele já teria levado o Brasil para situações difíceis; é, sobretudo, competência –, entenda que a saída da Ministra é um sinal muito forte de que, às vezes, não se aglutina apenas pela média; aglutina-se optando por um lado e convencendo o outro lado a aceitar isso. E, nesse lado, espero que ele coloque as gerações futuras, os que não votam, os que não entram aqui para fazer lobby, aqueles que vão sofrer ou usufruir do que a gente fizer agora. E fazer agora significa aproveitar a

onda da crise energética para produzir etanol, a onda da crise ecológica que despertou a necessidade de um biocombustível, mas saber que essa onda não é permanente, se não definirmos regras, limites, de quantos hectares vamos permitir serem usados para encher os tanques de gasolina do mundo sem sacrificar os estômagos brasileiros. Mais ou menos como a Opep faz com seu petróleo, definindo quantas gotas tiram por ano, a gente tem que definir quantos centímetros quadrados vamos ocupar para a produção do etanol.

Que o Presidente Lula saiba continuar com a lucidez que tem tido, mas que coloque uma pitada de longo prazo e, ao mesmo tempo, duas pitadas de opção por um dos lados, e use a sua capacidade para convencer o lado que por acaso seja sacrificado hoje para beneficiar o futuro, o pedacinho do Brasil que precisa ser sacrificado hoje, nossa geração, para beneficiar a humanidade inteira, que precisa também do Brasil.

Vivemos no condomínio Terra e não podemos, de maneira alguma, ignorar os outros apartamentos, os outros países desse nosso condomínio, e o Presidente Lula tem uma responsabilidade. É por essa razão que vim falar.

Sr. Presidente, muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. José Maranhão, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Senador Cristovam, esta Presidência cumprimenta V. Ex<sup>a</sup>, primeiro, pelos elogios justos e merecidos à nossa Ministra Marina Silva, que retorna à Casa. O Governo perde, mas a Casa ganha; segundo, pelo seu pronunciamento, com o qual a Presidência concorda na íntegra, pela clareza e pelo conhecimento da matéria.

Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>!

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Senador José Maranhão, é com satisfação que esta Presidência lhe passa a palavra, pelo tempo que entender necessário, para fazer o seu pronunciamento.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no início deste mês, fomos surpreendidos com uma boa notícia: a *Standard & Poors*, uma das principais agências internacionais de classificação de risco, concedeu ao Brasil o tão sonhado grau de investimento. Na verdade, o que ocorreu foi que passamos da classificação BB+ para a classificação BBB-, numa escala que vai da nota D (concedida a países insolventes) até a escala AAA+

(reservada a países como os Estados Unidos e a Inglaterra, por exemplo).

De acordo com alguns analistas, o atual cenário de turbulência financeira internacional foi decisivo para a concessão do grau de investimento, porque demonstrou a solidez de alguns indicadores econômicos do Brasil.

Em um mundo cada vez mais globalizado, onde as economias dos países são cada vez mais interdependentes e o capital circula com incrível velocidade, esse fato singelo possui um grande significado: ele vem demonstrar que o Brasil agora é digno de crédito, pode receber recursos externos com tranquilidade porque possui capacidade para honrar os seus compromissos financeiros. Falando popularmente, é mais ou menos como se tivéssemos deixado de ter nossos nomes no SPC, que é, muitas vezes, a tortura dos devedores que não pagam, dos maus devedores.

Essa confiança do sistema financeiro internacional no Brasil nada mais é do que o reflexo dos êxitos da política econômica do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva!

Aqui abro um parêntese para comentar o discurso do Professor, Senador Cristovam Buarque, sem dúvida nenhuma, um dos melhores pronunciamentos que já ouvi a respeito dessa “crise” recente, resultante do pedido de demissão da Ministra Marina Silva. E eu gostaria de fazer até esse comentário no momento do discurso, mas entendi que o Professor Cristovam Buarque já estava ansioso por encerrar suas palavras, mas vou fazê-lo agora.

É sobre a questão do etanol, que é apenas uma questão subjacente, não é a questão central, mas tem muito a ver com as preocupações de V. Ex<sup>a</sup>.

Os Estados Unidos tinham uma produção diminuta de etanol. De repente ficaram preocupados com a crise do petróleo, uma crise que já levava o país à invasão do Iraque, justificada como uma reprimenda a um ditador – Saddam Hussein –, que detinha a fabricação de armas de destruição em massa, balela que foi completamente desmentida pelo próprio Departamento de Estado americano, mas cuja preocupação era unicamente apropriar-se dos recursos petrolíferos do Iraque, não mais do que isto; da mesma forma que, anos atrás, os Estados Unidos já tinham estimulado as divergências entre o Iraque e o Irã – se meteram no meio, armaram o Irã para invadir o Iraque; e agora estão novamente pressionando o Irã.

Esse jogo de influências geralmente arrasta os países menores – menores economicamente e menores politicamente – como marcha de manobra. Pois eu estava dizendo: os Estados Unidos quase não tinham etanol porque a natureza não lhes favoreceu, ofere-

cendo uma ecologia propícia ao cultivo da cana-de-açúcar que é a fonte mais generosa para a produção de etanol. Resolveram, assombrados com a crise do petróleo, fabricar etanol atabalhoadamente, e saíram nessa fabricação. Ninguém no mundo levantou a voz para fazer qualquer censura aos Estados Unidos, até porque nós sabemos que os meios de informação internacional estão todos nas mãos dos grandes países, outrora chamados de capitalistas – hoje é o mundo todo que se tornou capitalista.

Depois da globalização, infelizmente, todos são iguais. Pois bem, ninguém disse uma palavra.

E o curioso é que quando o Presidente Lula, até com a preocupação com a preservação do meio ambiente, porque se sabe que os combustíveis verdes são menos poluentes que os fósseis, mas quando o Presidente resolveu entrar na produção de etanol, a partir da cana-de-açúcar, a onda chegou, e chegou com muita força, porque toda a imprensa internacional está em cima do Brasil, mas não é para que o Brasil não produza mais etanol, é para que o Brasil não produza de jeito nenhum.

Até hoje o maior produtor de etanol, de repente, se tornaram os Estados Unidos. Essa questão nos chama a atenção também para outra questão: a dos subsídios. Sabemos que os países de clima temperado têm uma limitação muito grande na sua capacidade de produzir alimentos, porque em determinada época do ano os rebanhos têm de ser estabulados e os campos se cobrem de gelo; diferentemente de países – graças a Deus! – como o Brasil, que podem produzir durante todo o ano. Em alguns lugares, que nos acostumamos a dizer que são secos no Brasil, como o Nordeste, onde existe água para irrigação, podem produzir três, quatro safras ao ano.

O Brasil tem hoje, nos países desenvolvidos do mundo, esses mesmos países, a Europa, sobretudo a Europa ocidental, e os Estados Unidos, um concorrente desleal, porque esses países, para compensar suas dificuldades e forçar os preços para baixo, subsidiam violentamente a sua agricultura.

Vejo até um equívoco muito grande nesse sentido, o equívoco que é cometido pelo atual Governo, como o foi pelo anterior, o equívoco de pleitear que os países europeus e os Estados Unidos desistam dos subsídios. O que o Brasil deveria fazer era desenvolver melhor a sua tecnologia agrícola – nesse sentido, temos feito bastante através da Embrapa, graças a Deus – e, ao mesmo tempo, conceder um pouco de subsídio para que a sua agricultura possa empregar mais brasileiros, para que sua agricultura possa oferecer alimentos mais baratos, sobretudo aos pobres, àqueles que precisam de alimentos na mesa para sobreviver.

Pois bem, meu caro Professor Cristovam Buarque, concordo com quase tudo o que V. Ex<sup>a</sup> afirmou no seu brilhante e recente discurso, mas me permitiria fazer estas observações.

O Brasil precisa se debruçar sobre essa questão com mais profundidade, com mais seriedade. O Brasil precisa se livrar de certos estereótipos que vêm de fora, porque até hoje essas intervenções externas não têm trazido nada de positivo ao Brasil.

Nas nossas crises, nós nunca contamos com eles. Na nossa luta para a produção e para a colocação dos nossos produtos nos mercados internacionais, só temos tido, desses países, atitudes de intransigência e de incompreensão – eu estou falando dos subsídios, que sabotam a economia brasileira.

E os subsídios para a indústria, os subsídios que são concedidos ao aço americano? E tudo aquilo que, de repente, o Brasil pode produzir em condições competitivas? Tudo isso tem sido, por parte desses países, bloqueado de uma forma impiedosa.

**O SR. PRESIDENTE** (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Senador, permita-me um aparte?

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – E tem sempre um pretexto. Ora é um pretexto humanitário, ora é um pretexto econômico, da mesma forma que eles arranjaram um pretexto para invadir o Iraque. Passaram por cima da decisão da ONU, não respeitaram a decisão das ONU, onde, via de regra, eles mandam, impõem as decisões.

Veja V. Ex<sup>a</sup> que coincidência significativa: sempre que um desses países entram em algum conflito, os outros se solidarizam e vão participar do conflito.

**O SR. PRESIDENTE** (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Permite-me um aparte, Senador?

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – Veja agora, no caso do Iraque, qual foi a posição da Inglaterra, qual foi a posição da Itália, da França, de todos eles?

Aqui mesmo, na América do Sul, nós tivemos recentemente – não muito recentemente, mas historicamente foi recente – o caso das Ilhas Falklands, das Malvinas: imediatamente, a Inglaterra contou com a solidariedade dos Estados Unidos, e os argentinos ficaram sós, porque a solidariedade, a política de boa vizinhança esbarra sempre nos interesses econômicos das grandes nações. Por isso é que o ex-Presidente Jânio Quadros, que tinha muita coisa errada, mas era um homem inteligente e tinha sensibilidade política, dizia que a política de boa vizinhança é a política de bons negócios.

**O SR. PRESIDENTE** (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Permite-me um aparte, Senador?

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – Com muita honra, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Eu sei que não é tradição dar aparte da Presidência, mas hoje, sexta-feira...

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – Mas essa tradição já foi quebrada várias vezes com o Mão Santa, de forma que V. Ex<sup>a</sup> pode se permitir a exceção criada.

**O SR. PRESIDENTE** (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Vamos quebrar seguindo o estilo Mão Santa! Eu fico muito feliz com seu discurso antiimperialista. Alegro-me muito.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – Ah, inteiramente. Sempre fui.

**O SR. PRESIDENTE** (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Sei, sei disso. Agora, se formos ocupar, destruir toda a floresta – digo “se”, porque acho que isso não é necessário –, se formos destruir toda a nossa floresta para produzir etanol, será uma forma de submissão ao colonialismo.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – Não, eu acho que nem começamos ainda.

**O SR. PRESIDENTE** (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Isso, isso.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – Nós não estamos produzindo mais etanol do que produzíamos antes.

**O SR. PRESIDENTE** (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Mas eu coloquei o “se”.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – Por isso é que eu estou colocando o confronto.

**O SR. PRESIDENTE** (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Então...

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – Veja lá o exemplo que dão os Estados Unidos.

**O SR. PRESIDENTE** (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Mas eu disse...

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – Eles estão contra a produção de etanol pelo Brasil, mas não estão contra a produção de etanol produzida pelos Estados Unidos.

**O SR. PRESIDENTE** (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Claro!

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – E veja que, lá, a matéria-prima utilizada é o milho.

**O SR. PRESIDENTE** (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Mas longe de mim defender os Estados Unidos!

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – O milho não é só um grande alimento...

**O SR. PRESIDENTE** (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Não vou defender os Estados Unidos de jeito nenhum, até porque toda crise ecológica..

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – O milho vem desde as civilizações pré-colombianas. Os incas, os astecas se tornaram fortes na civilização pré-colombiana por conta do milho.

**O SR. PRESIDENTE** (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Claro.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – E os Estados Unidos têm no milho uma base alimentar nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Mas não é só isso: a crise ecológica vem dos Estados Unidos, eles são os verdadeiros poluidores.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – Destruíram tudo, acabaram com tudo.

**O SR. PRESIDENTE** (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Isso, exatamente.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – Acabaram, inclusive, com os índios.

**O SR. PRESIDENTE** (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Estou totalmente de acordo com o senhor. Agora, se – e o mercado pode levar a isso – formos transformar o Brasil no alimentador de automóveis do mundo, será uma forma de colonialismo também. Digo “se”, volto a insistir, porque tenho a esperança de que não iremos fazer isso, tenho esperança de que vamos fazer a produção de etanol respeitando o meio ambiente.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – Claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Então estamos de acordo: o fundamental aqui é sermos anticolonialistas. Nós vamos escolher a melhor alternativa para o Brasil e para a humanidade também, porque a idéia do nacionalismo ignorando o resto da humanidade é uma idéia de nacionalismo xenófoba. Nós estamos de acordo com isso. A única diferença, talvez, seja o grau de preocupação. Preocupa-me que, se entregarmos as terras brasileiras ao mercado sem definir áreas de proteção – não acredito que isso vá acontecer –, estaremos sendo colonizados para alimentar a civilização do automóvel em detrimento da civilização do alimento e da civilização do equilíbrio ecológico. Mas eu acredito que isso não vá acontecer. Eu acredito que o Brasil saiba que já sofremos muito colonialismo. O próprio modelo de crescimento que nós usamos é colonizado. Não podemos dar mais um passo nesse sentido. Estou, portanto, totalmente de acordo com seu discurso antiimperialista.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, que, fazendo assim, sensibiliza-me, porque eu sou daqueles que, no Regime de 64, tom-

baram com essa bandeira – eu fui cassado, em 69, pelo AI-5. Eu digo sempre que, se a história se repetisse, eu me repetiria também nas posições que tomei àquela época.

Não me arrependo de nada, porque estava defendendo o meu País e, dentro dessa visão de V. Ex<sup>a</sup>, pensando no futuro dele.

Na Paraíba, havia um jurista – era famoso no Brasil, escreveu várias obras – que se chamava Mário Moacyr Porto. Ele cunhava frases perfeitas, na forma e no conteúdo.

**O SR. PRESIDENTE** (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Conheci-o muito bem. É uma das figuras mais impactantes que já conheci.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – Ele dizia sempre que, nas horas de crise, a virtude está no centro – não é no centro político, mas, vamos dizer, no centro geográfico das idéias.

Acho que o Presidente Lula – e aqui repito o que já afirmei –, pela sua clarividência, pela sua intuição, é um predestinado. Não estou querendo puxar o saco do Presidente, mas, para ser bem sincero, é preciso dizer isso. Este homem saiu do sertão de sua terra, Pernambuco, chegou em São Paulo como um retirante e, longe das expectativas de todo o mundo, se tornou Presidente da República. Por isso mesmo, já é um predestinado. Deus, na sua generosidade, deve ter lhe reservado esse papel.

Acho que ele vai usar toda a sua intuição, toda a sua inspiração para encontrar o ponto e o caminho para, mais uma vez, posicionar o Brasil no melhor rumo, no mais acertado rumo, que não pode ser o rumo nem de um lado nem de outro, porque penso como o Desembargador Mário Moacyr Porto, que já citei, “nas horas de crise, a virtude está no centro”, ou seja, a virtude é a terceira posição. E um estadista como tem-se revelado o Presidente Lula certamente encontrará essa terceira posição.

Sou daqueles também que admiram – e admiram mesmo – a Ministra Marina Silva, não por outras qualidades, mas sobretudo pela sua santa obstinação em defender as coisas em que acredita.

Bem, acho que os momentos de lamentações já devem ser encerrados. O Brasil não pode parar nessa discussão, porque ninguém, por mais inteligente, preparado e qualificado que seja, pode estar acima do País, acima do Brasil. O momento agora é de todos ajudarmos, contribuímos, para que o substituto, que já foi anunciado, de Marina Silva, possa continuar esse trabalho.

Que as decisões do Ministério, como disse muito bem o Professor Cristovam Buarque, deixem de ser a decisão do ministro “A”, do ministro “B”, daqueles que



defendem a produção agrícola de forma extremada, daqueles que defendem a preservação da ecologia também de forma extremada, para ser uma posição que represente a melhor posição para o nosso País.

Mas essa crise teve um lado positivo, no meu entender. Ouvi, hoje, o discurso do Senador Mozarildo Cavalcanti. Um discurso sereno, equilibrado, mas que teve a virtude de trazer à discussão problemas que não conhecíamos ainda. Não sabíamos que, na Amazônia, havia ONGs tão poderosas, tão bem aquinhoadas com recursos públicos de todos os brasileiros. E essa questão precisa ser analisada agora, já que a crise teve a virtude de trazê-las à tona. Era essa a observação que eu queria fazer.

Prosseguindo no meu discurso, eu estava falando da confiança do mercado no governo que o Presidente Lula está fazendo. Essa confiança do sistema financeiro internacional no Brasil nada mais é do que o reflexo dos êxitos da política econômica do Presidente Lula.

É sempre bom lembrar, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que, quando o Presidente Lula assumiu, no início de 2003 – e todos aqui se lembram –, havia uma forte desconfiança dos investidores e da comunidade financeira internacional, que não considerava nem um pouco sérias as políticas preconizadas historicamente pelo então candidato Lula. Todos tinham medo, pânico, de que o Presidente Lula, compromissado como sempre foi com as causas sociais e com os movimentos populares, pudesse querer fazer um governo, a exemplo de outros que já ocorreram no Brasil e na América do Sul, populista, um governo descompromissado com a realidade econômico-financeira do País.

O clima era de intranquilidade geral. Por exemplo, a cotação do dólar chegou a R\$4,00 nas últimas semanas da campanha, sinalizando o nervosismo do mercado quanto a possíveis consequências da vitória de Lula.

Lula era apresentado por certos setores mais conservadores – ou desconfiados, para usar uma palavra mais realista – como o antieconomia, como alguém que não teria pulso para gerir as finanças nacionais. Isso, é claro, tinha sua razão de ser. Afinal, o Brasil não possuía exatamente tradição de estabilidade e de capacidade de honrar seus compromissos.

O Brasil saía de inúmeras crises, desde Getúlio, quando preparou-se um golpe que foi abortado pelo gesto dramático e altamente corajoso: o suicídio do Presidente Getúlio Vargas. Esse golpe foi abortado, mas não desistiram dele. O golpe continuou e terminou se efetivando com a deposição do Presidente João Goulart e com 21 anos de férrea ditadura.

Esses antecedentes davam ao povo brasileiro, de um lado, aqueles que lutavam pela consolidação da

democracia, de se fixar num Presidente que pudesse restabelecer a confiança do povo num governante que realmente tinha compromisso com os mais pobres, com os mais humildes; e, de outro lado, os setores mais conservadores, o receio de que o País pudesse mergulhar numa crise. Ao contrário, vivemos durante muitos anos sob o signo da hiperinflação, que chegou a bater 2% ao dia, o que hoje equivale ao índice de um semestre. Além disso, tínhamos enorme dificuldade para acumular dólares suficientes para pagar os juros da dívida externa, e a dívida interna crescia em proporções geométricas. Ademais, vivíamos praticamente sob a tutela do Fundo Monetário Internacional (FMI), cujos técnicos faziam constantes visitas a Brasília para conferir o desempenho da economia e para ditar metas para que o Fundo pudesse nos conceder ajuda em moeda forte. Ajudas essas que, no meu entender, sempre foram ajudas alienantes, ajudas que nos forçaram a posições que, muitas vezes, resultaram na renúncia da nossa própria soberania.

Mas, felizmente, tudo isso é coisa do passado. Hoje, esses fatos são apenas parte de nossa história recente. Atualmente, temos uma economia cada vez mais sólida, fruto de esforços que começaram há pelo 10 anos e que foram corajosamente mantidos pelo Presidente Lula e sua equipe econômica. Certamente, um dos maiores responsáveis por tudo isso é o Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, incansável defensor das políticas responsáveis pela estabilidade econômica.

Se conquistamos o grau de investimento, isso se deve, fundamentalmente, a três diretrizes básicas seguidas à risca pela equipe econômica: o câmbio fluante, a persistência na obtenção de superávit primários e o cumprimento de metas de inflação previamente estabelecidas. Sobre o superávit primário, tenho até minhas divergências, mas é uma política econômica e, evidentemente, merece ser encarada com respeito. As minhas divergências se situam exatamente no ponto em que o superávit primário, muitas vezes, forçam o Governo nacional a priorizar a questão do compromisso com a dívida externa, em oposição ao compromisso com o desenvolvimento social e econômico, sobretudo o social.

Aliás, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, foram exatamente essas diretrizes que permitiram também outras conquistas para a economia brasileira. Reconheço.

Por exemplo, olhemos para a questão do endividamento: em 2003, no início do primeiro mandato do Presidente Lula, a dívida total do setor público era algo em torno de 52% do PIB. No ano passado, esse índice fechou com 42.6%; ou seja, em quatro anos, houve uma redução de 10 pontos percentuais.



Por outro lado, em 2007, zeramos a dívida externa líquida, que em 2003 representava expressivos 27% do PIB! Em certo sentido, isso ocorreu em virtude do significativo aumento das nossas reservas internacionais. Ao final do ano passado, tínhamos em caixa nada menos do que US\$180 bilhões, contra apenas US\$49 bilhões em 2003.

Se considerarmos o nosso comércio exterior, veremos que os resultados também foram bastante expressivos. O histórico déficit em transações correntes, por exemplo, virou superávit! Repito: o histórico déficit em transações correntes virou superávit. Em 2003, esse déficit estava praticamente zerado, mas, em 2005, chegamos a registrar um superávit anual de US\$13,9 bilhões! As exportações saltaram de US\$73 bilhões, em 2003, para US\$160 bilhões, em 2007, e nosso saldo comercial passou de US\$25 bilhões para US\$40 bilhões no mesmo período.

Outro êxito econômico importante, e também profundamente significativo do ponto de vista político, foi a quitação dos empréstimos junto ao FMI. Essa era uma “pedra no sapato” do Governo brasileiro há muito tempo e sempre foi uma bandeira da oposição que o Brasil ficasse, de uma vez por todas, livre da interferência do FMI em nossos assuntos internos.

Estou falando que essa sempre foi uma preocupação das oposições, de hoje e de ontem, só que, muitas vezes, o palanque é o mesmo, mas o atores mudam.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador José Maranhão, permite-me?

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – Com muita honra, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Participei de inúmeras e inúmeras passeatas: “Fora FMI, seu lugar não é aqui”. Hoje, com alegria, o seu pronunciamento é uma constatação de que o FMI não está mais envolvido na economia nacional.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – Assim como V. Ex<sup>a</sup>, que não mudou de posição, há os outros que mudaram de posição: no passado, cobravam essas posições e, hoje, silenciam ante um resultado tão significativo na gestão do atual Governo.

Ademais, nos últimos quatro anos, a renda *per capita* avançou 3,05% ao ano; a inflação se manteve controlada. Estes dois dados são importantes: o equilíbrio da inflação, ou o controle da inflação, versus o crescimento da renda *per capita*. Muitas vezes, a renda

*per capita* cresce, mas, em relação à inflação, ela fica sempre atrás, como acontecia no passado.

Todos esses números são públicos, foram divulgadas pelo Banco Central e estão aí para todos que quiserem saber como, realmente, anda a economia do Brasil.

Eu poderia parar por aqui, meus caros companheiros, Senadores, porque apenas esses dados já dão uma mostra significativa do excelente desempenho que nossa economia vem tendo sob o competente comando do Presidente Lula, do Ministro Guido Mantega, do Ministro Paulo Bernardo e, também, do Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, a quem aproveito para cumprimentar nesta oportunidade.

Contudo, eu não poderia deixar de mencionar, também, o crescimento econômico: em 2003, crescemos apenas 1,1%, enquanto em 2007 esse índice foi de 5,4%. É claro que está aquém daquilo que nós desejávamos, mas houve um incremento significativo no crescimento econômico do Brasil.

Parece, Srs. Senadores, que esse resultado vai-se repetir também em 2008: de acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o primeiro trimestre desse ano registrou um crescimento da ordem de 7,6% nas vendas reais da indústria, em relação ao primeiro trimestre de 2007. Certamente, já temos aí uma influência do PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento, embora a oposição insista em dizer que ele não sai do papel!

Além disso, eu não poderia deixar de mencionar, também, o crescimento da massa salarial. Tomando por base os dados consolidados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), verificamos que, no acumulado 2005 e 2006, a massa salarial do País aumentou 20,6%. Calcula-se que, do início de 2005 até o fim de 2007, o aumento tenha sido de 30% em termos reais!

Todos esses expressivos resultados que acabei de mencionar são fruto, claro, da política econômica que vem sendo coerentemente adotada pelo Governo ao longo desse período.

Mas, também, esses números refletem o êxito dos programas sociais implementados pelo Governo. Refiro-me, por exemplo, ao BCP, Benefício de Prestação Continuada, uma ajuda financeira para idosos com mais de 65 anos, cuja renda seja de até um quarto do salário mínimo e, de modo especial, ao Bolsa Família, que consolidou quatro programas anteriores: o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o Bolsa

Escola, o Bolsa Alimentação e o Vale Gás. Eu mencionaria, também, o Programa de Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar (PAA). É um tiro só matando dois coelhos, porque, é lógico, se o Governo estimula a agricultura familiar mas não lhe cria o mercado para a colocação dos seus produtos, esse programa poderia levar a uma grande falência. O Governo ajuda na alimentação dos mais pobres e, ao mesmo tempo, ajuda a fortalecer uma atividade econômica, tornando-a viável e dando condições de dignidade a esse produtor que, geralmente, vivia à margem dos grandes produtores rurais.

O resultado desses programas é tão expressivo que a última PNAD, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada pelo IBGE em 2006, mostra que houve uma significativa redução do número de brasileiros que, em 2001, tinham renda domiciliar *per capita* igual ou abaixo de R\$100,00: naquele ano, 38 milhões de pessoas estavam nessa situação; em 2005, conseguimos reduzir para 30 milhões. Houve, portanto, uma redução de oito milhões de brasileiros.

Também houve uma redução da desigualdade social. Entre 2001 e 2005, de acordo com o PNAD, o quinto mais pobre da população brasileira teve um ganho de renda domiciliar *per capita* de 26,6%, enquanto o décimo da população mais rica teve queda de 1,3%. Se tomarmos como parâmetro a variação do Coeficiente de Gini, que mede a desigualdade da renda, verificaremos que, entre os 74 países nos quais esse indicador é acompanhado desde a década de 90, menos de um quarto foi capaz de reduzi-lo a uma velocidade maior do que o Brasil, de acordo com estudo realizado pelo Ipea. Isso indica que, graças aos programas inclusivos de renda adotados pelo Governo, possuímos um dos ritmos de queda da desigualdade social mais acelerados do mundo!

Esses dados são confirmados pela Cepal, a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina. Em recente estudo divulgado em 2007, aquela comissão informa que, graças aos programas sociais do Governo, o Brasil já conseguiu atingir a Primeira Meta de Desenvolvimento do Milênio, de reduzir pela metade o número das pessoas extremamente pobres verificado em 1990. Essa meta, é bom frisar, não é do Governo brasileiro, mas do órgão que já citei.

O resultado de todas essas políticas inclusivas, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é mais dinheiro no bolso dos brasileiros, sobretudo daqueles mais pobres, que nunca tiveram acesso ao mercado consumidor.

E aqui eu faria um comentário acerca da forma como certos segmentos se portam diante dos programas sociais do Presidente Lula, tentando desqualificar esses programas, e com aquela velha balela de que mais importante é ensinar a pescar de que dar o peixe. Lembraria aqui o exemplo daquele país que, para esses mesmos segmentos, é tido como um padrão social, um padrão político, um padrão econômico: os Estados Unidos. Nos Estados Unidos, os governos têm programas sociais semelhantes a esse que o Presidente Lula está levando à frente aqui, no Brasil. Porque é claro: é importante ensinar a pescar, mas uma coisa não prejudica a outra. Você tem que dar o peixe enquanto o cidadão não aprende a pescar ou enquanto o mar não está para peixe. Essa é que é a realidade.

Isso tem como consequência direta o aquecimento do consumo, a ponto de o Governo já haver cogitado medidas para restringir o crédito, conforme veiculado pela imprensa. De fato, as vendas a varejo, por exemplo, cresceram 10% no ano passado, graças, principalmente, aos 20 milhões de brasileiros que migraram das classes D e E para a emergente classe C, ansiosa por exercitar a demanda reprimida que, historicamente, a caracterizou nos estratos anteriores. Fatos como esses aqui elencados servem para comprovar, à exaustão, o acerto das políticas sociais do Governo, na medida em que elas têm reflexos positivos incontestáveis na economia, substituindo velhos paradigmas e introduzindo no Brasil o almejado ciclo virtuoso do crescimento sustentado.

A perfeita sincronia entre política econômica e política social exorciza a perversa diretriz econômica preferencial de governos pretéritos, segundo a qual era preciso crescer primeiro para só então distribuir o bolo. Esses governos passaram, e nunca cumpriram a segunda parte de suas promessas.

Hoje, o Governo brasileiro tem um dos maiores e mais eficientes programas de transferência e redistribuição de renda do mundo. E é justamente essa preocupação com o social, com a necessidade de se habilitar o indivíduo para o acesso à sociedade de consumo que coloca o País num novo patamar: o fortalecimento do mercado interno desponta como premissa para o desenvolvimento econômico sustentado.

Desse modo, Sr. Presidente, quero, aqui, manifestar o meu mais irrestrito apoio à política econômica adotada pelo Governo, que está fazendo com que o Brasil não apenas mereça o reconhecimento e a con-

fiança da comunidade financeira internacional, mas também possa melhorar as condições de vida do nosso povo mais sofrido.

É isto que a sociedade espera de nós, políticos: trabalho, seriedade e competência, sobretudo, comprometimento com a nacionalidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Senador José Maranhão, permita-me cumprimentá-lo pelo pronunciamento que faz, retratando o Brasil atual, ainda numa retrospectiva histórica. V. Ex<sup>a</sup> mostra, com muita clareza, que o próprio valor do salário mínimo, que nós – e V. Ex<sup>a</sup> lembra-se – lutávamos tanto para ultrapassar o valor de US\$100; depois da nossa luta, sonhávamos pelos US\$200, e agora estamos trabalhando já para os US\$300. E não é só a questão do dólar, principalmente porque o salário mínimo dobrou o seu valor de compra. Cerca de 8,5 milhões de pessoas estão no mercado agora, com carteira assinada, o risco Brasil despencou, e a taxa de juros está sob controle. São indicadores que V. Ex<sup>a</sup> sinaliza com muita competência no seu pronunciamento, por isso quero somar-me a ele. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>!

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – Não posso deixar, Senador, neste pronunciamento, de fazer o reconhecimento à política econômica do atual Governo, sobretudo porque ele soube combinar magistralmente uma política econômica, hoje vitoriosa, com uma política social, que está melhorando o padrão de vida, procurando incluir no conjunto da sociedade os que viviam à margem e abaixo de qualquer nível.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Na miséria absoluta.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – Inclusive sem o direito de comer, sem o direito não só ao trabalho, mas, principalmente, sem o direito de se alimentar dignamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A respeito da citação que V. Ex<sup>a</sup> fez, e muito bem, sobre o Estatuto do Idoso, acerca do dado que me chegou, de que 4,5 milhões de pessoas, depois do Estatuto do Idoso, que teve todo o apoio e o aval – eu tenho de fazer este registro, porque fui o autor – do Presidente Lula, caso contrário não teria acontecido, passaram a receber um salário mínimo. Agora foi estendido, baseado no Estatuto, também às pessoas com deficiência. Somo-me à sua fala, porque V. Ex<sup>a</sup> foi brilhante no encerramento da semana.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – Nós, aqui, somos testemunhas do esforço, do trabalho e, sobretudo, do mérito trazido para o idoso brasileiro, que hoje se beneficia do crescimento da média de vida, mas que vivia à margem, principalmente o mais pobre, o mais carente, de todo o aparelho social. Era ignorado inteiramente pelo aparelho social estatal. Não se pensava na sorte do idoso.

V. Ex<sup>a</sup>, em boa hora, apresentou um projeto de lei que modificou inteiramente essa realidade e que hoje concede *status* de dignidade e de respeito àqueles que dedicaram toda a vida ao trabalho, à família e, principalmente, ao futuro deste País.

*Durante o discurso do Sr. José Maranhão, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Cristovam Buarque.*

*Durante o discurso do Sr. José Maranhão, o Sr. Cristovam Buarque, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Antes de encerrar a sessão, quero, mais uma vez, dizer da minha satisfação de termos, hoje, pedido que se registrasse nos Anais da Casa o artigo do jornalista Paulo Sant'Ana, que fortalece a nossa caminhada para que o aposentado e o pensionista não tenham mais o cálculo no benefício do fator previdenciário e, ao mesmo tempo, garantir ao aposentado, que ganha mais de um salário mínimo, o mesmo percentual que é concedido ao salário mínimo. Teremos esse debate na Câmara na próxima semana. Vamos torcer para que aprovemos, com rapidez, essas matérias, como também a Emenda da Saúde, de autoria do Senador Tião Viana, e que V. Ex<sup>a</sup> tão bem apoiou, nem que tenhamos de construir uma outra forma de contribuição para que a saúde e os aposentados estejam contemplados.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 13 horas e 47 minutos.)*

*ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1013 , de 2008*

*O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 006010/02-4 (anexo 006199/02-0),*

*RESOLVE, fundamentado no inciso IV, do art. 222, da Lei 8.112/90, por perda da qualidade de beneficiário por ter atingido a maioridade, cancelar a cota de 50% (cinquenta por cento) da pensão temporária concedida a LAMARCK SILVEIRA PEDROSA, na condição de filho menor e nos termos do art. 223, inciso II, da Lei 8.112/90 , reverter a referida cota cancelada a MARIA APARECIDA DE JESUS, na condição de ex-esposa pensionada e WILNA ZELIA SILVEIRA PEDROSA, na condição de cônjuge, alterando as cotas da pensão vitalícia de 25% (vinte e cinco por cento) para 50% (cinquenta por cento) para cada uma, concedida pelo Título Concessório às fls. 85, dos proventos que percebia o ex-servidor LOURINALDO ALVES PEDROSA, matrícula 2747, a partir da data da maioridade, 30/04/2008.*

*Senado Federal, em 16 de maio de 2008.*

  
AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor-Geral

Emendas apresentadas perante a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 426**, adotada em 8 de maio de 2008 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que “Altera o Anexo I da Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005, para aumentar o valor da Vantagem Pecuniária Especial - VPE, devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal”.

CONGRESSISTAS	EMENDA N°S
Deputada Andreia Zito	004, 008
Deputado Chico Alencar	009
Deputado Davi Alcolumbre	011, 013
Deputado Eduardo Valverde	001
Senador Francisco Dornelles	010
Deputado Geraldo Magela	006
Deputado Geraldo Pudim	003
Deputado Jair Bolsonaro	014, 015, 016
Senador José Sarney	022, 023
Deputado Luiz Sérgio	017
Deputado Marcelo Itagiba	005
Senador Marcelo Crivella	021
Deputada Maria Helena	002
Deputado Miro Teixeira	018, 019
Deputado Moreira Mendes	020
Deputado Raul Jungmann	012
Deputada Solange Amaral	007

**SSACM**

**Total de Emendas: 023**



## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

**MPV-426**  
**00001**

Data 15/05/2008	Proposição Medida Provisória nº 426/2008			
autor <b>Eduardo Valverde PT-RO</b>	Nº do prontuário			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> Substitutiva    3. <input type="checkbox"/> Modificativa    4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

**Acrescente-se a Medida Provisória n.º 426, de 2008, os seguintes artigos :**

"Altera o Anexo I da Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005, para aumentar o valor da Vantagem Pecuniária Especial – VPE, devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, **estende a Gratificação de Condição Especial da Função Militar- GCEFD, devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos Ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia, Roraima e do antigo Distrito Federal e altera a Lei nº11.356, de 19 de outubro de 2006.**"

Art.1º- O Anexo I da Lei nº11.134, de 15 de Julho de 2005, passa a vigorar nos termos do Anexo a esta Medida Provisória.

**Art. 2º-Fica estendida a gratificação de Condição Especial de Função Militar – GCEF, a ser paga mensal e regularmente, a partir de 1º de fevereiro de 2008, aos militares da ativa da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia, Roraima e do antigo Distrito Federal no valor de R\$ 351,49 (trezentos e cinquenta e um reais e quarenta e nove centavos).**

**Parágrafo único – A GCEF integra os proventos na inatividade remunerada dos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia, Roraima e do antigo Distrito Federal.**

**Art.3º-O Anexo XVII, da Lei nº11.356, de 19 de Outubro de 2006, passa a vigorar nos termos do anexo II desta Lei.**

**Art. 4º-As despesas decorrentes da aplicação desta lei serão custeadas com recursos do Tesouro Nacional.**

Art. 5º- Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 2008.

Art. 6º- Fica revogado o art. 2º e o Anexo I da Lei nº11.663, de 24 de abril de 2008.

**ANEXO II**

Tabela de Valor da Gratificação Especial de Função Militar – GEFM

POSTO / GRADUAÇÃO	VALOR EM R\$
OFICIAIS SUPERIORES	
Coronel	6.192,73
Tenente-Coronel	5.951,09
Major	5.354,99
OFICIAIS INTERMEDIÁRIOS	
Capitão	4.518,56
OFICIAIS SUBALTERNOS	
1º Tenente	3.993,85
2º Tenente	3.737,50
PRAÇAS ESPECIAIS	
Aspirante a Oficial	3.122,77
Cadete (último ano) da Academia de Polícia Militar ou Bombeiro Militar	1.668,11
Cadete (anos iniciais) da Academia de Polícia Militar ou Bombeiro Militar	1.199,54
PRAÇAS GRADUADAS	
Subtenente	3.024,18
1º Sargento	2.713,85
2º Sargento	2.424,57
3º Sargento	2.175,75
Cabo	1.839,75
DEMAIS PRAÇAS	
Soldado – 1ª Classe	1.735,51
Soldado – 2ª Classe	1.199,54

**JUSTIFICAÇÃO**

A emenda em questão visa fazer justiça aos servidores militares do Ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia, Roraima e do antigo Distrito Federal, que, por mandamento constitucional, são organizados e mantidos pela União e devem ser tratados de forma igualitária, com os servidores militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, pois o ente que os mantém e a legislação são os mesmos.

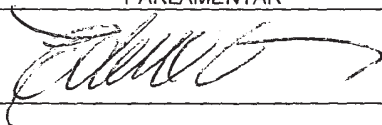
A finalidade desta proposta é evitar que os servidores militares do ex-territórios e do antigo Distrito Federal caiam no esquecimento, como ficou evidenciado com os servidores militares do antigo Distrito Federal.

Quando na aprovação da Medida Provisória 401/07, ficou acordado junto com as Lideranças do Governo e Oposição, que em outra medida o aumento concedido em caráter privativo aos militares do Distrito Federal foi retirado de seu texto original o termo "privativamente aos militares do Distrito Federal", deixando uma clara sinalização da possível extensão por meio administrativo ou judicial aos militares dos ex-territórios e do antigo Distrito Federal.

Outro fato relevante é que os militares dos ex-territórios Federal do Amapá e do antigo Distrito Federal vinha recebendo a gratificação que teve seu valor reajustado na Medida Provisória 401/2007, por força da decisão judicial.

Dessa forma o Estado deve olhar para esses servidores militares e adotar para com eles uma atenção mais humanitária, deixando de invocar o eventual pretexto de que pertencem a um quadro em extinção, uma vez que justamente essa condição implica em uma crescente diminuição das demandas e custos para a Administração.

PARLAMENTAR



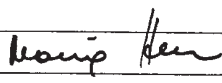
**MPV-426****00002****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****Data**  
14/05/2008**Proposição**  
Medida Provisória n.º 426/2008**Autor**  
Dep. Maria Helena**nº do prontuário: 005**1. ☐ supressiva    2. ☐ substitutiva    3. ☒ modificativa    4. ☐ aditiva    5. ☐ substitutivo global**Página****Artigo****Parágrafo****Inciso****alínea****TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Dê-se à Ementa, aos artigos 2º, 4º e ao Anexo II constantes da Medida Provisória n.º 426, de 08 de maio de 2008, as seguintes redações:

*“Altera o Anexo I da Lei n.º 11.134, de 15 de julho de 2005 e o Anexo XVII da Lei n.º 11.356, de 19 de outubro de 2006, para aumentar o valor da Vantagem Pecuniária Especial – VPE, devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, bem com para aumentar a Gratificação de Condição Especial de Função Militar-GCEF, devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos extintos Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima e do antigo Distrito Federal.*

*Art. 2º O Anexo XVII da Lei n.º 11.356, de 19 de outubro de 2006, passa a vigorar nos termos do Anexo II desta Medida Provisória.*

*Art. 4º Fica revogado o art. 2º e o Anexo I da Lei n.º 11.663, de 24 de abril de 2008 e ainda, o Anexo XVII da Lei n.º 11.356, de 19 de outubro de 2006.*

**Assinatura** x 

## ANEXO II

(Anexo XVII da Lei n.º 11.356, de 19 de outubro de 2006)

<b>POSTO/GRADUAÇÃO</b>	<b>VALOR EM R\$</b>
<b>OFICIAIS SUPERIORES</b>	
Coronel	6.192,73
Tenente-Coronel	5.951,09
Major	5.354,99
<b>OFICIAIS INTERMEDIÁRIOS</b>	
Capitão	4.518,56
<b>OFICIAIS SUBALTERNOS</b>	
1º Tenente	3.993,85
2º Tenente	3.737,50
<b>PRAÇAS ESPECIAIS</b>	
Aspirante a Oficial	3.122,77
Cadete (último ano)da Academia da Polícia Militar ou Bombeiro Militar	1.668,11
Cadete (demais anos)da Academia da Polícia Militar ou Bombeiro Militar	1.199,54
<b>PRAÇAS GRADUADAS</b>	
Subtenente	3.024,18
1º Sargento	2.713,85
2º Sargento	2.424,57
3º Sargento	2.175,75
Cabo	1.839,75
<b>DEMAIS PRAÇAS</b>	
Soldado - 1º Classe	1.735,51
Soldado - 2º Classe	1.199,54

Assinatura:



**JUSTIFICATIVA**

Propõe-se com esta emenda promover melhoria remuneratória para os Policiais e Bombeiros Militares integrantes do quadro dos extintos Territórios Federais de Roraima, Rondônia e Amapá, reajustando a Gratificação Especial de Função Militar-GEFM.

O reajuste da mencionada gratificação faz-se necessário, no momento em que houve recomposição da Vantagem Pecuniária Especial-VPE, destinada a Polícia Militar e Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal, mediante a edição da Medida Provisória nº 426, de 08 de maio de 2008, ocasião em que os policiais dos extintos Territórios não foram contemplados.

Atualmente o Governo Federal tem criado gratificações e vantagens através de leis específicas para os militares do Distrito Federal, desrespeitando a finalidade do Art. 65, da Lei nº 10.486, de 2002, que estabelece tratamento igualitário aos militares dos extintos Territórios e do antigo Distrito Federal, pois esses não possuem legislação própria, portanto, não são considerados militares das Forças Armadas e, pelo fato de não existir Polícia Militar Federal, ficam desprovidos de qualquer equiparação aos demais militares e, conseqüentemente ficam à margem dos reajustes concedidos aos militares das Forças Armadas e do Distrito Federal.

Em 1º de abril de 2008, o Senado Federal aprovou a Medida Provisória nº 401/2007, ratificando o reajuste para os policiais e bombeiros do Distrito Federal. Nessa ocasião, os Senadores firmaram um acordo com o governo no sentido de votar a MP com a condição do governo propor com a maior brevidade o reajuste dos militares e bombeiros dos extintos Territórios, o que não ocorreu com a edição do presente dispositivo.

Portanto, ao firmar o acordo no Senado Federal, o governo se comprometeu a conceder reajuste, seja no soldo ou na Gratificação Especial de Função Militar para os militares dos extintos Territórios de Roraima, Rondônia e Amapá, razão pela qual faz-se necessária a apresentação desta emenda, evitando assim, um tratamento desigual e injusto para com os policiais e bombeiros dos ex-Territórios. Devido a similaridade de funções, de gratificações e vantagens previstas na Lei nº 10.486/02, mostra-se conveniente equiparar a Vantagem Pecuniária Especial-VPE, devida aos militares do DF à Gratificação Especial de Função Militar-GEFM, devida aos militares dos extintos Territórios, pois desde a edição da citada Lei, esses militares tem equivalência na remuneração, o que lhes assegura perceber o valor da Gratificação específica ao da VPE.

O impacto financeiro é inexpressivo em virtude do pequeno número de militares nos extintos Territórios, que somam, aproximadamente, três mil e setecentos policiais e bombeiros, nos estados de Roraima, Rondônia e Amapá.

Assinatura: 



**MPV-426****MEDIDA PROVISÓRIA 426 DE 2008.****00003**

Acrescenta artigo à Medida Provisória 426, de 2008, que altera o Anexo da Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005, para aumentar o valor da Vantagem Pecuniária Especial – VPE, devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Autor : Poder Executivo

**EMENDA ADITIVA**

Acrescenta-se ao texto da Medida Provisória nº 426 o artigo 2º, renumerando-se os demais, com a seguinte redação:

“Art.2º .Estendem-se aos militares inativos e pensionistas da Polícia Militar e Corpo de Bombeiro do antigo Distrito Federal, os mesmos direitos, prerrogativas, regime remuneratório, incluídas gratificações, aplicáveis aos militares inativos e pensionistas da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, conforme o que estabelece o § 2º do art. 65 da Lei 10.486 de 04 de julho de 2002.

§ 1º. Caberá a Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal a administração dos inativos e dos pensionistas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do antigo Distrito Federal, mediante previsão orçamentária própria, nos termos da legislação em vigor, sem gerar encargos ao Fundo Constitucional do Distrito Federal, instituído pelo art. 1º da Lei 10.633, de 27 de dezembro de 2002.

§ 2º. A gratificação Especial de Função Militar – GEFM, instituída pelo art. 24 da Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, deixa de ser devida aos militares inativos e pensionistas da Polícia Militar e Corpo de Bombeiro Militar do antigo Distrito Federal.

§ 3º. Da aplicação do presente artigo, não poderão resultar perdas nos proventos da inatividade e ou nas pensões, devendo eventuais diferenças serem pagas a título de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada.

§ 4º. Esse artigo produzirá efeitos financeiros a partir da vigência da presente Lei”.

### Justificativa

A Lei 10.486/02 determina, ainda, na forma do § 2º do art. 65 que; “ o mesmo procedimento aplicado aos militares do Distrito Federal, será adotado para os remanescentes do antigo Distrito Federal”.

A origem do pessoal de que trata esta emenda é distrital, conforme pronunciamento do Advogado-Geral da União (Parecer nº AGU/WM-4/200).

Na verdade o que houve, foi a mudança do espaço geográfico do Distrito Federal, tanto é verdade, que a Polícia Militar do Distrito Federal, comemorou no dia 13 de maio, 199 anos de existência; se as corporações não fossem unas, como comemorar tantos anos, se Brasília tem apenas 48 anos?

Todos ingressaram na PMDF ou CBDF e eram contribuintes da Pensão Militar, nos mesmos moldes que seus pares do Distrito Federal. Na verdade os inativos foram de todas as formas prejudicados, pois, quando morriam, em qualquer época, seus pensionistas passavam a receber o mesmo vencimentos dos pensionistas do Distrito Federal, por isso, é que sempre valeram mais mortos do que vivos, pois vivos recebiam o salário pago pelo Estado e ao morrerem , seus pensionistas recebiam, tal qual, os militares do Distrito Federal.

A presente emenda corrige, assim, essa injustiça histórica, de modo a conferir aos militares inativos e respectivos pensionistas do antigo Distrito Federal, o mesmo procedimento dispensado a seus pares.

A Gratificação Especial de Função Militar – GEFM, criada pela Lei 11.356, de 19 de outubro de 2006, deixa de ser devida ao pessoal militar do chamado antigo Distrito Federal, porque, instituída para suprir a não aplicação da Lei 11.134, de 15 de julho de 2005 (VPE). A partir do momento em que passam a ter os mesmos direitos e prerrogativas de seus pares, a GEFM, deve ser suspensa.

Na verdade o art. 61 da Lei 10.486, de 4 de julho de 2002, já garante a irredutibilidade nos vencimentos. Essas vantagens foram conquistadas através de legislações específicas e devem continuar a serem pagas.

A emenda que ora se propõe não trará aumento de despesas para o Distrito Federal, pois existem verbas próprias que já atendem as despesas com o pessoal militar em foco, mencionadas na Lei nº 10.486 antes reportada.

Brasília, 15 de maio de 2008.

Geraldo Pudim  
Deputado Federal - PMDB/RJ

**MPV-426****00004****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data 14/05/2008	proposição <b>Medida Provisória nº 426, de 08 de maio de 2008.</b>
autora <b>Dep. Andreia Zito</b>	nº do prontuário 283
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input type="checkbox"/> modificativa    4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Inclua-se o seguinte art. 2º, renumerando-se os demais artigos:

“Art. 2º Estendem-se aos militares inativos e pensionistas da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do antigo Distrito Federal, cujo instituidor foi para a inatividade antes de abril de 1960, os mesmos direitos, prerrogativas, regime remuneratório, incluídas gratificações, aplicáveis aos militares inativos e pensionistas da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

§ 1º. Caberá a Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal a administração dos inativos e dos pensionistas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do antigo Distrito Federal, cujo instituidor foi para a inatividade antes de abril de 1960,

§ 2º. A gratificação Especial de Função Militar – GEFM, instituída pelo art. 24 da Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, deixa de ser devida aos militares inativos e pensionistas da Polícia Militar e Corpo de Bombeiro Militar do antigo Distrito Federal.

§ 3º. Da aplicação deste artigo, não poderá resultar perdas nos proventos da inatividade e/ou nas pensões, devendo eventuais diferenças serem pagas a título de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A origem do pessoal de que trata esta emenda é distrital, conforme pronunciamento do Advogado-Geral da União (Parecer nº AGU/WM-4/200).

Na verdade o que houve, foi a mudança do espaço geográfico do Distrito Federal, tanto é verdade, que por exemplo a Polícia Militar do Distrito Federal, está comemorando neste dia 13 de maio de 2008, 199 anos de existência. Se as corporações não fossem unas, como comemorar tantos anos, se Brasília tem apenas 48 anos?

Além do mais, todos ingressaram e foram para a inatividade como servidores militares do Distrito Federal, não se justificando portanto, serem considerados estranhos ao quadro das corporações do Distrito Federal.

Todos que foram para a inatividade antes de abril de 1960, jamais pertenceram a outra corporação a não ser Polícia Militar do Distrito Federal ou Corpo de Bombeiro do Distrito Federal. Portanto, nunca deveriam ter estado subordinados a corporações do Estado do Rio de Janeiro.

**A situação jurídica dos militares é clara: detêm a condição de militares federais, portanto independente das leis supervenientes que vieram a regular a situação jurídica dos militares da ativa, essas não se aplicam aos que já estavam na inatividade, conforme prevê o art. 6º do Decreto-lei 4.657/42:**

*“Art. 6º A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.*

*§ 1º Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.*

*§ 2º Consideram-se adquiridos assim os direitos que o seu titular, ou alguém por ele, possa exercer, como aqueles cujo começo do exercício tenha termo pré-fixo, ou condição pré-estabelecida inalterável, a arbítrio de outrem.*

*§ 3º Chama-se coisa julgada ou caso julgado a decisão judicial de que já não caiba recurso.”*

A presente emenda visa corrigir desse modo, essa injustiça histórica, de modo a conferir aos militares que foram para a inatividade ou reformados antes da mudança da capital e suas pensionistas, do antigo Distrito Federal, o mesmo procedimento dispensado a seus pares.

A Gratificação Especial de Função Militar – GEFM, criada pela Lei 11.356, de 19 de outubro de 2006, deixa de ser devida ao pessoal militar do chamado antigo Distrito Federal, porque, instituída para suprir a não aplicação da Lei 11.134, de 15 de julho de 2005 (VPE). A partir do momento em que passam a ter os mesmos direitos e prerrogativas de seus pares, a GEFM, deve ser suspensa.

Não poder haver perdas é uma situação, que na verdade, o art. 61 da Lei 10.486, de 4 de julho de 2002, já garante a irredutibilidade nos vencimentos. Essas vantagens foram conquistadas através de legislações específicas e devem continuar a serem pagas.

A emenda que ora se propõe não trará aumento de despesas para o Distrito Federal, pois existem verbas próprias que já atendem as despesas com o pessoal militar em foco, mencionadas na Lei nº 10.486 antes reportada.

Por conclusão, em atendimento à determinação constitucional, conforme preconizado no inciso XIV, artigo 21 da Constituição Federal, a Lei nº 10.633, de 2002, instituiu o Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, composto por recursos da União, de modo que o acréscimo de despesa decorrente da implementação da medida ora proposta deverá se comportar no montante de recursos repassados anualmente para o FCDF, não implicando, portanto, em acréscimo de despesa para a União.

Também já está declarado pelo Sr. Paulo Bernardo Silva, Ministro de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão que, embora o Governo do Distrito Federal disponha de recursos próprios para o pagamento decorrente da implementação das ações em referência, está a cargo da União expedir atos relativos à organização e manutenção da Polícia Civil, da Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, conforme preceitua o dispositivo constitucional. Portanto, não há como excluir militares inativos e pensionistas, inativados antes de abril de 1960, por entendermos ser de JUSTIÇA. Portanto, mais que merecedora a aprovação desta Emenda.

**Andreia Zito**  
Deputada Federal

**MPV-426**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 426, de 2008.

**00005**

Altera o Anexo I da Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005, para aumentar o valor da Vantagem Pecuniária Especial – VPE, devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

**EMENDA ADITIVA**  
(Do Sr. Marcelo Itagiba)

A MP nº 426, de 08 de maio de 2008, fica acrescida dos arts. 4º e 5º, e a ementa, o art. 3º e Anexo, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Altera o Anexo I da Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005, para aumentar o valor da Vantagem Pecuniária Especial – VPE, devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, estendendo o direito à sua percepção aos inativos e pensionistas da Polícia Militar e Corpos de Bombeiros do Distrito Federal, e aos ativos, inativos e pensionistas das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia, Roraima e do antigo Distrito Federal.”

“Art. 3º Os militares em atividade e os inativos e pensionistas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia, Roraima, do antigo Distrito Federal e os inativos e pensionistas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal passam a ter direito à percepção da Vantagem Pecuniária Especial – VPE, a partir da data de publicação desta Lei.” (NR)

“Art. 4º O efeito financeiro decorrente da aplicação do art. 3º será suprido pela diferença entre os valores originalmente previstos no Anexo da Medida Provisória nº 426, de 8 de maio de 2008, e os corrigidos na forma do respectivo projeto de lei de conversão.”

“Art. 5º Fica revogado o art. 2º e o Anexo I da Lei nº 11.663, de 24 de abril de 2008.”



**ANEXO**

(Anexo I da Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005)

TABELA DE VALOR DA VANTAGEM PECUNIÁRIA ESPECIAL VPE

POSTO/GRADUAÇÃO	VALOR EM R\$
OFICIAIS SUPERIORES	
Coronel	6.130,80
Tenente-Coronel	5.891,57
Major	5.301,44
OFICIAIS INTERMEDIÁRIOS	
Capitão	4.473,37
OFICIAIS SUBALTERNOS	
1º Tenente	3.953,91
2º Tenente	3.700,12
PRAÇAS ESPECIAIS	
Aspirante a Oficial	3.091,54
Cadete (último ano) da Academia de Polícia Militar ou Bombeiro Militar	1.651,42
Cadete (anos iniciais) da Academia de Polícia Militar ou Bombeiro Militar	1.187,54
PRAÇAS GRADUADAS	
Subtenente	2.993,93
1º Sargento	2.686,71
2º Sargento	2.400,32
3º Sargento	2.153,99
Cabo	1.821,35
DEMAIS PRAÇAS	
Soldado - 1ª Classe	1.718,15
Soldado - 2ª Classe	1.187,54

**JUSTIFICAÇÃO**

Como é de conhecimento de todos, à luz do que dispõe o inciso I do art. 63 da Constituição Federal, não é admitido aumento de despesa nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República. Não é o caso.

A presente emenda tem o objetivo de estender o direito à percepção da Vantagem Pecuniária Especial – VPE, devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, ora beneficiários de aumento remuneratório, aos inativos e pensionistas da Polícia Militar e Corpos de Bombeiros do Distrito Federal, e aos ativos, inativos e pensionistas das Polícias

~~Militares e Bombeiros~~ e ~~Corpos de Bombeiros~~ dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia, ~~Maranhão~~ e do antigo Distrito Federal, mas, por redistribuição de parte dos recursos já alocados pela MP nº 426, de 2008.

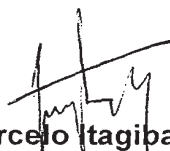
O mérito maior desta emenda é estabelecer um marco inicial legal de percepção da VPE pelos co-irmãos militares dos ex-Territórios Federais e do antigo Distrito Federal. Para isso subtraiu-se do valor inicialmente estipulado no Anexo da MP original um valor mínimo, para permitir-se, desta forma, alcançar o maior número possível de beneficiários sem prejudicar os atuais destinatários desta vantagem pecuniária.

No caso específico do meu Estado, relativamente aos Policiais e Bombeiros Militares do chamado "antigo" Distrito Federal, há 48 anos vêm lutando para corrigir as injustiças cometidas com o advento da transferência da Capital do Brasil, do Rio de Janeiro para Brasília, em 1960.

Aprovada a presente emenda, será feita a devida justiça àqueles que, nesse trajeto perderam a sua dignidade, na medida em que, quando da transferência da Capital, foram apenas alocados no Ministério da Fazenda sem ao menos o direito a uma carteira de identidade militar.

Em situação similar encontram-se os Policiais e Bombeiros Militares dos ex-Territórios Federais com o advento da Constituição de 1988, razão pela qual, pedimos o apoio dos nobres Pares na aprovação da presente emenda, que certamente aprimorará a presente Medida Provisória.

Brasília-DF, 14 de maio de 2008.



**Marcelo Itagiba**

Deputado Federal (PMDB-RJ)

**EMENDA ADITIVA N.º \_\_\_\_\_ DE 2008.****MPV-426****00006**

**Insira-se o art. 4º na Medida Provisória nº426 de 2008 que altera o Anexo I da Lei n.º 11.134, de 15 de julho de 2005, para aumentar o valor da Vantagem Pecuniária Especial – VPE, devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal**

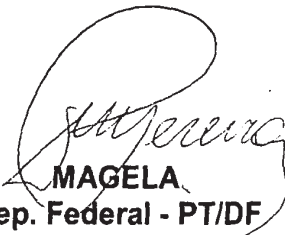
**Art.4º-** Fica o Governador do Distrito Federal autorizado a criar, no prazo máximo de noventa dias, contados da publicação desta Lei, a gratificação de risco de morte a ser paga aos policiais militares e bombeiros militares do Distrito Federal.

**Parágrafo único.** Os custos decorrentes da criação desta gratificação correrão por conta do Fundo Constitucional do Distrito Federal.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Nos termos do art. 21, inciso XIV, da Constituição Federal, compete à União manter as Polícias Civil e Militar e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Como estes trabalhadores reivindicam o pagamento desta gratificação há muitos anos, este é o momento para a sua implantação. Além de justa, é oportuna a implantação da gratificação de risco de morte para os policiais militares e os bombeiros militares do Distrito Federal, razão pela qual pedimos o apoio para sua aprovação.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 2008.

  
**MAGELA**  
**Dep. Federal - PT/DF**

**MPV-426****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****00007****data**  
14/05/2008**Proposição**  
Medida Provisória nº 426/2008**Autor**  
Deputada SOLANGE AMARAL - DEM / RJ**Nº do prontuário**

1. supressiva 2. substitutiva 3. modificava 4. aditiva 5. substitutivo global

**Página****Artigo****Parágrafo****Inciso****Alínea****TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Art... Estendem-se aos militares inativos e pensionistas da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do antigo Distrito Federal, dos ex-territórios do Amapá, Rondônia e Roraima, os mesmos direitos, prerrogativas, regime remuneratório, incluídas gratificações, aplicáveis aos militares inativos e pensionistas da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, conforme o que estabelece o art. 65 da Lei 10.486 de 04 de julho de 2002.

**Justificativa**

No caso do pessoal do antigo Distrito Federal, a Lei 10.486/2002 determina, ainda, na forma do § 2º do art. 65 que; " o mesmo procedimento aplicado aos militares do Distrito Federal, será adotado para os remanescentes do antigo Distrito Federal".

Todos são de origem distrital, conforme pronunciamento do Advogado-Geral da União (Parecer nº AGU/WM-4/200).

Deixar de fora o pessoal dos ex-territórios é desconsiderar a Lei de Remuneração, criada para a corporação do Distrito Federal após 192 anos de existência, ou seja, em 4 de julho de 2002 (Lei 10.486). Criar gratificações em Leis que não seja a de remuneração da categoria, é burlar a Lei através da própria Lei.

PARLAMENTAR

**MPV-426****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****00008**data  
14.05.08proposição  
**Medida Provisória nº 426, de 2008**autor  
**Dep. Andreia Zito**

nº do prontuário

1. ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☒ aditiva 5. ☐ Substitutivo global**Página****Artigo****Parágrafo****Inciso****alínea****TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Inclua-se onde couber:

“Art. Caberá à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal a administração dos inativos e das pensionistas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do antigo Distrito Federal, mediante previsão orçamentária própria, nos termos da legislação em vigor, sem gerar encargos ao Fundo Constitucional do Distrito Federal, instituído pelo Art. 1.º da Lei 10.633, de 27 de dezembro de 2002.”

**JUSTIFICAÇÃO**

Todos ingressaram na PMDF ou CBDF e eram contribuintes da Pensão Militar, nos mesmos moldes que seus pares do Distrito Federal. Na verdade os inativos foram de todas as formas prejudicados, pois, quando morriam, em qualquer época, suas pensionistas passavam a receber os mesmos vencimentos das pensionistas do Distrito Federal, por isso, é que sempre valeram mais mortos do que vivos, pois vivos recebiam o salário pago pelo Estado e ao morrerem, suas pensionistas recebiam, tal qual, os militares do Distrito Federal.

A presente emenda corrige, assim, essa injustiça histórica, de modo a conferir aos militares inativos e respectivos pensionistas do antigo Distrito Federal, o mesmo procedimento dispensado a seus pares.

  
PARLAMENTAR



**MEDIDA PROVISÓRIA Nº426, DE 8****MPV-426****00009**

Altera o Anexo I da Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005, para aumentar o valor da Vantagem Pecuniária Especial - VPE, devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

**EMENDA ADITIVA**

(Do Sr. Deputado Chico Alencar)

Acrescente-se ao texto da Medida Provisória nº 426, onde couber, o seguinte artigo e seus respectivos parágrafos:

“Art...Estendem-se aos militares inativos e pensionistas da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do antigo Distrito Federal, os mesmos direitos, prerrogativas, regime remuneratório, incluídas gratificações, aplicáveis aos militares inativos e pensionistas da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, conforme o que estabelece o § 2º do art. 65 da Lei 10.486 de 04 de julho de 2002.

§ 1º. Caberá à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal a administração dos inativos e das pensionistas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do antigo Distrito Federal, mediante previsão orçamentária própria, nos termos da legislação em vigor, sem gerar encargos ao Fundo Constitucional do Distrito Federal, instituído pelo art. 1º da Lei 10.633, de 27 de dezembro de 2002.

§ 2º. A gratificação Especial de Função Militar – GEFM, instituída pelo art. 24 da Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, deixa de ser devida aos militares inativos e pensionistas da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do antigo Distrito Federal.

§ 3º. Da aplicação do presente artigo, não poderá resultar perdas nos proventos da inatividade e ou nas pensões, devendo eventuais diferenças serem pagas a título de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada.

§ 4º. Esse artigo produzirá efeitos financeiros a partir da vigência da presente Lei”.

**Justificativa:**

A Lei 10.486/02 determina, ainda, na forma do § 2º do art. 65 que; “ o mesmo procedimento aplicado aos militares do Distrito Federal, será adotado para os remanescentes do antigo Distrito Federal”.

A origem do pessoal de que trata esta emenda é distrital, conforme pronunciamento do Advogado-Geral da União (Parecer nº. AGU/WM-4/200).

Na verdade, o que houve foi a mudança do espaço geográfico do Distrito Federal. Tanto é verdade, que por exemplo a Polícia Militar do Distrito Federal, comemorou no dia 13 de maio, 199 anos de existência; se as corporações não fossem unas, como comemorar tantos anos, se Brasília tem apenas 48 anos?

No que tange ao parágrafo primeiro ora sugerido, cumpre salientar que todos ingressaram na PMDF ou CBDF e eram contribuintes da Pensão Militar, nos mesmos moldes que seus pares do Distrito Federal. Na verdade os inativos foram de todas as formas prejudicados, pois, quando morriam, em qualquer época, suas pensionistas passavam a receber os mesmos vencimentos das pensionistas do Distrito Federal, por isso, é que sempre valeram mais mortos do que vivos, pois vivos recebiam o salário pago pelo Estado e ao morrerem , suas pensionistas recebiam, tal qual, os militares do Distrito Federal.

A adição do ora sugerido parágrafo primeiro corrige, assim, essa injustiça histórica, de modo a conferir aos militares inativos e respectivos pensionistas do antigo Distrito Federal, o mesmo procedimento dispensado a seus pares.

No que tange à inserção do Parágrafo Segundo, ressalta-se que a Gratificação Especial de Função Militar – GEFM, criada pela Lei 11.356, de 19 de outubro de 2006, deixa de ser devida ao pessoal militar do chamado antigo Distrito Federal, porque, instituída para suprir a não aplicação da Lei 11.134, de 15 de julho de 2005 (VPE). A partir do momento em que passam a ter os mesmos direitos e prerrogativas de seus pares, a GEFM deve ser suspensa.

O parágrafo terceiro, por sua vez, se faz necessário com vistas a ratificar o art. 61 da Lei 10.486, de 4 de julho de 2002, que já garante a irredutibilidade nos vencimentos, evitando decisões administrativas equivocadas e a utilização desnecessária do aparato judicial. Essas vantagens foram conquistadas através de legislações específicas e devem continuar a ser pagas.

Já o parágrafo quarto não trará aumento de despesas para o Distrito Federal, pois existem verbas próprias que já atendem às despesas com o pessoal militar em foco, mencionadas na Lei nº 10.486 antes reportada.

Sala da Comissão, 13 de maio de 2008.

  
**Deputado Chico Alencar**  
PSOL/RJ

**MPV-426****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****00010**

data	proposição <b>Medida Provisória n.º 426 de 08/05/2008</b>
------	--

autor <b>Senador Francisco Dornelles</b>	n.º do prontuário
---	-------------------

1 Supressiva	2. substitutiva	3. modificativa	4. ✱ aditiva	5. Substitutivo global
--------------	-----------------	-----------------	--------------	------------------------

Página	Artigo novo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescenta-se na MP 426, onde couber, o seguinte artigo:

*“Art...Estendem-se aos militares inativos e pensionistas da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do antigo Distrito Federal, dos ex-territórios do Amapá, Rondônia e Roraima, os mesmos direitos, prerrogativas, regime remuneratório, incluídas gratificações, aplicáveis aos militares inativos e pensionistas da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, conforme o que estabelece o art. 65 da Lei 10.486 de 04 de julho de 2002.*

*§ 1º. Caberá à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal a administração dos inativos e das pensionistas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do antigo Distrito Federal, mediante previsão orçamentária própria, nos termos da legislação em vigor, sem gerar encargos ao Fundo Constitucional do Distrito Federal, instituído pelo art. 1º da Lei 10.633, de 27 de dezembro de 2002.*

*§ 2º. A gratificação Especial de Função Militar – GEFM, instituída pelo art. 24 da Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, deixa de ser devida aos militares inativos e pensionistas da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do antigo Distrito Federal, Amapá, Rondônia e Roraima.*

*§ 3º. Da aplicação do presente artigo, não poderá resultar perdas nos proventos da inatividade e ou nas pensões, devendo eventuais diferenças ser pagas a título de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada.*

*§ 4º. Esse artigo produzirá efeitos financeiros a partir da vigência da presente Lei”.*

**JUSTIFICAÇÃO**

No caso do pessoal do antigo Distrito Federal, a Lei 10.486/02 determina, ainda, na

forma do § 2º do art. 65 que: “o mesmo procedimento aplicado aos militares do Distrito Federal, será adotado para os remanescentes do antigo Distrito Federal”.

Todos são de origem distrital, conforme pronunciamento do Advogado-Geral da União (Parecer nº. AGU/WM-4/200).

Deixar de fora o pessoal dos ex-territórios é desconsiderar a Lei de Remuneração, criada para a corporação do Distrito Federal após 192 anos de existência, ou seja, em 4 de julho de 2002 (lei 10.486). Criar gratificações em Leis que não seja a de remuneração da categoria, é burlar a Lei através da própria Lei.

Todos ingressaram na PMDF ou CBDF e eram contribuintes da Pensão Militar, nos mesmos moldes que seus pares do Distrito Federal. Na verdade os inativos foram de todas as formas prejudicados, pois, quando morriam, em qualquer época, suas pensionistas passavam a receber os mesmos vencimentos das pensionistas do Distrito Federal, por isso, é que sempre valeram mais mortos do que vivos, pois vivos recebiam o salário pago pelo Estado e ao morrerem, suas pensionistas recebiam, tal qual, os militares do Distrito Federal.

A presente emenda corrige, assim, essa injustiça histórica, de modo a conferir aos militares inativos e respectivos pensionistas do antigo Distrito Federal, o mesmo procedimento dispensado a seus pares.

A Gratificação Especial de Função Militar – GEFM, criada pela Lei 11.356, de 19 de outubro de 2006, deixa de ser devida ao pessoal militar do chamado antigo Distrito Federal e aos ex-territórios do Amapá, Rondônia e Roraima, porque foi instituída para suprir a não aplicação da Lei 11.134, de 15 de julho de 2005 (VPE). A partir do momento em que passam a ter os mesmos direitos e prerrogativas de seus pares, a GEFM, deve ser suspensa.

Na verdade o art. 61 da Lei 10.486, de 4 de julho de 2002, já garante a irredutibilidade nos vencimentos. Essas vantagens foram conquistadas através de legislações específicas e devem continuar a ser pagas.

A emenda que ora se propõe não trará aumento de despesas para o Distrito Federal, pois existem verbas próprias que já atendem às despesas com o pessoal militar em foco, mencionadas na Lei nº 10.486 antes reportada.

PARLAMENTAR

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS  
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****MPV-426****A****00011**

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS  
MPV 426/2008PÁGINA  
01 DE 01

## TEXTO

**Inclua-se, onde couber, Art. à MPV 426/2008, com a seguinte redação:**

"Art. Nº Fica estendida a Gratificação de Condição Especial da Função Militar – GCEP, a ser paga mensal e regularmente, a partir de 1º de fevereiro de 2008, aos militares da ativa da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-territórios Federais do Amapá, Rondônia, Roraima e do antigo Distrito Federal no valor de R\$ 351,40 (Trezentos e Cinquenta e Um Reais e Quarenta e Nove Centavos)".

Parágrafo único. "A GCEF integra os proventos na inatividade remunerada dos militares da Política Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-territórios federais do Amapá, Rondônia, Roraima e do antigo Distrito Federal".

## JUSTIFICAÇÃO

**Pela quinta vez, militares e bombeiros dos ex-Territórios, que não o atual Distrito Federal, tem seus vencimentos aumentados de forma diferenciada.**

**Não é possível que, mais uma vez, esta Casa não promoverá a igualdade entre os iguais, haja vista que estes servidores, de caráter e função especialíssimos, executam a mesma função, igualmente, em quaisquer Estados da Federação.**

**No momento em que a União discute um piso mínimo, inclusive para os Estados, não pode ela mesma promover esta crescente desigualdade entre as forças de bombeiros e policiais militares federais.**

**Assim, nós, membros do Congresso Nacional, temos a obrigação de reparar e promovermos o justo equilíbrio entre estes servidores sob pena de, mais uma vez, vermos ações judiciais pipocando contra a União pelo país afora.**

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO DAVI ALCOLUMBRE

AP

DEM

DATA

ASSINATURA

\_/\_/



**MEDIDA PROVISÓRIA N.º 426, DE 2008****MPV-426****00012**

*Altera o Anexo I da Lei n.º 11.134, de 15 de julho de 2005, para aumentar o valor da Vantagem Pecuniária Especial - VPE, devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.*

**EMENDA N.º**

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória n.º 426, de 2008:

“Art. A Vantagem Pecuniária Especial (VPE) instituída por essa medida provisória aos militares do Distrito Federal estende-se aos militares da ativa, inativos e pensionistas dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia e de Roraima, e aos militares inativos e pensionistas integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do antigo Distrito Federal ficando as despesas decorrentes de sua aplicação a cargo da União. (NR)”

**JUSTIFICATIVA**

A Lei n.º 10.486, de 2002, que dispõe sobre a remuneração dos policiais e bombeiros do Distrito Federal estende, de modo claro e incontestável, as mesmas vantagens instituídas por essa lei aos militares da ativa, inativos e pensionistas dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia e de Roraima, e aos militares inativos e pensionistas integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do antigo Distrito Federal (art. 65).

A presente MP é discriminatória ao não estender o presente reajuste aos militares dos ex-Territórios de Roraima, Rondônia e Amapá, e aos militares inativos e pensionistas integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do antigo Distrito Federal ao não serem contemplados com o reajuste ora dado aos militares do Distrito Federal.

Esta Emenda tem como objetivo reconhecer o direito desses militares e estender o reajuste ora concedido.

Sala das Sessões, em de maio de 2008.

**Deputado RAUL JUNGSMANN**  
**PPS/PE**

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS  
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****MPV-426****A****00013**

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS  
MPV 426/2008PÁGINA  
01 DE 02

TEXTO

**Inclua-se, onde couber, Art. à MPV 426/2008, com a seguinte redação:**

“Art. Nº o Anexo XVII, da Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, passa a vigorar nos termos do anexo II desta Lei”.

JUSTIFICAÇÃO

**Pela quinta vez, militares e bombeiros dos ex-Territórios, que não o atual Distrito Federal, tem seus vencimentos aumentados de forma diferenciada.**

**Não é possível que, mais uma vez, esta Casa não promoverá a igualdade entre os iguais, haja vista que estes servidores, de caráter e função especialíssimos, executam a mesma função, igualmente, em quaisquer Estados da Federação.**

**No momento em que a União discute um piso mínimo, inclusive para os Estados, não pode ela mesma promover esta crescente desigualdade entre as forças de bombeiros e policiais militares federais.**

**Assim, nós, membros do Congresso Nacional, temos a obrigação de reparar e promovermos o justo equilíbrio entre estes servidores sob pena de, mais uma vez, vermos ações judiciais pipocando contra a União pelo país afora.**

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO DAVI ALCOLUMBRE

AP

DEM

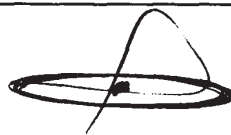
DATA

ASSINATURA

/ /

ANEXO I  
TABELA DE VALOR DA GRATIFICAÇÃO ESPECIAL DE FUNÇÃO MILITAR

POSTO/GRADUAÇÃO	VALOR EM R\$
OFICIAIS SUPERIORES	
Coronel	6.192,73
Tenente-Coronel	5.951,09
Major	5.354,99
OFICIAIS INTERMEDIÁRIOS	
Capitão	4.518,56
OFICIAIS SUBALTERNOS	
1º Tenente	3.993,85
2º Tenente	3.737,50
PRAÇAS ESPECIAIS	
Aspirante a Oficial	3.122,77
Cadete (último ano) da Academia de Polícia Militar ou Bombeiro Militar	1.668,11
Cadete (anos iniciais) da Academia de Polícia Militar ou Bombeiro Militar	1.199,54
PRAÇAS GRADUADAS	
Subtenente	3.024,18
1º Sargento	2.713,85
2º Sargento	2.424,57
3º Sargento	2.175,75
Cabo	1.839,75
DEMAIS PRAÇAS	
Soldado - 1ª Classe	1.735,51
Soldado - 2ª Classe	1.199,54



**MPV-426****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

Data	Proposição	00014		
13/05/2008	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 426, DE 8 DE MAIO DE 2008.			
Autor		nº do prontuário		
DEPUTADO JAIR BOLSONARO		302		
1 ( ) Supressiva	2 ( ) Substitutiva	3 ( ) Modificativa	4 ( X ) Aditiva	5 ( ) Substitutivo Global
Página:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto / Justificação				

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. As vantagens instituídas por esta Medida Provisória aos militares do Distrito Federal se estendem aos militares inativos integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do antigo Distrito Federal que se inativaram antes de 21 de abril de 1960, bem como aos seus pensionistas, ficando as despesas decorrentes de sua aplicação a cargo da União. (NR)"

**JUSTIFICAÇÃO**

A Lei 10.486, de 4 de julho de 2002, dispõe sobre a remuneração dos policiais e bombeiros militares do Distrito Federal e, em seu artigo 65, estende aos militares da ativa, inativos e pensionistas dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia e de Roraima, e aos militares inativos e pensionistas integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do antigo Distrito Federal (RJ) todas as vantagens ali instituídas.

Mais especificamente, o § 2º do art. 65, dispõe que "*o mesmo procedimento aplicado aos militares do Distrito Federal, será adotado para os remanescentes do antigo Distrito Federal*".

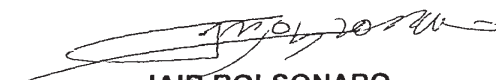
Ademais, as terminologias "*antigo Distrito Federal*" e "*Distrito Federal*", quando aplicados para nominar a Polícia e o Corpo de Bombeiros Militar certamente referem-se, tão somente, para identificar o espaço geográfico ocupado pelas Corporações antes e após a fundação de Brasília.

Tanto que, coincidentemente nesta data (13/05/2008), a gloriosa Polícia Militar do Distrito Federal está comemorando seu 199º aniversário de existência. Assim, fica evidente que os integrantes dessa Corporação antes e após a fundação de Brasília fazem jus aos mesmos direitos.

Há de se considerar, também, que todos os integrantes da Polícia e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal que se inativaram antes de 21/04/1960 jamais pertenceram a outra Corporação

No entanto, o Poder Executivo edita a presente Medida Provisória sem contemplar os militares do antigo DF, o que, inquestionavelmente, fazem jus a todos os benefícios destinados aos militares do Distrito Federal.

Sendo assim, propomos a presente emenda visando sanar tal impropriedade na norma editada.



**JAIR BOLSONARO**  
Deputado Federal

**MPV-426****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****00015**

Data <b>13/05/2008</b>	Proposição <b>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 426, DE 8 DE MAIO DE 2008.</b>			
Autor <b>DEPUTADO JAIR BOLSONARO</b>	nº do prontuário <b>302</b>			
1 ( ) Supressiva	2 ( ) Substitutiva	3 ( ) Modificativa	4 ( X ) Aditiva	5 ( ) Substitutivo Global
Página:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto / Justificação				

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. As vantagens instituídas por esta Medida Provisória aos militares do Distrito Federal se estendem aos militares da ativa, inativos e pensionistas dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia e de Roraima, e aos militares inativos e pensionistas integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do antigo Distrito Federal, ficando as despesas decorrentes de sua aplicação a cargo da União. (NR)"

**JUSTIFICAÇÃO**

A Lei 10.486, de 4 de julho de 2002, dispõe sobre a remuneração dos policiais e bombeiros militares do Distrito Federal e, em seu artigo 65, estende aos militares da ativa, inativos e pensionistas dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia e de Roraima, e aos militares inativos e pensionistas integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do antigo Distrito Federal (RJ) todas as vantagens ali instituídas.

No entanto, o Poder executivo edita a presente Medida Provisória sem contemplar os militares dos antigos territórios mencionados e os do antigo DF (RJ) que, inquestionavelmente, fazem jus a todos os benefícios destinados aos militares do Distrito Federal.

Sendo assim, propomos a presente emenda visando sanar tal impropriedade na norma editada.



**JAIR BOLSONARO**  
Deputado Federal



**MPV-426****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****00016**

Data	Proposição			
13/05/2008	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 426, DE 8 DE MAIO DE 2008.			
Autor	nº do prontuário			
DEPUTADO JAIR BOLSONARO	302			
1 ( ) Supressiva	2 ( ) Substitutiva	3 ( ) Modificativa	4 ( X ) Aditiva	5 ( ) Substitutivo Global
Página:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto / Justificação				

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. As vantagens instituídas por esta Medida Provisória aos militares do Distrito Federal se estendem aos militares inativos e pensionistas integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do antigo Distrito Federal, ficando as despesas decorrentes de sua aplicação a cargo da União. (NR)"

**JUSTIFICAÇÃO**

A Lei 10.486, de 4 de julho de 2002, dispõe sobre a remuneração dos policiais e bombeiros militares do Distrito Federal e, em seu artigo 65, estende aos militares da ativa, inativos e pensionistas dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia e de Roraima, e aos militares inativos e pensionistas integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do antigo Distrito Federal (RJ) todas as vantagens ali instituídas.

Mais especificamente, o § 2º do art. 65, dispõe que "*o mesmo procedimento aplicado aos militares do Distrito Federal, será adotado para os remanescentes do antigo Distrito Federal*".

Ademais, as terminologias "antigo Distrito Federal" e "Distrito Federal", quando aplicados para identificar a Polícia e o Corpo de Bombeiros Militar certamente referem-se, tão somente, para identificar o espaço geográfico ocupado pelas Corporações antes e após a fundação de Brasília.

Tanto que, coincidentemente nesta data (13/05/2008), a gloriosa Polícia Militar do Distrito Federal está comemorando seu 199º aniversário de existência. Assim, fica evidente que os integrantes dessa Corporação antes e após a fundação de Brasília fazem jus aos mesmos direitos.

No entanto, o Poder Executivo edita a presente Medida Provisória sem contemplar os militares e pensionista do antigo DF que, inquestionavelmente, fazem jus a todos os benefícios destinados aos militares do Distrito Federal.

Sendo assim, propomos a presente emenda visando sanar tal impropriedade na norma editada.



**JAIR BOLSONARO**  
Deputado Federal

**MPV-426****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****00017**Data  
15/05/2008Proposição  
**Medida Provisória nº 426**Autor  
**DEPUTADO LUIZ SÉRGIO**Nº Prontuário  
3131. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
1/2				

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Acrescenta-se , onde couber na MP 426, o seguinte artigo.

“Art.....Estendem-se aos militares inativos e pensionistas da Polícia Militar e Corpo de Bombeiro do antigo Distrito Federal, cujo instituidor foi para a inatividade antes de abril de 1960, os mesmos direitos, prerrogativas, regime remuneratório, incluídas gratificações, aplicáveis aos militares inativos e pensionistas da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

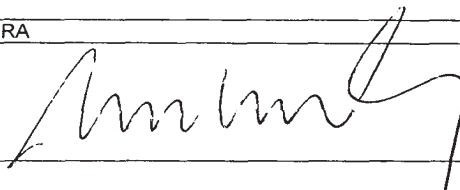
§ 1º. Caberá a Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal a administração dos inativos e dos pensionistas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do antigo Distrito Federal, cujo instituidor foi para a inatividade antes de abril de 1960, mediante previsão orçamentária própria, nos termos da legislação em vigor.

§ 2º. A gratificação Especial de Função Militar – GEFM, instituída pelo art. 24 da Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, deixa de ser devida aos militares inativos e pensionistas da Polícia Militar e Corpo de Bombeiro Militar do antigo Distrito Federal.

§ 3º. Da aplicação do presente artigo, não poderá resultar perdas nos proventos da inatividade e ou nas pensões, devendo eventuais diferenças serem pagas a título de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada.

§ 4º. Esse artigo produzira efeitos financeiros a partir da vigência da presente Lei”.

ASSINATURA



Página 2/2	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
---------------	--------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

## Justificativa:

A origem do pessoal de que trata esta emenda é distrital, conforme pronunciamento do Advogado-Geral da União (Parecer nº AGU/WM-4/200).

Na verdade o que houve, foi a mudança do espaço geográfico do Distrito Federal, tanto é verdade, que por exemplo a Polícia Militar do Distrito Federal, vai comemorar no dia 13 de maio, 199 anos de existência; se as corporações não fossem unas, como comemorar tantos anos, se Brasília tem apenas 48 anos?

Além do mais, todos ingressaram e foram para a inatividade como servidores militares do Distrito Federal, não se justificando portanto, serem considerados estranhos ao quadro das corporações do Distrito Federal.

Todos que foram para a inatividade antes de abril de 1960, jamais pertenceram a outra corporação a não ser PMDF ou CBDF, portanto, nunca deveriam ter estado subordinados a corporações do Estado do Rio de Janeiro.

A situação jurídica dos militares é clara: detêm a condição de militares federais, portanto independente das leis supervenientes que vieram a regular a situação jurídica dos militares da ativa, estas não se aplicam aos que já estavam na inatividade, conforme prevê o art. 6º do Decreto-lei 4.657/42:

*Art. 6º A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.*

*§ 1º Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.*

*§ 2º Consideram-se adquiridos assim os direitos que o seu titular, ou alguém por ele, possa exercer, como aqueles cujo começo do exercício tenha termo pré-fixo, ou condição pré-estabelecida inalterável, a arbítrio de outrem.*

*§ 3º Chama-se coisa julgada ou caso julgado a decisão judicial de que já não caiba recurso.*

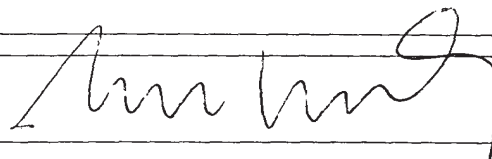
A presente emenda corrige, assim, essa injustiça histórica, de modo a conferir aos militares que foram para a inatividade ou reformados antes da mudança da capital e suas pensionistas, do antigo Distrito Federal, o mesmo procedimento dispensado a seus pares.

A Gratificação Especial de Função Militar – GEFM, criada pela Lei 11.356, de 19 de outubro de 2006, deixa de ser devida ao pessoal militar do chamado antigo Distrito Federal, porque, instituída para suprir a não aplicação da Lei 11.134, de 15 de julho de 2005 (VPE). A partir do momento em que passam a ter os mesmos direitos e prerrogativas de seus pares, a GEFM, deve ser suspensa.

Na verdade o art. 61 da Lei 10.486, de 4 de julho de 2002, já garante a irredutibilidade nos vencimentos. Essas vantagens foram conquistadas através de legislações específicas e devem continuar a serem pagas.

A emenda que ora se propõe não trará aumento de despesas para o Distrito Federal, pois existem verbas próprias que já atendem as despesas com o pessoal militar em foco, mencionadas na Lei nº 10.486 antes reportada.

ASSINATURA



**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 426, DE 2008****MPV-426****00018**

Altera o Anexo I da Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005, para aumentar o valor da Vantagem Pecuniária Especial – VPE, devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

**EMENDA ADITIVA Nº**

Acrescente-se ao texto da Medida Provisória nº 426, de 2008, onde couber, o seguinte artigo :

Art ... O artigo 1º da Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação :

“ Art. 1º Fica instituída a Vantagem Pecuniária Especial – VPE, devida mensal e regularmente aos militares do Distrito Federal – Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar, ativos e inativos e aos seus pensionistas, nos valores integrais estabelecidos na forma do Anexo a esta Medida Provisória.”

**JUSTIFICATIVA**

A Lei nº 11.134 instituiu a gratificação designada como Vantagem Pecuniária Especial – VPE tão somente para os militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, ativos e inativos e aos seus pensionistas.

Nenhum de seus dispositivos beneficia qualquer outra classe de servidores, tendo, apenas, como alvo, aqueles militares do Distrito Federal e seus pensionistas.

Desnecessária, por conseguinte, a palavra “privativamente” contida na redação do artigo 1º da referida Lei, daí a presente proposta de supressão de tal vocábulo do citado dispositivo legal.

Medida idêntica foi adotada por esta Casa com a expressão “em caráter privativo”, suprimida da redação original do art. 2º da Lei 10.874, de 1º de junho de 2004 (Gratificação de Condição Especial de Função Militar – GCEF), para que ele (artigo) fosse transformado no art. 1º-A da Lei 11.134, de 15 de julho de 2005, pela conversão da MP 401/2007 na Lei 11.663, de 24 de abril de 2008.

Nada mais coerente, agora, que se proceda da mesma forma com esta gratificação que, mais uma vez, se reajusta.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2008

  
**Deputado Federal MIRO TEIXEIRA**  
**PDT/RJ**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 426, DE 2008      MPV-426****00019**

Altera o Anexo I da Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005, para aumentar o valor da Vantagem Pecuniária Especial – VPE, devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

**EMENDA ADITIVA Nº**

Acrescente-se ao texto da Medida Provisória nº 426, de 2008, onde couber, o seguinte artigo :

Art ... O § 2º do artigo 65 da Lei 10.486, de 4 de julho de 2002 passa a vigorar com a seguinte redação :

“ § 2º Aos militares inativos e pensionistas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar de que trata o artigo 65 *caput* estende-se os mesmos direitos, prerrogativas, vantagens e regime remuneratório dos militares inativos e pensionistas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, incluídas as gratificações e quaisquer outras verbas remuneratórias já concedidas por lei especial, bem como as que vierem a sê-lo.”

**JUSTIFICATIVA**

A emenda ora proposta tem por objetivo conferir tratamento isonômico aos militares inativos e pensionistas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do antigo Distrito Federal, de que trata o artigo 65 da Lei 10.486/2002, em relação aos seus paradigmas que voltaram ao serviço da União conforme art. 46 da Lei 4.242, de 17 de julho de 1963 e foram aproveitados na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 4º e 5º do Decreto-Lei nº 9, de 25 de junho de 1966 e que, nas referida corporações, até hoje permanecem.

A Lei 10.486, de 4 de julho de 2002, art. 65, estende aos militares inativos e pensionistas integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do antigo Distrito Federal as vantagens por ela instituídas, vinculando-os ao Distrito Federal no que se refere aos aspectos remuneratórios.

A referida Lei 10.486/02 determina, ainda, na forma do § 2º do citado art. 65, que o mesmo procedimento aplicado aos militares do Distrito Federal será adotado



para os militares do chamado antigo Distrito Federal, mas tal não vem acontecendo, vez que estes últimos não tem sido contemplados pelas leis especiais criadoras de novas gratificações para aqueles, necessitando, pois, dito dispositivo legal, da reformulação que ora se propõe, para evidenciar o verdadeiro espírito da lei.

A origem dos militares inativos do chamado antigo Distrito Federal é distrital, conforme pronunciamento do Advogado Geral da União (Parecer nº AGU/WM 04/2002, de 16 de outubro de 2002, aprovado pelo Presidente da República e publicado), pois, tendo ingressado naquelas corporações quando o Distrito Federal situava-se na cidade do Rio de Janeiro, continuam, juridicamente, pertencendo ao Distrito Federal, com direito, por conseguinte, a tratamento isonômico.

A maioria dos militares a que se refere esta emenda fora reincluída, à época em que vigorava a ditadura militar, com base em alegado "interesse para a segurança nacional", no então Estado da Guanabara, por força de convênios celebrados entre o Governo Federal e aquele Estado, aprovados pelos Decretos-Lei nºs 10, de 28 de junho de 1966 e 149, de 8 de fevereiro de 1967.

A presente emenda corrige, assim, essa injustiça histórica, de modo a conferir aos militares inativos e pensionistas do antigo Distrito Federal o mesmo tratamento dispensado a seus pares, também do antigo Distrito Federal, que foram aproveitados nas corporações da nova capital.

A emenda ora proposta não trará aumento de despesas, pois existem verbas próprias que já atendem o pessoal militar em foco, mencionadas na Lei 10.486/2002 antes reportada.

Sala da Comissão, 13 de maio de 2008



Deputado MIRO TEIXEIRA  
PDT/RJ

**MPV-426****MEDIDA PROVISÓRIA N.º 426, DE 2008****00020**

*Altera o Anexo I da Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005, para aumentar o valor da Vantagem Pecuniária Especial - VPE, devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.*

**EMENDA N.º**

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória n.º 426, de 2008:

“Art. Estendem-se aos militares da ativa, inativos e pensionistas dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia e de Roraima, e aos militares inativos e pensionistas integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do antigo Distrito Federal os mesmos direitos, prerrogativas, vantagens, regime remuneratório, incluídas gratificações, instituídas por esta Medida Provisória aos militares do Distrito Federal.

§ 1º Da aplicação do presente artigo não poderá resultar perda nos proventos da inatividade ou nas pensões ou remuneração, devendo eventuais diferenças serem pagas a título de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI.

§ 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Medida Provisória correspondente aos militares dos ex-territórios de Amapá, Rondônia e Roraima, e aos militares inativos e pensionistas integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do antigo Distrito Federal correrão à conta da União, sem gerar encargos ao Fundo Constitucional do Distrito Federal, instituído pelo art. 1º da Lei n.º 10.633, de 27 de dezembro de 2002.”

### JUSTIFICATIVA

A Lei n.º 10.486, de 2002, que dispõe sobre a remuneração dos policiais e bombeiros do Distrito Federal estende, de modo claro e incontestável, as mesmas vantagens instituídas por essa lei aos militares da ativa, inativos e pensionistas dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia e de Roraima, e aos militares inativos e pensionistas integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do antigo Distrito Federal (art. 65).

Não há, portanto, justificativa plausível à flagrante injustiça cometida com os militares dos ex-Territórios de Roraima, Rondônia e Amapá, e aos militares inativos e pensionistas integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do antigo Distrito Federal ao não serem contemplados com o reajuste ora dado aos militares do Distrito Federal.

Desse modo, esta Emenda tem como objetivo reconhecer o direito desses militares e estender o reajuste ora concedido.

Sala das Sessões, em \_\_\_\_\_ de maio de 2008.



**Deputado MOREIRA MENDES**  
**PPS/RO**

**MPV-426****00021****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data 13/05/2008		proposição Medida Provisória nº 426, de 08 de maio de 2008				
autor Senador MARCELO CRIVELLA		nº do prontuário 162131				
1	Supressiva	2.	Substitutiva	3. Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutivo global
Página		Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea	
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO						

A Medida Provisória nº 426, de 08 de maio de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

Altera o Anexo I da Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005, para aumentar o valor da Vantagem Pecuniária Especial - VPE, devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, estende a Gratificação de Condição Especial de Função Militar - GCEF, aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia, Roraima e do antigo Distrito Federal e altera a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º O Anexo I da Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005, passa a vigorar nos termos do Anexo I desta Medida Provisória.

Art. 2º Fica estendida a Gratificação de Condição Especial de Função Militar - GCEF, criada pela Lei nº 10.874, de 1º de junho de 2004, a ser paga mensal e regularmente, a partir de 1º de fevereiro de 2008, aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia, Roraima e do antigo Distrito Federal no valor de R\$ 351,49 (trezentos e cinquenta e um reais e quarenta e nove centavos).

Parágrafo único. A GCEF integra os proventos na inatividade remunerada dos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia, Roraima e do antigo Distrito Federal.

Art. 3º O Anexo XVII, da Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, passa a vigorar nos termos do anexo I desta Medida Provisória.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação do Art. 2º e Art. 3º desta lei serão custeadas com recursos do Tesouro Nacional.

Art. 5º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 2008.

Art. 6º Fica revogado o art. 2º e o Anexo I da Lei nº 11.663, de 24 de abril de 2008.

#### JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem o objetivo de fazer justiça aos militares dos ex-territórios federais do Amapá, Rondônia, Roraima e do antigo Distrito Federal. Esses servidores são organizados e mantidos pela União, da mesma forma como também são os servidores militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. A natureza da despesa que os mantém é a mesma. No entanto, leis distintas criaram gratificações específicas para os militares do Distrito Federal, desrespeitando a finalidade do Art. 65 da Lei nº 10.486/2000, que dá tratamento igualitário desse com os militares dos ex-territórios e do antigo Distrito Federal.

No momento da tramitação da medida provisória nº 401/2007, ficou acordado com as lideranças do governo e oposição que, oportunamente, seria concedido o mesmo aumento salarial dado em caráter privativo aos militares do Distrito Federal ao militares dos ex-territórios e do antigo Distrito Federal. Lamentavelmente, o acordo não foi acolhido no texto da medida provisória nº 426, ora em tramitação nesta Casa Legislativa.

É bem verdade que as categorias prejudicadas fazem parte de quadros de carreira em extinção, mas esse fato não é motivo para a opressão que se pratica contra esses servidores, que têm sido tratados com absurda iniquidade. Pelo contrário, o Poder Executivo tem o dever de fazer cumprir a lei, ainda mais quando se trata de uma questão de justiça.





## ANEXO I

(Anexo I da Medida Provisória nº , de \_\_\_\_ de maio de 2008)

## TABELA DE VALOR DA GRATIFICAÇÃO ESPECIAL DE FUNÇÃO MILITAR - GEFM

POSTO/GRADUAÇÃO	VALOR EM R\$
OFICIAIS SUPERIORES	
Coronel	6.192,73
Tenente-Coronel	5.951,09
Major	5.354,99
OFICIAIS INTERMEDIÁRIOS	
Capitão	4.518,56
OFICIAIS SUBALTERNOS	
1º Tenente	3.993,85
2º Tenente	3.737,50
PRAÇAS ESPECIAIS	
Aspirante a Oficial	3.122,77
Cadete (último ano) da Academia de Polícia Militar ou Bombeiro Militar	1.668,11
Cadete (anos iniciais) da Academia de Polícia Militar ou Bombeiro Militar	1.199,54
PRAÇAS GRADUADAS	
Subtenente	3.024,18
1º Sargento	2.713,85
2º Sargento	2.424,57
3º Sargento	2.175,75
Cabo	1.839,75
DEMAIS PRAÇAS	
Soldado - 1ª Classe	1.735,51
Soldado - 2ª Classe	1.199,54

PARLAMENTAR

**MPV-426****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****00022**data  
15/05/2008proposição  
**Medida Provisória nº 426, de 8 de maio de 2008**autor  
**Senador JOSÉ SARNEY**

nº do prontuário

1 Supressiva 2. Substitutiva 3. ☒ Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

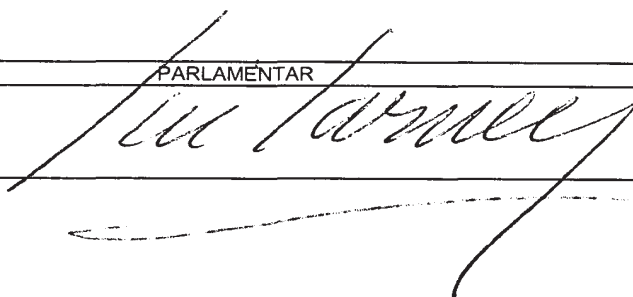
**ALTERE-SE** a ementa da Medida Provisória nº 426, de 8 de maio de 2008, nos seguintes termos:

Altera o Anexo I da Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005, para aumentar o valor da Vantagem Pecuniária Especial - VPE, devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, estende a Gratificação de Condição Especial de Função Militar – GCEF, devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia, Roraima e do antigo Distrito Federal e altera o Anexo XVII da Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda modificando a ementa dessa Medida Provisória visa trazer coerência às alterações propostas por outra emenda também apresentada.

PARLAMENTAR



**MPV-426****00023****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**data  
**15/05/2008**proposição  
**Medida Provisória nº 426, de 8 de maio de 2008**autor  
**Senador JOSÉ SARNEY**

nº do prontuário

1 Supressiva 2 Substitutiva 3 Modificativa 4 ☒ Aditiva 5 Substitutivo global**Página****Artigo****Parágrafo****Inciso****alínea****TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

**ACRESCENTE-SE** à Medida Provisória nº 426, de 8 de maio de 2008, os seguintes artigos, renumerando-os adequadamente:

“Art. -- Fica estendida a Gratificação de Condição Especial de Função Militar - GCEF, a ser paga mensal e regularmente, a partir de 1º de fevereiro de 2008, aos militares da ativa da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia, Roraima e do antigo Distrito Federal no valor de R\$ 351,49 (trezentos e cinquenta e um reais e quarenta e nove centavos).

Parágrafo único. A GCEF integra os proventos na inatividade remunerada dos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia, Roraima e do antigo Distrito Federal I.”

Art. -- O Anexo XVII, da Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, passa a vigorar nos termos do anexo II desta Lei.

Art. -- As despesas decorrentes da aplicação desta lei serão custeadas com recursos do Tesouro Nacional.”

O Anexo II alterando o Anexo XVII, da Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, é o constante da tabela abaixo:

**ANEXO II**  
**TABELA DE VALOR DA GRATIFICAÇÃO ESPECIAL DE FUNÇÃO MILITAR**

<b>POSTO/GRADUAÇÃO</b>	<b>VALOR EM R\$</b>
<b>OFICIAIS SUPERIORES</b>	
Coronel	6.192,73
Tenente-Coronel	5.951,09
Major	5.354,99
<b>OFICIAIS INTERMEDIÁRIOS</b>	
Capitão	4.518,56

OFICIAIS SUBALTERNOS	
1º Tenente	3.993,85
2º Tenente	3.737,50
PRAÇAS ESPECIAIS	
Aspirante a Oficial	3.122,77
Cadete (último ano) da Academia de Polícia Militar ou Bombeiro Militar	1.668,11
Cadete (anos iniciais) da Academia de Polícia Militar ou Bombeiro Militar	1.199,54
PRAÇAS GRADUADAS	
Subtenente	3.024,18
1º Sargento	2.713,85
2º Sargento	2.424,57
3º Sargento	2.175,75
Cabo	1.839,75
DEMAIS PRAÇAS	
Soldado - 1ª Classe	1.735,51
Soldado - 2ª Classe	1.199,54

### JUSTIFICAÇÃO

Os policiais militares e bombeiros militares dos ex-territórios federais do Amapá, Rondônia e Roraima, guardam completa semelhança e vinculação com seus pares do Distrito Federal, no caso em específico do ex-Território do Amapá, esta ligação vem desde a criação da força policial militar naquele território.

Esta vinculação fica clara a partir da leitura da lei de criação (Lei n.º 6.270, de 20 de novembro de 1975) daquela força policial a seguir transcrita:

#### TÍTULO V

##### Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 10 - Enquanto não se dispuser, em norma própria, sobre a situação, obrigações, deveres, direitos, prerrogativas e regime de Remuneração do pessoal militar das Policiais Militares dos Territórios Federais, aplicam-se as disposições das Leis n.º 5.906, de 23 de julho de 1973, e n.º 6.023, de 3 de janeiro de 1.974, no que não contrariem esta Lei.

#### **LEI Nº 5.906, DE 23 DE JULHO DE 1973**

Dispõe sobre a remuneração dos bombeiros-militares do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o **SENADO FEDERAL** decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### Título I

##### Conceituações Gerais

Art. 1º Esta Lei regula a remuneração dos bombeiros-militares do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, a qual compreende vencimentos ou proventos e indenizações, e dispõe sobre outros direitos.

A norma de remuneração lei nº 5.906/73, foi substituída pela lei nº 10.486/2002, que mantendo a vinculação anterior dispõe em seu art. 65 que:

**LEI Nº 10.486, DE 4 DE JULHO DE 2002**

Dispõe sobre a remuneração dos militares do Distrito Federal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**

**DA REMUNERAÇÃO**

**Seção I**

**Da composição e do Direito**

Art. 1º A remuneração dos militares do Distrito Federal - Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar compõem-se de:

I - soldo;

II - adicionais:

III - gratificações:

Art. 65. "As vantagens instituídas por esta Lei se estendem aos militares da ativa, inativos e pensionistas dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia e de Roraima"

Há de se concluir que a vontade do legislador foi a de manter a vinculação para todos os efeitos, inclusive e principalmente na questão remuneratória.

Apesar de argumentos contrários de parlamentares do Distrito Federal o custeamento de ambas as forças vem do mesmo cofre, unicamente com a diferença que para o Distrito Federal foi criado um fundo próprio que em nada, ressalte-se em nada, será afetado ou onerado com expedição do presente decreto já que as verbas são distintas.

De outra feita o quantitativo de servidores abrangidos pelo presente decreto é insignificante em relação aos lotados no Distrito Federal que conta com aproximadamente com 28.200 militares entre ativos, inativos e pensionistas, ao passo que os três ex-territórios juntos somam no máximo 3.500 servidores ativos, inativos e pensionistas, ou seja, pouco mais de 10% (DEZ) por cento do contingente do Distrito Federal.

Qualquer valor que concedido aos militares do Distrito Federal e que venha a ser estendido, também, ao militares dos ex-territórios é ínfimo em relação ao primeiro grupo. Isso, inclusive em relação aos demais servidores públicos federais.

Feito este breve histórico passo a relatar que, esse vínculo a mais de 26 anos vinha sendo respeitado. A partir da posse do Governo Federal atual os ex-Territórios e os remanescentes do Antigo Distrito Federal foram colocados à margem, como se não existissem.

Atualmente o Governo Federal vem criando gratificações através de leis específicas aos militares do Distrito Federal, desrespeitando a finalidade do Art. 65 da Lei 10.486/02, que é o tratamento igualitário aos militares dos ex-territórios e antigo Distrito Federal, pois não possuem uma legislação própria, portanto, não são considerados militares das Forças Armadas e, pelo fato de não existir Polícia Militar Federal, ficam desprovidos de qualquer atrelamento aos Ministérios Federais e, conseqüentemente ficam fora de qualquer previsão orçamentária.

A contar de 2004, foram editadas a seguintes MPs e Leis concedendo aumentos em caráter privativo aos policiais e bombeiros do DF:



Lei 10.874/2004:

Lei 11.134/2005;

Lei 11.360/2006;

Lei 11.663/08

MP 426/2008, que hoje se encontra no Senado Federal, aguardando votação para ser convertida em lei. A verdade é que com todos os aumentos concedidos em “caráter privativo” somente àqueles policiais e bombeiros militares, que tem uma lei comum à dos militares dos ex-Territórios, culminou numa diferença salarial de mais de 180% menor que a remuneração dos militares daquelas co-irmãs do DF.

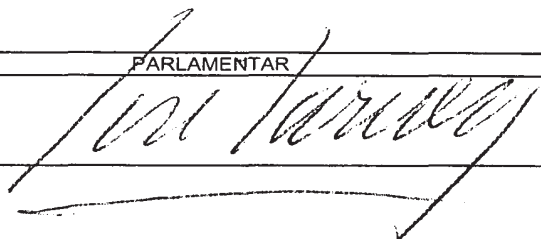
A desculpa dos sindicalistas, que hoje ocupam cargo de técnicos no Ministério do Planejamento e Ministério da Fazenda é que os ex-Territórios não têm nenhum fundo Constitucional como o DF possui, portanto, não podem usufruir dos mesmos aumentos.

A Medida Provisória 401/07, trás em seu texto nova redação no tratamento da Gratificação de Condição Especial de Função Militar – GCEF, retirando de seu texto original o termo privativamente aos militares do Distrito Federal, deixando uma clara sinalização da possível extensão por meio administrativo ou judicial aos militares dos ex-Territórios e do antigo Distrito Federal.

Entendemos que o Estado deve olhar para esses servidores militares e adotar para com eles uma atenção mais humanitária, deixando de invocar o eventual pretexto de que pertencem ao um quadro em extinção, uma vez que justamente essa condição implica em uma crescente diminuição das demandas e custos para a Administração.

Urge, portanto, que o Poder Executivo e as demais autoridades públicas envolvidas no atendimento das demandas desse sofrido grupo em extinção contribuam com um pouco de seu esforço no sentido de conceder-lhes um pouco mais de dignidade.

PARLAMENTAR



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

### Bahia

**Minoria-DEM** - Antonio Carlos Júnior\* (S)  
**Bloco-PR** - César Borges\*  
**PDT** - João Durval\*\*

### Rio de Janeiro

**Bloco-PRB** - Marcelo Crivella\*  
**Maioria-PMDB** - Paulo Duque\* (S)  
**Bloco-PP** - Francisco Dornelles\*\*

### Maranhão

**Maioria-PMDB** - Lobão Filho\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Roseana Sarney\*  
**PTB** - Eptitácio Cafeteira\*\*

### Pará

**Minoria-PSDB** - Flexa Ribeiro\* (S)  
**PSOL** - José Nery\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Mário Couto\*\*

### Pernambuco

**Minoria-DEM** - Marco Maciel\*  
**Minoria-PSDB** - Sérgio Guerra\*  
**Maioria-PMDB** - Jarbas Vasconcelos\*\*

### São Paulo

**Bloco-PT** - Aloizio Mercadante\*  
**PTB** - Romeu Tuma\*  
**Bloco-PT** - Eduardo Suplicy\*\*

### Minas Gerais

**Minoria-PSDB** - Eduardo Azeredo\*  
**Maioria-PMDB** - Wellington Salgado de Oliveira\* (S)  
**Minoria-DEM** - Eliseu Resende\*\*

### Goiás

**Minoria-DEM** - Demóstenes Torres\*  
**Minoria-PSDB** - Lúcia Vânia\*  
**Minoria-PSDB** - Marconi Perillo\*\*

### Mato Grosso

**Minoria-DEM** - Gilberto Goellner\* (S)  
**Bloco-PT** - Serys Sihessarenko\*  
**Minoria-DEM** - Jayme Campos\*\*

### Rio Grande do Sul

**Bloco-PT** - Paulo Paim\*  
**PTB** - Sérgio Zambiasi\*  
**Maioria-PMDB** - Pedro Simon\*\*

### Ceará

**PDT** - Patrícia Saboya\*  
**Minoria-PSDB** - Tasso Jereissati\*  
**Bloco-PC DO B** - Inácio Arruda\*\*

### Paraíba

**Minoria-DEM** - Efraim Morais\*  
**Maioria-PMDB** - José Maranhão\*  
**PTB** - Carlos Dunga\*\* (S)

### Espírito Santo

**Maioria-PMDB** - Gerson Camata\*  
**Bloco-PR** - Magno Malta\*  
**Bloco-PSB** - Renato Casagrande\*\*

### Piauí

**Minoria-DEM** - Heráclito Fortes\*  
**Maioria-PMDB** - Mão Santa\*  
**PTB** - João Vicente Claudino\*\*

### Rio Grande do Norte

**Maioria-PMDB** - Garibaldi Alves Filho\*  
**Minoria-DEM** - José Agripino\*  
**Minoria-DEM** - Rosalba Ciarlini\*\*

### Santa Catarina

**Bloco-PT** - Ideli Salvatti\*  
**Maioria-PMDB** - Neuto De Conto\* (S)  
**Minoria-DEM** - Raimundo Colombo\*\*

### Alagoas

**Minoria-PSDB** - João Tenório\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Renan Calheiros\*  
**PTB** - Fernando Collor\*\*

### Sergipe

**Maioria-PMDB** - Almeida Lima\*  
**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*  
**PSC** - Virgínio de Carvalho\*\* (S)

### Amazonas

**Minoria-PSDB** - Arthur Virgílio\*  
**PDT** - Jefferson Peres\*  
**Bloco-PT** - João Pedro\*\* (S)

### Paraná

**Bloco-PT** - Flávio Arns\*  
**Bloco-PT** - Osmar Dias\*  
**Minoria-PSDB** - Alvaro Dias\*\*

### Acre

**Maioria-PMDB** - Geraldo Mesquita Júnior\*  
**Bloco-PT** - Marina Silva\*  
**Bloco-PT** - Tião Viana\*\*

### Mato Grosso do Sul

**Bloco-PT** - Delcídio Amaral\*  
**Maioria-PMDB** - Valter Pereira\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Marisa Serrano\*\*

### Distrito Federal

**Minoria-DEM** - Adelmir Santana\* (S)  
**PDT** - Cristovam Buarque\*  
**PTB** - Gim Argello\*\* (S)

### Tocantins

**Bloco-PR** - João Ribeiro\*  
**Maioria-PMDB** - Leomar Quintanilha\*  
**Minoria-DEM** - Kátia Abreu\*\*

### Amapá

**Maioria-PMDB** - Geovani Borges\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Papaléo Paes\*  
**Maioria-PMDB** - José Sarney\*\*

### Rondônia

**Bloco-PT** - Fátima Cleide\*  
**Maioria-PMDB** - Valdir Raupp\*  
**Bloco-PR** - Expedito Júnior\*\*

### Roraima

**Bloco-PT** - Augusto Botelho\*  
**Maioria-PMDB** - Romero Jucá\*  
**PTB** - Mozarildo Cavalcanti\*\*

### Mandatos

\*: Período 2003/2011    \*\*: Período 2007/2015

# COMPOSIÇÃO

## COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

### 1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)  
 (Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)  
 (Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)  
 (Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) <sup>(7)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(9)</sup>

**RELATOR:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(9)</sup>

**Leitura:** 15/03/2007

**Designação:** 05/06/2007

**Instalação:** 03/10/2007

**Prazo final prorrogado:** 22/11/2008

TITULARES	SUPLENTEs
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB ) <sup>(1)</sup></b>	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) <sup>(12)</sup>	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) <sup>(4,8)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(5)</sup>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(10)</sup></b>	
Fátima Cleide (PT-RO)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(2,6)</sup>	2. Mozerildo Cavalcanti (PTB-RR)
Flávio Arns (PT-PR) <sup>(3,13)</sup>	
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres (AM)	
<b>PDT/PSOL <sup>(11)</sup></b>	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

**Notas:**

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. Senador Raimundo Colombo foi eleito em 3.10.2007.
8. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
9. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
10. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
11. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
12. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
13. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley

**Telefone(s):** 3311-3514

**Fax:** 3311-1176

## 2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Magno Malta (PR-ES)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

**RELATOR:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

**Leitura:** 04/03/2008

**Designação:** 24/03/2008

**Instalação:** 25/03/2008

**Prazo final:** 04/08/2008

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virgínio de Carvalho (PSC-SE) (2)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB) (1)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Paulo Palm (PT-RS)
Magno Malta (PR-ES)	
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
<b>PTB</b>	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

**Notas:**

1. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008

2. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

### 3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
	1.
	2.
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
	1.
	2.
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
	1.
	2.
<b>PTB</b>	
	1.
<b>PDT</b>	



**COMPOSIÇÃO**  
**COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO  
FEDERAL**

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

**Número de membros:** 5 titulares

**Leitura:** 05/03/2008

**TITULARES**

---

Senador Gerson Camata (PMDB)

---

Senador César Borges (PR)

---

Senador Papaléo Paes (PSDB)

---

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

---

## 2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

**Finalidade:** Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Pedro (PT-AM)

**RELATOR:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

**Leitura:** 25/03/2008

**Instalação:** 10/04/2008

**Prazo final:** 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTEs
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
<b>PTB</b>	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

### **3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

**Finalidade:** Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 7

**Leitura:** 25/03/2008

#### 4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ

**Finalidade:** Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

**Número de membros:** 3 titulares

**Leitura:** 03/04/2008

##### TITULARES

##### **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )**

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

##### **Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )**

##### **Maioria ( PMDB )**

Senador José Nery (PSOL) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL

**COMPOSIÇÃO**  
**COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

**1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE**

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Paulo Palm (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Ideli Salvatti (PT)
Aloizio Mercadante (PT)	4. VAGO <sup>(8)</sup>
Renato Casagrande (PSB)	5. Marcelo Crivella (PRB)
Expedito Júnior (PR)	6. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	7. Patrícia Saboya (PDT) <sup>(1)</sup>
	8. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	9. César Borges (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) <sup>(6)</sup>	5. Lobão Filho (PMDB) <sup>(7)</sup>
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) <sup>(2)</sup>
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(5)</sup>	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
<b>PTB <sup>(4)</sup></b>	
João Vicente Claudino	1.
Gim Argello	2.
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres

**Notas:**

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).

2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008

6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).

7. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).

8. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516

**Fax:** 3311-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br



### 1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO <sup>(7)</sup>	2. Serys Slhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO <sup>(4)</sup>	2. Renato Casagrande (PSB) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO <sup>(5)</sup>
Raimundo Colombo (DEM)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
<b>PDT PMDB PSDB <sup>(1)</sup></b>	
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(6)</sup>	1.

**Notas:**

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.

2. Vaga do PMDB cedida ao PSB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516

**Fax:** 3311-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

## **1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL**

**Finalidade:** Debater e examinar a situação da Previdência Social

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516

**Fax:** 3311-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### 1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

**Finalidade:** Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

**RELATOR:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Raimundo Colombo (DEM)	1. João Tenório (PSDB) <sup>(2)</sup>
Osmar Dias (PDT) <sup>(1)</sup>	2. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(2,4)</sup>
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

**Notas:**

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516

**Fax:** 3311-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

#### 1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

**Finalidade:** Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

**RELATOR:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO <sup>(2)</sup>	2. Valter Pereira (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Kátia Abreu (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516

**Fax:** 3311-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

## 2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Patrícia Saboya (PDT) <sup>(1)</sup>	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Shessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO <sup>(5)</sup>
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO <sup>(8)</sup>	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO <sup>(4)</sup>	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) <sup>(2)</sup>
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(9)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
<b>PTB <sup>(7)</sup></b>	
VAGO <sup>(6)</sup>	1.
<b>PDT</b>	
João Durval	1. Cristovam Buarque

### Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
9. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3515

**Fax:** 3311-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br



## 2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
<b>Majoria (PMDB) e PDT</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(3)</sup>

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

3. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

**Telefone(s):** 3311-3515

**Fax:** 3311-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
<b>Maioria (PMDB) e PDT</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

**Telefone(s):** 3311-3515

**Fax:** 3311-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA  
DA SAÚDE**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
<b>Maioria (PMDB) e PDT</b>	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(3)</sup>

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

**Telefone(s):** 3311-3515

**Fax:** 3311-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Serys Slhessarenko (PT)	1. João Ribeiro (PR)
VAGO <sup>(7)</sup>	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) <sup>(6)</sup>	6. Neuto De Conto (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Adelmiir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Alvaro Dias (PSDB) <sup>(2)</sup>
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virgínio de Carvalho (PSC) <sup>(5)</sup>
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
<b>PTB <sup>(4)</sup></b>	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

**Notas:**

1. Eleito em 8.8.2007.

2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).

7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3972

**Fax:** 3311-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### **3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3311-3972

**Fax:** 3311-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### **3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3311-3972

**Fax:** 3311-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

#### 4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilvam Borges (PMDB-AP) <sup>(10)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) <sup>(1)</sup>
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. VAGO <sup>(9,13)</sup>
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) <sup>(11)</sup>	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) <sup>(5,12)</sup>	6.
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(4)</sup>	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Demóstenes Torres (DEM)
Virgínio de Carvalho (PSC) <sup>(7)</sup>	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) <sup>(2)</sup>
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(6)</sup>
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
<b>PTB</b>	
Sérgio Zambiasi <sup>(8)</sup>	1.
	2.
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

**Notas:**

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
8. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
9. Em 15/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. 44/2008).
10. O Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008.
11. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
12. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
13. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br



#### 4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Número de membros:** 12 titulares e 12 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO <sup>(1)</sup>
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
<b>PDT</b>	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

**Notas:**

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme Of. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E  
CONTROLE - CMA**

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
VAGO <sup>(8)</sup>	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) <sup>(6)</sup>
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO <sup>(1)</sup>
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO <sup>(3)</sup>
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM)
Mário Couto (PSDB) <sup>(4)</sup>	5. Papaléo Paes (PSDB) <sup>(5)</sup>
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
<b>PTB</b>	
Gim Argello <sup>(7)</sup>	1.
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1.

**Notas:**

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 02/04/2008, o Senador Mário Couto é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Cícero Lucena, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008 (Of. 40/08-GLPSDB).
5. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
7. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
8. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

### 5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

**Finalidade:** Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

**RELATOR:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO <sup>(3)</sup>	

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

## 5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTEs
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Silhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) <sup>(3,5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO <sup>(4)</sup>	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

### Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
5. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

### 5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

**Finalidade:** Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Sibá Machado (PT-AC)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

**RELATOR:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Sibá Machado (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.



**5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA  
AMAZÔNIA**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sibá Machado (PT-AC)

**RELATOR:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO <sup>(1)</sup>
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

**Notas:**

1. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 121/2008-GLPMDb).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH****Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(8)</sup></b>	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. VAGO <sup>(13)</sup>
Patrícia Saboya (PDT) <sup>(5)</sup>	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) <sup>(1,2)</sup>	
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) <sup>(12)</sup>	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
César Borges (PR) <sup>(4)</sup>	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) <sup>(6)</sup>	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) <sup>(11)</sup>
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(10)</sup>	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) <sup>(3,7)</sup>	7. Papaléo Paes (PSDB)
<b>PTB <sup>(9)</sup></b>	
	1. Sérgio Zambiasi
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1.

**Notas:**

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
10. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
11. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
12. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
13. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

### 6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTEs
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO <sup>(4)</sup>
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO <sup>(3)</sup>
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

**Notas:**

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).

4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3311-4251/2005

**Fax:** 3311-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

## 6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3311-4251/2005

**Fax:** 3311-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

## 6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)

**Prazo final:** 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) <sup>(1)</sup>	2. Patrícia Saboya (PDT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. VAGO <sup>(4)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(5)</sup>

### Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.

2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3311-4251/2005

**Fax:** 3311-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

#### 6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) <sup>(1)</sup>
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Roseana Samey (PMDB)	1.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

**Notas:**

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.

2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3311-4251/2005

**Fax:** 3311-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE****Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Fátima Cleide (PT)
	6. Francisco Dornelles (PP)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Geovani Borges (PMDB) <sup>(9)</sup>
Paulo Duque (PMDB)	5. VAGO <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) <sup>(5)</sup>
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) <sup>(1)</sup>
Virgínio de Carvalho (PSC) <sup>(8)</sup>	3. Kátia Abreu (DEM)
Romeu Tuma (PTB) <sup>(2)</sup>	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) <sup>(7)</sup>
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
<b>PTB <sup>(6)</sup></b>	
Fernando Collor	1.
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

**Notas:**

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br



**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva  
**Telefone(s):** 3311-3496  
**Fax:** 3311-3546  
**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. VAGO <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Cristovam Buarque

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva  
**Telefone(s):** 3311-3496  
**Fax:** 3311-3546  
**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME  
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

**Notas:**

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO  
DAS FORÇAS ARMADAS**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. Marcelo Crivella (PRB)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1.

**Notas:**

1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclydes Mello.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) <sup>(3,7)</sup>
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. VAGO <sup>(6)</sup>
Geovani Borges (PMDB) <sup>(6)</sup>	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Romeu Tuma (PTB) <sup>(1)</sup>
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(5)</sup>
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
<b>PTB <sup>(4)</sup></b>	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
<b>PDT</b>	
João Durval	1.

**Notas:**

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
6. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).
7. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calhao**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-4607**Fax:** 3311-3286**E-mail:** scomci@senado.gov.br

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calhao

**Telefone(s):** 3311-4607

**Fax:** 3311-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

**8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calhao

**Telefone(s):** 3311-4607

**Fax:** 3311-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(5)</sup></b>	
Fátima Cleide (PT)	1. VAGO <sup>(10)</sup>
Patrícia Saboya (PDT) <sup>(4)</sup>	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) <sup>(1,2)</sup>
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) <sup>(3)</sup>	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO <sup>(6)</sup>	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmiir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) <sup>(9)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(8)</sup>	7. João Tenório (PSDB)
<b>PTB <sup>(7)</sup></b>	
Mozarildo Cavalcanti	1.
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

**Notas:**

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.

2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.

3. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.

4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).

5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

8. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

10. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -**Telefone(s):** 3311-4282**Fax:** 3311-1627**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br



**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. VAGO <sup>(6,9)</sup>
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) <sup>(1)</sup>
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO <sup>(4)</sup>
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(5)</sup>	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
<b>PTB <sup>(8)</sup></b>	
Carlos Dunga <sup>(7)</sup>	1.
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. João Durval

**Notas:**

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
7. Em 02/04/2008, o Senador Carlos Dunga é designado titular do Partido Trabalhista Brasileiro na Comissão (Of. nº 050/2008/GLPTB).
8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

**Secretário(a):** Marcello Varella**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

### 10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador João Tenório (PSDB-AL)

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(3,4)</sup>

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
VAGO <sup>(3,4)</sup>	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(2)</sup>
Marisa Serrano (PSDB)	

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

3. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

**Secretário(a):** Marcello Varella

**Telefone(s):** 3311-3506

**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E  
INFORMÁTICA - CCT**

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) <sup>(6)</sup>	3. Mão Santa (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) <sup>(1)</sup>	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virgínio de Carvalho (PSC) <sup>(5)</sup>	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(4)</sup>	7. Papaléo Paes (PSDB)
<b>PTB <sup>(3)</sup></b>	
Sérgio Zambiasi	1.
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1.

**Notas:**

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira  
**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -  
**Telefone(s):** 3311-1120  
**Fax:** 3311-2025  
**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

### 11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(2)</sup>

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira

**Telefone(s):** 3311-1120

**Fax:** 3311-2025

**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

### 11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

**Finalidade:** Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Romeu Tuma (PTB) <sup>(1)</sup>	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(4)</sup>	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

**Notas:**

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira

**Telefone(s):** 3311-1120

**Fax:** 3311-2025

**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO**  
**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
**(Resolução nº 17, de 1993)**

<b>SENADORES</b>	<b>CARGO</b>
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) <sup>(1)</sup>	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 17/10/2007

**Notas:**

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):**3311-5255 **Fax:**3311-5260  
**E-mail:**scop@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO**  
**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
**(Resolução do Senado Federal nº 40/95)**

<b>SENADOR</b>	<b>BLOCO / PARTIDO</b>
Demóstenes Torres (DEM/GO) <sup>(1)</sup>	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) <sup>(1)</sup>	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) <sup>(2)</sup>	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) <sup>(1)</sup>	PTB

**Atualização:** 17/04/2008

**Notas:**

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.  
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):**3311-5255 **Fax:**3311-5260  
**E-mail:**scop@senado.gov.br

## COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

### 1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) <sup>(5)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Adelmir Santana (DEM-DF) <sup>(3)</sup>

<b>1ª Eleição Geral:</b> 19/04/1995  <b>2ª Eleição Geral:</b> 30/06/1999  <b>3ª Eleição Geral:</b> 27/06/2001	<b>4ª Eleição Geral:</b> 13/03/2003  <b>5ª Eleição Geral:</b> 23/11/2005  <b>6ª Eleição Geral:</b> 06/03/2007
--	--

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) <sup>(6)</sup>	2. Fátima Cleide (PT-RO) <sup>(4)</sup>
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) <sup>(2)</sup>
João Vicente Claudino (PTB-PI) <sup>(1)</sup>	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) <sup>(7)</sup>	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP) <sup>(8)</sup>	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. <sup>(10)</sup>
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA)
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(11)</sup>
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM)
Marisa Serrano (PSDB-MS)	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres (AM)	1.
<b>Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>	
Romeu Tuma (PTB/SP) <sup>(9)</sup>	

**Atualização:** 17/04/2008

**Notas:**

1. Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Silhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epitácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).
2. Eleitos na Sessão de 29.5.2007
3. Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.6.2007
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valtér Pereira, que renunciou em 25.6.2007
8. Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir do dia 16.04.2008
9. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
10. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
11. Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008

### SECRETARIA-GERAL DA MESA

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3311-5255 **Fax:** 3311-5260

**E-mail:** scop@senado.gov.br



## 2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

**PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(1)</sup>

**1ª Designação:** 03/12/2001

**2ª Designação:** 26/02/2003

**3ª Designação:** 03/04/2007

MEMBROS
<b>PMDB</b>
Roseana Sarney (MA)
<b>DEM</b>
Maria do Carmo Alves (SE) <sup>(2)</sup>
<b>PSDB</b>
Lúcia Vânia (GO)
<b>PT</b>
Serys Slhessarenko (MT)
<b>PTB</b>
Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PR</b>
<b>PDT</b>
Cristovam Buarque (DF)
<b>PSB</b>
Patrícia Saboya (PDT-CE)
<b>PC DO B</b>
Inácio Arruda (CE)
<b>PRB</b>
Marcelo Crivella (RJ)
<b>PP</b>
<b>PSOL</b>

**Atualização:** 25/03/2008

**Notas:**

1. Eleitos em 21.06.2007

2. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008.

### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3311-5255 **Fax:** 3311-5260

**E-mail:** scop@senado.gov.br

# REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

## COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: (vago) <sup>4</sup>

Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG) <sup>2</sup>

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB-RS)<sub>2</sub>

SENADORES	
TITULARES	SUPLENTES
<b>Maioria (PMDB)</b>	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
<b>DEM</b>	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
<b>PSDB</b>	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
<b>PT</b>	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
<b>PTB</b>	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
<b>PDT</b>	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
<b>PCdoB</b>	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</b>	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
<b>PSDB/DEM/PPS</b>	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. ILDERLEI CORDEIRO <sup>5</sup> (PPS/AC)
GERALDO RESENDE (PMDB/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO <sup>3</sup> (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (Vago) <sup>1</sup>
<b>PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN</b>	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
<b>PV</b>	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 14.4.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

<sup>4</sup> Vago, em virtude da renúncia do Senador Geraldo Mesquita Júnior ao cargo de Presidente, comunicada pelo OF.P/034/2008, de 14.4.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

<sup>2</sup> Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008

<sup>5</sup> Indicado pela Liderança do PPS tendo em vista a renúncia do Deputado Fernando Coruja (OF/LID/Nº115/2008, de 16-4-2008, lido na Sessão do SF de 17-4-2008)

<sup>3</sup> Indicado conforme Of. PSDB nº 856/07, de 28.11.07, do Líder do PSDB, Dep Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.07

<sup>1</sup> Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE**  
**INTELIGÊNCIA**  
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> DEMÓSTENES TORRES DEM-GO
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> MARCONDES GADELHA PSB-PB	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 6.3.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3311-5255 e 3311- 4561  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
 (Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
 Senado Federal – Anexo II - Térreo  
 Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br) - [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

**CONGRESSO NACIONAL****CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA<sup>1</sup>**

**02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

**03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

**04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

**05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senao.gov.br](mailto:scop@senao.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

---

<sup>1</sup> Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

## CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

### COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal

**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Tião Viana (PT-AC)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Efraim Morais (DEM-PB)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Waldemir Moka (PMDB-MS)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Senador César Borges (PR-BA)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senador Magno Malta (PR-ES)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 6.3.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3311-5258 e 3311-4561  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)





**PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL  
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL  
PREÇO DE ASSINATURA**

**SEMESTRAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 58,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 488,40</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 546,40</b>

**ANUAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 116,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 976,80</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 1.092,80</b>

**NÚMEROS AVULSOS**

Valor do Número Avulso	<b>R\$ 0,50</b>
Porte Avulso	<b>R\$ 3,70</b>

**ORDEM BANCÁRIA**

<b>UG – 020055</b>	<b>GESTÃO – 00001</b>
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

**OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.**

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

**Contato internet: 3311-4107**

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF  
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Subsecretaria de Edições Técnicas

# Constituição da República Federativa do Brasil (modelo econômico)

Publicação com atualização permanente.  
Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas constitucionais.

**Conheça nosso catálogo na Internet**

**[www.senado.gov.br/catalogo](http://www.senado.gov.br/catalogo)**



## **Para adquirir essa ou outra publicação:**

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



**EDIÇÃO DE HOJE: 268 PÁGINAS**